

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LIRIANI DE LIMA SANTOS

**PAISAGEM E CULTURA:**  
TRANSFORMAÇÕES NA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NORTE PARANAENSE  
ENTRE 1950 E 1980

Maringá  
2019

LIRIANI DE LIMA SANTOS

**PAISAGEM E CULTURA:**  
TRANSFORMAÇÕES NA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NORTE PARANAENSE  
ENTRE 1950 E 1980

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PGE, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia, linha de pesquisa “Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais”.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria das Graças de Lima

Maringá  
2019

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

S237p Santos, Liriani de Lima.

Paisagem e cultura : transformações na pequena propriedade rural norte paranaense entre 1950 e 1980 / Liriani de Lima Santos. – Maringá, 2019. 203 f. : il.

Orientador: Maria das Graças de Lima.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Pequenas propriedades rurais – Paraná, Norte – Teses. 3. Geografia humana – Teses. 4. Inovações agrícolas – Teses. I. Lima, Maria das Graças de. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

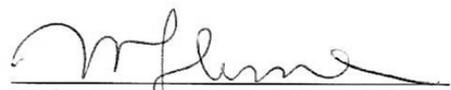
CDU 911.3::631

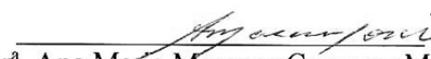
**PAISAGEM E CULTURA: TRANSFORMAÇÕES NA PEQUENA PROPRIEDADE  
RURAL NORTE PARANAENSE ENTRE 1950 -1980**

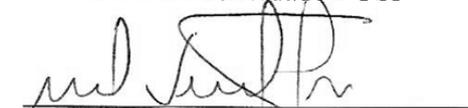
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **29 de março de 2019.**

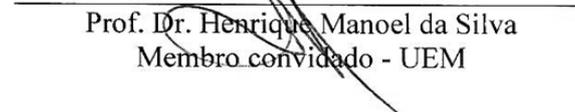
BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr.ª Maria das Graças de Lima  
Orientador - UEM

  
Prof. Dr.ª Ana Maria Marques Camargo Marangoni  
Membro convidado - USP

  
Prof. Dr. Marcelo Werner da Silva  
Membro convidado - UFF

  
Prof. Dr.ª Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira  
Membro convidado- UEM

  
Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva  
Membro convidado - UEM

Àqueles que, por meio das artes e da ciência – geográfica ou não – ou ainda mediante a um saber empírico, mas não menos valoroso, buscam desnaturalizar os acontecimentos históricos e cotidianos e revelam como um olhar crítico e investigativo tem poder transformador.

Àqueles que ensinam com amor, lutam por uma sociedade onde seja fácil amar e não se intimidam diante das injustiças e perseguições.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora por me acompanhar desde o mestrado e por acreditar neste trabalho mesmo quando ele ainda não passava de um borrão. Sua paciência e perspicácia ajudaram-me a delineá-lo até que tomasse forma, obrigada por compreender o que eu queria dizer, mesmo eu não sabendo dizer, obrigada pelos valiosos referenciais.

Aos professores que participaram das bancas de colóquio, qualificação e defesa e àqueles que ministram aulas durante o curso, meu agradecimento pelas contribuições.

À Miriam de Carlos, secretária do PGE, sempre prestimosa e motivadora, minha gratidão pelo suporte.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), que financiaram por cerca de um ano esta pesquisa.

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Sueli de Castro Gomes minha gratidão pela generosidade e orientações durante o estágio.

A todas as pessoas que tive o prazer de entrevistar e que contribuíram sobremaneira para a pesquisa, meu agradecimento pela disposição e cordialidade.

Não cabe aqui nominá-los, mas registro meu reconhecimento aos amigos e demais pessoas que a vida me fez conhecer e que foram doces e gratas surpresas, bálsamo durante os momentos de incertezas.

Por fim, minha gratidão aos que se mantêm em pé diante dos retrocessos oriundos do atual momento político em que o país se encontra, mulheres e homens de luta que seguem na resistência.

“The business of becoming a geographer is  
a job of life-long learning.”  
SAUER (1983, p. 355)

## RESUMO

A pesquisa desenvolvida nesta tese retrata as transformações impressas na organização espacial e nas relações sociais da pequena propriedade rural no contexto do processo de modernização da agricultura, assegurado pelas políticas econômicas e agrícolas do país. A leitura proporcionada pela Geografia Cultural e Agrária permeia o trabalho, cuja metodologia privilegia o trabalho de campo. O surgimento das pequenas propriedades rurais no Norte do Paraná está ligado à ocupação e ao povoamento oficial do estado que só ganhou impulso com a colonização dirigida conduzida por empresas imobiliárias. Dentre essas empresas destacou-se a Companhia de Terras Norte do Paraná que, após ser nacionalizada, altera sua denominação para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. No auge de sua atuação no estado a empresa criou municípios, dividiu lotes urbanos e rurais e investiu em uma estrutura de transportes que atraísse compradores. O parcelamento dos lotes rurais em pequenas propriedades foi uma estratégia de venda e lucro, pois a empresa conhecia sua clientela, em sua maioria ex-colonos, estrangeiros ou descendentes, oriundos das fazendas de café paulistas, pouco capitalizados e atraídos pela possibilidade da propriedade da terra e de ganhos com o cultivo do café. Durante o período em que a economia cafeeira foi dominante no estado toda uma infraestrutura voltada para o processo produtivo do café foi erigida, a organização espacial das pequenas propriedades rurais foi também planejada tendo o café como protagonista. Com o processo de modernização da agricultura o arcabouço que dava sustentação ao cultivo do café passou a ser substituído. A intensidade e a velocidade do processo de modernização, embora não tenha atingido o Norte do estado de forma homogênea, sendo mais veemente nas áreas mais propícias à mecanização, devido às condições pedológicas e de relevo, trouxe consequências de ordem econômica, social e cultural. Não foi somente a organização espacial das pequenas propriedades que foi alterada, todo um modo de vida passou a ser transformado. Nesse período, as políticas agrícolas que majoritariamente sempre estiveram voltadas à grande propriedade, acabaram contribuindo para a concentração fundiária, mas não para o fim das pequenas propriedades, que resistem adequando-se a alguma política que permita sua sobrevivência, seja ajustando-se ao mercado e à comercialização impostos pela grande propriedade que produz em grande escala; seja inserindo-se em economias voltadas especificamente à pequena propriedade. Utilizada como estratégia para a ocupação colonizadora das companhias particulares de terras que agiram no estado, essa economia e modo de vida quase desapareceram quando outra política econômica dirigida à agricultura se impôs, agora voltada à produção em grande escala, realizada pelas grandes propriedades. Há, reconhecidamente um número bem menor de pequenas propriedades nas áreas em que a modernização agrícola foi implementada, mas reconhecemos também que continuam fazendo parte da economia agrícola, recriando uma economia que permita seu desenvolvimento e mantendo, adequados à vida atual (2019), um modo de vida ligado à terra e à realidades externas, como a cidade mais próxima e à realidade mundial, que pode lhe atingir.

**Palavras-chave:** Norte do Paraná. Pequena propriedade rural. Geografia Agrária. Modernização agrícola. Geografia Cultural.

## ABSTRACT

The research developed in this thesis shows the transformations printed in the spatial organization and in the social relations of the small rural property in the context of the process of modernization of agriculture, assured by the economic and agricultural policies of the country. The reading provided by the Cultural and Agrarian Geography permeates the work, whose methodology privileges the field work. The emergence of small rural properties in the north of Paraná is linked to the occupation and official settlement of the state that only gained momentum with the directed colonization led by real estate companies. Among these companies, the North Paraná Land Company (Companhia de Terras Norte do Paraná) was highlighted, which, after being nationalized, changed its name to Northern Paraná Land Improvement Company (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná). At the height of its activity in the state the company created municipalities, divided urban and rural lots and invested in a transport structure that attracted buyers. The parceling of rural plots in small farms was a sales and profit strategy, since the company knew its clientele, mostly ex-settlers, foreigners or descendants, from coffee farms in São Paulo, little capitalized and attracted by the possibility of land ownership and gains from growing coffee. During the period that the coffee economy was dominant in the whole state, an infrastructure dedicated to the coffee production process was erected, the spatial organization of the small rural properties was also planned with coffee as the protagonist. With the process of modernization of agriculture, the framework that supported the cultivation of coffee was replaced. The intensity and speed of the modernization process, although it has not reached the North of the state in a homogeneous way, being more vehement in the areas more propitious to mechanization, due to the pedological and relief conditions, brought economic, social and cultural consequences. It was not only the spatial organization of small properties that has been altered, a whole way of life came to be transformed. In this period, agricultural policies that mostly have always been directed towards large property, have contributed to land concentration, but not to the end of small properties, that resist adjusting to some policy that allows them to survive, or adjusting to the market and the commercialization imposed by the large property that produces on a large scale; or by inserting itself into economies geared specifically to small property. Used as a strategy for the colonizing occupation of the privately owned companies that acted in the state, this economy and way of life almost disappeared when another economic policy directed to agriculture was imposed, now turned to the large-scale production carried out by the large properties. There are, admittedly, a much smaller number of small properties in the areas in which agricultural modernization has been implemented, but we also recognize that they continue to be part of the agricultural economy, recreating an economy that allows its development and maintaining, appropriate to current life (2019), a way of life linked to the land and the external realities, as the nearest city and the world reality, that can reach it.

**Keywords:** North of Paraná. Small rural property. Agrarian Geography. Agricultural modernization. Cultural Geography.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b>	Representação diagramática da morfologia da paisagem cultural.....	34
<b>Figura 2-</b>	Ondas de povoamento.....	41
<b>Figura 3-</b>	Frentes de ocupação.....	41
<b>Figura 4-</b>	O Paraná e seus “três Nortes”.....	42
<b>Figura 5-</b>	Figueira branca ( <i>Ficus guaranítica</i> ), indicativo de terra fértil, sendo derrubada à época da ocupação.....	47
<b>Figura 6-</b>	Cafezal e casa de colonos em fazenda localizada no Norte do Paraná....	54
<b>Figura 7-</b>	Colônia localizada no Norte do Paraná.....	54
<b>Figura 8-</b>	Planta de casas destinadas a colonos em fazendas paulistas.....	55
<b>Figura 9-</b>	Croqui de uma fazenda cafeeira.....	56
<b>Figura 10-</b>	Propriedade de J.V.....	57
<b>Figura 11-</b>	Propriedade de A.P.....	57
<b>Figura 12-</b>	Propriedade de V.P.....	58
<b>Figura 13-</b>	Reportagens veiculadas no Jornal Folha de São Paulo, nos dias 19 e 20/07/1975.....	80
<b>Figura 14-</b>	Visão gráfica panorâmica do sistema de repartição de terras da CTNP/CMNP.....	84
<b>Figura 15-</b>	Lotes em linhas latitudinais na área de colonização particular controlada da CTNP, Gleba Cianorte.....	86
<b>Figura 16-</b>	Sítios de café no vale do Ribeirão do Emo, perto de Araongas (Paraná), 1946.....	87
<b>Figura 17-</b>	Antiga propriedade rural no início dos anos 1970.....	94
<b>Figura 18-</b>	Croqui – Organização da sede de dois sítios rurais.....	95
<b>Figura 19-</b>	Edificações do período cafeeiro em dois sítios rurais – Terra Boa.....	96
<b>Figura 20-</b>	Aspectos das casas.....	99

<b>Figura 21-</b>	Cerca de balaústre.....	99
<b>Figura 22-</b>	Utilização de batedores de roupa.....	101
<b>Figura 23-</b>	Poço.....	102
<b>Figura 24-</b>	Forno.....	102
<b>Figura 25-</b>	Chora paulista.....	103
<b>Figura 26-</b>	“Mitório”/casinha.....	104
<b>Figura 27-</b>	Entrada de um galinheiro.....	105
<b>Figura 28-</b>	Cobertura para diversos apetrechos.....	106
<b>Figura 29-</b>	Paiol.....	107
<b>Figura 30-</b>	Tulha.....	107
<b>Figura 31-</b>	Terreirão.....	108
<b>Figura 32-</b>	Chiqueiro.....	109
<b>Figura 33-</b>	Mangueirão/Mangueira.....	110
<b>Figura 34-</b>	Lampiões.....	112
<b>Figura 35-</b>	Máquina de costura.....	113
<b>Figura 36-</b>	Escovão.....	114
<b>Figura 37-</b>	Chuveiro de balde/Tiradentes.....	114
<b>Figura 38-</b>	Ferro a brasa.....	115
<b>Figura 39-</b>	Cilindro de madeira.....	116
<b>Figura 40-</b>	Pulverizador de inseticida.....	116
<b>Figura 41-</b>	Pilão.....	117
<b>Figura 42-</b>	Moringa.....	117
<b>Figura 43-</b>	Garrafão de vinho.....	117
<b>Figura 44-</b>	Filtro/pote.....	118
<b>Figura 45-</b>	Bacia.....	118

<b>Figura 46-</b>	Tacho.....	118
<b>Figura 47-</b>	Descascador.....	119
<b>Figura 48-</b>	Torrador.....	119
<b>Figura 49-</b>	Moedor.....	119
<b>Figura 50-</b>	Mariquinha.....	119
<b>Figura 51-</b>	Arado de tração animal.....	122
<b>Figura 52-</b>	Enxada.....	123
<b>Figura 53-</b>	Enxadão.....	123
<b>Figura 54-</b>	Rastelo.....	123
<b>Figura 55-</b>	Escada.....	124
<b>Figura 56-</b>	Peneira.....	124
<b>Figura 57-</b>	Saco coronel.....	124
<b>Figura 58-</b>	Carrinho para espalhar café.....	125
<b>Figura 59-</b>	“Vaca”.....	125
<b>Figura 60-</b>	Rodo.....	126
<b>Figura 61-</b>	Balança.....	126
<b>Figura 62-</b>	Sacos de estopa.....	126
<b>Figura 63-</b>	Plantadeira/ “matraca”.....	127
<b>Figura 64-</b>	Balaio.....	127
<b>Figura 65-</b>	Debulhador de milho.....	128
<b>Figura 66-</b>	Banca de bater arroz.....	128
<b>Figura 67-</b>	Foice para ceifar arroz.....	129
<b>Figura 68-</b>	Foice para roçar pastagem.....	129
<b>Figura 69-</b>	Machado.....	130
<b>Figura 70-</b>	Marreta.....	130

<b>Figura 71-</b>	Cunha.....	130
<b>Figura 72-</b>	Traçador.....	131
<b>Figura 73-</b>	Machadinha.....	131
<b>Figura 74-</b>	Facão.....	132
<b>Figura 75-</b>	Lima.....	132
<b>Figura 76-</b>	Cavadeira articulada.....	133
<b>Figura 77-</b>	Cavadeira reta.....	133
<b>Figura 78-</b>	Serrote.....	133
<b>Figura 79-</b>	Arco de pua.....	134
<b>Figura 80-</b>	Pé de cabra.....	134
<b>Figura 81-</b>	Martelo.....	134
<b>Figura 82-</b>	Formões.....	134
<b>Figura 83-</b>	Grampos.....	135
<b>Figura 84-</b>	Dobradiças.....	135
<b>Figura 85-</b>	Pregos.....	135
<b>Figura 86-</b>	Pá.....	135
<b>Figura 87-</b>	Sede atual de sítio rural.....	141
<b>Figura 88-</b>	Casas de pequenas propriedades rurais.....	141
<b>Figura 89-</b>	Modelo de fachada e planta de casa construída pelo PNHR.....	142
<b>Figura 90-</b>	Sedes atuais e indícios de antiga sede.....	144
<b>Figura 91-</b>	Síntese dos arranjos espaciais encontrados nas propriedades visitadas.....	145
<b>Figura 92-</b>	Indícios de ocupação.....	147
<b>Figura 93-</b>	Configuração de uma praça rural: municípios de Terra Boa e Jussara.....	150
<b>Figura 94-</b>	Movimento na cidade e para a cidade.....	161

<b>Figura 95-</b>	Adesivo da 22ª Fescafé.....	175
<b>Figura 96-</b>	Logomarca do evento – Semana do café.....	176

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b>	Evolução da soja no Paraná (área plantada e produção) de 1976/1977 a 2016/2017.....	71
<b>Gráfico 2-</b>	Soja em grão nos municípios estudados – Área colhida (hectares).....	72
<b>Gráfico 3-</b>	Café em grão nos municípios estudados – Área colhida (hectares).....	73
<b>Gráfico 4-</b>	Evolução populacional dos municípios estudados – população total.....	77
<b>Gráfico 5-</b>	Evolução populacional dos municípios estudados – população urbana e rural.....	77

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1-</b>	Municípios fundados pela CTNP/CMNP.....	45
<b>Mapa 2-</b>	Localização da área de estudo.....	47

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b>	Municípios criados sob a influência da CTNP/CMNP.....	67
<b>Quadro 2-</b>	Atividades agrícolas relacionadas à produção do café.....	120
<b>Quadro 3-</b>	Rotina da família – horário e atividade.....	155

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b>	Distribuição dos cafeeiros, por regime de exploração, segundo classe de tamanho, no Paraná – 1961 (em %)	58
<b>Tabela 2-</b>	Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (unidades)	70
<b>Tabela 3-</b>	Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total – Paraná	76
<b>Tabela 4-</b>	Número de famílias, em domicílios particulares permanentes, segundo a composição e situação de domicílio – Paraná/2010	168
<b>Tabela 5-</b>	Quantidade de café em grão produzido em 2016 no Paraná	177

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNC	Conselho Nacional do Café
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DNC	Departamento Nacional do Café
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FICAFÉ	Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NEER	Núcleo de Estudos em Espaço e Representações
NEPEC	Núcleo de Pesquisas sobre Espaço e Cultura
PCNs	Propostas Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNHR	Programa Nacional de Habitacional Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1. GEOGRAFIA CULTURAL: DEBATES, EMBATES E SUPORTE PARA A PESQUISA</b> .....	24
<b>1.1 Breves considerações sobre a Geografia Cultural</b> .....	24
1.1.1 O refluxo e o ressurgimento da Geografia Cultural no Brasil.....	28
<b>1.2 As interações da Geografia</b> .....	33
<b>1.3 A definição do recorte espaço-temporal</b> .....	40
<b>2. O EMPREENDIMENTO CAFEIEIRO DO NORTE DO PARANÁ E A HERANÇA DE SUA PAISAGEM</b> .....	48
<b>2.1 A estratégia dos investimentos para a economia cafeeira</b> .....	48
<b>2.2 As relações de trabalho na grande propriedade</b> .....	58
<b>2.3 O surgimento das pequenas propriedades</b> .....	64
<b>2.4 Modernização agrícola e declínio da cafeicultura</b> .....	69
<b>3. A PAISAGEM DOS SÍTIOS QUE DESAPARECEU COM A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA</b> .....	82
<b>3.1 Colonização privada: o papel da CTNP/CMNP no sistema de divisão de terras rurais</b> .....	83
<b>3.2 Uso do solo – retirada da vegetação original</b> .....	88
<b>3.3 Cultura material</b> .....	92
3.3.1 Edificações.....	94
3.3.2 Utensílios domésticos.....	111
3.3.3 A etnografia do café.....	120
3.3.4 Ferramentas utilizadas na atividade agrícola.....	122
<b>4. O REGISTRO DOS REMANESCENTES DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO PERÍODO CAFEIEIRO</b> .....	138
<b>4.1 A vida privada nas pequenas propriedades rurais nos tempos do café</b> .....	151
4.1.1 Características das famílias.....	151
4.1.2 Atividades do cotidiano.....	154
4.1.3 As relações de vizinhança.....	158
4.1.4 Benzedeiros.....	159
4.1.5 Parteiras.....	160

<b>4.2 A vida social</b> .....	160
4.2.1 Os funerais.....	163
4.2.2 A reza do terço e os bailes.....	163
4.2.3 Folia de Reis.....	165
4.2.4 Festas religiosas e quermesses.....	166
4.2.5 As “zonas de meretrício” .....	167
<b>4.3 Os costumes – relações perdidas</b> .....	168
<b>4.4 A cafeicultura no contexto atual</b> .....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	179
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	183
<b>Leitura complementar</b> .....	190
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	195
<b>APÊNDICES</b> .....	196

## INTRODUÇÃO

Desenvolver um trabalho cuja proposta é estudar parte de uma realidade encontrada no espaço agrário do Norte do Paraná, mas sem privilegiar o pragmatismo que negava as características teórico-metodológicas da Geografia Tradicional, por considerá-la ultrapassada, e sem dar ênfase à leitura econômica – e muitas vezes economicista – tendências que estiveram fortemente presentes durante a década de 1970 nos estudos que tinham o campo como *locus* da pesquisa, e que se estenderam, embora com menor intensidade, até a década de 1980, não foi uma empreitada simples.

As mudanças que ocorreram no país em geral e na agricultura em particular, tiveram reflexo nas análises propostas pela Geografia Agrária. Conforme aponta Ferreira (2002, p. 262 e 273) o desenvolvimento tecnológico adotado para o campo foi registrado nos estudos em Geografia Agrária com referência em modelos estatísticos e matemáticos, leis e testes científicos, assim, consolidava-se uma leitura quantitativa da Geografia nos Estados Unidos. Os estudos de Filizola Diniz em Geografia Rural adotaram procedimentos da Geografia quantitativa em suas pesquisas. No final da década de 1970, palco das transformações na agricultura brasileira, e também na Geografia, outra linha de análise é sugerida para a Geografia Agrária. Subsidiada por uma leitura marxista, as análises econômicas passaram a destacar a realidade social, e a influenciar as pesquisas da Geografia Agrária. O capital, suas interações e suas consequências na agricultura – encarada como um empreendimento econômico – ganhou espaço nessa linha da pesquisa em Geografia Agrária.

As transformações passadas no Norte do Paraná, desde o início de sua ocupação oficial, passando pela entrada das empresas de colonização até a consolidação do processo de modernização da agricultura, estão inseridas no contexto de políticas econômicas e agrícolas implementadas pelo Estado. Ao tratar sobre o impacto dessas mudanças sobre a pequena propriedade, no que se refere aos aspectos espacial, econômico, social e cultural, percebemos que somente a compreensão fornecida pela Geografia Agrária não seria suficiente. Sem abandoná-la, recorreremos à Geografia Cultural, privilegiando a leitura norte-americana, pois, apesar dos limites da produção saueriana, ela nos abria a possibilidade de um diálogo com a Antropologia, a Arqueologia e a etnografia, o que consideramos importante para uma pesquisa que tem como particularidade o registro e a reconstituição das marcas (elementos materiais) impressos na paisagem interna das pequenas propriedades e o levantamento das relações sociais nelas praticadas no período em que a economia cafeeira foi dominante.

Sauer (2004) ao tratar da Geografia Cultural esclarece:

A Geografia Cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica [...] o desenvolvimento da Geografia Cultural procede necessariamente da reconstrução de sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente (SAUER, 2004, p. 22-23).

A reconstrução a que Sauer se refere invoca a descrição, procedimento metodológico característico da Geografia, pois mesmo antes de sua institucionalização acadêmica e científica seu interesse voltava-se para a descrição da diversidade da superfície terrestre, sendo os estudos que compreendem a relação espaço/paisagem e cultura, próprios da Geografia.

A Geografia Cultural, por sua vez, assume grande importância devido à ampla extensão territorial e diversidade histórico-cultural encontrada no Brasil, embora seja questionada por pesquisadores que encontram na leitura econômica a única abordagem possível de interpretação da realidade. Reconhecemos na Geografia Cultural uma contribuição sobremaneira importante para o enriquecimento e dinâmica das análises e leituras que se possa fazer da realidade, contemplando não só a realidade econômica, mas também aspectos culturais da sociedade. Nas últimas décadas houve, por parte de alguns geógrafos, uma tendência para leitura economicista da realidade brasileira, resultando em pesquisas que deixaram de lado outras possíveis leituras da Geografia.

Embora exista um número elevado de estudos que tomam por referência o Norte do Paraná, o olhar do geógrafo sobre determinado fato ou paisagem específica pode contribuir de forma efetiva para o conhecimento e interpretação da realidade objetiva. As palavras de Sternberg (1946, p. 13) confirmam a importância do trabalho do geógrafo, mesmo onde outras ciências tenham contribuído para elaboração de estudos geográficos, pois ele verificaria os trabalhos anteriores “estudando, de maneira mais minuciosa, certos pormenores de interesse geográfico, tratados superficialmente pelas outras ciências; como também procuraria, *in loco*, correlacionar os fenômenos até então tomados isoladamente” [*sic*] (STERNBERG, 1946, p. 13).

Assim, a tese propõe a investigação das transformações impressas na organização interna das pequenas propriedades rurais de três municípios inclusos no que se convencionou designar como Norte paranaense (São Jorge do Ivaí, Jussara e Terra Boa), tendo como recorte temporal as décadas de 1950 a 1980.

São objetivos do trabalho: levantar os fatores históricos e econômicos responsáveis pelo advento da pequena propriedade rural no Norte do Paraná; reconstituir quais elementos materiais estavam presentes nas pequenas propriedades no auge da economia cafeeira;

registrar quais elementos ainda resistem; retratar quais relações sociais eram praticadas e por que foram alteradas.

A pesquisa se justificou pelo interesse em investigar a herança deixada pela organização da pequena propriedade e que era visível nos poucos espaços ocupados por ela no Norte do Paraná. De importância econômica e bem destacada na produção que tratou da modernização agrícola do Norte do Paraná, a pequena propriedade ainda persiste na realidade agrícola do Paraná e adequou-se às novas exigências do mercado ou do público a que atende.

O problema em destaque na pesquisa refere-se à seguinte questão: embora tenha sido rapidamente substituída por outra forma de organização do espaço agrário, o fato foi que a organização espacial da pequena propriedade rural e demais infraestruturas que faziam parte da economia cafeeira permanecem vivas na memória das pessoas que vivenciaram este período; ainda se sentindo ligadas àquele contexto, mesmo passados quase 40 anos do fim do ciclo cafeeiro e da organização baseada na pequena propriedade, com a quase total erradicação dos indícios materiais desta época nos municípios estudados.

Constatou-se que o desenvolvimento de uma infraestrutura de colonização de uma região ficaria viável por meio da ocupação baseada na pequena propriedade; enquanto gerava riquezas e auxiliava no processo de colonização do estado, toda a organização que estava voltada ao café era mantida. Já se articulando a partir da década de 1950, por meio de convênios estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos, uma política de abrangência macro na economia e denominada de Revolução Verde começa a atingir o Brasil e se instala na rearticulação agrícola do Norte do Paraná, deslocando a importância econômica da pequena propriedade para a grande propriedade. Embora tenha desaparecido o contexto dessas pequenas propriedades, o que faz sua permanência viva na memória das pessoas que viveram aquela experiência coletiva foram as relações sociais estabelecidas entre seus membros.

Embora não tenha vivido a experiência da economia cafeeira, o interesse pelo tema adveio justamente das inúmeras histórias ouvidas desde a infância contadas por membros mais velhos da família e por conhecidos que relatavam as mudanças ocorridas na paisagem e no modo de vida do Norte do Paraná depois que a economia cafeeira havia sido substituída: falavam da paisagem e dos modos de vida que haviam sido transformados, e a própria paisagem ainda guardava marcas do que fora e das mudanças realizadas.

Para que a pesquisa fosse executada e os objetivos propostos alcançados, algumas etapas foram previamente estabelecidas. Conforme poderá ser constatado mais adiante as fases da pesquisa não necessariamente correspondem à sequência dos capítulos que foram ordenados de forma a tornar o trabalho escrito mais compreensível.

De início buscou-se compreender a gênese e a delimitação do Norte paranaense, e para isso, foram levantados trabalhos de pesquisadores – geógrafos e historiadores – que primeiro retrataram a paisagem e o processo de ocupação oficial do Norte do Paraná. Em seguida, foi definido o recorte espaço-temporal que se restringe aos municípios de São Jorge do Ivaí, Jussara e Terra Boa e ao período de 1950 até 1980, que marca respectivamente o início da formação dos municípios e o declínio do período cafeeiro.

Em um segundo momento foram realizadas leituras que retratassem o caminho percorrido pela Geografia Cultural através do tempo e o olhar de diferentes geógrafos sobre os estudos em Geografia Cultural. A leitura tanto de autores clássicos como de pesquisadores contemporâneos, com ênfase nos estudos norte-americanos (Carl O. Sauer, Kent Mathewson, John Leighly e David Lowenthal) foi necessária para que pudéssemos compreender a concepção de Geografia Cultural desenvolvida nos Estados Unidos a partir de Carl O. Sauer e de seus seguidores.

Sauer, com sua Geografia Cultural e Histórica estabeleceu uma forma geográfica de se estudar a cultura a partir da reconstituição de paisagens e da vida material de determinado povo. Para Sauer, a cultura assume grande importância, pois, agindo ao longo do tempo sobre o meio gera a paisagem cultural. Ao falar da reconstrução de paisagens pretéritas por meio de indícios materiais, Sauer associa sua Geografia Cultural com a Arqueologia, uma disciplina sobremodo espacial, pois se preocupa em localizar espacialmente os vestígios arqueológicos e assim, entender culturas do passado. Nesta leitura da Geografia Cultural a Arqueologia, recebe destacada importância, compreensível pela leitura etnográfica.

A leitura de Mathewson e Leighly permitiu o contato com as obras de Sauer que não se encontram traduzidas na coleção *Geografia Cultural*, organizada por Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. As obras organizadas pelos referidos autores reúne os escritos de Sauer realizados ao longo da carreira do geógrafo.

As obras de Lowenthal deram suporte para o entendimento de memória e de passado. Em Lowenthal estes conceitos estão vinculados à paisagem e surgiram na pesquisa que ora se apresenta por optarmos trabalhar com entrevistas, recurso que nos auxiliaria na reconstituição da paisagem interna das pequenas propriedades rurais e do entendimento das relações sociais então existentes. Teoricamente, as limitações da memória e seu caráter seletivo (o que é recordado depende das experiências pessoais; não se pode lembrar tudo, apenas uma parte do passado pode ser acessada) nos levaram a optar por organizar as entrevistas em grupos focais: os informantes não eram entrevistados individualmente, mas em grupos de quatro pessoas “[...] lembranças são continuamente complementadas pelas dos outros. Partilhar e validar

lembranças torna-as mais nítidas e estimulam sua emergência; acontecimentos que somente nós conhecemos são evocados com menos segurança e mais dificuldade” (LOWENTHAL, 1998, p. 81).

Além da maior facilidade em ser obter os relatos e da extensão que poderiam alcançar (juntos os informantes complementavam aquilo que recordavam, trazendo uma quantidade mais expressiva de recordações) na prática, a opção pelos grupos focais derivou de uma organização característica da pesquisa: em um primeiro contato, pedíamos para que o informante decidisse qual o melhor dia e horário para que pudéssemos realizar as entrevistas, a grande maioria delas ocorreu durante os finais de semana e feriados, dias em que somente o trabalho essencial é realizado, e as pessoas costumam se reunir com a família e amigos, como nos tempos dos sítios. Nunca encontrávamos a pessoa com a qual entramos em contato, sozinha para a entrevista. Na residência estavam sempre o casal, os filhos mais velhos e/ou algum parente ou amigo próximo que estava de visita. Quando começávamos a entrevista sempre havia interferência. O entrevistado, quando não se recordava com exatidão sobre algo se dirigia para alguém perguntando se o indivíduo se recordava do nome de alguma pessoa mencionada, de algum lugar ou de algum acontecimento, e o interpelado sempre se estendia nas respostas, se achegando e iniciando espontaneamente sua participação na entrevista. Assim, passamos a considerar e a incentivar a participação de mais informantes, realizando as entrevistas em grupos focais. Estas conversas em grupo, reunindo várias pessoas da família ou amigos em feriados ou finais de semana era uma prática comum na pequena propriedade cafeeira. Reuniam-se para contar da vida que estavam levando, para contar da vida levada pelos conhecidos e parentes, para trocar experiência. Foi dessa dinâmica social que resultou o levantamento de informações sobre a organização social da pequena propriedade.

Conforme exposto, buscamos o auxílio da Antropologia, da Arqueologia e da etnografia para a realização do trabalho de campo e para a interpretação dos dados obtidos. As entrevistas ocorreram com pessoas acima dos 55 anos e que vivenciaram o período cafeeiro do Norte do Paraná. Com o recorte por idade pretendíamos ter o contato com informantes que presenciaram a formação das pequenas propriedades e sua transformação.

Concomitantemente às entrevistas, foram realizadas consultas em acervos de instituições públicas (museus, casas da memória e bibliotecas), acervos particulares (fotografias disponibilizadas pelos entrevistados) e observação em campo (visitas a 50 propriedades rurais). Além disso, foram organizados registros fotográficos que representam as novas formas de organização da pequena propriedade e que foram posteriormente empregados na produção do texto final, que traz em seu corpo, gráficos, mapas, croquis, tabelas e quadros,

utilizados como elementos visuais que auxiliam na interpretação dos resultados coletados no decorrer da pesquisa.

Entender a economia cafeeira como um empreendimento que se consolidou no Norte do Paraná e que aliado à ação de empresas colonizadoras foi responsável pela infraestrutura que organizou a colonização dessa área, com base na pequena propriedade, foi o primeiro passo que nos levou a compreender como uma política econômica e agrícola, que subsidiou o processo de modernização da agricultura, foi capaz de transformar a organização econômica, espacial e social da pequena propriedade.

Retratar a organização espacial da pequena propriedade nos levou a proceder com o levantamento do processo de repartição de terras aplicado aos lotes rurais e dos elementos materiais presentes no período cafeeiro, compreendendo as edificações, os utensílios domésticos e as ferramentas utilizadas na atividade agrícola; foi levantado também como as edificações e os cultivos se distribuíam na propriedade e como o trabalho era organizado pela família.

Em outro momento foram registrados os remanescentes representativos do período cafeeiro no que se refere às edificações e à posição da sede. De forma geral os dois elementos (edificações e sede) sofreram menor alteração nas propriedades que ainda se dedicam ao cultivo do café.

As relações sociais estabelecidas, cujas principais características eram a proximidade entre familiares e amigos, também foram levantadas, sendo importantes na medida em que tornaram possível a manutenção dos pequenos proprietários até o advento da modernização; o desenvolvimento desse processo fez com que as relações de vizinhança e os laços de solidariedade que mantinham a coesão do grupo e evitavam o isolamento passassem por mudanças.

De modo geral o trabalho foi estruturado tendo como base o trabalho de campo e os levantamentos teóricos. Esses dois procedimentos não ocorreram separadamente (à medida que realizávamos os trabalhos de campo, buscávamos suporte teórico) sendo caracteristicamente complementares. As informações depois de levantadas foram analisadas e dispostas no texto, cuja redação está estruturada em quatro partes.

O capítulo 1 apresenta de forma sucinta a trajetória da Geografia Cultural desde o surgimento nos Estados Unidos, passando pelo refluxo e ressurgimento nas análises geográficas brasileiras. Também são apresentados os procedimentos metodológicos e o caminho percorrido até a definição do recorte espaço-temporal utilizado na pesquisa.

O capítulo 2 trata da formação das pequenas propriedades rurais, processo que está atrelado à conjuntura econômica que também influenciou a produção cafeeira no estado. A modernização da agricultura é abordada enquanto propulsora das transformações ocorridas na organização espacial e social da pequena propriedade.

No capítulo 3 são levantadas informações a respeito do sistema de repartição dos lotes rurais empreendido pela principal companhia colonizadora que atuou na região e descritas as formas como as propriedades rurais foram organizadas. Foram relacionados aspectos da cultura material como as edificações, os utensílios domésticos e outras ferramentas de trabalho presentes nas pequenas propriedades e que estavam voltadas ao processo produtivo do café e a manutenção da propriedade e da família.

O último capítulo aponta os remanescentes do auge do período cafeeiro representados pelos indícios de antiga ocupação, pelas edificações e pela disposição das sedes, que são mais alteradas em propriedades onde outras atividades agrícolas (e não agrícolas) passaram a ser praticadas. O capítulo versa ainda sobre as relações sociais que estavam inseridas na pequena propriedade, levantadas por meio dos relatos dos entrevistados. A economia cafeeira, além de ter influenciado na organização interna da pequena propriedade e moldado uma paisagem rural, atuou como reguladora das atividades cotidianas. A transformação das relações sociais e dos costumes a partir da modernização da agricultura, mesmo passados quase quarenta anos do declínio da economia cafeeira, permanece na memória dos indivíduos que vivenciaram esse período, atualmente uma população idosa.

As considerações finais foram organizadas de forma a apresentarem uma síntese dos resultados obtidos em cada fase do trabalho, trazendo um panorama de como as políticas econômicas e agrícolas se objetivaram na organização interna das pequenas propriedades rurais e na paisagem rural como evidência das transformações.

# **1. GEOGRAFIA CULTURAL: DEBATES, EMBATES E SUPORTE PARA A PESQUISA**

## **1.1 Breves considerações sobre a Geografia Cultural**

Ao falar sobre a trajetória da Geografia Cultural de seu surgimento e evolução até a atualidade, buscamos traçar um quadro genérico com o propósito de situar a pesquisa no contexto do desenvolvimento deste ramo da Geografia Humana, evidenciando a trajetória teórica da pesquisa.

Embora tenhamos dado destaque ao pensamento saueriano, não desconhecemos a importância dada aos aspectos estudados por outros autores que impactaram o desenvolvimento da Geografia brasileira, em especial estudiosos franceses e alemães.

No decorrer do texto serão apresentados os precursores – pesquisadores que muito contribuíram para constituição do corpo teórico-metodológico da Geografia Cultural – e retratado o período de refluxo e ressurgimento da Geografia Cultural, onde se destaca a contribuição recebida de outras áreas do conhecimento para a consolidação da fase contemporânea.

Reconstituir o percurso teórico de uma ciência nos possibilita uma avaliação sobre os procedimentos adotados, as posições assumidas por pesquisadores ao longo do tempo. Não se trata de privilegiar determinada abordagem ou metodologia, mas de apresentar a importância que cada uma oferece nas pesquisas que desenvolve. As diversas abordagens da Geografia contribuem sobremaneira para o enriquecimento e dinâmica da leitura da Geografia Cultural.

A Geografia Cultural teve seu desenvolvimento marcado por períodos distintos, sendo eles: os anos até 1970, nos Estados Unidos, etapa em que se mantinha em ascensão, e influenciou diversas propostas curriculares sugeridas ao ensino de Geografia, a Geografia Urbana dentre outras áreas. No Brasil, a fase de 1960 a 1970, onde houve um arrefecimento no interesse por esse campo da Geografia e, por fim, a fase pós 1970 até atualidade em que emergiu novo interesse em decorrência da fundamentação teórica das propostas curriculares implementadas a partir da década de 1980.

Embora no Brasil os estudos ligados a Geografia Cultural não sejam tão proeminentes, sua importância é inegável, principalmente devido à grande dimensão e diversidade histórico-cultural do país, que permitem a realização de inúmeros trabalhos com temáticas variadas.

De acordo com Almeida (2008, p. 34-35) uma das leituras que influenciou a Geografia Cultural no Brasil, principalmente a leitura que surgiu a partir da década de 1990, estava baseada nos princípios filosóficos da Geografia Humanista e nitidamente neopositivista. Segundo a autora essa fundamentação teórica pode ter motivado a baixa adesão de pesquisadores, além da hegemonia da Geografia Crítica que se colocava como a única abordagem possível de interpretação da realidade. A influência da Universidade de São Paulo, principal responsável pela formação, no país, de doutores em Geografia até a década de 1990, teve um papel fundamental na difusão da Geografia de leitura marxista e da negação da Geografia Cultural como outra possibilidade de leitura e análise, embora tenha, durante as décadas de 1950 e 1960, dialogado com a Antropologia Social norte-americana, e por causa da influência de Sauer, especificamente com a leitura etnográfica. A influência de parte do corpo docente uspiano tem ligação com a inexpressividade dos estudos em Geografia Cultural, pois rejeitava “[...] o projeto tradicional da geografia, valorizava a utilização de modelos econômicos de inspiração neoclássica ou neoliberal e enfatizava a concepção de que a verdadeira revolução na metodologia da Geografia moderna só chegava a partir da crítica radical [...]”. Ainda conforme Almeida (2008, p. 36) apesar da grande influência de pesquisadores que acreditam em somente uma via metodológica para se fazer Geografia, o interesse pela Geografia Cultural vem aumentando e isso pode ser comprovado pelo número de comunicações apresentadas em eventos científicos de Geografia.

As análises de fatos geográficos calcadas somente em um único aspecto, seja ele econômico, político ou social, limitam a investigação e não são eficazes em esclarecer as intensas transformações do espaço geográfico que se evidenciam na paisagem. De acordo com McDowell (1996):

A geografia cultural é atualmente uma das mais excitantes áreas de trabalho geográfico. Abrangendo desde as análises de objetos do cotidiano, representação da natureza na arte e em filmes até estudos do significado das paisagens e a construção social de identidades baseadas em lugares, ela cobre numerosas questões. Seu foco inclui a investigação da cultura material, costumes sociais e significados simbólicos, abordados a partir de uma série de perspectivas teóricas (MCDOWELL, 1996, p.159).

Por meio das indicações de McDowell é possível perceber a variedade de temáticas que a Geografia Cultural possibilita analisar. Ao retrocedermos para os primórdios da Geografia, percebemos que os estudos que envolvem a relação espaço/paisagem e cultura são próprios da Geografia. Porém, registros apontam que o termo Geografia Cultural foi utilizado

à primeira vez em 1880 por Friedrich Ratzel<sup>1</sup> (1844-1904) ao publicar uma obra dedicada à Geografia dos Estados Unidos.

A partir desse momento as relações sociedade, cultura e natureza tornam-se objeto de atenção de outros geógrafos europeus como Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e Otto Schlüter (1872-1952), principalmente.

Doze anos mais tarde Ratzel, sob influencia de Carl Ritter, Alexander von Humboldt e Charles Darwin, elabora a obra *Antropogeografia*, onde analisou os fundamentos culturais da diversidade das repartições dos homens e das civilizações, ou seja, a diferenciação dos espaços dava-se muito em função do caráter cultural (artefatos, técnicas, entre outros instrumentos) que o homem produzia.

Ainda na Geografia alemã, destaca-se Otto Schlüter (1872-1959), que se dedicava aos estudos dos estabelecimentos humanos desde 1890. De acordo com Claval (2014) Schlüter redige em 1907 um pequeno livro onde divulga ser a paisagem o objeto da Geografia Humana. Segundo Claval (2014):

Para Ratzel, o estudo geográfico da cultura confundia-se com o dos artefatos utilizados pelos homens para dominar o espaço. Para Schlüter e para a maioria dos geógrafos alemães das primeiras décadas do século XX, o objeto fundamental de pesquisa era a marca que o homem impõe à paisagem que constitui. Esta marca é estruturada: o objeto da geografia é, portanto, apreender sua organização, descrever o que se denomina desde então de morfologia da paisagem cultural e compreender sua gênese (CLAVAL, 2014, p. 32).

A publicação de Schlüter foi exitosa, pois, “[...] muitos geógrafos alemães estavam, de fato, em busca de uma definição do campo geográfico que possibilitasse delimitar um objeto claro, para justificar a existência da Geografia enquanto ciência e evitar querelas de fronteira com as ciências vizinhas” (ALMEIDA, 2008, p. 38-39).

A Geografia Cultural alemã ainda recebeu contribuições de August Meitzen (1822-1910) e de Edouard Hahn (1856-1928). Meitzen dedicou-se aos estudos sobre as paisagens agrárias alemãs, cuja diferenciação estaria baseada nos grupos étnicos formadores destas paisagens (eslavos e germanos); Hahn valorizava as questões referentes aos valores, às atitudes e as crenças dos homens, mas ambos davam ênfase à análise da paisagem por meio dos instrumentos e técnicas, ou seja, enfatizavam apenas os aspectos materiais da paisagem.

Ao contrário do que ocorria na Alemanha, nos Estados Unidos, o interesse pela Geografia Cultural aparece apenas com os trabalhos de Carl Ortwin Sauer (1889-1975),

---

<sup>1</sup> RATZEL, Friedrich. **Culturgeographie der Vereinigten Staaten von Nord-Amerika unter besonderer Berücksichtigung der wirtschaftlichen Verhältnisse**. Munich: Oldenbourg, 1880.

fundador da Escola de Berkeley. Até então, a Geografia norte-americana, representada pela escola do *Middle West*, preocupava-se com o rigor, a coleta de dados e a cartografia, deixando em segundo plano os aspectos culturais. Este posicionamento deriva das tensões impostas até o fim da Segunda Guerra Mundial, onde o conhecimento das próprias terras e do território inimigo representava, segundo compreensão norte-americana, a possibilidade de vitória.

Em 1925 Sauer publica *The morphology of landscape*<sup>2</sup> onde afirma ser a paisagem geográfica o resultado da ação da cultura, ao longo do tempo sobre a paisagem natural. Daí advém à principal contribuição de Sauer, pois o autor considera que os estudos geográficos precisariam analisar as paisagens culturais de modo que a morfologia física deveria ser vista como um **meio**, transformado pelo **agente** que é a cultura.

Assim como os alemães, Sauer não considera o papel das dimensões sociais e psicológicas da cultura, mantendo-se coerente à concepção alemã de Geografia, o que gerou duras críticas e a acusação de que para ele a cultura era encarada como sendo uma entidade supraorgânica, ou seja, assumindo uma independência da sociedade. Esta questão ganha corpo e se torna mais patente a partir de 1980 com a publicação de um artigo de James S. Duncan<sup>3</sup> intitulado *O supra-orgânico na geografia cultural americana*. Segundo Duncan a cultura nesse sentido possui uma organização intransigente, inerte e imutável e que, portanto, pode ser pouco ou nada transformada pelos indivíduos, que se tornam incapazes de modificar toda carga de tradições, hábitos e costumes herdados da geração anterior.

Na França a tríade de geógrafos formada por Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Jean Brunhes (1869-1930) e Pierre Deffontaines (1894-1978) se destacaram no âmbito dos estudos culturais em Geografia que, assim como na Alemanha surge concomitantemente ao processo de sistematização.

Ao pensar as relações entre o homem e o meio, La Blache elaborou o conceito de “gênero de vida”, que segundo Claval (2014):

[...] permite lançar um olhar sintético sobre as técnicas, os utensílios ou as maneiras de habitar das diferentes civilizações: ela os organiza na sucessão dos trabalhos e

<sup>2</sup> Para acesso aos escritos de Sauer, consultar: LEIGHLY, J. (Ed.) **Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer**. Berkeley: University of California Press, 1983 e DENEVAN, W.; MATHEWSON, K. (orgs.). **Carl Sauer, culture and landscape: readings and commentaries**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2009.

<sup>3</sup> Ver DUNCAN, S. James. O supra-orgânico na Geografia Cultural norte-americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução a Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Para outra visão consultar PENN, Mischa; LUKERMANN, Fred. Corologia e paisagem: uma leitura internalista de “A morfologia da paisagem”. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

dos dias [...] e aponta como se relacionam os hábitos, as técnicas e as paisagens. A ambição de Vidal de La Blache é explicar os lugares, e não de se concentrar sobre os homens. [...], mas a análise dos gêneros de vida mostra como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho (CLAVAL, 2014, p. 41).

Em síntese, a noção de gênero de vida se refere ao conjunto de técnicas, hábitos e costumes peculiares de uma sociedade e que possibilitam o bom emprego dos recursos naturais. Assim, os gêneros de vida permitiam explicar as diferentes paisagens. La Blache afirmava que o meio físico exercia influência sobre os gêneros de vida, mas os grupos humanos também poderiam intervir, de acordo com seu estágio de desenvolvimento cultural e tecnológico.

Orientado por La Blache, Jean Brunhes segue a risca as exigências metodológicas da pesquisa e foca seus estudos dando ênfase à categoria paisagem (CLAVAL, 2014, p. 44). Em 1909 publica a obra *Géographie humanaine*, onde se aproxima das publicações geográficas alemãs e das pesquisas de etnografia e folclore suíços, mais desenvolvidas do que os estudos que eram realizados na França.

Brunhes se destaca por efetivamente se interessar pelas dimensões culturais na Geografia. Em suas pesquisas valia-se de alguns colaboradores; entre eles, destaca-se Pierre Deffontaines, um de seus mais conhecidos seguidores e o primeiro especialista nas questões culturais e que segue dando proeminência à questão do gênero de vida em seus estudos. Na década de 1930 vem ao Brasil para ministrar aulas na Universidade de São Paulo dando início a estreita relação entre a Geografia francesa e brasileira.

### 1.1.1 O refluxo e o ressurgimento da Geografia Cultural no Brasil

Tratar dos aspectos que levaram os estudos culturais em Geografia a um período de declínio no Brasil, nos conduz a um esforço para entender a baixa produção desta abordagem geográfica na pesquisa brasileira e a resistência que se fez a esta leitura e análises teóricas. As pesquisas em Geografia Cultural continuaram se desenvolvendo em outros países, no Brasil é que ela foi pouco adotada, além de encontrar em pesquisadores da Geografia Crítica uma oposição desde a década de 1970.

Até o período de 1940 floresceram na ciência geográfica os estudos que levavam em conta as marcas que a cultura impingia na paisagem e a noção de gênero de vida. Mesmo que de formas diferentes as duas abordagens – presentes nas escolas anglo-saxônica, norte-americana e francesa – privilegiavam a cultura material e se aproximavam pelo enfoque dado

nas pesquisas ao estudo do conjunto dos instrumentos e equipamentos utilizados para explorar o meio como habitat. Nas análises dos fatos os aspectos subjetivos da cultura (valores morais, éticos, hábitos, mitos e ritos) eram excluídos. Essa ênfase na cultura material e a modernização, marcada pelo aumento do uso da técnica, da mecanização e da padronização das construções e rotinas de trabalho diminuem, segundo Claval (2014, p. 56), o interesse pela Geografia Cultural, passando a haver um período de declínio nas pesquisas que a tomam como foco. Entendemos que a leitura de Claval prima pela abordagem social, por isso a crítica à produção de Sauer.

No período em que predominaram o estudo dos gêneros de vida na França o país podia ser considerado como essencialmente rural. A modernização e a consequente uniformização dos utensílios e dos artefatos tornaram os trabalhos realizados sob os moldes desenvolvidos por La Blache inadaptados às análises de um mundo cada vez mais urbano e industrializado. Entendemos como superação quando algumas análises teóricas não respondem mais à realidade que interpretavam. Neste sentido, Brunhes vai definir seus estudos culturais pelas metodologias alemãs, e, naquele contexto, demonstrava avanços nas leituras que fazia principalmente do espaço urbano.

Nas sociedades urbanas os ritmos e os tempos são outros: mais acelerados e mutáveis. Claval (2014), ao registrar essas diferenças descreve:

As sociedades tradicionais são profissionalmente homogêneas: as massas rurais agrupam mais de 80% de sua população. Os condicionantes impostos pelo ambiente e as estruturas fundiárias são geralmente tão fortes que não se dispõe, na comunidade, de mais de uma maneira de produzir o que é necessário à subsistência. É suficiente, para compreender os problemas encontrados, descrever os trabalhos e os dias de uma das unidades elementares, fazenda ou criação familiar de animais: apreende-se o gênero de vida comum sem dificuldade a partir de monografias sobre a exploração do campo ou a organização do tempo das famílias (CLAVAL, 2014, p. 56).

A partir de um mundo cada vez mais urbano e afeito aos impulsos do consumo, os geógrafos culturalistas passam a levar em conta as dimensões culturais nos fatos que observam. A Geografia Cultural, que aparentemente tendia ao esquecimento, ganha novo fôlego a partir de 1970, por meio das críticas à Geografia alemã, à Escola de Berkeley e à Geografia vidaliana.

No caso francês, as representações identitárias e os territórios passam para pautas dos estudos; na Inglaterra, a industrialização e a urbanização e as consequentes mudanças demográficas e sociais advindas desse processo adquirem uma importância fundamental na história da mudança cultural. As cidades oferecem novas formas de relações que afetam as

percepções sociais e estudos envolvendo a cidade e vida cultural, identidade, significado e imaginação passaram a ter destaque (ALMEIDA, 2008, p. 43-44).

A Geografia Cultural ganha novo fôlego ao somar aos fundamentos desenvolvidos por Sauer e Vidal de La Blache, questões subjetivas. As políticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que no ano de 1972 cria a Convenção do Patrimônio Mundial com o objetivo de responder aos anseios da comunidade internacional em proteger patrimônios de relevância mundial, também orientaram a retomada do interesse e o reaparecimento da Geografia Cultural, que já influenciava as políticas da UNESCO desde a década de 1950. O conceito de paisagem cultural apresentado pela agência é bastante próximo aos conceitos de paisagem encontrados na Geografia, mais especificamente ao conceito elaborado por Sauer, pois a ressalta como sendo formada pela ação humana interagindo no ambiente.

Corrêa (1995) aponta que a Geografia Cultural produziu ao longo de sua existência uma série de trabalhos como livros, artigos e teses sobre uma temática bastante variada e que pode ser sintetizada em quatro temas maiores, a saber:

[...] a análise da paisagem cultural, a história da cultura no espaço, as áreas culturais e a ecologia cultural ou o estudo da ação do homem alterando a natureza, levando, por exemplo, à degradação do solo. Outros temas foram também considerados, sobretudo a partir dos anos 60 e mais recentemente ainda, quando se inclui uma abordagem crítica à dimensão espacial da cultura (CORRÊA, 1995, p. 2).

No Brasil, pode-se dizer que o período marcado pelo desinteresse dos estudos culturais em Geografia culminou com a proposição de novas bases teórico-metodológicas, no caso a Geografia Crítica, reorientando as pesquisas. Mesmo depois de seu novo advento na Geografia brasileira a partir da década de 1990, não é possível afirmar que exista uma unidade presente na Geografia Cultural contemporânea; a Geografia Cultural com base em Sauer dirige suas pesquisas para a Antropologia, para a etnografia, para os espaços urbanos e espaços produzidos por civilizações anteriores; a Geografia Cultural de Claval, de influência francesa, dirige seus estudos para os aspectos sociais dos grupos culturais que pesquisa, dialogando com a Sociologia. São visões diferentes da formação da paisagem e suas influências culturais.

Assim, no processo de retomada da Geografia Cultural no Brasil, novas temáticas surgiram, como por exemplo, o estudo das religiões, os valores simbólicos, as manifestações culturais, as manifestações sociais; e o diálogo com áreas como a Literatura, Artes, Antropologia, Arqueologia foi estabelecido. Essa diversidade de estudos e possibilidades

contribuiu sobremaneira para o avanço do conhecimento geográfico, e é neste contexto de possibilidades que surgiu no Brasil o interesse pela dimensão espacial da cultura, e que de certa forma foi estimulada pelas reformas educacionais, mais especificamente as propostas curriculares, que apresentam grande influência da Geografia Cultural.

Segundo Lima (2015, p. 50) a baixa aceitação da Geografia Cultural no Brasil deu-se por questões político-ideológicas e equívocos teóricos. Ela só ganhou espaço a partir da década de 1990 com as Propostas Curriculares Nacionais de Geografia (PCNs) implementadas pelas reformas educacionais. Com os PCNs o trabalho de campo, antes apagado pelo paradigma da Geografia Teórica, tem sua importância reconhecida enquanto prática didática e é retomado no ensino.

Ainda segundo Lima (2015) a presença da Geografia Cultural pode ser verificada nas pesquisas que são desenvolvidas valorizando metodologias como questionários, entrevistas e também trabalho de campo. Para a autora as pesquisas em Geografia no Brasil são influenciadas pelas reformas educacionais o que pode ser comprovado pelo estudo de “novos” temas “[...] as reformas educacionais, são constituídas de propostas pedagógicas e didáticas que favorecem a compreensão e explicação das conjunturas em que são implementadas” (LIMA, 2015, p.55).

A partir da década de 1990 a Geografia Cultural foi se firmando no meio acadêmico; disciplinas foram criadas com esse nome e conteúdo; e grupos ou núcleos de pesquisas se organizaram em torno dessa linha teórica da Geografia.

O surgimento de grupos de pesquisa como o Núcleo de Pesquisas sobre Espaço e Cultura-NEPEC, também contribuiu para a difusão da Geografia Cultural no meio acadêmico. Criado em 1993 e coordenado pela professora Zeny Rosendahl está radicado no departamento de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ e agrega uma rede de pesquisadores de várias instituições de ensino.

Em 1995 o NEPEC lançou o periódico *Espaço e Cultura*, divulgando não apenas as suas produções, mas de outros geógrafos também. Em 1996 o grupo publicou a série de livros *Geografia Cultural*. O NEPEC resgata os estudos de Sauer, apresentando textos traduzidos, além de textos críticos e análises de sua obra; e possui estreita relação com o laboratório *Espace et Culture – Villes et Civilisations* da Universidade de Paris-Sorbone, sob coordenação do professor Paul Claval.

O Núcleo de Estudos em Pesquisas *Geografia Cultural: territórios e identidades*, ligado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (Laboter) da Universidade Federal de Goiás atua principalmente no campo da investigação com a

publicação de obras como os livros *Geografia: leituras culturais* (2003), *Tantos Cerrados* (2005) e *Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares* (2008).

Em 2004 foi criado na Universidade Federal do Paraná-UFPR o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações-NEER. As pesquisas do NEER contemplam uma pluralidade de temas que estão representados nas publicações realizadas entre 2007 a 2017; neste período o núcleo produziu seis livros: o primeiro intitulado *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista* e o mais recente *Os outros somos nós: NEER (2006-2016)*.

O maior contato da Geografia brasileira com a Geografia Cultural saueriana teve início com Hilgard O'Reilly Sternberg que se dirigiu para a Universidade do Estado da Luisiana nos Estados Unidos no início da década de 1940. Nesse período, Sternberg aproximou-se dos estudos desenvolvidos por Sauer, principalmente no que se refere ao trabalho de campo, produzindo uma valiosa obra sobre a importância e o modo de se fazer trabalho de campo e que será, conforme pode ser constatado nas páginas seguintes, utilizada nesta pesquisa.

A Geografia Cultural norte-americana ainda encontra espaço no Brasil por meio do contato de pesquisadores como Kent Mathewson, geógrafo norte-americano radicado na Universidade do Estado da Luisiana e cuja influência de Sauer é visível tanto em suas pesquisas referentes à Geografia Histórico-Cultural como nas obras dedicadas à transcrição e comentários sobre os escritos de Sauer e a respeito do surgimento da Escola de Berkeley. A presença de Mathewson em eventos promovidos pelo NEPEC favorece o esclarecimento sobre a Geografia saueriana e aproxima a Geografia brasileira do caminho da Geografia Cultural norte-americana.

Nesta pesquisa, além da referência direta de Sternberg, os escritos de Mathewson orientaram no sentido do contato direto com as obras de Sauer. David Lowenthal ex-aluno de Sauer e que teve suas pesquisas marcadas pelo estudo da paisagem com destaque para o passado, a história e a memória, assim como Sternberg e Mathewson, é um referencial que contribuiu para a pesquisa.

No Brasil, os estudos que tomam a Geografia Cultural como referência têm percorrido um caminho que há muito já se trilhava na Alemanha, França e Estados Unidos. Os procedimentos metodológicos sugeridos pela Geografia Cultural permitem uma forma de compreensão do mundo por meio dos aspectos culturais. Ela fundamenta propostas curriculares sugeridas pelas reformas educacionais; fundamenta políticas públicas dirigidas a setores da sociedade e economia; fundamenta estudos como o proposto nessa pesquisa, em

que nos dispomos resgatar por meio de entrevistas, questionários, trabalho de campo, classificação de instrumentos, ferramentas e outros equipamentos utilizados nas atividades do trabalho na lavoura, o contexto vivido na fase cafeeira do Norte do Paraná, especificamente nas pequenas propriedades. Buscando superar a leitura nostálgica ou o desejo do retorno daquela conjuntura, buscamos identificar por meio da pesquisa, o que fazia a memória daquele tempo permanecer tão viva para aqueles que o tinham experienciado.

## 1.2 As interações da Geografia

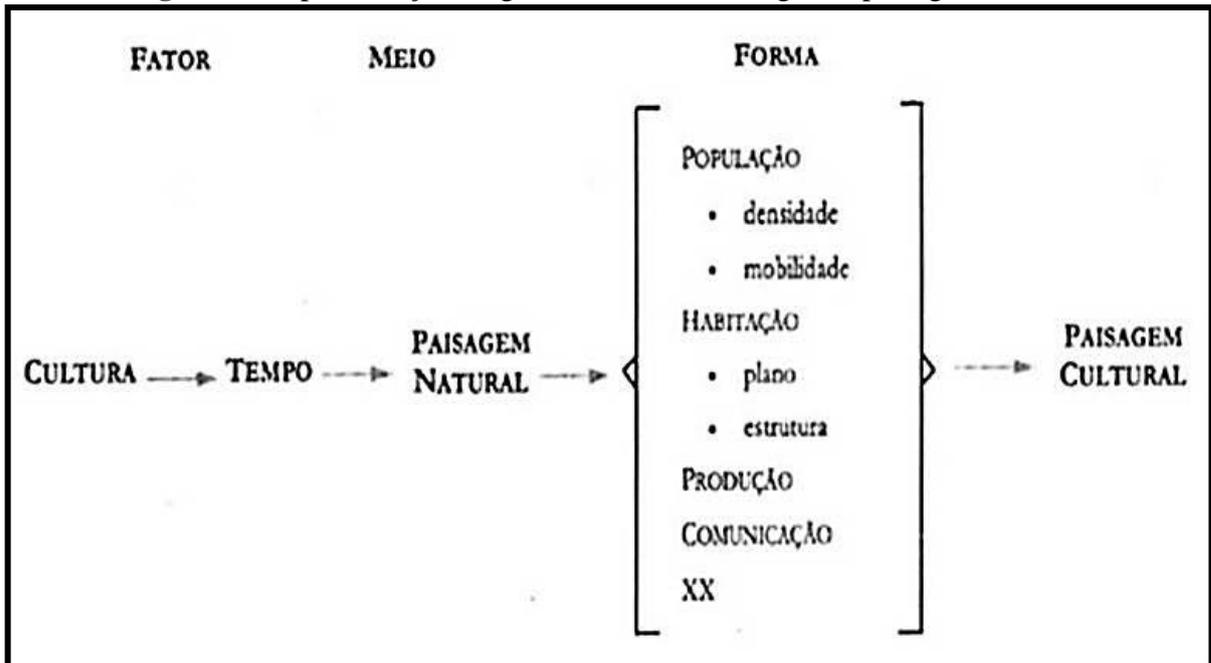
A Geografia é uma ciência que possibilita uma infinidade de estudos referentes às formas como os diversos grupos humanos interagem com o espaço, produzindo-o, transformando-o e deixando suas marcas na paisagem. Cada paisagem carrega consigo características que refletem processos históricos passados; por isso, compreender as conjunturas pretéritas auxilia no entendimento da organização atual. E assim nos ensina Monbeig (2004): “Ver como a paisagem é o reflexo da civilização, tal é uma das principais tarefas do geógrafo [...]” (MONBEIG, 2004, p. 117)

Quanto aos estudos geográficos Demangeon (1956, p. 14-15) realça o fato de não ser suficiente conceber e limitar a natureza e o objeto da Geografia Humana; é preciso haver princípios de método, seja para melhor compreendê-la, seja para não afastar-se dela. Para o autor são três os princípios essenciais desse método: não se deve crer numa espécie de determinismo brutal, numa fatalidade resultante dos fatores naturais; é preciso trabalhar apoiando-se sobre uma base territorial; para ser abrangente e explicativa, a Geografia Humana não pode ater-se somente à consideração do estado atual das coisas, é preciso encarar a evolução dos fatos, voltar ao passado, isto é, recorrer à História, e principalmente resgatar seu trabalho de síntese, como procedimento de pesquisa, permitindo uma leitura comparativa entre várias realidades, balizando sua leitura nesta variedade de situações e não tratando isoladamente apenas um caso (razão pela qual a Geografia Cultural tem sido criticada).

Sauer (1983) também aponta a relevância dos elementos temporais e históricos para a Geografia, que segundo ele intervêm na relação homem/paisagem. A paisagem para Sauer (1983; 2004) é formada pelo acúmulo de experiências humanas. As ações humanas estão expressas na paisagem que pode ser definida como “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”. A paisagem cultural sofre transformações seja pelo desenvolvimento, seja pela substituição de culturas.

É na célebre obra *The Morphology of Landscape*, de 1925, que Sauer define a paisagem como sendo resultado da cultura (o agente), atuando ao longo do tempo sobre o quadro natural (meio) (figura 1). É nesse momento que Sauer rompe com o determinismo, expresso nos trabalhos de seus contemporâneos na Geografia norte-americana e nas obras de outros geógrafos estrangeiros.

**Figura 1-** Representação diagramática da morfologia da paisagem cultural



Fonte: SAUER (2004, p. 58)

Os procedimentos metodológicos adotados pela Geografia Cultural sugerem que se deve sempre questionar quais as origens do fato estudado, sua origem e composição cultural, as formas de convivência do grupo, lançando mão de um trabalho etnográfico se a leitura for norte-americana; ou de uma reconstituição histórica e social se a leitura for francesa. Em *Foreword to Historical Geography* (1941) Sauer deixa claro a importância dos elementos temporais e históricos como coadjuvantes na relação entre homem e paisagem. A leitura deve ser histórica para compreender acontecimentos passados e suas espacialidades e, ao mesmo tempo, se for o caso, uma vez que esta relação não é mais automática, utilizar os fatos passados para a interpretação da formação das paisagens presentes. Há espaços produzidos atualmente, principalmente urbanos, que não mantêm qualquer relação com a história passada. Surgiram e se organizaram de áreas reservadas à especulação imobiliária.

Ao estudar a paisagem Norte paranaense ampliamos a concepção de Sauer estreitando o diálogo com a história oral, uma vez que por se tratar de área de recente

colonização havia pouco registro histórico (documentos oficiais, registros históricos, literários, dentre outros). A história oral nos permitiu lançar mão de entrevistas e questionários para auxiliar na reconstituição histórica dos fatos estudados no período. Segundo Sauer (1983):

Que ninguém considere que a geografia histórica pode estar satisfeita com o que é encontrado no arquivo e na biblioteca. [...] Um dos primeiros passos é a capacidade de ler os documentos no campo. Levar para o campo, por exemplo, um relato de uma área escrita há muito tempo e comparar os lugares e suas atividades com o presente, vendo onde estavam as habitações e as linhas de comunicação, onde ficavam as florestas e os campos, gradualmente obtendo uma imagem da antiga paisagem cultural escondida por trás da atual (SAUER, 1983, p. 367, tradução da autora)<sup>4</sup>.

O trabalho do geógrafo seria similar ao de um detetive, investigando e buscando por meio de indícios materiais, reconstituir um grupo social. No caso do Norte do Paraná, as fotografias foram fundamentais para a reconstituição da paisagem pretérita, estendendo-se à história oral. Pode-se afirmar a importância dos estudos de formas fósseis ou ruínas como de extrema relevância para a compreensão de uma organização social. A localização dos lugares pode explicar a sociedade que ali se estabeleceu; os significados contidos nos nomes dos lugares podem revelar tradições, costumes populares, aspectos físicos, dentre outros, que podem ser explicados pelos membros mais antigos do grupo.

Sauer alerta para uma observação mais perspicaz e atenta das pistas impressas na paisagem, o que pode ser um trabalho árduo devido à avidez da modernidade que costuma varrer os registros, um dos problemas encontrados pelos historiadores no Norte do Paraná, ainda que sejam reconhecidas diversas contribuições.

Há urgência em tais observações de campo. Ano a ano, as mãos arrebatadoras da indústria moderna e do comércio removem cada vez mais o que é antigo. Tradições morrem com os idosos; documentos são destruídos; tempo, tempestade e inundação apagam os remanescentes físicos; a padronização da ciência e do mercado destrói os cultivos antigos (SAUER, 1983, p. 370, tradução da autora)<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Let no one consider that historical geography can be content with what is found in archive and library. It calls, in addition, for exacting field work. One of the first steps is the ability to read the documents in the field. Take into the field, for instance, an account of an area written long ago and compare the places and their activities with the present, seeing where the habitations were and the lines of communication ran, where the forests and the fields stood, gradually getting a picture of the former cultural landscape concealed behind the present one (SAUER, 1983, p. 367).

<sup>5</sup> There is urgency in such field observations. Year by year the sweeping hands of modern industry and commerce brush away more and more of what is old. Traditions die with the old people; documents are destroyed; weather, storm, and flood erase the physical remnants; science and market standardization destroy old crops (SAUER, 1983, p. 370).

A pesquisa, embora tenha seguido o que Sternberg (1946, p. 25)<sup>6</sup> aponta como “autêntico trabalho geográfico”: observação, registro, descrição, correlação e explicação dos elementos constituintes da paisagem, também busca na Antropologia Social, na etnografia e na Arqueologia<sup>7</sup> auxílio para o trabalho de campo e para análise dos fatos. Embora tenhamos adotado a contribuição de Sauer para justificar o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que trataríamos de uma conjuntura que esteve presente numa realidade que não existia mais; fazia parte da história e poucos indícios havia deixado na paisagem, adotamos procedimentos de autores ligados a Geografia Cultural para orientar a coleta de dados, explicar fenômenos retratados e resultados em trabalho de campo.

George (1978) afirma que a Geografia tem de ser metodologicamente heterogênea, pois graças ao seu caráter dual – estar ligada às ciências da terra e do homem – não é possível ater-se a apenas um método. “[...] a pesquisa geográfica recorre sucessiva ou simultaneamente aos métodos de cada uma das ciências de que se vale para chegar ao conhecimento analítico dos dados incluídos nas combinações que constituem o objeto de seus estudos [...]” (GEORGE, 1978, p. 8-9)

Não obstante George (1978) alerta:

Diante da impossibilidade de um enciclopedismo, inatingível devido ao desenvolvimento de cada um dos ramos da pesquisa, paira sobre a geografia a ameaça de um fracionamento. Na verdade, a especialização se tornou inevitável: o problema principal consiste em fazer com que esta especialização se harmonize com uma unidade de pensamento. Hoje em dia, é totalmente inútil obstinar-se em esperar que o mesmo indivíduo produza obras-primas simultaneamente em geomorfologia, em economia e em urbanismo; é indispensável, entretanto, que, tendo optado por este ou por aquele dentre esses vários setores, os pesquisadores geógrafos não se descuidem de agir como geógrafos [...] (GEORGE, 1978, p. 10)

---

<sup>6</sup> Para uma leitura mais aprofundada a respeito da importância e de como realizar trabalhos de campo na Geografia, desde seu planejamento até os procedimentos finais, consultar a obra: Contribuição ao estudo da Geografia de Hilgard O'Reilly Sternberg.

<sup>7</sup> Valendo-se de processos de coleta e escavação a arqueologia estuda os objetos, artefatos e vestígios de intervenção de culturas antigas. É por meio destes instrumentos que esta ciência busca entender as culturas do passado: como os indivíduos e os grupos sociais organizavam-se, como exploravam o meio e porque mudaram sua sociedade. Devido a questões dispostas no Capítulo II, Artigo 8º da Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que trata da obrigatoriedade de permissão da União, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para as escavações arqueológicas, o trabalho restringiu-se as etapas anteriores à prospecção e a escavação, ou seja, limitou-se apenas ao diagnóstico arqueológico com a leitura de documentos escritos que relatassem a ocupação do local, levantamento de fotografias e de informações com moradores e ex-moradores do entorno que demonstrassem a ocupação da área, elaboração e análise de imagens aéreas (*bird's eye view*) que apontassem indícios de ocupação e reconhecimento do terreno com a análise superficial da área. Vestígios de ocupação foram localizados em cota zero, o que nos auxiliou no processo de registro e reconstituição das formas como os indivíduos organizavam o espaço, sem, entretanto, interferir de forma invasiva.

O trabalho de Crang e Cook (2008) um guia introdutório e aplicado aos métodos etnográficos – observação participante, entrevistas, grupos focais e vídeo/fotografia – nos auxiliou no caminho para compreender o mundo cotidiano e vivido pelo segmento social que estudávamos.

Em *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* a poetisa Cora Coralina escreveu: “Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do passado antes que o tempo passe tudo a limpo”; reforçamos que é necessário valorizar, estudar, registrar e conservar lembranças dos que viveram o passado recente do Norte paranaense. Na pesquisa essas ações foram feitas por meio dos relatos que se constituem em testemunhos das transformações na paisagem/sociedade, que continua em constante mutação.

Demos voz aos protagonistas da história, reconhecidos naqueles que viveram o cotidiano dos sítios rurais. As conversas em grupo, nos finais de semana ou dias feriados foi o procedimento adotado para o levantamento das informações. Para superar o enfoque nostálgico da mera evocação de memórias passadas, de um tempo ainda vivo na memória dos mais antigos, mas que aos poucos se esvai, propusemos um estudo que buscou informações a partir da memória buscando identificar e compreender aspectos culturais de uma conjuntura econômica, social e política que se desenvolveu no Norte do Paraná.

Clifford (2011) chama a atenção para os perigos e desafios da escrita etnográfica, entendida como a tradução da experiência em campo e da aproximação com os informantes para a forma textual. A ampliação da rede de entrevistados pode auxiliar no levantamento de informações que se aproximam da veracidade; mas o desenvolvimento de pesquisas ligadas à Geografia Cultural ou em áreas que podem contribuir com a leitura geográfica contribuiria muito para o desenvolvimento de pesquisas retratando essa realidade passada e/ou presente.

Utilizamos-nos de entrevistas semiestruturadas com personagens que vivenciaram o período em que a economia cafeeira predominava, e tinham acima de 55 anos. Os dias, horários e locais dos encontros foram sempre definidos pelos entrevistados, de acordo com sua comodidade ou disponibilidade de tempo. A indicação dos entrevistados se deu por intermédio das prefeituras municipais, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, de pessoas que conheceram o trabalho por meio de conversas informais e de outros entrevistados. O primeiro contato foi sempre realizado por meio de telefonema.

De janeiro de 2016 a novembro de 2017 foram realizadas 49 entrevistas com 196 pessoas diferentes (grupos focais de 4 pessoas): o tamanho da amostra foi estabelecimento tendo como referência o cálculo de amostras para populações finitas de Gil (2008, p. 97-98).

Por meio do censo demográfico de 2010 foi determinada uma população total de 5.256 pessoas nos três municípios estudados (quantidade de indivíduos acima dos 55 anos). Proporcionalmente as 49 entrevistas foram divididas da seguinte maneira: 11 no município de São Jorge do Ivaí, 11 no município de Jussara e 27 no município de Terra Boa. A duração média dos diálogos foi de 2 horas.

Do total de entrevistados 40 pessoas eram ex-proprietários (sitiantes) que estavam residindo na área urbana, tendo chegado a essa condição devido à perda da propriedade, seja por dívida, contraída com empréstimo bancário, seja pela dificuldade de acesso ao crédito; 116 entrevistados ainda permaneciam na área rural; foram ainda entrevistados 12 fazendeiros, 4 ex-colonos; 12 boias-frias; 8 ex-donos de venda e 4 professores de escolas rurais aposentados.

Com a permissão dos entrevistados os diálogos foram gravados em arquivos mp3 que posteriormente foram transcritos, com o auxílio do *software InqScribe*. Crang e Cook (2008) enumeram as razões pelas quais a gravação de uma entrevista é de suma importância.

[...] primeiro, constantemente rabiscar frases e outras notas pode desviar a atenção tanto do entrevistador quanto do entrevistado e pode atrapalhar o que poderia, de outra forma, continuar como uma conversa bastante normal; segundo, é improvável que a memória do pesquisador, mesmo depois de tal conversa, seja boa o suficiente para lembrar os meandros não só do que foi dito, mas de como foi dito, e comparar notas tomadas depois com transcrições atuais muitas vezes revelam diferenças importantes entre o que pesquisador lembra de ter sido dito e o que realmente foi dito [...] (CRANG & COOK, 2008, p. 53-54, tradução da autora)<sup>8</sup>

Outras anotações referentes às entrevistas encontram-se armazenadas em caderno de campo onde também foram registradas observações realizadas desde janeiro de 2016. As observações realizadas na zona rural dos municípios estudados foram feitas pela autora individualmente ou acompanhada por moradores.

A história oral, obtida por meio dos relatos dos entrevistados, foi considerada como fonte auxiliar no caminho da reconstituição da paisagem pretérita do Norte do Paraná, e logo após a finalização de cada entrevista teve início o trabalho de transcrição, realizado com base em Thompson (1998); nesta obra o autor orienta sobre a importância da transcrição completa, que segundo ele:

---

<sup>8</sup> [...] first, constantly scribbling down phrases and other notes can be very distracting both for the interviewer and interviewee and may disrupt what could otherwise proceed as a fairly normal conversation; second, the researcher's memory, even straight after such a conversation, is unlikely to be good enough to remember the intricacies of not only what was said but how it was said, and comparing notes taken afterwards with actual transcripts often reveal important differences between what the researcher remembers being said and what was actually said [...] (CRANG & COOK, 2008, p. 53-54)

[...] Até mesmo a melhor versão resumida mais parece as anotações de um historiador inteligente extraídas de um arquivo do que os documentos originais [...] o historiador não pode saber hoje que perguntas serão feitas pelos historiadores futuros, de modo que qualquer seleção que faça resultará na perda de detalhes que posteriormente podem se mostrar significativos. A transcrição integral deve, pois, incluir tudo o que está gravado, com a possível exceção de digressões para verificar se o gravador está funcionando, para tomar uma xícara de chá, ou para bater um papo sobre como está o tempo, sobre doenças, e coisas assim. Todas as perguntas devem constar dela. O gaguejar em procura de uma palavra pode ser eliminado, mas outro tipo de hesitações e de “muletas”, como “você sabe” ou “veja bem” devem ser incluídos. [...] Se não compreender uma palavra ou frase, deve deixar-se um espaço na transcrição para indicar isso [...] (THOMPSON, 1998, p. 293)

Os registros fotográficos característicos de diferentes fases das propriedades rurais foram obtidos por meio de acervos públicos e particulares. Parte deles, aqueles representativos da fase atual ou que indicassem indícios de antiga ocupação, foram captados pela autora com o auxílio de uma câmera digital Nikon DSLR D5200, Full HD, 24.1 megapixels, com lente 18-55 mm. Também foram utilizadas imagens aéreas (*bird's eye view*). Somente uma parcela das fotografias foi apresentada no trabalho escrito. Por indicação dos entrevistados foram visitadas 50 propriedades<sup>9</sup>, 10 no município de São Jorge do Ivaí, 10 no município de Jussara e 30 no município de Terra Boa<sup>10</sup>.

Foram realizadas consultas em acervos e instituições públicas e particulares, bibliotecas municipais e universitárias, visitas em museus e casas da memória, além de pesquisas em *sites* de buscas que auxiliaram na reunião de textos, livros, artigos e outros materiais utilizados para formação do arcabouço teórico necessário à pesquisa.

A representação de determinados fenômenos em gráficos, mapas, croquis, tabelas e quadros tem o intuito de possibilitar a melhor visualização das informações, auxiliar a interpretação dos dados coletados durante a pesquisa e expor a dinâmica da paisagem estudada. Afinal, pretendemos sugerir a organização de museus, casas da memória e memoriais como forma de preservação da história de uma conjuntura econômica, social e política sucedida no Norte do Paraná.

---

<sup>9</sup> Embora a definição do número das propriedades não tenha seguido o mesmo rigor estatístico definido para as entrevistas, a diversidade de situações encontradas atesta a representatividade em relação ao número total de pequenas propriedades encontradas nos três municípios. As visitas tiveram início em janeiro de 2016 e foram finalizadas em fevereiro de 2018.

<sup>10</sup> O município de Terra Boa possui uma agrovila com 15 (lotes) e duas vilas rurais, uma com 78 (setenta e oito) lotes e outra com 53 (cinquenta e três). O município de Jussara também possui duas vilas rurais, uma com 38 (trinta e oito) lotes e outra com 21 (vinte e um). Apesar de se enquadrarem na categoria de pequenas propriedades não houve visitas nestes locais, em primeiro lugar porque não foram propriedades indicadas pelos entrevistados e em segundo lugar, pelo fato de terem surgido após o fim do ciclo cafeeiro.

### 1.3 A definição do recorte espaço-temporal

O recorte espacial da pesquisa – o Norte do Paraná; a delimitação temporal – entre 1950 e 1980, indicava o objeto central a ser investigado: a economia cafeeira. Nossa contribuição se daria em pesquisar as transformações sofridas pela paisagem rural do Norte do Paraná cafeeiro, a partir da organização da pequena propriedade, buscando reconstituir fatos de interesse para a preservação da memória de uma conjuntura que fez parte da história de origem dos municípios estudados. Trataríamos de uma delimitação do Norte do Paraná referente ao período da colonização, distinto da divisão atual.

Na contribuição dos geógrafos destacou-se o privilégio dado a questões fisiográficas, já na dos historiadores levaram-se em conta os fluxos de povoamento. Na década de 1950, a produção geográfica destaca Bernardes (1952), Cambiaghi (1951) e Müller (1956) que vincularam a delimitação do Norte paranaense ao limite climático para o cultivo do café, tendo como referência o paralelo 24° Sul, ao Sul do qual seria arriscado este tipo de plantação devido ao fenômeno climático das geadas.

Na mesma década de 1950 e contribuindo com a delimitação de região Norte do Paraná inserindo uma leitura econômica, Monbeig (1945, p. 11) definiu o Norte do Paraná como sendo um prolongamento da zona pioneira paulista, mas, ao contrário dos geógrafos citados no parágrafo anterior, adeptos das influências naturais, Monbeig (1984, p. 166) sinalizou que, para além dos aspectos naturais, os fatores econômicos é que têm a primazia de impulsionar o movimento da fronteira: “[...] Quanto às diferenças climáticas, suas nuances não são suficientes para impedir o movimento [...] Não parece possível, portanto, fixar as etapas da marcha do povoamento a partir das condições naturais” (MONBEIG, 1984, p. 166). Resultado do que observava naquela realidade, a mesma posição é assumida por Magnanini (1956, p. 139) ao expor que o cultivo do café se expandiu para além dos possíveis limites físicos, em alguns casos presentes entre os paralelos 19° e 25° Sul.

Segundo Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen (1968, p. 7-8), historiadores que estudaram as ondas de povoamento, o Paraná foi assim povoado, coincidindo com as frentes de colonização: Paraná tradicional, agricultores do café e colonos de agricultura de subsistência (figura 2). A economia cafeeira impulsionou a ocupação de uma expressiva região do Paraná, significando uma frente pioneira.

Embora o mapa elaborado pelos referidos historiadores aponte o encontro das ondas de povoamento oriundas do Sudoeste e do Norte, atingindo os três municípios estudados, a



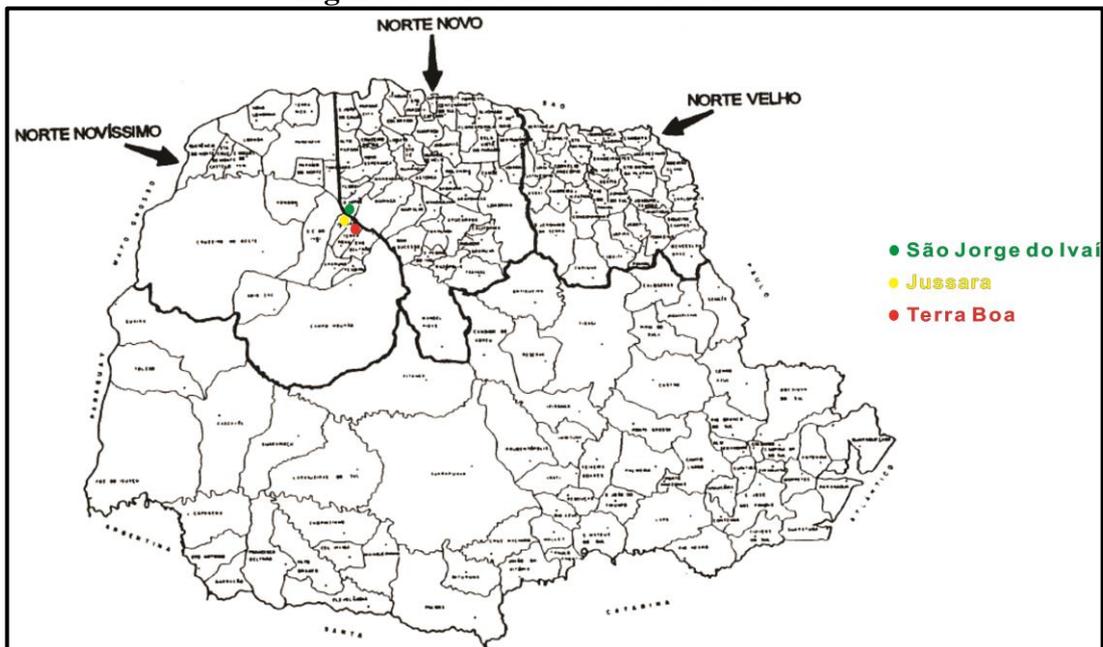
Já na década de 1960 o território paranaense estava completamente ocupado e as frentes, antes tão evidentes, começam a se encontrar.

O Norte do Paraná ainda recebeu subdivisões que representam o avanço da ocupação do estado em direção ao Oeste. Essa subdivisão além de estabelecer os limites de cada área (Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo) definia sua cronologia. Assim, de acordo com Luz (1997) o Norte do Paraná poderia ser dividido em três áreas:

[...] o Norte Velho, que vai da divisa nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, colonizado entre 1860 e 1925 por elementos paulistas e mineiros; o Norte Novo, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, colonizado entre 1920 e 1950; o Norte Novíssimo, que se estende do rio Ivaí ao rio Paraná e ao Piquiri, colonizado desde 1940 até 1960 (LUZ, 1997, p. 17).

Essa delimitação também aparece em Cancian (1981, p. 49-50) e em Tomazi (1997, p. 126), porém, o segundo autor deixa claro que a ocupação não se deu de forma linear e em etapas bem definidas, afastando uma interpretação que a julgue como uniforme e disciplinada. Na figura 4 é possível visualizar o mapa elaborado por Tomazi (1997) onde aparecem os limites dos “três Nortes”, ou seja, o Norte Velho, o Novo e o Novíssimo.

**Figura 4-** O Paraná e seus “três Nortes”



**Fonte:** Adaptado de Tomazi (1997, p. 127) e elaborado com base em Padis (1991, p. 100)

Sob o encargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a divisão oficial do estado do Paraná passou por definições e redefinições a partir de 1969. Juntavam-se a partir de então aos fatores naturais, históricos e socioeconômicos os limites político-

administrativos. A partir de 1990 uma nova regionalização é proposta, o Paraná passa a contar com 10 mesorregiões subdivididas em 39 microrregiões. O Instituto assim define as mesorregiões e microrregiões:

Entende-se por mesorregião uma área individualizada, em uma unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou [...] As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares [...] A organização do espaço microrregional foi identificada também pela vida de relações ao nível local, isto é pela interação entre as áreas de produção locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender as populações através do comércio de varejo ou atacado ou nos setores sociais básicos [*sic*] (IBGE, 1990, p. 8).

Embora tenhamos nos referido a estudar o Norte do Paraná, delimitamos a área da pesquisa a três municípios: São Jorge do Ivaí, Jussara e Terra Boa. Os procedimentos metodológicos que utilizaríamos para o levantamento de dados (entrevistas, registro de informações documentais e presentes na paisagem) justificou nossa amostragem limitar-se a três municípios.

As informações levantadas nestes três municípios sobre a conjuntura da economia cafeeira, suas características naturais, sua organização fundiária, suas relações sociais, nos auxiliariam a reconstituir aquela conjuntura, e registrar a permanência de testemunhos sobre o contexto estudado na paisagem desses municípios. A comparação com a organização presente em outros municípios e conhecidas por meio de artigos científicos, livros e relatos identificou similaridades a outras realidades podendo se falar que eram características da pequena propriedade, características da grande propriedade, características da economia, da política, pois eram encontrados em todas as pequenas propriedades, em todas as grandes propriedades. Essa similaridade com outras realidades fez supor a veracidade das informações levantadas nos municípios estudados.

Os três municípios estudados pertenciam ao Norte Novo (São Jorge do Ivaí) e ao Norte Novíssimo (Terra Boa e Jussara) no início da colonização, quando os cafezais estavam sendo plantados. Essa região, subdividida em três frentes – Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo – foi oficialmente dividida pelo IBGE em Mesorregiões e Microrregiões. O estado do Paraná apresenta 10 Mesorregiões, a saber: Centro Sul, Norte Central, Noroeste,

Oeste, Metropolitana, Centro Oriental, Sudeste, Norte Pioneiro, Centro Ocidental, Sudoeste. Os municípios estudados encontram-se na Mesorregião Norte Central (São Jorge do Ivaí), na Mesorregião Noroeste (Jussara) e na Mesorregião Centro Ocidental (Terra Boa). Pertencem ainda a Microrregião de Floraí (São Jorge do Ivaí), Microrregião de Cianorte (Jussara) e Microrregião de Campo Mourão (Terra Boa).

A maior e mais bem-sucedida empresa imobiliária que atuou no estado foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Constituída inicialmente por capital inglês a empresa foi nacionalizada em 1944, e vendida a empresários paulistas, funcionários da CTNP e outros. Alterou sua denominação para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) somente em 1951<sup>11</sup>

A atuação da CTNP/CMNP foi responsável pela fundação de 35 municípios, sendo eles: Apucarana, Arapongas, Astorga, Atalaia, Bom Sucesso, Cambé, Cianorte, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Floraí, Flórida, Inajá, Indianópolis, Jandaia do Sul, Japurá, **Jussara**, Lobato, Londrina, Mandaguari, Marialva, Maringá, Marumbi, Nova Esperança, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Rolândia, Sabáudia, Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, **São Jorge do Ivaí**, São Tomé, **Terra Boa**, Tuneiras do Oeste, Umuarama e Uniflor (CMNP, 2013, p. 224 e 226). (Mapa 1)

Estes municípios possuem similaridades históricas e geográficas, mas, devido ao tipo de metodologia que pretendíamos aplicar, um estudo etnográfico<sup>12</sup>, era necessário reduzir ainda mais a amostra e a limitamos aos três municípios apenas. De acordo com a estimativa da população de julho de 2016, divulgada pelo IBGE, os municípios possuíam conjuntamente 29.557 habitantes, com área total de 846.807 quilômetros quadrados. Terra Boa é o município com maior área (320.850 Km<sup>2</sup>) e maior quantidade de habitantes (16.887), São Jorge do Ivaí possui uma área de 315.088 Km<sup>2</sup> e 5.675 habitantes e Jussara possui uma área de 210.869 Km<sup>2</sup> e 6.995 habitantes.

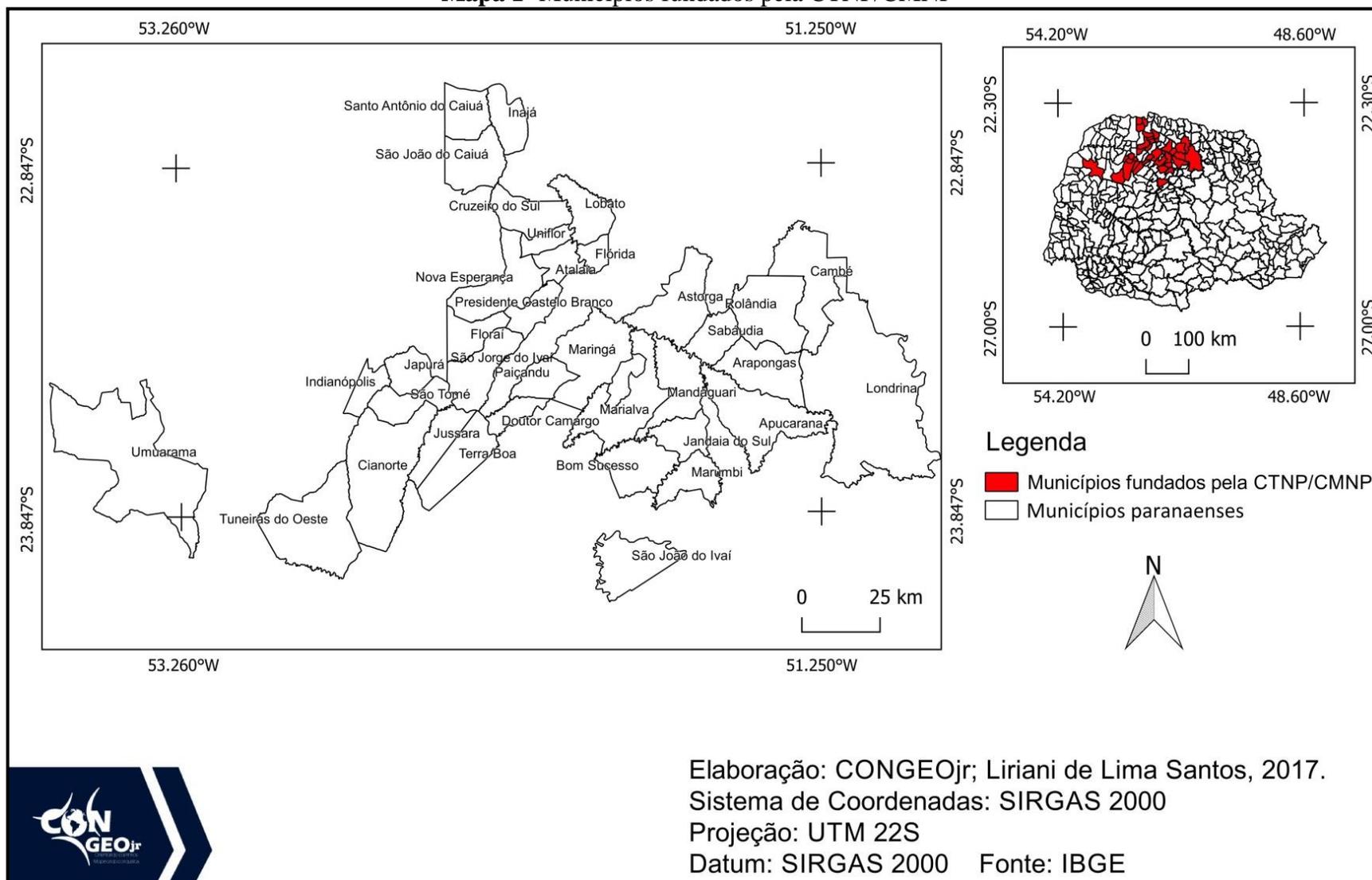
A fertilidade do solo foi um dos principais fatores atrativos aos migrantes que, na grande maioria, se estabeleceram na zona rural, dando início ao cultivo do café, que por cerca de três décadas foi o principal produto agrícola propulsor da economia nestes municípios.

---

<sup>11</sup> Apesar de nacionalizada a empresa continuou seguindo o mesmo modelo de repartição das terras, de estratégias propagandísticas e de venda, porém, optou-se por usar as duas denominações para que não houvesse necessidade de se distinguir as ações realizadas em uma fase e em outra.

<sup>12</sup> Fizemos trabalho de campo, realizamos entrevistas, fizemos uso da iconografia, registramos bens materiais que caracterizavam a paisagem da conjuntura estudada.

**Mapa 1- Municípios fundados pela CTNP/CMNP**



**Organização:** A autora (2017)

Surgidas entre meados dos anos 1940 a início dos anos 1950, as terras divididas, demarcadas e comercializadas pela CTNP/CMNP logo foram adquiridas por compradores procedentes do estado de São Paulo (Alta Sorocabana, principalmente), Minas Gerais e Bahia; vilas, patrimônios, e distritos foram se transformando em cidades. Os topônimos adotados faziam menção a nomes de pessoas e localidades, a significados religiosos, indígenas, otimismo, espírito pioneiro e a conceitos naturais e paisagísticos (KOHLHEPP, 2014, p. 262).

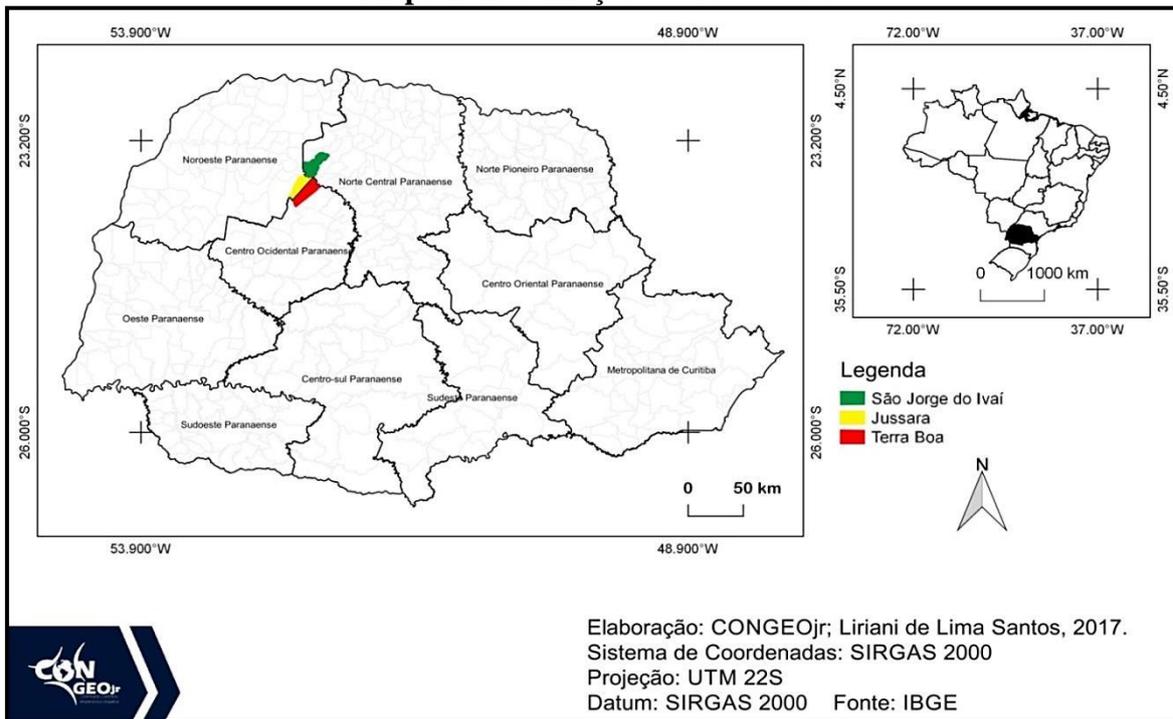
Dentre os municípios selecionados, São Jorge do Ivaí desde o início, 1946, recebeu a denominação de São Jorge (referência a um Santo Católico) e mais tarde, em 21/10/1971, através da Lei Estadual nº 6228, quando foi elevado a município passou a denominar-se São Jorge do Ivaí (ao significado religioso foi acrescida uma referência natural – o principal rio da bacia hidrográfica, o Rio Ivaí). A menção ao Rio Ivaí também referenciaria a localização do município uma vez que localidades com o nome de São Jorge são inúmeras pelo país.

Terra Boa era o *slogan* que a CTNP/CMNP utilizava para comercializar suas terras, menção ao tipo de solo (Latosolos e Nitossolos) presente não só no município como na região.

Para o município de Jussara, três explicações justificaram o nome: segundo a CTNP/CMNP a denominação aludia a um córrego ou rio nas proximidades (CMNP, 2013, p. 113). Nas informações fornecidas pela prefeitura municipal constam duas versões, uma delas é que o nome originou-se de uma espécie de palmeira (*Euterpe edulis*), muito presente na região e popularmente conhecida como Palmito ou Palmeira Juçara; a outra versão, mais folclórica, afirma que a escolha do nome foi uma homenagem a Jussara Marques, miss Brasil eleita em 1949.

Os dados referentes à criação dos municípios e ao crescimento populacional foram base para a definição do recorte temporal, que vai de 1950 a 1980.

Pode-se observar, no Mapa 2, que são municípios próximos um do outro e fazem parte de Mesorregiões e Microrregiões distintas, mas o que justificou o recorte espacial foi o fato de terem se constituído município no contexto da economia cafeeira, amalgamada a uma colonização dirigida. Passaram por transformações (na paisagem, na economia, nas relações sociais e nos costumes) similares ao que quase todo o Norte do Paraná vivenciou, quando uma nova política agrícola mudou o foco de seus financiamentos transformando a economia e a paisagem do Norte paranaense. A semelhança entre os municípios ainda pode ser verificada em seus hinos, que carregam um ufanismo refletido na exaltação dos esforços dos pioneiros diante das dificuldades em uma terra a ser desbravada, presente na descrição da imensidão da floresta, da imponência dos cafezais, da fertilidade do solo e do futuro promissor das cidades.

**Mapa 2-** Localização da área de estudo

**Organização:** A autora (2017)

A retirada da mata e a imponência das espécies vegetais abatidas aparecem em muitas fotografias da época, como pode ser verificado no exemplo exposto na figura 5.

**Figura 5-** Figueira branca (*Ficus guaranitica*), indicativo de terra fértil, sendo derrubada à época da ocupação



**Fonte:** CMNP (2013, p.56)

Trabalhamos com a hipótese de que por se tratarem de municípios pequenos e de economia ainda bastante voltada para as atividades agrícolas, as relações sociais e aspectos da cultura material, representantes do período cafeeiro, ainda podem estar presentes e vivas no cotidiano das pessoas, principalmente os hábitos e costumes, que se readequaram à vida atual.

## **2. O EMPREENDIMENTO CAFEEIRO DO NORTE DO PARANÁ E A HERANÇA DE SUA PAISAGEM**

### **2.1 A estratégia dos investimentos para a economia cafeeira**

O café passou a se destacar na economia paranaense entre as décadas de 1930 e 1970 como resultado do movimento de cultivo desta planta desde sua introdução no Vale do Paraíba, no interior de São Paulo, por volta de 1870. A produção existente no estado do Rio de Janeiro adentrou o Vale do Paraíba expandindo-se para o Oeste paulista, chegando ao Norte do Paraná da década de 1920, antes da quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929.

Quando se expandiu no Vale do Paraíba e Oeste de São Paulo o café tornou-se o principal produto da economia brasileira graças a uma série de condições, entre elas a disponibilidade de mão de obra e terras em grande quantidade para o cultivo. Quando chegou ao Norte do Paraná, a infraestrutura criada pelas companhias colonizadoras evidenciou que o cultivo do café se transformara em empreendimento econômico, dividido em etapas.

Segundo Ribeiro (2012, p. 365) a expansão da economia cafeeira constituiu-se em uma fronteira móvel partindo da costa fluminense para oeste. Em seu caminho atingiu os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Paraná até chegar ao Paraguai e após, para Mato Grosso do Sul e Rondônia. Nesta conjuntura todo um modo de vida foi estruturado tendo como pano de fundo o café; o que nos interessa para esta pesquisa é o papel e a organização inicial da pequena propriedade e sua herança cultural, mas com a realização das entrevistas, outros personagens entraram na reconstituição da memória dessa conjuntura, como aqueles que foram donos de grandes propriedades, ex-colonos e outros.

Durante o período em que a cultura cafeeira foi dominante, fronteiras foram abertas, cidades criadas e infraestruturas disponibilizadas para atenderem todas as fases do processo produtivo. Essas ações ocorreram tanto por iniciativas governamentais quanto de particulares; no caso do estado do Paraná, pelas companhias colonizadoras privadas e uma política estadual marcada pelo incentivo à colonização e ocupação das terras paranaenses.

A produção, conforme aponta Cancian (1981, p. 21), estava diretamente ligada à condição de preços. As oscilações do mercado ditavam a ampliação ou retração do cultivo; não havia uma política de estabilidade desta economia. De acordo com Prado Júnior (2004) a solução encontrada para o problema consistia na redução do cultivo; em 1902 foi criado um imposto sobre novas plantações. Ainda segundo o autor “a própria queda de preços e

dificuldades de venda tinham, já por si, reduzido muito o ritmo de crescimento” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 229). Mesmo assim, o descompasso entre produção e venda perdurara, fazendo com que surgissem propostas de intervenção “[...] que iam desde o monopólio do comércio pelo governo, incineração do excesso, propaganda no exterior para o aumento do consumo, até a valorização artificial dos preços do café que culminaria no Convênio de Taubaté<sup>13</sup> e nos demais programas de defesa subsequentes [...]” (CANCIAN, 1981, p. 18)

No caso paranaense o início da produção foi favorecido pelo que ocorria com a produção no estado de São Paulo que logo após os primeiros anos da Proclamação da República passou a ser acometido por uma série de instabilidades.

Ao mesmo tempo em que sofria restrições em São Paulo a cafeicultura atingia o Norte do Paraná. Monbeig (1984) atenta para o fato de a região constituir-se em prolongamento do movimento pioneiro paulista “[...] já foi indicado que o surto colonizador paulista transpusera a fronteira, e a maior parte das plantações de café do Paraná se encontra na região que despertou sob o impulso provindo de São Paulo” (MONBEIG, 1984, p. 24-25). A avaliação de Müller (1956) também enfatiza o fato de o Norte paranaense ter sido, do ponto de vista econômico e paisagístico “[...] criado pelo extravazamento da cultura cafeeira paulista [...] [*sic*]” (MÜLLER, 1956, p. 55)

A cafeicultura paranaense surge na medida em que a possibilidade de se adquirir terras em São Paulo torna-se cada vez mais difícil. O governo paranaense buscava estimular e proteger os cultivos ainda em fase inicial, reduzindo as taxas de exportação do café e incentivando o plantio.

Com a alta dos preços, em fins do século XIX e início do século XX novos cafeicultores foram sendo atraídos para as terras do Norte do Paraná, as companhias colonizadoras organizaram a ocupação.

Para Cancian (1981, p. 14) mesmo a produção avançando e sofrendo reduções devido à dinâmica dos preços no estado de São Paulo, a economia cafeeira na região Norte do Paraná implantou-se como um movimento ondular, desde o início do século XX até a década de 1970. Durante este período houve diferentes conjunturas, a primeira delas dizendo respeito à fase que se estende de 1906 até 1929, etapa marcada pela defesa e sustentação dos preços, e

---

<sup>13</sup> O Convênio de Taubaté foi um acordo firmado entre os estados de São Paulo Minas Gerais e Rio de Janeiro, no ano de 1906, com o objetivo de estabelecer uma política de valorização do café. De acordo com Furtado (1997, p. 179) essa política tratava: da intervenção do governo no mercado para adquirir a produção excedente a fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura; financiamento da compra do excedente por meio de empréstimo no exterior; cobrança de um novo imposto sobre cada saca de café exportada a fim de se cobrir os empréstimos realizados; em longo prazo os estados deveriam desestimular a expansão do plantio. O Convênio antecedeu o Keynesianismo, pensamento econômico amplamente difundido nos Estados Unidos após a Crise de 1929 e que propunha a intervenção do governo na economia.

incentivo à produção. Entre 1930 até 1944 dois fatos históricos forçaram a baixa dos preços: a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial; a forte queda dos preços causou a diminuição na produção. A terceira conjuntura ocorre após 1945 e se estende até 1970, fase em que os preços ficaram em níveis elevadíssimos até novamente sofrerem queda devido à superprodução. Na última fase dá-se início ao processo de erradicação, estimulado pelas políticas agrícolas disponíveis ao produtor.

Quanto à estrutura fundiária Monbeig (1945, p. 14) observa que a colonização do Norte Pioneiro estava centrada em “[...] constituir um centro tipo tradicional paulista da fazenda [...]”, mas no Paraná a estrutura fundiária comercializada pelas companhias de terras organizou-se sobre a pequena propriedade.

Já existiam na paisagem do Norte Velho do Paraná, principalmente de Jacarezinho até Londrina, algumas fazendas formadas por grandes extensões de terras, e de influência paulista, o que na época era necessário para o cultivo de café. As pequenas propriedades seguiam o modelo e métodos de produção das grandes lavouras paulistas.

Embora tivesse como referência a tradição paulista da grande propriedade cafeeira, no Norte do Paraná, para organizar a infraestrutura necessária para a ocupação das terras a estrutura fundiária foi organizada em pequenas propriedades conhecidas como chácaras ou sítios, para identificar a nomenclatura regional.

Foi possível observar que a pequena propriedade no Paraná, conforme Monbeig (1953, p. 359), foi se organizando segundo as fazendas do estado de São Paulo, o que Monbeig descreve no texto abaixo:

Se a fazenda, com efeito, conserva a forma retangular, alonga-se perpendicularmente aos grandes rios em lugar de ficar paralela a êles, como ocorria com a gleba: os lados menores, de uma parte têm o espigão; de outra um grande rio. Os lados maiores correspondem ao divisor de águas entre as bacias hidrográficas tributárias do rio principal [...]. Nas regiões onde se estabeleceram os imigrantes vindos de Minas, os rios afluentes serviram de fronteira: isto convinha aos criadores, porque os animais não podiam transpor estas barreiras naturais. Ao contrário, para os plantadores de café, as partes altas, a salvo das geadas, são as mais procuradas, e as linhas de cumiada são limites mais precisos que os rios. As necessidades da cultura cafeeira são plenamente satisfeitas pelo novo traçado, uma vez que cada fazendeiro possui a maior quantidade possível de terras de boa qualidade, atingindo os espigões dos 3 lados, ele pode utilizar as zonas baixas para o pastoreio dos animais indispensáveis a tal empreendimento. As margens dos riachos fornecem terrenos úmidos bons para estabelecer as hortas [*sic*] (MONBEIG, 1953, p. 459).

Monbeig (1984, p. 177) relata que mudanças nas instituições sociais – representadas pela substituição da escravidão pelo assalariamento, e a Proclamação da República – alteraram as marcas deixadas pelo homem na paisagem; a organização interna das fazendas

cafeiras paulistas foi igualmente afetada, ficando evidente a diferenciação entre as fazendas, conforme a cafeicultura movia-se para Oeste.

A residência do senhor, sólida e majestosa, cercada por altas palmeiras decorativas, domina as demais construções, que se dispõem abaixo dela, nos flancos de uma elevação. Aí se encontram os terreiros de café, escalonados com degraus, com muretas de pedra, e também as cabanas dos escravos, dispostas em quadrilátero, em torno de um pátio que é cuidadosamente fechado à noite. Enfim, junto a um ribeirão, as paredes altas do recinto que abriga as despoldadoras, e outras construções ligadas às atividades da fazenda, como as cocheiras, o estábulo, abrigo para carroças, moenda de cana etc. Pode-se ver nessa disposição uma consequência da topografia e uma forma de aproveitar, ao mesmo tempo, a face ensolarada e a água, que é fonte de energia. Mas não se poderá, igualmente, supreender aí a imagem de uma sociedade aristocrática rural? O velho fazendeiro raramente ia à cidade e sua numerosa família habitava permanentemente essa espécie de castelo. Era ele que dirigia o trabalho dos escravos. Quando começaram a chegar os primeiros colonos livres, foram construídas apressadamente longas fileiras de casas de tijolos, por vezes de pau-a-pique, verdadeiras casernas colocadas à vista da mansão senhorial, de onde os colonos eram vigiados facilmente. O fazendeiro comandava pessoalmente a colheita, assim como o transporte dos grãos de café, sua secagem e preparação [...] a concentração das construções junto à casa do fazendeiro se facilitava a vigilância [...] mas a fazenda pioneira dos planaltos é bem diferente: é uma empresa ao mesmo tempo agrícola, industrial e comercial. A massa instável dos colonos renova-se quase todos os anos. Como homem de negócios, o fazendeiro do século XX deve habitar tanto a cidade como a fazenda. Sem negligenciar completamente o trato da terra, ele delega esse cuidado cada vez mais, a um administrador, empregado de sua confiança [...] à nova estrutura e à psicologia social novas, corresponde a um novo tipo de *habitat*. Na grande fazenda de Ribeirão Preto e de Araraquara, a casa do fazendeiro acha-se afastada das construções ligadas à exploração. Luxuosa, destinada à permanência rápida, ela se isola no meio de um jardim, por vezes de um parque. Ela se torna a casa de campo, onde a família vai passar as férias (MONBEIG, 1984, p. 178).

As relações de poder podiam ser percebidas nas habitações, materializando-se no contraste entre a moradia destinada ao fazendeiro e a sua família e as residências dos trabalhadores. Assim, é que foram edificadas e contrastavam a casa grande e a senzala; a casa da sede, a casa do administrador e a colônia, numa hierarquia marcada pelo tamanho e pelos materiais utilizados.

Martins (2013, p. 45-46) descreve a grandiosidade do empreendimento realizado pela Companhia Agrícola Barbosa no município de Jacarezinho. A família Barbosa foi responsável pela “abertura” de algumas fazendas no Norte Pioneiro, entre elas, a fazenda “Água do Bugre”, em Cambará, e “Das Antas”, em Andirá. As propriedades se aproximavam da autossuficiência no que se refere aos maquinários para o beneficiamento do café, materiais de construção, alimentação e lazer.

As suas construções, quer nas lavouras quer nas suas dependências industriais e comerciais, quer, ainda na casa de residência do Diretor e sua família, denotam desde logo, ao visitante, uma preocupação de ordem e de estética. O vasto Pavilhão

das Machinas Seccadoras, Descaroadoras, Separadoras, Catadoras, etc., para beneficiamento do Café, do Arroz, preparo de forragens etc., por si só constitue um estabelecimento industrial de primeira ordem em qualquer parte do paiz. A fazenda possui officinas para varios fins e entre ellas a de Serraria, Marcenaria e Carpintaria é completa no seu aparelhamento, servida de machinismos aperfeçoados e de artífices e operarios competentes. Accionam a machinaria numerosa, motores formidaveis. Os escriptorios, montados em amplo e elegante prédio, apresentam uma escripturação agricola e commercial perfeita, minuciosa e de immediata investigação nos seus minimos detalhes. Os depositos são enormes, seccionados segundo a especie dos productos. As casas dos colonos excedem ás necessidades e condições de conforto. Cada uma tem seu forno e paiol proprios, isolados, e eficiente lavanderia. Cada familia de colono dispõe de 2 alqueires de terras para sua lavoura propria. Os pomares, os jardins, (e tudo ali nos pareceu jardim) os locais de sport, tudo quanto ameniza o árduo labôr rural, é magnifico e seductor. A casa residencial dos diretores é vasta, elegante e luxuosa, de um luxo leve, encantador. Essa é a Fazenda typo, de Café do Paraná [*sic*] (MARTINS, 2013, p. 45-46).

A descrição da organização interna e do cotidiano em uma fazenda cafeeira também pode ser observada por meio do relato de Guido Maistrello, engenheiro italiano que dirigiu a fazenda “Amália”, localizada no município de Santa Rosa de Viterbo, mesorregião de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, no início do século XX. O relato tem como fio condutor as relações do colonato.

Segundo Maistrello havia grande mobilidade de colonos entre as fazendas, pois devido a forte demanda por esses trabalhadores era comum que procurassem as fazendas que ofereciam melhores condições de moradia, pagamento, possibilidade de cultivar intercaladamente entre os pés de café (o que nem sempre era possível nos cafezais mais antigos) ou de plantar lavouras brancas<sup>14</sup> em parcelas definidas da fazenda, fazendo parceria com os proprietários.

A preocupação em manter os colonos principalmente nos momentos próximos à colheita aparece em outras partes da narrativa de Maistrello:

Ao paiol e ao chiqueiro é que o colono dedica o seu cuidado, e o seu trabalho aos domingos e dias santos e os conserva para guardar o que lhe pertence, isto é, o milho, as aves e os porcos. São indícios certos para o fazendeiro saber si o colono vive satisfeito e continuará a morar na fazenda, a conservação, a reparação do paiol e do chiqueiro, feita na mez de março, época da colheita de cereais [*sic*] (RAMOS, 1923, p. 554).

Com exceção de possíveis despesas médicas que seriam pagas pelo fazendeiro e descontadas do pagamento ao colono, Maistrello não especifica outros gastos como o dispêndio em ferramentas, alimentos, roupas, entre outros produtos comumente comercializados em armazéns de grandes fazendas e cuja presença era justificada pela

<sup>14</sup> Lavouras temporárias e de subsistência (feijão, amendoim, arroz, milho, entre outros cultivos).

distância das vilas e cidades. Seria, pois, mais cômodo aos colonos adquirir seus provimentos na própria fazenda, além disso, as despesas seriam anotadas e descontadas no pagamento, o que facilitaria o crédito ao colono. Autores como Martins (1981) e Sallum Júnior (1982) apontaram em seus trabalhos a exploração imposta aos colonos, uma vez que a manipulação dos preços das mercadorias nesses armazéns constituía um instrumento de sujeição por dívida, pois os preços eram mais elevados do que os encontrados nos comércios das cidades.

O tamanho da família consistia em fator necessário para aumento da renda, pois quanto mais numerosa, maior a quantidade de pés de café que se poderia cultivar<sup>15</sup>. O trabalho dos filhos em idade escolar é descrito com uma constante.

É sabido por todos que se dedicam á lavoura, que os colonos e camaradas das fazendas, geralmente desprovidos de recursos, procuram tirar de si e dos seus, unicas fontes de receita, de que dispõem o maximo do proveito para seu conforto e dos seus e, nestas condições, costumam contar com o pequeno contingente do trabalho que lhes podem fornecer os filhos. Assim os filhos, quer mourejando a seu lado, ou carregando a refeição, ou prendendo animaes necessarios para o serviço, enfim encarregando-se de pequenos serviços, prestam-lhes um grande auxilio que os paes raramente pódem dispensar [*sic*] (RAMOS, 1923, p. 571).

No caso paranaense a grande propriedade cafeeira, embora tivesse predominado no Norte Velho até 1930, também esteve presente em menor grau no Norte Novo e Novíssimo. A dimensão dessas propriedades ditava as construções que abrigariam; quanto maiores fossem as fazendas, maiores os investimentos em edifícios e maquinários (CANCIAN, 1981, p. 78). Os grandes proprietários por serem mais capitalizados podiam tornar as fazendas mais autônomas adquirindo máquinas para beneficiar o café, fazendo com que produção e beneficiamento ocorressem no mesmo espaço. O que diferenciava as fazendas cafeeiras paranaenses, principalmente as do Norte Novo e Novíssimo, das fazendas paulistas era a dimensão das propriedades e a quantidade e qualidade das edificações, menores e mais modestas, o que permanecia eram as relações de trabalho.

As informações sobre as fazendas localizadas nos municípios estudados foram obtidas por meio de entrevistas, documentos das prefeituras municipais e registros de imóveis. Verificamos que, mesmo seguindo o padrão das fazendas cafeeiras paulistas, essas propriedades possuíam dimensões menores (eram consideradas fazendas propriedades a partir de 50 alqueires paulistas), pois o tipo de repartição de terras desenvolvido pela CTNP/CMNP

---

<sup>15</sup> Os trabalhadores adultos eram denominados de “enxada”; as mulheres e os filhos com até 16 anos eram considerados meia-enxada pelo fato não possuírem a mesma força braçal e, no caso das mulheres, em alguns períodos não poderem se dedicar integralmente ao trabalho na lavoura, devido ao puerpério ou afazeres domésticos.

privilegiou a distribuição das terras em lotes de 10, 15 e 20 alqueires paulistas (CMNP, 2013, p.70). As edificações não eram tão sólidas e suntuosas como as erigidas nas fazendas paulistas ou nas fazendas do Norte Pioneiro, os materiais utilizados eram menos “nobres”; dava-se preferência à madeira, abundante na região, com exceção dos terreiros para secagem do café, que eram construídos em alvenaria.

Nas fazendas cafeeiras Norte paranaenses, assim como em São Paulo, foram erigidas construções com a finalidade de abrigar os colonos, uma vez que as famílias deveriam residir no interior da propriedade. Assim, o local destinado às casas dos colonos, também conhecido como colônia, possuía características bastante peculiares. As casas na maioria dos casos identificados eram construídas em madeira e cobertas de telha cerâmica e se alinhavam nas partes mais baixas da propriedade. Nas figuras 6 e 7 observamos edificações características de colônias, localizadas no Norte do Paraná.

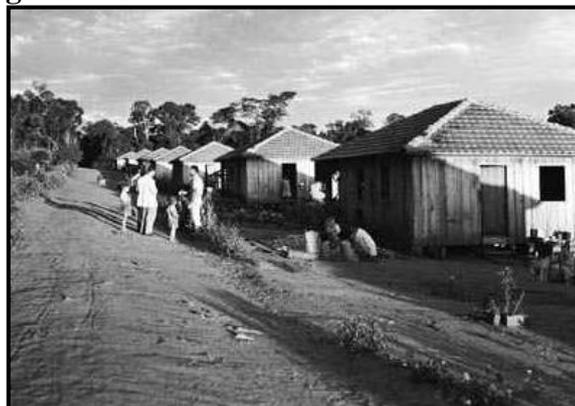
**Figura 6-** Cafezal e casa de colonos em fazenda localizada no Norte do Paraná



**Legenda:** 1) plantações de café. 2) colônia.

**Fonte:** Pozzobon (2006, p. 100)

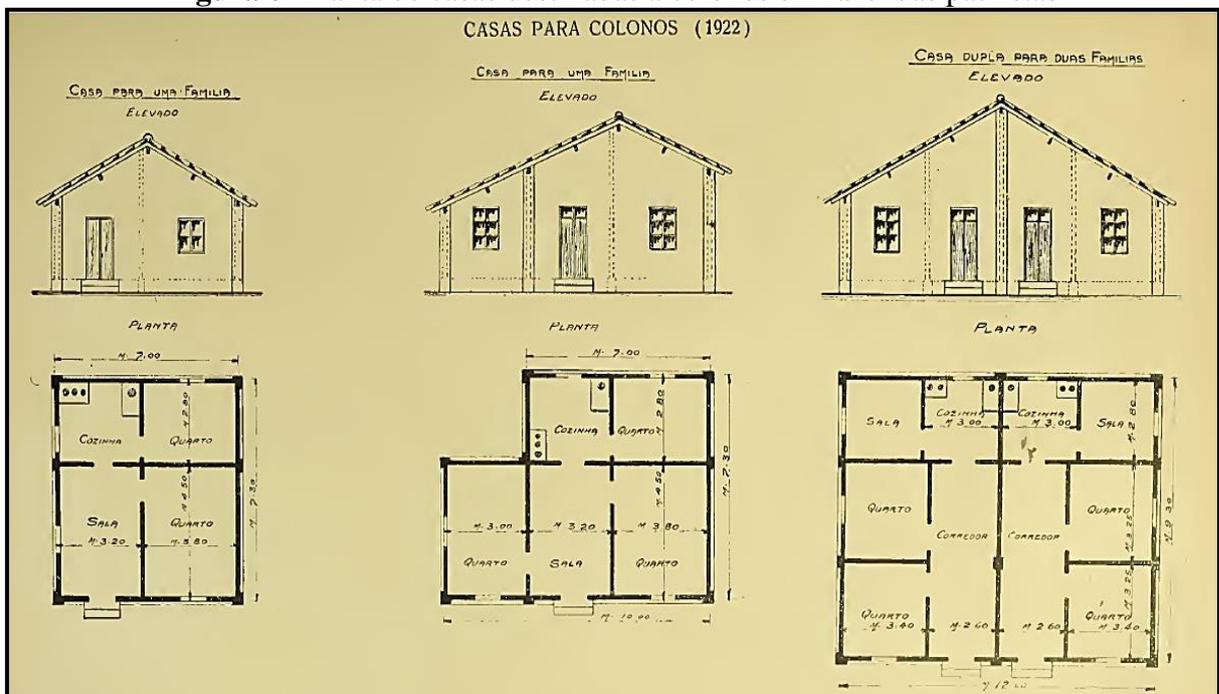
**Figura 7-** Colônia localizada no Norte do Paraná



**Fonte:** Acervo Armínio Kaiser (1957-1970)

As divisórias internas de uma casa de colônia consistiam em quatro cômodos básicos: uma sala, uma cozinha, dois ou três quartos e um cômodo anexo que serviria como banheiro sem vaso sanitário (figura 8). Na parte exterior estavam presentes, geralmente, o sanitário, um paiol, uma pequena horta, um galinheiro, um poço e muito raramente um pequeno cercado para abrigar porcos, pois se dava preferência à cessão de um espaço localizado aos fundos da propriedade, área desfavorável ao plantio do café, onde poderiam ser também criadas umas poucas vacas leiteiras. Algumas casas possuíam uma pequena varanda frontal ou traseira, e quase todas elas eram construídas sobre pilares constituídos por troncos ou grossos galhos de árvores, formando uma espécie de porão.

**Figura 8-** Planta de casas destinadas a colonos em fazendas paulistas



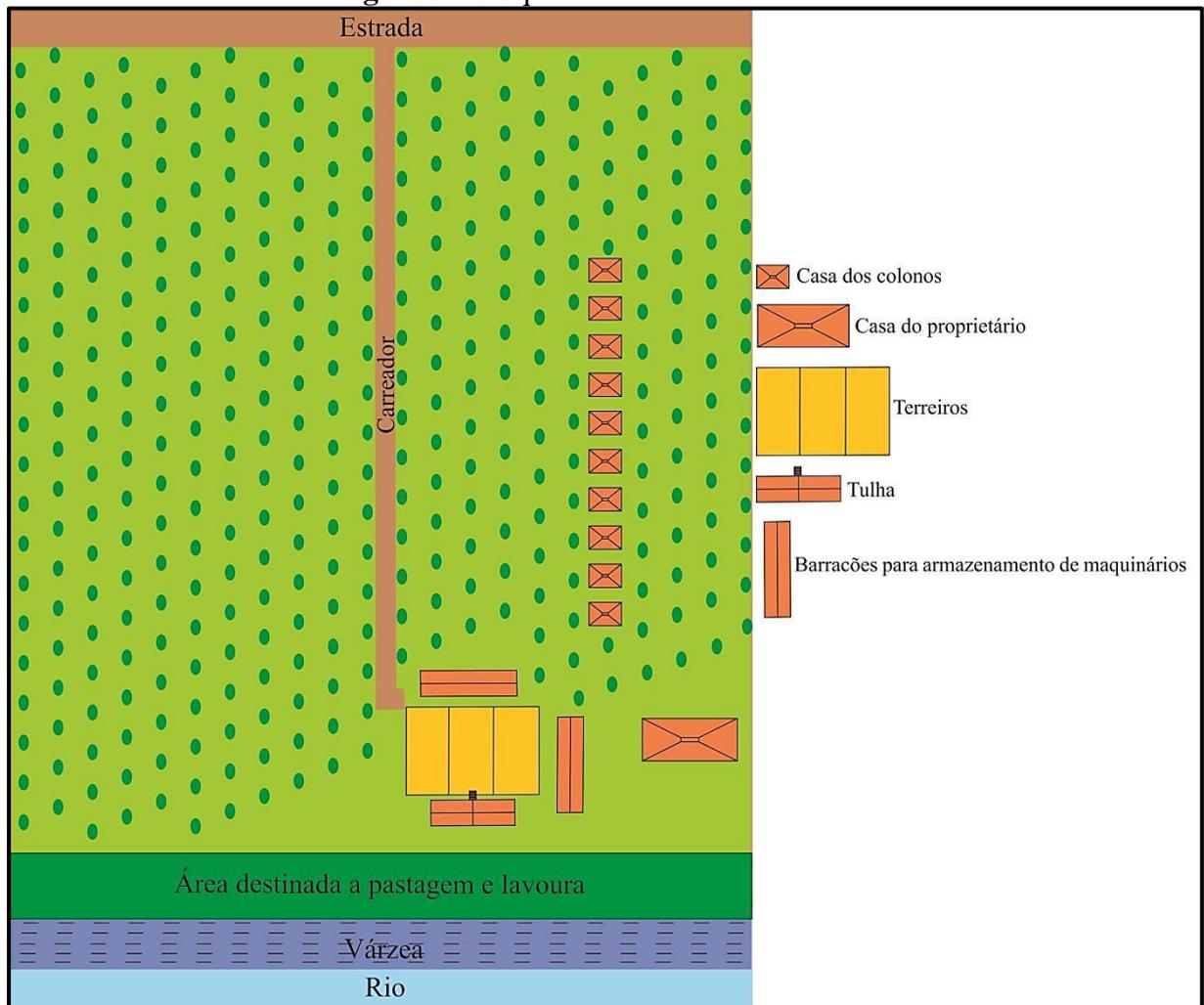
Fonte: Ramos (1923, p. 69)

Localizadas a certa distância da casa do fazendeiro e construídas muito próximas umas das outras (cerca de 10 a 15 metros) as casas das colônias formavam um habitat do tipo aglomerado (MÜLLER, 1956, p. 83). Entre as casas de uma colônia não havia divisórias como cercas ou muros que delimitassem o espaço destinado a cada colono. O respeito à privacidade e aos bens individuais ficavam implícitos e possíveis desavenças eram dirimidas pelo administrador e prontamente desestimuladas. Em algumas fazendas, no espaço destinado às casas dos colonos coexistiam residências coletivas com a função de alojar trabalhadores temporários, contratados no período da colheita. A quantidade de residências existentes nas

colônias variava em torno de 10 a 30 casas e era determinada em função do tamanho da propriedade.

As maiores construções marcavam a sede da propriedade e consistiam na casa do fazendeiro, no terreirão, na tulha e nas edificações que abrigavam os maquinários destinados ao beneficiamento do café (figura 9). Com exceção dos terreirões, as outras edificações eram construídas majoritariamente em madeira. A construção que mais se destacava, além da casa principal era o terreirão, onde o café era depositado e secado logo após a colheita.

**Figura 9-** Croqui de uma fazenda cafeeira



Fonte: A autora (2017)

Nas figuras 10, 11 e 12 é possível observar a sede de três propriedades rurais do tipo fazenda onde ainda são encontradas edificações remanescentes do período cafeeiro. Tulhas, terreirões, paióis e casas são as principais construções existentes. Como o passar do tempo houve acréscimos e também retiradas de alguns elementos. Os acréscimos referem-se à pintura das casas, a substituição de janelas de madeira por vitrôs e venezianas, instalação de azulejos e encanamento de água. Outras construções foram erigidas, principalmente barracões

para armazenamento de insumos agrícolas. Alguns elementos como casa de colonos, terreirão, tulha e paíóis menores, característicos da economia cafeeira, foram retirados por falta de utilidade (não eram mais usados), para melhor aproveitamento do espaço, comercialização da madeira e reaproveitamento dos materiais que foram realocados em outras construções.

**Figura 10-** Propriedade de J.V.



**Legenda:** 1) terreirão 2) tulhas 3) casas 4) barracão para armazenamento de insumos

**Fonte:** LEITE, Anderson Felix/Aero Ingá (2017)

**Figura 11-** Propriedade de A.P.



**Legenda:** 1) terreirão 2) tulha 3) casas 4) barracão para armazenamento de insumos

**Fonte:** LEITE, Anderson Felix/Aero Ingá (2017)

**Figura 12-** Propriedade de V.P.

**Legenda:** 1) terreirões 2) tulha 3) casas 4) barracões para armazenamento de insumos

**Fonte:** LEITE, Anderson Felix/Aero Ingá (2017)

O principal motivo apontado para a permanência dos elementos materiais do período cafeeiro encontra-se no fato deles poderem se adequar a uma nova função, desta vez, como abrigo para maquinários, peças, adubos e agrotóxicos. A organização espacial da propriedade altera-se em virtude da adequação a novas culturas agrícolas e para atender às necessidades impostas com a modernização da agricultura, assunto que será tratado mais adiante.

## 2.2 As relações de trabalho na grande propriedade

As relações de trabalho que vigoravam nas propriedades cafeeiras eram bastante variadas e alteravam-se conforme a dimensão dos estabelecimentos. A tabela 1 relaciona as categorias de trabalhadores à quantidade de pés de café que seriam cultivados; o número dos cafezais era diretamente proporcional ao tamanho da propriedade – propriedades maiores poderiam cultivar maior quantidade de pés de café.

**Tabela 1-** Distribuição dos cafeeiros, por regime de exploração, segundo classe de tamanho, no Paraná – 1961 (em %)

**Continua**

Tamanho dos cafezais (mil pés)	Regime de exploração por talhões						Total
	Famílias	Colonos	Parceiros	Empreiteiros	Diaristas	Outros	
Até 0,9	50,6	-	49,1	-	0,3	-	100
De 1,0 a 1,9	58,8	-	41,2	-	-	-	100
De 2,0 a 3,9	66,8	9,7	21,9	1,6	-	-	100

**Continuação**

Tamanho dos cafezais (mil pés)	Regime de exploração por talhões						
	Famílias	Colonos	Parceiros	Empreiteiros	Diaristas	Outros	Total
De 4,0 a 7,9	48,9	5,6	39,5	1,0	4,7	0,3	100
De 8,0 a 15,9	30,5	11,4	43,7	1,0	11,5	1,0	100
De 16,0 a 31,9	19,3	16,3	49,7	5,6	9,1	-	100
De 32,0 a 63,9	8,1	36,4	30,5	6,7	13,8	4,5	100
De 64,0 a 127,9	1,8	40,8	26,2	7,8	13,2	10,2	100
De 128,0 a 255,9	1,3	33,6	12,0	22,9	22,6	7,6	100
De 256,0 a 511,9	-	58,1	1,8	2,2	33,6	4,3	100
De 512,0 a 1023,9	-	36,5	11,8	18,4	33,3	-	100
De 1024,0 em diante	-	74,4	-	-	25,6	-	100
<b>Total</b>	<b>16,5</b>	<b>27,4</b>	<b>31,7</b>	<b>6,7</b>	<b>14,2</b>	<b>3,5</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Extraído de RAGGIO, 1985

Os dados mostram o predomínio do trabalho familiar e da parceria em estabelecimentos menores; para estabelecimentos maiores o trabalho de colonos, diaristas e empreiteiros é mais expressivo.

A presença do colonato<sup>16</sup> deve-se à grande influência exercida por São Paulo, onde esta relação de trabalho foi largamente utilizada nas grandes propriedades cafeeiras. Os tipos de contrato variavam indo desde os que passavam a vigorar quando os cafezais já estavam produzindo – sendo o trabalho de derrubada da mata e o plantio realizado por outros trabalhadores contratados pelo dono das terras – até aqueles em que o colono e sua família ficavam responsáveis pelos trabalhos iniciais. Os prazos dos contratos, portanto, variavam de um a seis anos, podendo ser renovados ou não, conforme o interesse das partes.

No colonato, além de um valor mensal correspondente aos cuidados com o cafezal (capina, desbrota e aplicação de pesticidas quando necessário) os colonos ainda recebiam um valor à parte durante o período da colheita, época do ano em que havia maior possibilidade de ganho, o que ficava na dependência da capacidade da família em executar os serviços. O pagamento era diretamente proporcional à quantidade de café colhido.

Além do colonato outras categorias de trabalhadores rurais podiam ser encontradas na grande propriedade cafeeira Norte paranaense. Nos primeiros anos quando era necessária a retirada da mata duas categorias estavam presentes: os empreiteiros e os peões (MARGOLIS, 1973, p. 127). Os primeiros eram responsáveis por contratar os segundos para realização de

<sup>16</sup> O colonato segundo Moreira (1990, p. 51) “[...] é uma relação contratual, com registro em carteira, que dá ao colono nítido caráter de trabalhador assalariado. Entretanto, nesse contrato, prevê-se a cessão pelo cafeicultor [fazendeiro] ao colono de uma parcela de terras para que este cultive cereais para seu consumo familiar, o que o torna também um camponês.” O salário pago ao colono era acordado conforme a quantidade de pés de café que seriam cultivados.

trabalhos como a derrubada da mata e limpeza dos resíduos da floresta que ainda restavam. Após a derrubada os trabalhadores contratados procediam com a queima de troncos e cipós; ambas as atividades se faziam de forma braçal e exigiam grande disposição e esforço físico.

A grande maioria dos derrubadores de mata vinha dos estados do Nordeste, chegava geralmente sem família e se alojava em moradias improvisadas no interior das fazendas (MONBEIG, 1984, p. 244). O pagamento era acordado anteriormente e equivalia à área (em alqueires paulistas) que seria desmatada. A prática era extremamente vantajosa ao grande proprietário, pois questões como a contratação e o pagamento dos derrubadores eram tratadas pelo empreiteiro não se estabelecendo uma relação trabalhista direta entre estes e aquele.

Outra importante categoria de trabalhador rural presente nos primeiros anos de constituição das fazendas eram os formadores de café. Após os trabalhos iniciais de retirada da floresta, os formadores eram contratados em um período de tempo que variava de quatro, cinco ou seis anos. A situação financeira dos formadores era bastante instável uma vez que os contratos estabelecidos pediam que estes trabalhadores tivessem algum recurso financeiro para manterem-se até que as primeiras colheitas fossem comercializadas. Qualquer contratempo durante o cultivo ou da colheita, como intempéries ou até mesmo doenças poderiam tornar a empreitada infrutífera.

Para os contratos de quatro anos os formadores teriam direito a cem por cento da colheita do quarto ano e receberiam a terra limpa e coveada, ficando sob sua responsabilidade o plantio das sementes e o cuidado com os cafeeiros. Nesse tipo de contrato os formadores geralmente recebiam uma casa e algum dinheiro, cuja quantidade dependia do número de árvores cultivadas. Para os contratos de cinco anos os formadores receberiam a terra limpa, porém, estariam encarregados da abertura das covas e do plantio das sementes; teriam direito a quarta e a quinta colheitas, mas não receberiam casa e raramente era disponibilizado algum dinheiro, que se existisse, representaria uma soma muito pequena. Nos contratos de seis anos, o formador receberia as colheitas do quarto, quinto e sexto ano, mas seria responsável por limpar a terra, abrir as covas, plantar e cuidar dos cafeeiros, não recebendo dinheiro ou casa. Em ambos os contratos os formadores poderiam manter culturas de subsistência entre as linhas dos cafeeiros; o tipo e a quantidade dos cultivos intercalados eram previamente acordados e diminuía conforme os cafeeiros cresciam, a fim de não prejudicá-los (MARGOLIS, 1973, p. 131-132).

Outra relação de trabalho bastante peculiar era a parceria, caracterizada pela cessão temporária das terras do proprietário ao parceiro. Além da terra o parceiro poderia receber parte das sementes e mudas para que, por meio de seus instrumentos de trabalho e mão de

obra familiar, entregasse uma parcela previamente definida da produção ao dono da terra. A duração do contrato era equivalente ao tempo de produção dos cafezais. Havia dois tipos de parceiros: os meeiros e os porcentageiros. A renda destinada aos parceiros variava de cinquenta a noventa por cento da produção. Somente no caso específico de divisão ao meio da renda obtida com a venda da colheita – cinquenta por cento para o proprietário e cinquenta por cento para o parceiro – é que o parceiro também era denominado de meeiro, expressão cuja origem vem de meia, metade.

A porcentagem da renda destinada ao parceiro (porcentageiro) dava-se em função das condições de produção que receberia do proprietário das terras e, portanto, diminuiria ou se elevaria conforme os recursos fornecidos. A título de comparação: mais tarde, tais relações foram legalmente estabelecidas: as alíneas do inciso VI do artigo 96 do Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964<sup>17</sup> definem os percentuais da renda reservada ao proprietário, que não podem ser superiores a:

- a) dez por cento, quando concorrer apenas com a terra nua;
- b) vinte por cento, quando concorrer com a terra preparada e moradia;
- c) trinta por cento, caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso;
- d) cinquenta por cento, caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea c e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a cinquenta por cento do número total de cabeças objeto de parceria;
- e) setenta e cinco por cento, nas zonas de pecuária ultra-extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a vinte e cinco por cento do rebanho e onde se adotem a meação de leite e a comissão mínima de cinco por cento por animal vendido; (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra)

Nos municípios estudados foram encontrados indícios que apontavam outras formas de remuneração que não correspondiam às porcentagens descritas no Estatuto da Terra, tanto

---

<sup>17</sup> Com a Lei nº 11.443, de 05 de janeiro de 2007 as alíneas do inciso VI do artigo 96 passaram a vigorar com a seguinte redação: a) 20% (vinte por cento), quando concorrer apenas com a terra nua; b) 25% (vinte e cinco por cento), quando concorrer com a terra preparada; c) 30% (trinta por cento), quando concorrer com a terra preparada e moradia; d) 40% (quarenta por cento), caso concorra com o conjunto básico de benfeitorias, constituído especialmente de casa de moradia, galpões, banheiro para gado, cercas, valas ou currais, conforme o caso; e) 50% (cinquenta por cento), caso concorra com a terra preparada e o conjunto básico de benfeitorias enumeradas na alínea d deste inciso e mais o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, para atender aos tratos culturais, bem como as sementes e animais de tração, e, no caso de parceria pecuária, com animais de cria em proporção superior a 50% (cinquenta por cento) do número total de cabeças objeto de parceria; f) 75% (setenta e cinco por cento), nas zonas de pecuária ultra-extensiva em que forem os animais de cria em proporção superior a 25% (vinte e cinco por cento) do rebanho e onde se adotem a meação do leite e a comissão mínima de 5% (cinco por cento) por animal vendido;

para as parcerias realizadas anteriormente quanto posteriormente à promulgação da lei.<sup>18</sup> Essa grande variedade nas relações de trabalho existentes na área rural Norte paranaense, principalmente nas propriedades cafeicultoras do século XX, já havia sido apontada por Margolis (1973, p. 127, tradução nossa) ao observar que “mesmo dentro de uma categoria particular, as variações nos arranjos individuais entre proprietário e trabalhador parecem quase infinitas”. A mesma constatação é encontrada em Prado Júnior quando o autor afirma:

[...] as relações de trabalho e emprego assumem muitas vezes grande complexidade, pois a remuneração do trabalhador se faz por diferentes formas, como sejam com uma parte do produto, com o direito de ocupar com atividades próprias certas áreas da propriedade etc. Acresce a isso a diferença das situações respectivas de uma para outra atividade rural, de uma para outra região. E mesmo frequentemente de um para outro momento. As relações de trabalho no campo variam consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se dá na indústria e no comércio [...] (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 88-89)

Possivelmente a grande diversidade nas relações de trabalho tenha sido a causa de divergências nas definições das categorias de trabalhadores rurais entre os autores pesquisados. Buscamos elencar e retratar aqui aquelas cujas definições correspondem aos relatos colhidos em campo.<sup>19</sup>

Nas pequenas propriedades rurais que constituem o foco da pesquisa, para os municípios estudados a principal relação de trabalho existente era a familiar com a presença de trabalhadores temporários em períodos em que a força de trabalho da família não era suficiente. Os trabalhadores temporários ainda conhecidos como volantes ou camaradas consistiam na classe de menor poder aquisitivo devido à baixa remuneração paga e a instabilidade do trabalho. O maior volume de contratos se concentrava nos períodos de colheita e as formas de pagamento eram feitas por dias de efetivo trabalho, na grande maioria os trabalhadores volantes eram oriundos dos estados do Nordeste e de Minas Gerais (KOHLHEPP, 2014, p. 91).

Dentre a categoria de trabalhadores temporários os boias-frias<sup>20</sup> surgiram como estratégia dos empregadores de burlar a lei trabalhista posta em vigor em 1963<sup>21</sup>. Contratados,

<sup>18</sup> Embora a lei fale da relação contratual que deveria ser estabelecida entre o proprietário da terra e os trabalhadores, muitos acordos eram realizados apenas informalmente, são os chamados “contratos de boca” ou no “fio do bigode”, ou seja, realizados apenas oralmente.

<sup>19</sup> O arrendamento como arranjo de trabalho e acesso temporário a terra também foi relatado durante as entrevistas, mas aparece no final do ciclo do café para os contratos com outras culturas agrícolas. Nesse tipo de contrato o arrendatário deve pagar um valor previamente acertado pelo uso da terra independentemente da renda obtida, diferentemente dos contratos de parceria os riscos não são assumidos pelo dono da terra, sendo possíveis prejuízos arcados inteiramente pelo arrendatário.

<sup>20</sup> O termo boia-fria alude à forma como esses trabalhadores se alimentam. Ao saírem para o trabalho, ainda de madrugada, armazenam seu alimento em vasilhas sem proteção térmica e, não tendo como esquentá-lo para as refeições, acabam ingerindo a comida/ “boia” fria.

sempre por intermédio de agenciadores conhecidos como “gatos” os boias-frias executavam o trabalho na lavoura sem que a prática gerasse vínculos empregatícios, o que era extremamente vantajoso aos proprietários de terras.

Moradores das periferias das cidades, os boias-frias sujeitavam-se a condições de extremo esforço físico, principalmente nos períodos da colheita do café, onde a procura por esses trabalhadores aumentava significativamente; em outros momentos quando não havia trabalho disponível na área rural (nas lavouras de café ou em outras) as mulheres empregavam-se em trabalhos nas cidades como domésticas, babás, lavadeiras, passadeiras, cozinheiras e os homens prestavam serviços de jardinagem, limpeza de terrenos, auxiliar de pedreiro e outros pequenos trabalhos que pudessem gerar alguma renda e garantir ao menos alimentação e moradia.

Segundo Kohlhepp (2014, p. 152) as leis trabalhistas<sup>22</sup> e a participação dos sindicatos dos trabalhadores rurais de forma mais organizada e funcional provocou a liberação de grande quantidade de mão de obra no campo. Ainda segundo o autor:

[...] a geada e as restrições de plantações de café frequentemente proporcionavam somente motivo aparente para a dissolução aparentemente justificada dos contratos de trabalho. Muitas fazendas de médio e grande porte se esquivaram desse modo da responsabilidade pela segurança social de seus empregados! (KOLHLEPP, 2014, p. 152)

Conforme a utilização do sistema de colonato e parceria diminuía se intensificava o uso de trabalhadores temporários; a posterior dispensa desses trabalhadores e inclusive a extinção de algumas categorias, para além dos custos com encargos trabalhistas refletem o avanço do capital no campo, a substituição do café por culturas que demandavam pouca mão de obra e o uso intensivo de maquinários.

Além das categorias de trabalhadores citadas, as fazendas de café ainda empregavam de forma direta uma série de outros profissionais como os administradores, fiscais, carroceiros, motoristas, entre outros, todos esses caracterizados como empregados mensalistas (POZZOBON, 2006, p. 57). O trabalho familiar, largamente utilizado nas pequenas propriedades rurais, será tratado posteriormente.

---

<sup>21</sup> Em 02 de março de 1963 foi promulgada a Lei nº 4.214 – Estatuto do Trabalhador Rural – que atribuía aos trabalhadores rurais direitos como indenização, aviso prévio, salário, repouso remunerado, férias, proteção especial à mulher e ao menor, entre outros direitos já garantidos aos trabalhadores urbanos.

<sup>22</sup> O decreto-lei nº 276 de 28 de fevereiro de 1967 alterava dispositivos da Lei nº 4.214 estendendo o direito a assistência médico-social aos trabalhadores rurais.

### 2.3 O surgimento das pequenas propriedades

Se a primeira fase marca o início da cafeicultura paranaense e é caracterizada pela existência de grandes propriedades, a segunda fase é assinalada pela queda nos preços e avanço do cultivo do café em pequenas propriedades.

Embora na atualidade as leis que fundamentam o direito agrário e as políticas públicas para o desenvolvimento rural levem em conta o conceito de módulo fiscal<sup>23</sup> como parâmetro para classificação fundiária, será aqui considerado como critério para a definição de pequenas propriedades rurais o tipo de parcelamento de terras realizado pela CTNP/CMNP. Termos como chácaras, sítios e fazendas estão presentes no entendimento popular e correspondem as dimensões dos lotes rurais estabelecidos pela CTNP/CMNP.

Assim, como pequenas propriedades rurais são consideradas as chácaras e sítios, o que correspondia à época da colonização do Norte do Paraná a maioria dos lotes existentes (MONBEIG, 1953, p. 461). O tamanho das propriedades aumentava conforme estas se distanciavam das cidades, a disposição de pequenos lotes próximos à área urbana ocorria de forma planejada a fim de atender de um lado as necessidades econômicas e sociais dos compradores e de outro as expectativas de lucro da empresa. Para os futuros proprietários a proximidade dos lotes com as cidades era necessária para se evitar o isolamento social e facilitar o escoamento da produção; para os vendedores atender as necessidades da clientela era sinônimo de lucro.

As chácaras correspondem às propriedades localizadas muito próximas as cidades, com dimensões entre de 1 (um) a 5 (cinco) alqueires paulistas<sup>24</sup>. Estas propriedades foram planejadas com o intuito de fornecer alimentos aos municípios formando uma espécie de cinturão verde, embora nos municípios estudados essas propriedades acabassem também se dedicando ao cultivo do café (CMNP, 2013, p. 70 e seg.). Eram considerados como sítios as propriedades cuja dimensão variava de 6 (seis) a 49 (quarenta e nove) alqueires paulistas,

---

<sup>23</sup> Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar (INCRA, 2018). Se fôssemos utilizar o conceito de módulo fiscal para identificar a pequena propriedade, teríamos para os municípios de Terra Boa e Jussara uma área de até 36,36 alqueires paulistas e para o município de São Jorge do Ivaí uma área de até 26,44 alqueires paulistas.

<sup>24</sup> Privilegiamos no trabalho o uso do alqueire paulista como unidade de medida, mesmo tendo ciência do uso do hectare pelas instituições de pesquisa, pelas leis municipais, estaduais e federais e pelos documentos oficiais da administração pública, nas esferas do poder executivo e legislativo. O alqueire paulista é uma medida comumente utilizada pelos entrevistados, e ao lado do hectare, aparece na descrição da dimensão da propriedade rural nas escrituras públicas de compra e venda e nas certidões de matrículas.

dentro dessa categoria os sítios podiam ainda ser classificados de acordo com o seu tamanho, sendo os de 6 (seis) a 10 (dez) alqueires paulistas considerados pequenos, os de 11 (onze) a 29 (vinte e nove) médios e os de 30 (trinta) a 49 (quarenta e nove) grandes. Já as fazendas eram as propriedades mais distantes da área urbana e com um tamanho acima de 50 (cinquenta) alqueires paulistas (MARGOLIS, 1973, p. 155 e 157).

O incentivo a novos plantios no Paraná, paradoxalmente a queda dos preços e a redução da produção no estado de São Paulo, até então o maior produtor, foi uma estratégia para proteger os investimentos com a colonização das terras. Era interessante para o governo paranaense manter a cafeicultura mesmo em uma conjuntura recessiva provocada por fatores históricos como a queda da Bolsa de Nova York e a Segunda Guerra Mundial, uma vez que já se entrava a década de 1950 e outra política agrícola orientaria essa produção econômica.

Como as companhias colonizadoras haviam investido na colonização, auxiliando o estado na ocupação das terras, que na época se encontrava sem capital para investimentos, resultado da “debilidade econômica” em que se encontrava (PADIS, 1981, p. 80), foi oportuna a apresentação já na década de 1950 da política agrícola que orientaria a modernização da agricultura que seria posta em prática na região Norte do Paraná. O empreendimento anterior organizou o espaço rural a partir de uma estrutura fundiária baseada na pequena produção; o empreendimento executado a partir da década de 1960 organizou sua estrutura fundiária a partir da grande propriedade.

Segundo Padis (1981) a atividade econômica da erva-mate “além da arrecadação obtida pelo Estado e do auto-financiamento de expansão dos engenhos moageiros de erva, muito pouco por ela foi capitalizado, e que sobre isso testemunhe a precariedade do conjunto da economia paranaense [...]” *[sic]* (PADIS, 1981, p. 81-82)

Considerando outros fatores, Monbeig (1984), ao escrever sobre o movimento de avanço da cultura cafeeira sobre novas terras, enunciava:

Não seria mais satisfatória a explicação que considerasse apenas a fertilidade da terra roxa: para o aproveitamento desta fertilidade, seria ainda preciso que houvesse interesse em fazê-lo e capacidade de o fazer. Teria ficado intacta a floresta dos planaltos ocidentais, se os plantadores não dispusessem de mão-de-obra, nem de meios de transporte: não se haveria estendido as culturas de café por imensas superfícies, se não tivesse sido possível cuidar de uma produção bem mais considerável que as que haviam sido até então obtidas. Não teria sido empreendida tamanha tarefa, sem a disponibilidade de capitais para seu financiamento (MONBEIG, 1984, p. 95-96).

Antigos trabalhadores das lavouras de café paulistas consistiam na grande massa de pequenos e médios proprietários<sup>25</sup> que se estabeleciam nas terras comercializadas pelas empresas colonizadoras. A possibilidade de prosperidade com o cultivo do café era o grande chamariz para estes trabalhadores, já adaptados com todo o processo produtivo; além disso, os custos da produção em pequenas propriedades eram menores em relação à grande, uma vez que o proprietário das terras e sua família é que se constituíam na principal força de trabalho.

Pode-se dizer que as pequenas propriedades surgem em um contexto marcado por uma economia majoritariamente monocultora, sustentada por políticas que geriam a produção e comercialização do café; por fatores ambientais favoráveis, como a fertilidade do solo principalmente; e pela participação de empresas colonizadoras.

Servir-se da cafeicultura como sustentáculo para a colonização das terras do Norte do Paraná foi uma aposta eficaz das companhias de terras; a permanência da economia cafeeira como geradora de riquezas no Paraná por tempo indeterminado é que não subsistiu. Segundo Padis (1981, p. 194-195) formara-se no Paraná uma economia periférica; enquanto São Paulo, aproveitando-se do capital acumulado com a cultura cafeeira, já há muito tempo buscava alternativas a cafeicultura – investindo na industrialização e em outras atividades agrícolas – o Paraná ainda apostava no café.

A existência e a manutenção da cultura cafeeira foram viáveis porque demandavam pouca mecanização; os processos utilizados desde o plantio até a colheita eram realizados pela mão de obra familiar, o que resultava em alta produtividade, tornando a atividade compensatória até mesmo em tempos de baixos preços.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o aumento na procura por café, um novo período de elevação de preços ganhou fôlego e passou a vigorar. Com as expectativas de lucro a economia cafeeira tomou novo impulso; a retomada da produção e os novos plantios passaram a ser estimulados, fazendo com que novas áreas fossem criadas e a fronteira avançasse até o Norte Novíssimo.

---

<sup>25</sup> Identificamos que durante o período de tempo que corresponde ao recorte temporal da pesquisa os produtores agrícolas utilizavam para se autodenominarem as seguintes nomenclaturas: lavrador, agricultor e sitiante. Lavrador era o termo empregado tanto para o pequeno proprietário de terras quanto para os demais trabalhadores rurais que não tinham a posse da terra como os meeiros, porcenteiros e boias-frias, com propensão do uso para os segundos. Agricultor era o termo de uso exclusivo para os proprietários de terras, pequenos, médios ou grandes. A denominação sitiante referia-se ao pequeno proprietário possuidor de sítios e se estendia para os donos de chácaras, por isso, no trabalho utilizaremos tanto o termo pequeno proprietário como sitiante. As denominações aparecem como demarcadores para as diferentes posições socioeconômicas dos produtores agrícolas. Seguindo critérios estabelecidos na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, esses pequenos proprietários rurais, produtores agrícolas de pequena escala, podem ser definidos como agricultores familiares.

No quadro 1 é possível verificar que as datas em que a CTNP/CMNP criou municípios correspondem em boa parte à terceira conjuntura da história da cafeicultura paranaense, mais especificamente ao período em que houve grande impulso nos novos plantios, conforme afirma Cancian (1981).

Sob a nova fase de preços ascendentes o Paraná tomou grande impulso na década de 1950, atingindo na década de 1960 sua fase mais dinâmica, ultrapassando inclusive a produção paulista, com a qual entrou a concorrer e sofrer concorrência, pois ali também se verificou novo aumento da produção, dado o incentivo de preços [...] o centro dinâmico da produção no Paraná deslocou-se por três vezes, em períodos cada vez mais curtos – em 1951, quando o Norte Novo superou o Norte Pioneiro; onze anos depois, quando o Norte Novíssimo ultrapassou o Norte Novo, e em 1965 com programas de erradicação de cafeeiros e fomento da pecuária no Norte Novíssimo, desviava-se novamente para o Norte Novo, de terras mais próprias ao cafeeiro (CANCIAN, 1981, p. 92).

**Quadro 1-** Municípios criados sob a influência da CTNP/CMNP

**Continua**

MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO PELA CTNP/CMNP <sup>26</sup>	ELEVAÇÃO A CATEGORIA DE MUNICÍPIO POR LEI ESTADUAL	MESORREGIÃO
Apucarana	1934	1943	Norte Central
Arapongas	1935	1947	Norte Central
Astorga	1945	1951	Norte Central
Atalaia	1950	1960	Norte Central
Bom Sucesso	1951	1954	Norte Central
Cambé	1932	1947	Norte Central
Cianorte	1953	1955	Noroeste
Cruzeiro do Sul	1952	1955	Noroeste
Doutor Camargo	1951	1964	Norte Central
Floraí	1946	1955	Norte Central
Flórida	1946	1960	Norte Central
Inajá	1952	1961	Noroeste
Indianópolis	1955	1967	Noroeste
Jandaia do Sul	1942	1951	Norte Central
Japurá	1953	1964	Noroeste
<b>Jussara</b>	<b>1951</b>	<b>1955</b>	<b>Noroeste</b>
Lobato	1948	1956	Norte Central
Londrina	1930	1934	Norte Central

<sup>26</sup> Nos diversos documentos pesquisados para se obter a data de criação dos municípios (sites das prefeituras municipais e do IBGE, memoriais dos cartórios de registro de imóveis e livro da CTNP/CMNP) foram encontradas muitas variações. Optou-se por utilizar as datas disponíveis no site do IBGE, uma vez que, mesmo que divergindo algumas vezes de outras fontes de informação, a diferença é de poucos anos. Para se obter as datas de criação dos municípios por lei estadual não houve a mesma dificuldade, as informações foram facilmente fornecidas pelas prefeituras municipais e verificadas no site <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/entradaSite.do?action=iniciarProcesso>.

## Continuação

MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO PELA CTNP/CMNP	ELEVAÇÃO A CATEGORIA DE MUNICÍPIO POR LEI ESTADUAL	MESORREGIÃO
Mandaguari	1937	1947	Norte Central
Marialva	1940	1951	Norte Central
Maringá	1938	1951	Norte Central
Marumbi	1942	1960	Norte Central
Nova Esperança	1946	1951	Norte Central
Paiçandu	1944	1960	Norte Central
Presidente Castelo Branco	1948	1964	Norte Central
Rolândia	1932	1943	Norte Central
Sabáudia	1945	1954	Norte Central
Santo Antônio do Caiuá	1951	1961	Noroeste
São João do Caiuá	1951	1954	Noroeste
São Jorge do Ivaí	1946	1954	Norte Central
São Tomé	1953	1960	Noroeste
Terra Boa	1951	1955	Centro Ocidental
Tuneiras do Oeste	1952	1960	Noroeste
Umuarama	1955	1960	Noroeste
Uniflor	1950	1961	Norte Central

Fonte: (CMNP, 2013, p. 224 e 226), IBGE e prefeituras municipais.

Não foram somente as duas companhias de terras mais conhecidas, a CTNP/CMNP, que atuaram na colonização do Norte do Paraná. Adquirindo terras dessas duas companhias ou da compra direta junto ao Estado, o fato foi que outras quarenta<sup>27</sup> empresas colonizadoras operaram na região.

Medidas de proteção ao café foram colocadas em prática desde 1906 com o Convênio de Taubaté. Em 1924 foi criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café

<sup>27</sup> Ao todo, 41 empresas imobiliárias estiveram presentes e atuantes no Norte do Paraná. A pesquisa de Rosaneli (2013, p. 84) lista as 41 companhias imobiliárias fundadoras de cidades no Norte do Paraná, sendo elas: 1. Anis Abbudi & Cia.; 2. Brasil-Paraná Loteamentos e Colonização Ltda.; 3. Byington & Cia.; 4. Colonizadora Alto Paraná "CAP" Ltda.; 5. Colonizadora Cafezal Ltda.; 6. Colonizadora e Imobiliária Szaferman Ltda.; 7. Colonizadora Mariluz Ltda.; 8. Colonizadora Norte do Paraná Ltda.; 9. Colonizadora Paranapanema; 10. Colonizadora Rio Bom; 11. Colonizadora, Imobiliária e Agrícola de Catandura Ltda. – CIAC; 12. Comércio Construções Imóveis, Agricultura Ângulo Ltda.; 13. Comissária Exportadora, Importadora União S/A; 14. Companhia Brasileira de Imigração e Colonização – COBRINCO; 15. Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz; 16. Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural – CODAL; 17. Companhia de Terras Barbosa; 18. Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CTNP/CMNP; 19. Corain e Cia.; 20. DAGON; 21. Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda.; 22. Empresa Imobiliária Tapejara Ltda; 23. Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda. Colonização, Indústria e Comércio; 24. Imobiliária Nova Londrina Ltda; 25. Imobiliária Paraná Ltda; 26. Imobiliária Paranapoema Ltda; 27. Imobiliária Progresso Ltda.; 28. Imobiliária Toledo Piza Ltda.; 29. Imobiliária Ypiranga; 30. José Ebner & Cia.; 31. Lima, Nogueira S/A – Comercial e Exportadora; 32. Mazzuco Pareja e Cia. Ltda.; 33. S/A Nambei Tochi Kabushiki Kaisha; 34. Scrivanti & Cia.; 35. Sociedade Colonizadora Paraná Ltda.; 36. Brazil Tokushoru Kaisha – Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada – BRATAC.; 37. Sociedade Goioerê Ltda.; 38. Sociedade Imobiliária e Colonizadora Guairacá; 39. Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – SINOP; 40. Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.; 41. Sociedade Territorial Ubá Ltda.

(IPDPC), em 1926, o IPDPC altera sua denominação para Instituto do Café do Estado de São Paulo (CPDOC/FGV, 2017). Em 1931 é criado o Conselho Nacional do Café - CNC (CPDOC/FGV, 2017). Em 1933, o CNC é extinto e em seu lugar é criado o Departamento Nacional do Café (DNC) (CPDOC/FGV, 2017). No mesmo ano de extinção do DNC (1946) é criada a Divisão da Economia Cafeeira (DEC) (CPDOC/FGV, 2017).

Na terceira conjuntura da economia cafeeira, com a superprodução causada pelo estímulo ao plantio, devido à alta de preços, não tardou para que mais uma vez ocorresse um desequilíbrio entre oferta e procura. O aumento dos estoques exigia medidas que adequassem a produção com ritmo das vendas. É nesse momento que é criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC) (1952). O novo organismo foi originado para executar toda a política econômica do produto em âmbito nacional e internacional. Suas atribuições incluíam assistência técnica a cafeicultura; a radicação do cafeeiro em zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção; estímulo a expansão do consumo do café no exterior e a defesa de um preço justo para o produtor (CPDOC/FGV, 2017). Medidas que não defendiam a continuidade da economia cafeeira.

Em 1961 foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), o órgão estava em consonância com as políticas governamentais que objetivavam racionalizar o plantio dos cafezais e diversificar a produção, estimulando o plantio de novas culturas como soja, milho e trigo, por intermédio de instituições de crédito (CPDOC/FGV, 2017).

A cafeicultura cumpriu seu ciclo econômico rapidamente no Norte do Paraná (surgimento, desenvolvimento/expansão e declínio). Mesmo reconhecendo que o trabalho familiar da pequena propriedade era produtivo, a opção foi feita pelo capital. A possibilidade de lucros maiores favoreceu os interesses do capital e do Estado que passou a apresentar políticas de erradicação dos cafezais e incentivo na diversificação da produção em grande escala (soja, milho, trigo e cana-de-açúcar) modernizando e industrializando a agricultura Norte paranaense.

## **2.4 Modernização agrícola e declínio da cafeicultura**

O desestímulo a cafeicultura ocorreu concomitantemente aos incentivos dados às lavouras temporárias, pois o cultivo destas demandava tecnologias e insumos industriais e abria espaço para o desenvolvimento da agroindústria, concretizando assim, o processo de modernização.

Há diferentes interpretações sobre o processo da modernização agrícola. Para alguns autores, ela compreendeu a alteração da base técnica (uso de máquinas e de insumos que possibilitaram maior produtividade); para outros, ela é vista de modo mais abrangente, considerando as mudanças nas relações de produção e trabalho.

Segundo Graziano da Silva (1996, p. 19) a modernização da agricultura pode ser entendida como “processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade”.

Autores como Kageyama (1987, p. 4) e Müller (1989, p. 130), ao tratarem da modernização, levaram em conta a integração entre o setor agrícola e o industrial, onde a agricultura passou a absorver insumos produzidos pela indústria estabelecendo uma relação de dependência do primeiro em relação ao segundo.

O que de certa forma é consenso entre os autores que tratam a modernização agrícola é a compreensão de que o processo de modernização no campo brasileiro foi pautado na crescente dependência da agricultura em relação ao capital industrial.

Desta forma, maquinários, insumos e novas técnicas para o preparo, plantio e colheita são utilizados com o objetivo de racionalizar as ações e padronizar a produção, buscando diminuir a influência dos fenômenos atmosféricos e das propriedades do solo.

De acordo com Amato Neto (1985, p. 59) a mecanização agrícola teve início no Brasil com a instituição do Plano Nacional da Indústria de Tratores de Rodas, em 1959. Até o início dos anos de 1960 todos os tratores comercializados no Brasil eram importados, a fabricação interna foi inaugurada em 09/12/1960, quando a empresa Ford lança o primeiro modelo, o Ford 8 BR, em uma solenidade em Brasília. A partir de então, a produção começa a aumentar gradativamente com a participação de outras empresas automobilísticas (LEXICARBRASIL, 2017).

O uso de maquinários, especialmente de tratores pode ser considerado um dos indicadores de modernização. O aumento na demanda por maquinários, portanto, confirma a mudança nos moldes produtivos do Brasil e, por consequência, do Paraná (tabela 2).

**Tabela 2-** Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (unidades)

	Anos									
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
<b>Brasil</b>	1.706	3.380	8.372	61.345	165.870	323.113	545.205	665.280	803.742	820.718
<b>Paraná</b>	-*	-*	-*	-*	18.619	52.498	81.727	101.346	121.827	113.718

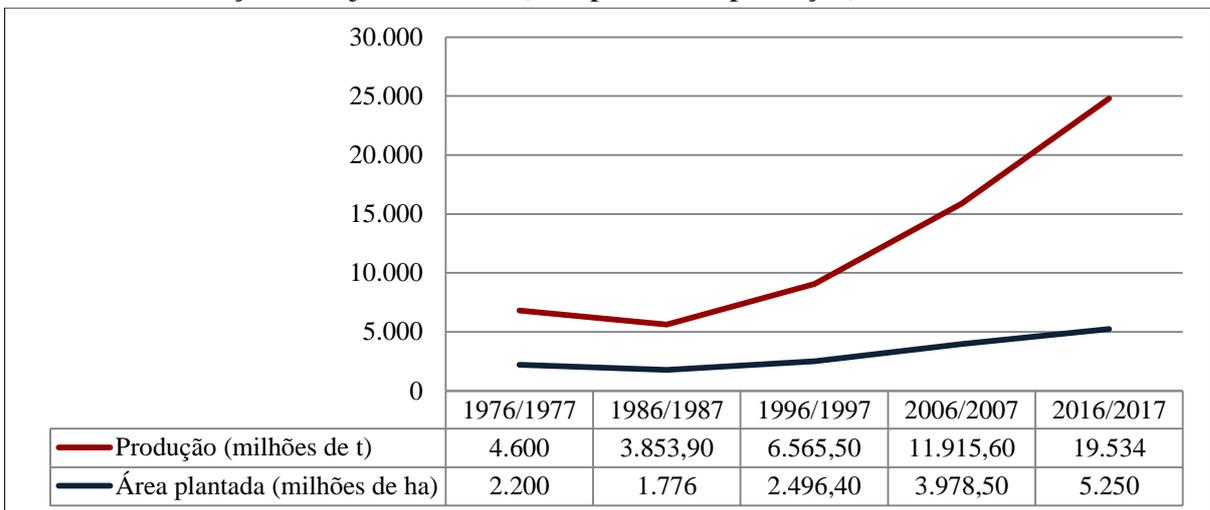
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários. \* Dados não disponíveis

Nesse contexto de adoção de inovações tecnológicas e integração de capitais à agricultura brasileira, surgem os Complexos Agroindustriais (CAIs). Mas é principalmente com as políticas implementadas pelo IBC/GERCA que a paisagem rural Norte paranaense começa a mudar, pois a instituição passa a estimular a substituição de culturas o que poderia ocorrer espontaneamente ou por meio de indenização.

O processo de modernização da agricultura brasileira e paranaense esteve o tempo todo articulado às políticas governamentais como criação de empresas de pesquisa agropecuária e assistência técnica, criação de infraestrutura (construção de portos, aeroportos, rodovias, armazéns para estocagem de grãos, entre outros) e ações de instituições como o próprio IBC/GERCA.

O gráfico 1 comprova a estratégia de substituição de culturas executada no estado do Paraná. Pode-se verificar que a soja teve aumento gradativo tanto na quantidade produzida quanto na área plantada. Segundo dados da CONAB (2017) o Brasil destacava-se como segundo maior produtor mundial do grão, com 113,923 milhões de toneladas, enquanto os Estados Unidos, primeiro colocado, teve durante o mesmo período (safra 2016/2017) uma produção de 117,208 milhões de toneladas. Já o estado do Paraná, segundo maior produtor brasileiro, foi responsável por uma produção de 19,534 milhões de toneladas.

**Gráfico 1-** Evolução da soja no Paraná (área plantada e produção) de 1976/1977 a 2016/2017

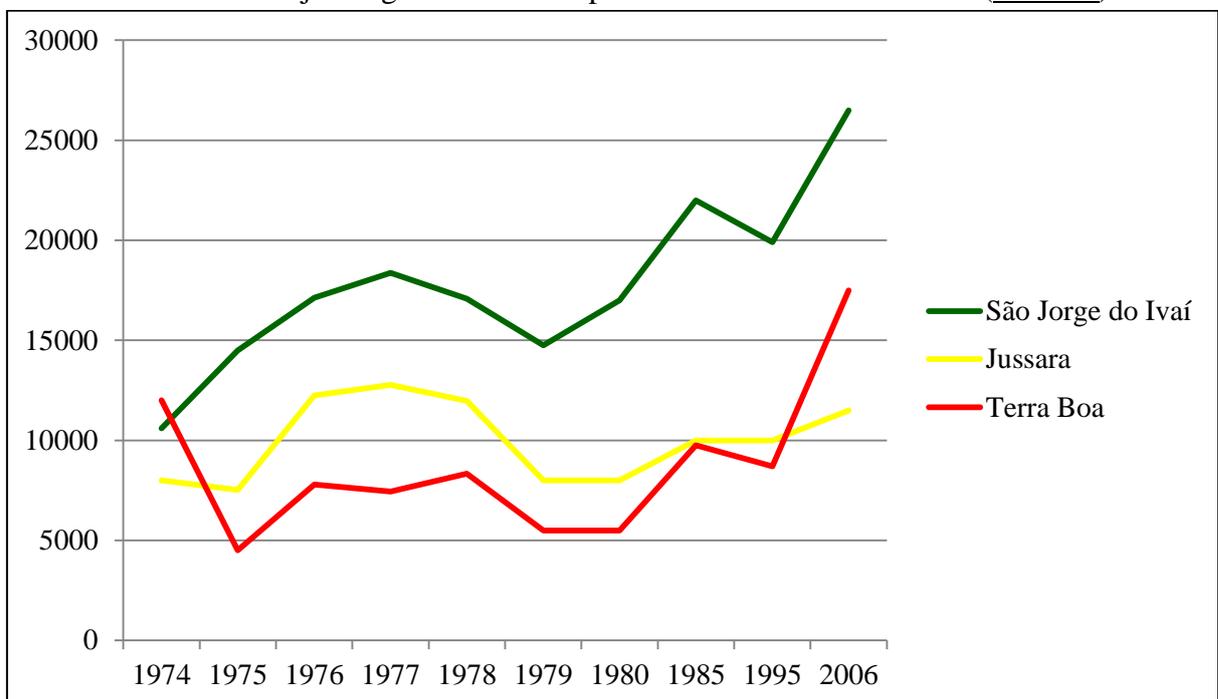


Fonte: CONAB (2017)

No gráfico 2, verifica-se que os municípios estudados seguiram a mesma tendência do estado, tanto eles quanto o Paraná como um todo estiveram inseridos e contribuíram para a consolidação de uma agricultura modernizada. O cultivo da soja consiste em mais um fator representativo do processo de modernização; mesmo que em alguns períodos tenham ocorrido

variações que apontam queda na área colhida, o aumento reflete as vantagens obtidas com o cultivo, como as facilidades de escoar a produção pela presença cada vez mais marcante de cooperativas agropecuárias<sup>28</sup> e os rendimentos obtidos com a venda da produção, maiores se comparados a outros produtos. O êxito desta cultura como substituta do café teve ainda como base o seu processo produtivo mecanizado, respondendo aos interesses de indústrias fornecedoras de insumos e maquinários, indústrias de processamento e indústrias exportadoras, além é claro, dos interesses do estado que vislumbrava o aumento na arrecadação.

**Gráfico 2-** Soja em grão nos municípios estudados – Área colhida (hectares)



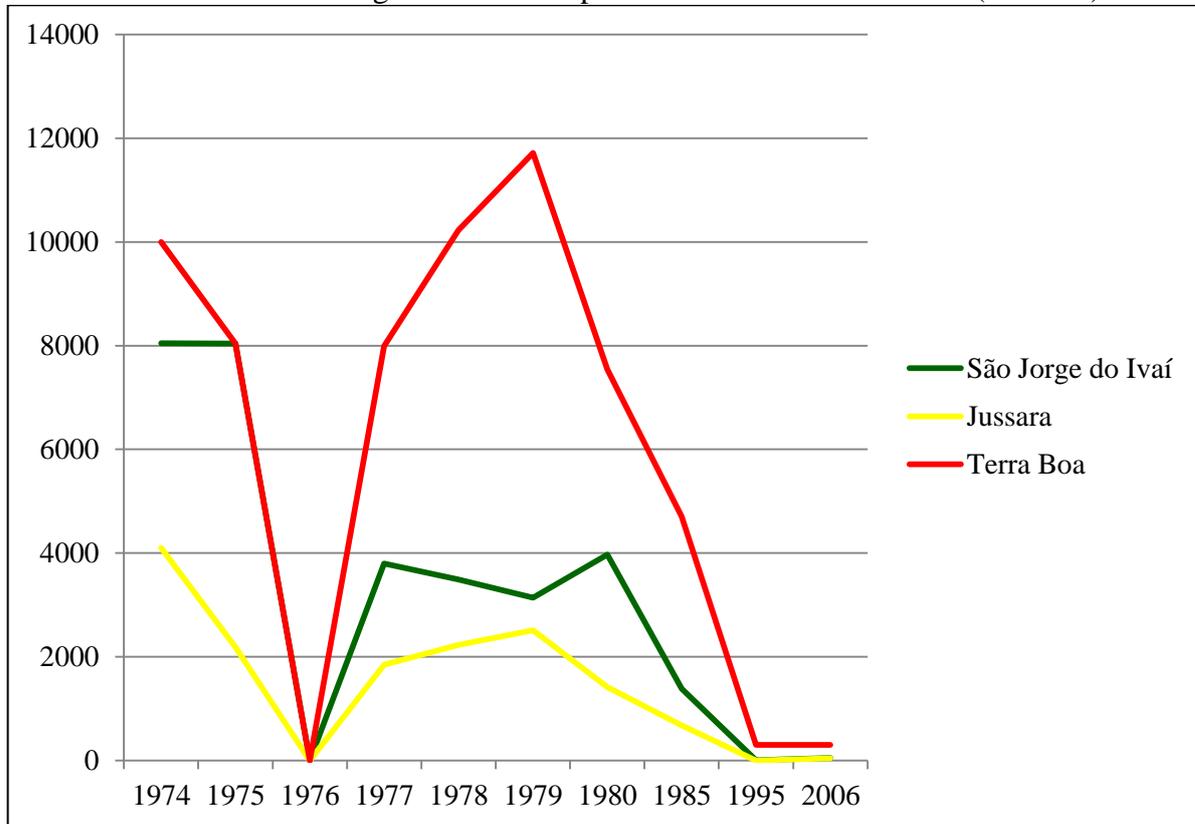
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários

Conforme já mencionado, à medida que o cultivo da soja recebia incentivos, a cafeicultura era desestimulada; o gráfico 3 traz o comportamento da cafeicultura nos municípios estudados. Nota-se que logo após o fenômeno da geadas negra de 1975 houve uma queda brusca na área colhida. Outras variações (quedas seguidas de elevação) podem ser explicadas pelos mesmos fatores apontados por Cancian (1981), ou seja, o aumento do cultivo

<sup>28</sup> De acordo com informações da Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR (2018) existem 69 cooperativas agropecuárias atuando no estado. Dessas, três possuem unidades nos municípios estudados: a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, presente nos municípios de Jussara, São Jorge do Ivaí e Terra Boa; A C. Vale Cooperativa Agroindustrial, presente nos municípios de São Jorge do Ivaí e Terra Boa e a Integrada Cooperativa Agroindustrial, com uma unidade localizada no distrito de Malu, pertencente ao município de Terra Boa.

decorre do aumento dos preços. O gráfico também aponta uma queda contínua na área colhida após 1980.

**Gráfico 3-** Café em grão nos municípios estudados – Área colhida (hectares)



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários

A ideia da modernização agrícola já estava implícita nas políticas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Ligada a Organização das Nações Unidas (ONU) e criada em 1948 a CEPAL tinha entre seus objetivos iniciais contribuir com desenvolvimento econômico da América Latina; coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Com a inclusão dos países do Caribe em seu raio de ação a CEPAL passou a incluir entre seus objetivos a promoção do desenvolvimento social (CEPAL, 2017).

De acordo com as recomendações da comissão, a industrialização seria o meio necessário para que os países da América Latina e Caribe alcançassem o desenvolvimento econômico. Para os membros da CEPAL o progresso e a redução da fragilidade dos países periféricos ocorreriam assim que eles fossem inseridos na divisão internacional do trabalho, não mais como meros fornecedores de produtos primários. O economista Celso Furtado destacava-se naquele momento como o maior representante brasileiro das ideias cepalinas.

Sua grande influência pode ser comprovada pelo fato de suas propostas estarem presentes e orientarem os programas econômicos brasileiros da época, dentre eles o Programas de Metas, idealizado durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).

A modernização da agricultura, portanto, era encarada como meio que elevaria o padrão de vida das populações rurais que poderiam ao mesmo tempo consumir e fornecer matérias-primas para as indústrias que se desenvolviam, além de prover alimentos à uma população que se tornava mais urbana.

A modernização da agricultura brasileira foi também influenciada pela Revolução Verde, programa norte-americano e que tinha como propósito o aumento da produção e da produtividade agrícola por meio de pesquisas com sementes, desenvolvimento e aplicação de novas técnicas, maquinários e utilização de insumos agrícolas.

O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento como Índia e México, por exemplo, passaram a seguir um modelo de modernização sugerido pelos Estados Unidos. Deu-se início a importação de pacotes tecnológicos que substituíram as formas tradicionais de produção; o mercado exigia produtos padronizados em termos de quantidade e qualidade e que possibilitassem saldos positivos na balança comercial.

O modelo de modernização agrícola executado no Brasil após o golpe militar de 1964<sup>29</sup> além de fechar com toda e qualquer possibilidade de reforma agrária<sup>30</sup> acentuou a desigualdade econômica e regional (regiões como a Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste não alcançaram o mesmo patamar de modernização de outras regiões) e a concentração fundiária.

Para instrumentalizar o processo de modernização surgia em 05 de novembro de 1965, a Lei nº 4.829 que criava o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Por meio do crédito os agricultores teriam acesso a recursos tecnológicos aumentando a produtividade e gerando excedentes voltados a exportação, prática necessária para o controle da balança comercial com geração de superávit.

---

<sup>29</sup> Apesar do Estatuto da Terra, criado no mesmo ano do golpe, prever a realização da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, o primeiro objetivo nunca foi efetivado e o segundo, conforme apontado trouxe inúmeras consequências negativas. A lei na verdade funcionou como um meio de controlar os camponeses e acalmar a elite latifundiária que temia que os camponeses que vinham se organizando desde os anos de 1940 com o auxílio das ligas camponesas, do Partido Comunista Brasileiro, dos sindicatos rurais, e de setores da Igreja Católica, pudessem se insurgir de tal forma que uma revolução camponesa eclodisse e uma reforma agrária fosse inevitável.

<sup>30</sup> Segundo Gomes e Souza (2007, p. 161) Celso Furtado só passa a defender reformas distributivas, entre elas, a reforma agrária após 1964, como medida “necessária ao desenvolvimento endógeno brasileiro.” Porém, Furtado enxerga a medida como forma de conter os movimentos revolucionários no campo.

Segundo Fürstenau (1987, p. 145) apesar de a Lei ter entre seus objetivos fortalecer os produtores rurais, dando atenção os pequenos, na realidade, houve a concentração dos recursos para os médios e grandes, com destaque para os grandes. Isso se explica pelo fato de o SCNR ter privilegiado a destinação de crédito para produtos voltados ao mercado externo em detrimento dos produtos que garantem o abastecimento interno, assim, a agricultura de pequena escala acabou sendo preterida. Somente em 1995, 30 anos após o surgimento do SNCR é que o Estado cria a primeira política destinada a atender os agricultores que produzem em pequena escala, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Com o SNCR o Estado acabou favorecendo o setor industrial, que teve a sua disposição mercado consumidor para os maquinários e insumos produzidos. A presença do capital no campo alterou as relações de trabalho causando a dispersão dos trabalhadores das lavouras de café, o que intensificou o êxodo rural, culminando com uma inversão populacional captada no censo de 1980 – a população urbana do Paraná superou a população rural.

Apesar de todo o pacote tecnológico que se passava a utilizar com o intuito de aumentar e diversificar a produção, nenhuma política social foi aprovada para o campo. O Brasil viveu na década de 1980 um período de crise econômica e social agravado pela hiperinflação, diminuição do poder de compra do consumidor, alta dos preços e desvalorização da moeda. No novo modelo econômico, centrado no estado liberal, levou ao desaparecimento das instituições que davam subsídio às políticas econômicas setoriais, como no caso da cafeicultura. Em 1990 o IBC é extinto, os produtores perdem então uma política específica de defesa do café, gerida pelo Estado, que seria descentralizada e gerenciada pelas unidades da federação.

Na tabela 3 é possível verificar que entre 1970 e 1975 o Paraná perdeu 76.035 estabelecimentos agropecuários e entre 1975 e 1980 houve perda de mais 24.350 estabelecimentos, resultando em êxodo rural.

**Tabela 3-** Número e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total – Paraná

		Total*	Menos de 10 ha	10 a menos de 100 há	Menos de 100 há	100 a menos de 1000 ha	1000 ha e mais	Sem declaração
1970	Número de estabelecimentos	554.488	295.272	240.936	536.208	17.158	1.087	35
	Área dos estabelecimentos	14.625.530	1.575.024	6.097.366	7.672.390	4.220.749	2.732.391	-
1975	Número de estabelecimentos	478.453	237.068	218.886	455.954	20.213	1.348	938
	Área dos estabelecimentos	15.630.962	1.286.777	5.847.789	7.134.566	5.057.383	3.439.012	-
1980	Número de estabelecimentos	454.103	214.995	215.031	430.026	22.349	1.537	191
	Área dos estabelecimentos	16.330.330	1.108.663	5.868.093	6.976.756	5.666.926	3.736.644	-
1985	Número de estabelecimentos	466.397	229.015	212.247	441.262	23.425	1.548	162
	Área dos estabelecimentos	16.698.864	1.129.730	5.843.827	6.973.557	6.017.737	3.707.566	-
1995	Número de estabelecimentos	369.875	154.620	188.305	342.925	25.432	1.450	68
	Área dos estabelecimentos	15.946.632	792.119	5.405.907	6.198.026	6.550.666	3.197.940	-
2006	Número de estabelecimentos	371.063	165.522	170.405	335.927	25.095	1.209	8.832
	Área dos estabelecimentos	15.391.782	725.579	4.791.850	5.517.430	6.823.868	3.050.485	-

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários

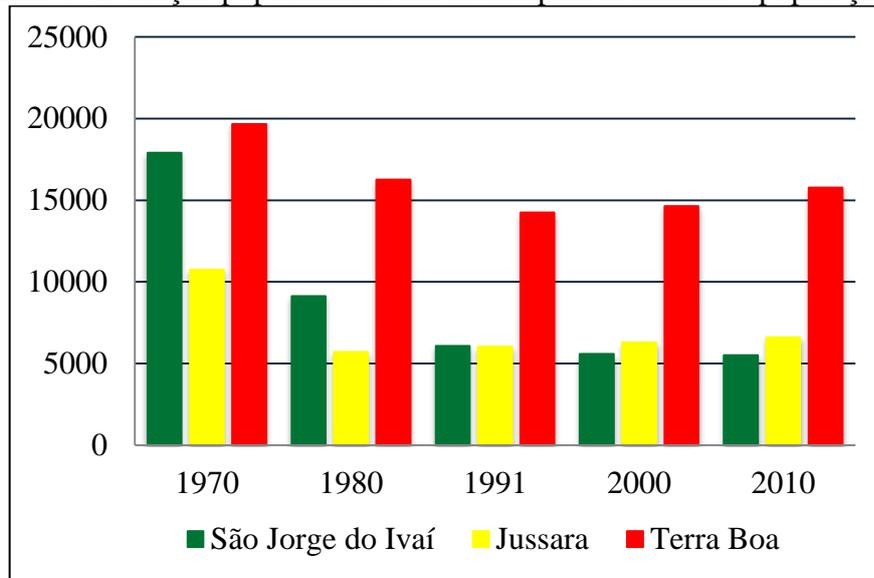
\* A categoria “total” para grupos de área total inclui os estabelecimentos agropecuários sem declaração de área.

Tanto o número quanto a área dos estabelecimentos agropecuários incluídos nos estratos entre menos de 10 e menos de 100 hectares tem diminuído e concentrado no estado, comprovando a permanência da concentração fundiária desde 1970. Os estabelecimentos com menos de 10 hectares aumentaram as unidades que passaram de 154.620 em 1995 para 165.522 em 2006, apresentando um acréscimo de 10.902 estabelecimentos, resultado muito provavelmente da subdivisão de terras. Apesar do aumento no número de estabelecimentos, a área correspondente não aumentou.

Segundo informações do IPARDES (2009) as unidades entre cem e mil hectares que representavam 41,1% do total da área agropecuária do estado no Censo anterior a 2006, passaram a representar 44,6%. “O maior crescimento destas unidades aconteceu nas regiões Norte Central (Londrina e Maringá), Centro Ocidental (polarizada por Campo Mourão) e Noroeste (Paranavaí, Umuarama e Cianorte)” (IPARDES, 2009).

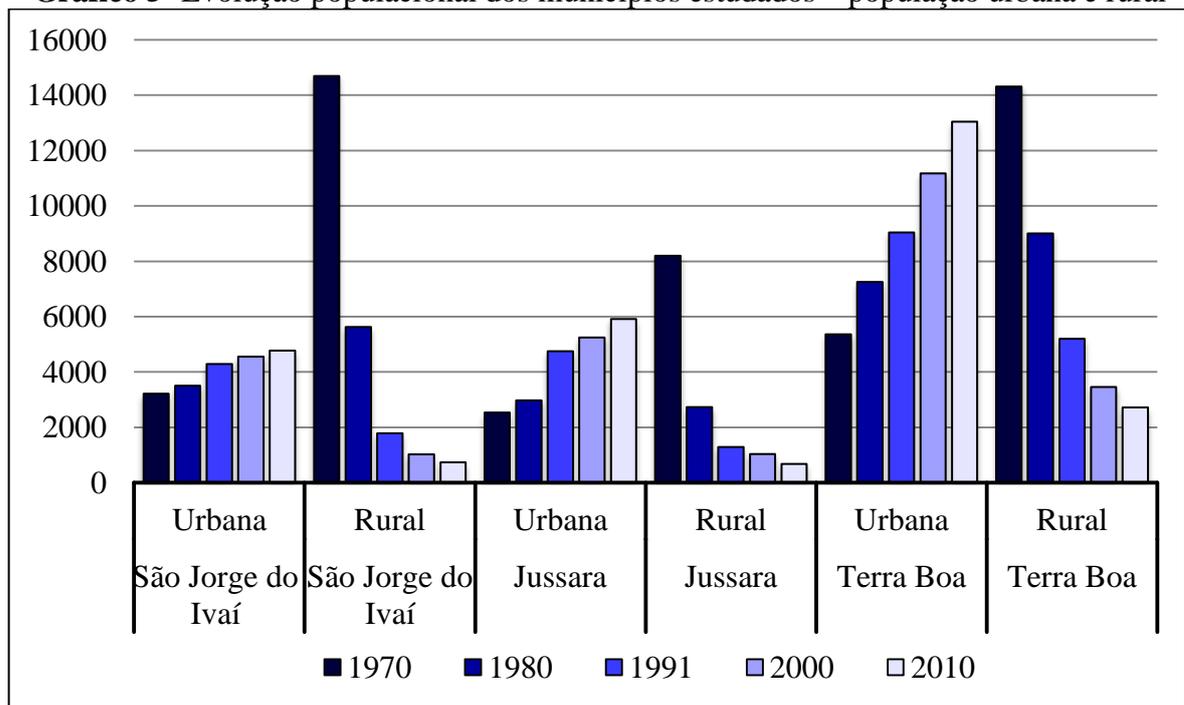
Até a década de 1970 os municípios estudados tiveram seu maior pico populacional; na década de 1980 verificou-se perda significativa da população (gráfico 4), o que se confirmou também para a área rural, cujo declínio ocorria na medida em que a população urbana crescia, que o capital de intensificava no campo e que a concentração fundiária se estabelecia como tendência (gráfico 5).

**Gráfico 4-** Evolução populacional dos municípios estudados – população total



Fonte: IBGE, Censos Demográficos

**Gráfico 5-** Evolução populacional dos municípios estudados – população urbana e rural



Fonte: IBGE, Censos Demográficos

Para o município de Jussara a inversão da população urbana em relação à rural foi registrada no censo demográfico de 1980, similarmente ao que acontecia com o estado; para os demais, a inversão verifica-se no censo de 1990.

A perda da população rural e o crescimento da população urbana continuaram nos censos seguintes, porém, de forma menos intensa do que o verificado nos censos de 1980 e 1990. Apesar desse decréscimo populacional, consequência da modernização agrícola, da erradicação dos cafezais, da política de crédito agrícola voltada às culturas de exportação e da concentração de terras, permanece ainda bastante vívido no imaginário popular como causa principal ou até mesmo exclusiva, o fator climático, representado pela “geada negra” ocorrida em 18 de julho de 1975, fenômeno já tratado em outras produções científicas. Segundo IAPAR (2007) “[...] nas condições brasileiras normalmente se conhece como Geada Negra os danos de ventos frios que desidratam os tecidos expostos. Por isso também se chama a geada negra de geada de vento [...]” (IAPAR, 2007, p.1).

A revista Cafeicultura, em 17/07/2010, as vésperas de o fenômeno completar trinta e cinco anos, descreveu a geada negra que havia atingido o Norte do Paraná:

Era dia 16 de julho de 1975. A geada chegou sinistra, disfarçada de chuva. No dia seguinte, em Curitiba, a neve caiu e o vento gelado cortou todo o Paraná. Sem aviso, a geada queimou o “ouro verde” do Norte do Estado, esteio da cafeicultura brasileira. No final da tarde o céu azul ficou marcado por manchas vermelhas que anunciavam a tragédia que ninguém queria aceitar. A madrugada do dia 18, sexta-feira, foi de perplexidade. Nas horas mais frias os termômetros despencaram e de repente nada mais restou. Diferente da geada normal, que em anos anteriores atingiu somente algumas áreas e permitiu que os pés de café rebrotassem, a geada negra foi destruidora e torrou o pé de café das folhas até a raiz, sem chance de recuperação. O Norte do Estado amanheceu, literalmente, coberto por uma mancha negra, que rapidamente se decompôs sob os raios do sol. Tudo o que era verde morreu – não apenas o café, mas toda a vegetação que recobria a região [...] Do dia para a noite, trabalhadores do campo ficaram sem trabalho. (REVISTA CAFEICULTURA, 2010).

Assim que os danos da geada negra de 1975 foram avaliados técnicos agrícolas orientavam os produtores para que realizassem a poda ou a retirada completa dos pés de café, a opção por uma técnica ou outra estava em função da altura em que a planta havia sido atingida. A poda faria com que os cafezais levassem até dois anos para se recuperarem e deveria ser feita em cada pé, com a utilização de um serrote. Para algumas plantas, principalmente para as mais jovens, a geada havia atingido a raiz e, por isso, recomendava-se o replantio; a primeira colheita poderia ser realizada em quatro anos. Foi a justificativa necessária para se oferecer uma alternativa agrícola àqueles que haviam sido atingidos pela

geada e implementar definitivamente a política agrícola que modernizaria a agricultura do Norte do Paraná.

O fenômeno da geada negra de 1975 foi responsabilizado, no senso comum, pela mudança da economia e pela modernização agrícola. Permaneceu enraizada no imaginário daqueles que vivenciaram o período cafeeiro como responsável pela decadência daquela fase por ser mais fácil de compreender do que os meandros da nova economia, principalmente das políticas agrícolas colocadas em prática a partir de 1980. Uma evidência de o que o processo de erradicação dos cafezais já estava sendo posto em prática no Paraná anteriormente a geada negra de 1975, encontra-se na reportagem divulgada no jornal Folha de São Paulo de 20 de julho de 1975, dois dias depois de o fenômeno ter acontecido. Ao ser questionado se a geada não seria boa por provocar a renovação da lavoura cafeeira o então ministro da Indústria e Comércio Severo Fagundes Gomes respondeu:

O plano de renovação da cafeicultura do Paraná, praticamente já está em desenvolvimento, e apenas se estima um número relativamente reduzido de cafeeiros para a região [...] no Paraná, por exemplo, há regiões mais propensas para geadas e outras menores. É claro que o IBC vai examinar o assunto à luz das experiências passadas, levando em conta a ecologia, por exemplo. Os temores do futuro não se apagam aqui. Agora, os agricultores têm outras alternativas para suas atividades. No passado, era obrigado a resignar-se, muitas vezes, há regiões desfavoráveis à plantação do café, a correr riscos, isto é permanecer numa atividade que tantas vezes oferecia infortúnio e preocupação (Entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo em 20 de julho de 1975).

Segundo Tomazi (1997, p. 260) a geada de 1975 definiu de uma vez o processo de diversificação da agricultura, o que já vinha ocorrendo uma década antes. Para o autor, a geada significou simbolicamente “a ‘pá de cal’ na cafeicultura paranaense, que mesmo assim continuou sendo uma das fontes de renda significativa para o estado do Paraná, mas agora não mais com aquela pujança anterior, pois já disputava o espaço com a pecuária bovina, a soja, o algodão e o trigo” (TOMAZI, 1997, p. 260).

Avaliamos que a geada de 1975 serviu como cortina de fumaça para a implementação da modernização agrícola no Norte do Paraná. Com a justificativa de desastre natural se amorteceu todas as questões que as autoridades do Estado teriam que responder em virtude de problemas sociais e econômicos que derivaram dessa modernização. Quanto ao impacto causado pela geada no Norte do Paraná, retratado pela imprensa jornalística, pode-se observar que: o jornal a “Folha de São Paulo” (figura 13) deu o destaque que aparece em sua primeira página, considerando a relação econômica estabelecida entre o estado de São Paulo e o Norte do Paraná, por causa da cafeicultura; os jornais da capital do estado – Curitiba – deram ênfase à precipitação de neve, registrada no dia 17 de julho.

Figura 13- Reportagens veiculadas no Jornal Folha de São Paulo, nos dias 19 e 20/07/1975

EXEMPLAR DE ASSINANTE  
VENDA PROIBIDA

# FOLHA DE S. PAULO

Diário Presidente - Outubro Fria de Oliveira • Ano LV - N.º 10.000 • Um jornal a serviço do Brasil • São Paulo, sábado, 19 de julho de 1975 • R. de Santa Cruz, 1.212 • FOL 1.000

## Lavoura do café duramente atingida

### Lavoura terá todo o apoio

Uma profunda preocupação com a situação da lavoura de café no Brasil levou o governo a tomar medidas emergenciais para garantir a produção e a distribuição do produto. O ministro da Agricultura, Roberto Campos, afirmou que o Estado dará todo o apoio necessário para superar as dificuldades enfrentadas pelos produtores.



Em uma lavoura de café em São Paulo, o produtor recebe todo o apoio necessário para superar as dificuldades enfrentadas pelos produtores.

## Geisel: "Quero resultados imediatos"

### Ritmo acelerado para a reforma

Geisel afirmou que o governo deseja resultados imediatos na reforma da administração pública. O ritmo das mudanças será acelerado para garantir a eficiência do Estado.



Geisel afirmou que o governo deseja resultados imediatos na reforma da administração pública.

### Telefones voltam a falar hoje

Os serviços de telefonia foram restaurados após uma interrupção de 24 horas.

### Juarez Távora morre no Rio aos 77 anos

O ex-governador de Pernambuco morreu de um ataque cardíaco.

### Separaram-se hoje as duas navés

Os navios da frota brasileira foram separados após uma reunião.

### Na Argentina, Rodrigo pede demissão

O ministro da Defesa argentino pediu a renúncia do cargo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE  
VENDA PROIBIDA

# FOLHA DE S. PAULO

Diário Presidente - Outubro Fria de Oliveira • Ano LV - N.º 10.000 • Um jornal a serviço do Brasil • São Paulo, domingo, 20 de julho de 1975 • R. de Santa Cruz, 1.212 • FOL 1.000

## Socialistas foram à rua em Lisboa

### "Não desesperar", diz o IBC

Protestos em apoio a um candidato socialista foram realizados em Lisboa. O IBC aconselha a população a não se desesperar com a situação política.



Protestos em apoio a um candidato socialista foram realizados em Lisboa.

## Lopez Rega é mandado para a Europa

As negociações para a adesão de Portugal à Comunidade Europeia continuam em andamento. Lopez Rega foi enviado para a Europa para discutir os detalhes.

### Socialistas marcham hoje sobre Lisboa

Novas manifestações de apoio ao candidato socialista serão realizadas em Lisboa.

### 350 milhões urgentes para as ferrovias

O governo anunciou um empréstimo de 350 milhões de dólares para a modernização das ferrovias.

### Emerson vence e passa para a vice-liderança

O candidato Emerson venceu as eleições locais e se tornou o vice-líder da oposição.

### Recife sofre a "calamidade do século"

Uma grande enchente atingiu Recife, causando danos materiais e humanos.

### O Corinthians mais perto da classificação

O time de futebol Corinthians está em uma boa posição para se classificar.

Fonte: Acervo Folha de São Paulo

Com as mudanças decorrentes do processo de modernização da agricultura houve a extirpação de toda uma infraestrutura ligada à economia cafeeira e a instalação de uma nova infraestrutura que sustentou a operação das novas atividades. O processo de modernização fez com que ocorressem alterações econômicas, tecnológicas e sociais que se refletiram na paisagem do estado. Conforme a substituição de culturas ocorria e a presença do capital se expandia, a paisagem e as relações sociais na área rural se alteravam. No Norte paranaense e em especial nos municípios estudados, a paisagem rural de “um mar ondulante de cafezais” (Cancian, 1981, p. 140) passou a ser caracterizada por uma série de culturas e atividades altamente capitalizadas. O que mais marcou a paisagem nesse início da modernização foi a intensa migração que se desencadeou em toda a região do Norte do Paraná em direção a região Centro-Oeste e Norte; além de regiões industriais do Paraná e São Paulo.

### 3. A PAISAGEM DOS SÍTIOS QUE DESAPARECEU COM A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

A economia cafeeira no estado do Paraná moldou uma sociedade e uma paisagem com características singulares. Compreender a dinâmica, a organização espacial e as relações socioculturais praticadas nas pequenas propriedades rurais durante o período em que ela foi dominante, é parte importante para a reconstituição da paisagem que foi alterada. As mudanças que se sucederam com a modernização da agricultura provocaram as seguintes transformações:

**Espacial:** ocorreu a concentração de terras, desapareceram muitos sítios; os aglomerados de casas de cada sítio foram derrubados pela concentração de terras e pelo cultivo de grandes lavouras, produzidas em grande escala, virando um mar de cana-de-açúcar, de milho, de trigo, de soja ou de pastagens. Quando identificamos que havia a sede de uma pequena propriedade? Quando aparece na paisagem uma mangueira (árvore), calçamentos, flores;

No **uso do solo:** se antes a produção familiar abastecia a cidade com arroz, feijão, milho, mandioca, tubérculos e outros produtos, a partir da modernização agrícola o Norte do Paraná passou a produzir soja, trigo, milho, cana-de-açúcar e pecuária de corte e leiteira;

Na **dinâmica demográfica:** aconteceram dois fenômenos – o êxodo rural e as migrações para a região Centro-Oeste, Norte e grandes cidades. Foi significativa a população que saiu da área rural indo viver nas cidades próximas, mas quando não encontravam emprego, migravam para cidades maiores e/ou outra região;

No **processo de urbanização:** a partir de 1980 a população urbana passou a ser maior que a rural e houve aumento expressivo na criação de novos municípios;

Na **estrutura fundiária:** ampliação da área das fazendas, comercialização dos sítios;

Na **relação de trabalho:** até a modernização havia outros personagens no cenário Norte paranaense, além do sitiante e do fazendeiro; eram os parceiros, os meeiros, os administradores, os gatos, os boias-frias, os donos de vendas.

Nas **relações sociais:** alteraram-se as relações de vizinhança, de reciprocidade e de confiança, além disso, modificaram-se ou extingiram-se as cerimônias religiosas e as festas que estreitavam as relações e que sustentavam a conjuntura social da pequena propriedade;

No **modo de vida** da população rural: a saída do rádio a pilha e a entrada da televisão, do microcomputador, dos celulares e da internet; o fechamento das escolas rurais e

o ensino nas escolas urbanas; a aquisição de geladeira e fogão a gás mudou o comportamento da família e da sociedade brasileira.

Considerando o principal objetivo da tese que é reconstituir a organização da pequena propriedade dos tempos da economia do café, registrar sua transformação e retratar os aspectos que permaneceram vivos na memória das pessoas que viveram aquela conjuntura, organizamos as informações desse capítulo com vistas a evidenciar a paisagem das pequenas propriedades ou da economia cafeeira, e demonstrar as mudanças impressas pela modernização agrícola. Começaremos pela comercialização.

### **3.1 Colonização privada: o papel da CTNP/CMNP no sistema de divisão de terras rurais**

Enquanto em São Paulo o fracionamento das grandes propriedades ocorria lentamente, sendo fruto das crises do café e de regiões em que a especulação fundiária não era intensa, no Norte do Paraná a pequena propriedade se destacava em número mesmo nas áreas mais antigas, onde coexistia com as fazendas.

A partir da comercialização de terras pelas companhias colonizadoras ficava evidente a supremacia numérica e de dimensão das pequenas propriedades rurais, cuja organização espacial resultava do tipo de colonização desenvolvida por estas companhias, principalmente a CTNP/CMNP, responsável por fundar municípios e patrimônios<sup>31</sup> e dividir lotes urbanos e rurais atraindo compradores e garantindo o sucesso do empreendimento. A pequena propriedade viabilizaria a infraestrutura necessária para a colonização.

Assim, ilustrações e descrições como as reunidas no livro organizado pela própria CTNP/CMNP demonstram o traçado dos lotes das pequenas propriedades rurais da época. Ao relatar as diretrizes que norteavam o processo de parcelamento das terras e instalação de infraestrutura nas áreas rurais, os organizadores da obra escreveram:

A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte alta, apropriada para planta café, o proprietário da gleba

---

<sup>31</sup> Uma das ações que caracterizavam a estratégia de colonização seguida pela CTNP/CMNP foi a demarcação de cidades distantes aproximadamente 100 quilômetros uma das outras, reservadas para serem núcleos econômicos mais eminentes (Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama). Entre elas, seriam fundados centros urbanos menores que teriam uma distância aproximada de 10 a 15 quilômetros uns dos outros. Entre eles foram criados os patrimônios, povoados tendo a função de centros comerciais e abastecedores intermediários para uma população predominantemente rural. Para os municípios de São Jorge do Ivaí e Terra Boa foram criados respectivamente os patrimônios de Copacabana do Norte e Malu, hoje denominados distritos municipais, subdivisões dos municípios que não possuem autonomia político-administrativa.

desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria a sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria o seu pequeno pomar. Água seria obtida no ribeirão ou em poços de boa vazão (CMNP, 2013, p. 70 e 72) (figura 14).

**Figura 14-** Visão gráfica panorâmica do sistema de repartição de terras da CTNP/CMNP



Fonte: CMNP (2013, p. 109)

Planejamento e propaganda foram os principais fatores que levaram ao êxito da companhia. Preocupada em garantir o lucro, a empresa procurou de um lado, diminuir os gastos com o levantamento topográfico, estabelecendo um sistema de repartição de terras bastante característico, e, de outro, comercializar todos os lotes demarcados.

Tendo conhecimento dos poucos recursos financeiros que sua clientela possuía, a CTNP/CMNP adequou sua política de colonização, vendendo pequenos lotes que favoreceram posteriormente a organização da infraestrutura necessária para o desenvolvimento econômico da região Norte do Paraná.

Monbeig (1984) esclarecia que o sistema de repartição de terras adotado não estava relacionado com um sentimento de igualdade e de justiça social: “O loteamento é uma transação comercial e, como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém as suas necessidades e possibilidades” (MONBEIG, 1984, p. 222).

As “facilidades” de pagamento e a variação no tamanho dos lotes (pequenos, médios e grandes) não diziam respeito à benevolência da empresa, mas a uma estratégia de comercialização. Ao “oferecer ao comprador o que convém as suas necessidades e possibilidades” a companhia estava se adequando ao público consumidor, na grande maioria,

ex-colonos paulistas, mineiros e baianos, com pouco ou nenhum dinheiro, oriundos das frentes pioneiras e que durante os primeiros anos da compra não poderiam contratar mão de obra externa, ficando o cuidado do lote sob sua responsabilidade e de sua família.

Quanto à aquisição e as formas de pagamento a CTNP/CMNP detalha o processo de negociação da seguinte maneira:

Visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar o negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento [...] e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia essa módica por ser o ano de abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não ultrapassavam oito por cento ao ano (CMNP, 2013, p. 104 e 110).

A repartição das terras em lotes fracionados em média de 15 alqueires paulistas – cujo pagamento poderia ser feito em até 48 meses, a garantia da posse pelo título da propriedade, a construção de vias rodoviárias e ferroviárias, a proximidade entre os municípios e a idealização dos patrimônios, evitavam o isolamento e aparentemente facilitavam o escoamento da produção. Esta racionalização e planejamento já haviam sido apontados por Cavalcanti (1945, p. 603) quando descrevia:

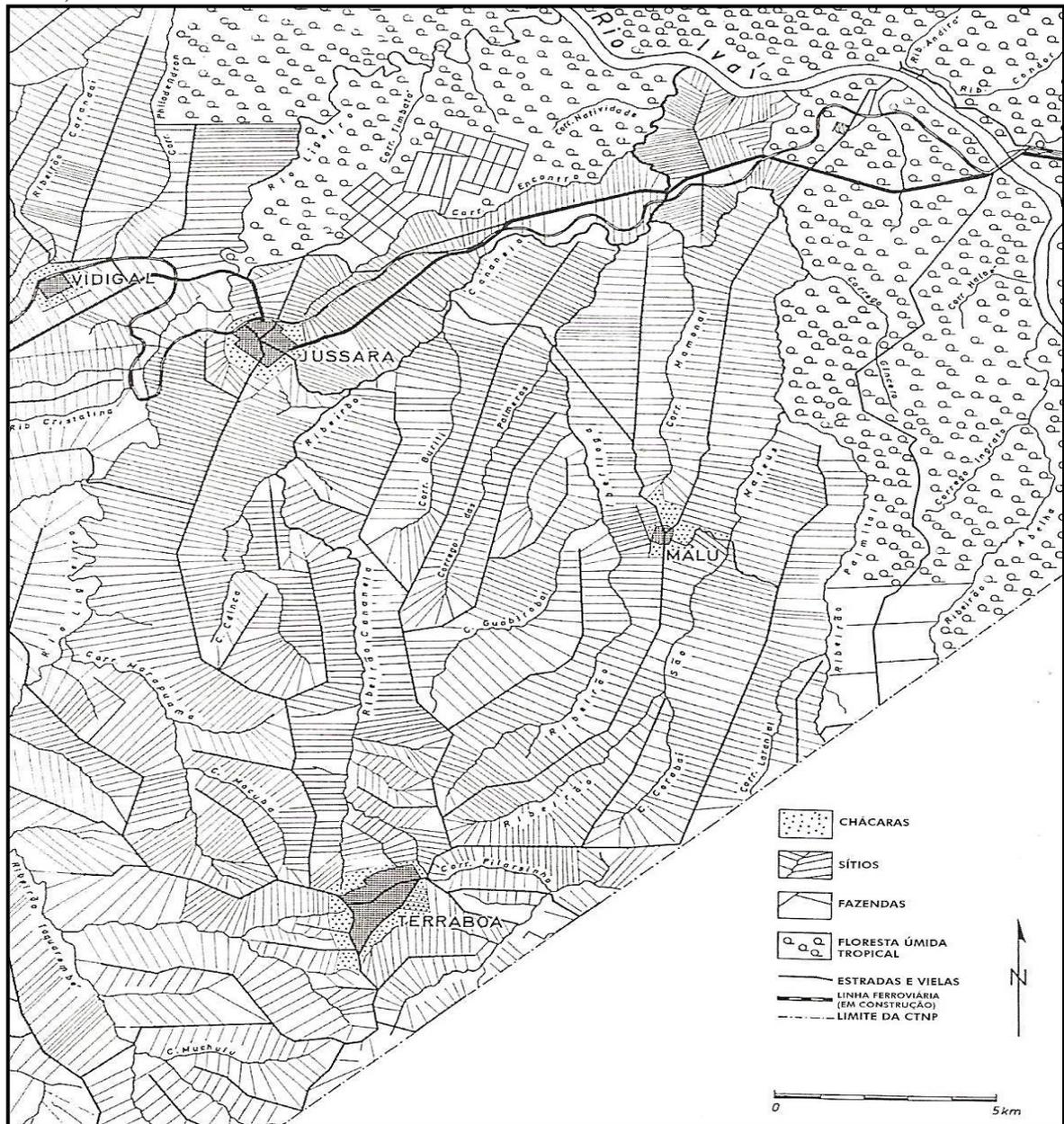
Trata-se, portanto, de uma zona de colonização dirigida onde tudo foi planejado, com antecedência, quando a mata virgem ainda não fôra derrubada: o traçado das estradas de ferro e de rodagem a serem abertas nos espigões; a disposição das cidades, na distância conveniente, ao longo dessas estradas; o plano de cada uma dessas cidades; suas áreas urbanas e suburbanas; seu abastecimento de água e energia elétrica; a distribuição dos lotes agrícolas entre o espigão da estrada e os cursos d'água; a reserva de florestas; a reserva das cabeceiras pela Companhia, etc. [*sic*] (CAVALCANTI, 1945, p. 603).

O método de repartição das terras assemelhava-se ao sistema *Waldhufendorf* (Waibel, 1958, p. 243) que estabelecia a delimitação dos lotes seguindo os fundos dos vales fluviais, de forma mais estreita ao longo dos interflúvios e do rio e mais comprida em direção a vertente (figura 15).

As dimensões dos terrenos se orientavam pelo tamanho planejado de aprox. 40 ha, de acordo com a profundidade no vale e a distância entre a divisora de águas e o curso do rio [...] as faixas tinham originalmente uma largura que variava de 150 a 300m, e um comprimento entre 1 e 2,5 Km (muito raramente mais do que isso) [...] (KOHLHEPP, 2014, p. 59).

Ainda na figura 15 é possível visualizar nos municípios de Jussara e Terra Boa a localização das chácaras, sítios e fazendas. Os dois primeiros tipos de propriedade rural, conforme já esclarecido em outro momento, localizavam-se mais próximas à área urbana.

**Figura 15-** Lotes em linhas latitudinais na área de colonização particular controlada da CTNP, Gleba Cianorte



Fonte: Elaborado por KOHLHEPP (2014, p. 248)

Outros autores como Müller (1956), Monbeig (1984) e Lévi-Strauss (1957) também descrevem o tipo de divisão fundiária executada pela CTNP/CMNP, observando que a opção dava-se pela facilidade em aproveitar os aspectos naturais da paisagem. A disposição contígua

dos lotes, perfilados ao longo de rios, forneceria a todos os compradores condições similares de acesso à água, necessária principalmente ao abastecimento dos animais.

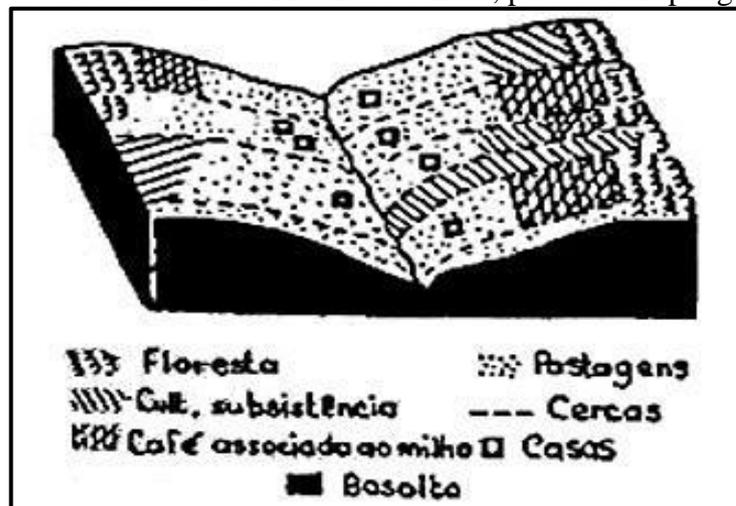
O traçado dos lotes é o mesmo em toda a parte e, seguramente, é o mais fácil e o menos oneroso no trabalho do loteador. Basta continuar aplicando o sistema utilizado desde o começo da fragmentação da gleba, que consiste em assegurar, tanto ao fazendeiro como ao pequeno sitiante, o acesso, ao mesmo tempo, à água e ao espigão, pois os dois continuarão a servir também como fronteiras naturais. **O lote do sitiante será, portanto, uma fazenda em miniatura, mais estreita e menos comprida** (MONBEIG, 1984, p. 221, destaque nosso).

Monbeig (1984, p. 267-268) pormenorizou a constituição dos lotes cuja divisão interna obedecia a determinadas funções, como o espaço reservado ao cultivo do café, a moradia e a criação de animais.

Pequenos vales nessas áreas, apresentam a oposição clássica entre uma faixa de pastagens paralela ao ribeirão e a massa dos cafeeiros que, subindo pelas encostas, principalmente pelas que se acham expostas ao norte, atingem e coroam o espigão. Poder-se-ia acreditar que se está diante de uma grande fazenda, se não se revelassem, no contato com o pasto e com os cafeeiros, as manchas de um verde mais carregado dos pomares e os tetos avermelhados das casas, formando uma fileira irregular e separada por distâncias desiguais. Maior atenção permitirá distinguir cercas de arame e caminhos, estes indo de baixo para cima e ambos dividindo pastos e cafezais em parcelas (MONBEIG, 1984, p. 267-268).

Tanto para a CTNP/CMNP, quanto para Monbeig, o traçado dos lotes assume a forma de retângulos alongados, onde a cabeceira ou a frente é quase sempre voltada para as estradas, situadas nas áreas mais elevadas, e o fundo é limitado por um rio ou ribeirão. Na figura 16 elaborada por Monbeig (1984, p. 268) é possível perceber a inclinação dos lotes.

**Figura 16-** Sítios de café no vale do Ribeirão do Emo, perto de Araçongas (Paraná), 1946



Fonte: MONBEIG (1984, p. 268)

Tendo em vista o fato de que desde o início da comercialização, todos poderiam comprar quantos lotes pudessem, a pequena extensão de algumas propriedades não dava indícios de que um proprietário poderia perfeitamente possuir mais de um lote de terras.

A questão não era comercializar o lote que depois seria estruturado. A questão era que o pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou em Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez, comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituíram um salutar fator de progresso local e regional.

Pois bem, o problema dessa dinâmica eram os momentos de crise. Enquanto o café estava na pauta econômica ele foi financiado, quando mudou a política agrícola e ele foi substituído e essa dinâmica de comercialização do café desapareceu.

### **3.2 Uso do solo – retirada da vegetação original**

Lévi-Strauss (1957, p. 122) ao visitar o Norte Paranaense na década de 1930 também descreve o traçado dos lotes e registra a preocupação com o desgaste das terras devido à retirada da cobertura vegetal.

[...] os lotes compridos limitavam-se de um lado com a estrada, de outro com o ribeirão que corria ao fundo de cada vale; mas era embaixo, perto da água, que se encontrava a primeira instalação; a *derrubada* subia lentamente o declive, a tal ponto que a própria estrada, símbolo de civilização, permanecia embainhada na espessa coberta florestal que, por alguns meses ou alguns anos ainda, continuaria a cobrir o cimo das colinas. Em compensação, no fundo dos vales, as primeiras colheitas, sempre fabulosas nessa *terra roxa*, surgiam entre as raízes e os troncos das grandes árvores caídas. As chuvas [...] se encarregariam de decompô-las em húmus fértil que, quase imediatamente, arrastariam pelas descidas abaixo, juntamente com o que nutria a floresta desaparecida e que não mais seria retido pelas *raízes* (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 122).

Waibel (1958, p. 281-282) e Monbeig (1984, p. 243-244) relataram o processo de retirada da mata e posterior queimada, o método utilizado não previa o aproveitamento dos recursos que a floresta poderia fornecer, somente após o advento dos caminhões é que as

madeiras nobres passaram a ser beneficiadas pelas madeireiras, anteriormente não se discriminava a altura ou espessura do tronco de uma árvore para derrubá-la, não existiam técnicas de manejo, tudo era cortado e incendiado. Logo após a queimada dava-se início a coveação e semeadura do café, ainda em meio às cinzas, carvão e restos de troncos que resistiam.

A prática da queimada é bastante antiga, Candido (1977, p. 45) afirma que a ação aparece em todo o mundo devido às dificuldades em explorar de outras formas o solo tropical. A queima além de eliminar os restos indesejáveis de vegetação produz à cinza, buscada como fertilizador, mas em longo prazo os resultados tornam-se negativos e acarretam a degradação do solo. É o que se constata nos registros da CTNP/CMNP sobre as primeiras ações realizadas nos lotes comercializados; percebe-se na descrição abaixo que a relação do homem com a natureza dava-se de forma predatória. A prática da queimada também foi descrita como sendo constante, tendo por objetivo limpar o terreno dos resíduos da floresta que havia sido derrubada, facilitando o plantio das mudas de café.

Instalava-se provisoriamente em rancho feito com folhas de palmeiras, planta dadivosa da mata virgem, que iria sustentá-lo nas primeiras, semanas de luta: de seus troncos fazia esteios para as construções pioneiras; do seu caule obtinha o saboroso palmito. À derrubada seguiam-se a queima, a confecção e o plantio do café. Nas ruas plantava cereais, a volta do rancho plantava árvores frutíferas, à beira d'água plantava capim para os animais. Iniciava criações de porcos e galinhas [*sic*] (CMNP, 2013, p. 110).

Na organização espacial dos lotes não estava previsto lugar para reserva de floresta, mesmo as margens dos rios e ribeirões, ainda que o Código Florestal de 1934 estabelecesse a necessidade de resguardar as riquezas naturais do país. É o que aponta Dean (1996, p. 276):

[...] o novo Código Florestal negava o direito absoluto de propriedade, proibindo, mesmo em propriedades privadas, o corte de árvores ao longo dos cursos d'água, árvores que abrigavam espécies raras ou que protegiam mananciais. Aos proprietários vedava cortar mais de três quartos de árvores restantes em sua propriedade. As indústrias eram obrigadas a replantar árvores suficientes para manter suas operações. Determinava a criação de uma Guarda Florestal e era esboçada a base de organização de parques nacionais e estaduais. O Código de Águas, no mesmo sentido, retirava dos proprietários o controle das águas que fluísse através de suas propriedades (DEAN, 1996, p. 275-276).

A CTNP/CMNP sabia das exigências da lei, mas não estimulava e não instruía os compradores ao cumprimento da lei. Ao contrário, o fato de ter que deixar parte do lote

preservado seria empecilho para as vendas. A avaliação de que as terras eram poucas fazia com que o máximo possível fosse aproveitado, inclusive as margens de rios e nascentes.

A incapacidade do governo em fazer cumprir a lei fez com que espécies como o cedro (*Cedrela fissilis*), a imbuia (*Ocotea porosa*), o palmito juçara (*Euterpe edulis*) e a peroba (*Aspidosperma polyneuron*) fossem inseridas na *Lista Vermelha* do Centro Nacional de Conservação da Flora, que avalia os riscos de extinção das espécies arbóreas. De acordo com a lista o cedro, a imbuia e o palmito juçara encontram-se ameaçados, já a peroba aparece na classificação “quase ameaçada”. Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) o corte isolado de espécies ameaçadas pode ser autorizado desde que requerido e avaliado pelo órgão.

Não era somente a flora vítima de uma ocupação que não se preocupava com o esgotamento dos recursos naturais, a caça era comum e justificada nas entrevistas como proteção das lavouras, dos animais e das crianças. Havia temor de que os animais “invadissem” o espaço das plantações, destruindo a colheita; matassem os animais e/ou ferissem as crianças. Pacas, antas, veados, capivaras, porcos-do-mato, onças, lagartos, tatus e diversas espécies de aves eram os alvos preferidos.

Muito presente nos relatos dos entrevistados é o discurso de que antes da sua chegada ou da de seus predecessores ao Norte do Paraná, nada existia além da floresta, encarada como obstáculo que deveria ser transposto em nome do progresso. Ainda mais comum nos livros e acervos que contam a história da colonização e povoamento do Norte do estado, são os registros fotográficos que captaram momentos em que o homem subjuga fauna e flora.

Juntamente com a destruição dos recursos naturais, posseiros, indígenas e caboclos que habitavam a região também sofreram com a ação colonizadora. A própria CTNP/CMNP quando elaborou o livro comemorativo dos seus 50 anos, esforçou-se para enaltecer o trabalho dos desbravadores que “dominaram uma terra inculta” e dedicou poucas passagens ao registro da existência dos ocupantes anteriores, reproduzindo a ideia conhecida como “vazio demográfico”.

Rodrigues (2012) conta a história do povo Sutil formado por descendentes de índios e escravos muçulmanos e que foram esquecidos pela história oficial. Estes caboclos já ocupavam a região Norte do estado antes da chegada das companhias colonizadoras. Viviam embrenhados na mata, próximos a cursos d’água, praticavam a caça, a pesca, a criação de porcos e o plantio para o sustento da família. Conforme a colonização avançava, iam se afastando.

A questão dos posseiros é tratada pela CTNP/CMNP de forma bastante indireta, a

empresa afirma em sua obra que no momento da compra das terras, já sabendo das questões que estavam postas e do perigo delas se tornarem obstáculo para seus negócios, prometia indenizar a todos aqueles que apresentassem o título de propriedade, esta seria a forma “serena” e “firme” de ser resolver a demanda (CMNP, 2013, p. 217). Aparentemente todos os posseiros teriam sido afastados de forma pacífica, sem nenhum conflito.

Segundo Tomazi (1997) a falsificação de documentos que comprovassem a posse da terra, método conhecido como grilagem, era frequentemente utilizado por pessoas ricas e letradas. O autor põe em dúvida a saída pacífica posta em prática pela CTNP/CMNP para dirimir os conflitos de terra e aponta que o uso de “jagunços”<sup>32</sup> eram serviços rotineiramente contratados.

Além dos posseiros há passagens em que se admite a presença de índios como no depoimento de Gordon Fox Rule, funcionário da Companhia que relata a fase inicial da colonização.

Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador do nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas árvores. Eram os índios que então existiam nos arredores do que viria a ser nossa progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem de que todos queriam correr, mas eu os acalmei e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvíamos os índios mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel, sempre ao som das batidas nas árvores, enchemos de água o radiador e zarpamos a toda velocidade. Quando a Companhia estava construindo em Jataí um desvio para virar locomotivas, os funcionários deram com urnas mortuárias dos índios da região, algumas das quais foram enviadas para o Museu Histórico do Rio de Janeiro [sic] (CMNP, 2013, p. 77).

Monbeig (1984, p. 129-130) também trata da presença indígena afirmando serem eles os verdadeiros pioneiros, pois foram os primeiros a por fogo na mata e aproveitar o solo. Guarani, Kaingáng e Xetá eram os povos presentes no Norte do Paraná (TOMAZI, 1997, p. 76), dizimados devido matanças, doenças adquiridas pelo contato com os não-índios – ou voluntariamente disseminadas – e, por fim, pelo alcoolismo.

A tão propagandeada colonização pacífica certamente não ocorreu, as terras não estavam vazias de gente e não poderiam ter sido negociadas sem que houvesse retiradas estimuladas ou até mesmo forçadas. Expressões como “mata virgem”, “terras incultas” e “sertão vasto”, tão comuns no discurso das empresas colonizadoras e na fala dos “pioneiros”,

---

<sup>32</sup> Segundo definição do dicionário “Caldas Aulete” o termo jagunço pode ser definido como: homem que serve de guarda-costas a fazendeiros ou pessoas influentes, no interior do Brasil; capanga; pistoleiro contratado para matar.

negam e mascaram os conflitos sociais e dão aval para os ditames do capital, que ao avançar traz “choro e ranger de dentes, morte e miséria, violência e injustiça” (MARTINS, 1980, p. 108).

### 3.3 Cultura material

A Geografia e a Antropologia e seus respectivos conceitos-chaves (paisagem e cultura) desde a gênese destas disciplinas, mesmo que não explicitamente, estiveram ligadas. Essa conexão se tornou emblemática com a aproximação entre Carl Ortwin Sauer e Alfred Louis Kroeber, antropólogo estadunidense que compreendia o homem como resultado da cultura, ou seja, o conhecimento acumulado pelas gerações passadas influiria nas ações do ser humano. Kroeber, ao afirmar que a cultura era responsável por tornar o homem capaz de superar suas restrições orgânicas, rejeitava um determinismo irrevogável.

A importância dada à história como chave para compreender a cultura é o ponto de convergência entre Kroeber e Sauer. Ao entender a paisagem enquanto uma área que agrega ao mesmo tempo formas físicas e culturais e que devem ser compreendidas a partir do espaço levando em conta o fator tempo histórico, Sauer estabelece um modo geográfico de estudar a cultura. A paisagem exprime a atividade humana e está impregnada de valores culturais. O diálogo entre a Geografia e a Antropologia também foi motivado pelas contribuições em relação ao trabalho de campo.

Muitos estudos antropológicos e também em Geografia Cultural preocupavam-se com os elementos materiais e passavam necessariamente pela descrição das formas e dos usos de determinados objetos. Segundo Gonçalves (2007) “[...] o entendimento de quaisquer formas de vida social e cultural implica necessariamente na consideração de objetos materiais. Estes, na verdade, sempre estiveram presentes na história da antropologia social e/ou cultural e particularmente na literatura etnográfica” (GONÇALVES, 2007, p. 15-16).

Os objetos materiais são considerados devido ao seu caráter informativo, podendo ser definidos como “[...] todo tipo de artefato, tudo que é resultado da ação do homem sobre a realidade física: artefatos desde os utensílios até as estruturas de todo tipo e, inclusive, as paisagens, na medida em que elas são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente” (MENESES, 1980, p. 3).

A paisagem traz sempre consigo o legado material dos homens que nela habitaram, os objetos, assim como a história escrita e a memória, podem auxiliar no entendimento de

como os homens se organizavam, relacionavam, produziam e utilizavam determinado espaço ao longo do tempo.

Os objetos sejam eles móveis ou imóveis ou até mesmo ruínas agem segundo Hernández e Tresserras (2014) como “[...] verdadeiros mensageiros da cultura, bem como testemunhos permanentes de fatos da civilização [...] os objetos graças às suas propriedades, fundamentalmente materialidade e solidez, têm a vantagem de durar, muitas vezes mais do que as pessoas [...]” (HERNÁNDEZ e TRESSERRAS, 2014, p. 13, tradução da autora)<sup>33</sup>

O trabalho de campo permitiu que realizássemos a observação, a identificação, o registro, a classificação e a descrição dos objetos materiais. Todo esse processo foi realizado com o auxílio das informações obtidas com os informantes (pessoas que foram entrevistadas e que nos acompanharam durante o campo).

Para que pudéssemos conseguir o maior detalhamento possível sobre os objetos encontrados, um formulário foi elaborado (Apêndice B) e nele, foram elencados tópicos que nos dirigiram no levantamento de informações como os **materiais utilizados na fabricação**, a **função** e as **formas** de utilização dos objetos.

Cada roteiro foi numerado e posteriormente foram anexadas as fotos dos respectivos objetos, classificados em três categorias: **edificações**, **utensílios domésticos** e **ferramentas utilizadas na atividade agrícola**. As categorias que ora se apresentam trazem as informações colhidas nos formulários e as respectivas imagens encontram-se distribuídas ao longo do texto.

Os objetos que estão em desuso, especificamente os pertencentes às categorias utensílios domésticos e ferramentas, tiveram sua permanência justificada pelo valor sentimental que possuem, e muitos viraram objeto de decoração. No caso das edificações a permanência, o descarte ou o reaproveitamento se deram por razões diversas e que serão mencionadas adiante.

A figura 17 apresenta a sede de um sítio no início da década de 1970 e é bastante emblemática, pois as descrições que doravante serão apresentadas e que se referem à cultura material, especialmente as edificações, pormenorizarão o arranjo revelado na fotografia: a paisagem evidencia as casas, a tulha, o terreirão, o cafezal em segundo plano e uma família numerosa, característica da época do café.

---

<sup>33</sup> “[...] verdaderos mensajeros de cultura, así como de permanentes testimonios de hechos de civilización [...] los objetos gracias a sus propiedades, fundamentalmente materialidad y solidez, tienen la ventaja de durar, a menudo más que las personas [...]” (HERNÁNDEZ e TRESSERRAS, 2014, p. 13)

**Figura 17-** Antiga propriedade rural no início dos anos 1970



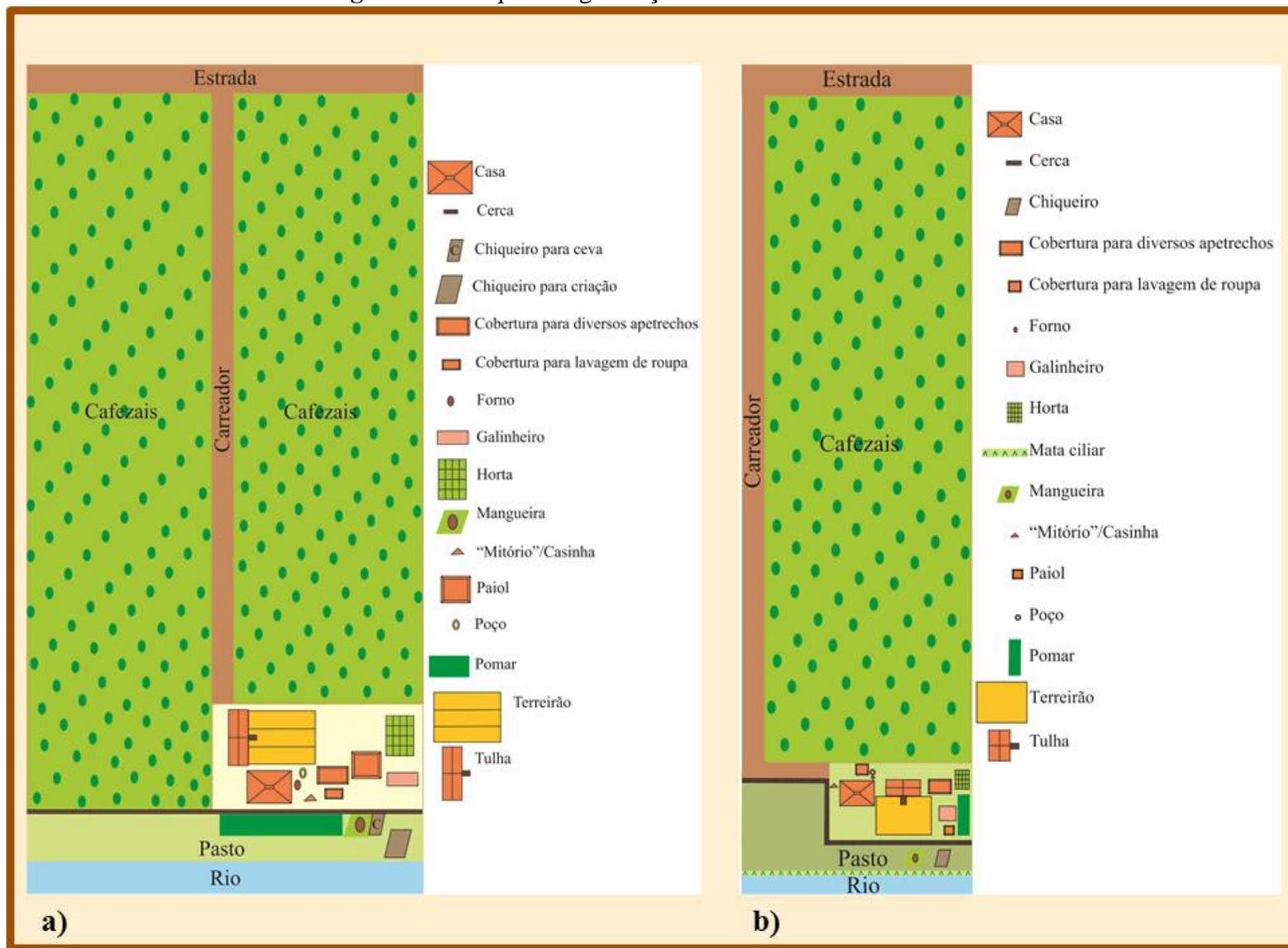
**Fonte:** Acervo pessoal de A.G., Terra Boa (2017)

### 3.3.1 Edificações

A infraestrutura das edificações construídas na sede dos sítios seguia uma organização adequada ao seu funcionamento. Para evidenciar essa organização reunimos aquilo que era disposto no mesmo espaço, e separamos o que funcionava em espaços distintos.

A figura 18 exemplifica a configuração de duas propriedades, na primeira (a) o carroador aparece disposto no centro do lote e na segunda (b) na lateral. Embora a disposição das edificações seja diferente o arranjo espacial é o mesmo: a área destinada à sede e as pastagens é significativamente menor em relação aos cafezais e está localizada no fundo do lote. Elementos como chiqueiro para ceva, chiqueiro para criação e mata ciliar aparecem somente em uma das propriedades.

**Figura 18-** Croqui – Organização da sede de dois sítios rurais



Elaboração: A autora (2017)

A figura 19 apresenta uma visão geral das edificações encontradas nos sítios do período cafeeiro. As construções formavam um aglomerado e era permeado por vegetação (árvores ornamentais e frutíferas comestíveis). A arquitetura das casas dos sítios era bem simples. Os materiais aplicados eram oriundos da própria floresta que havia sido derrubada; fechaduras, pregos, telhas e tijolos eram comprados nos comércios localizados na cidade ou nas praças rurais.

Na figura 19 (a), no primeiro plano aparece uma lavoura de milho que havia sido recentemente colhida; em segundo plano o conjunto de edificações: tulha, casa e paiol. Na figura 19 (b), em primeiro plano aparece o terreirão e caixa d'água utilizada para a lavagem do café; tulhas à direita e a esquerda, residência ao fundo e ao centro.

**Figura 19-** Edificações do período cafeeiro em dois sítios rurais – Terra Boa



Fonte: A autora (2016)

Interessante notar que as construções e as formas de uso, guardadas algumas diferenças, eram similares às descritas por Candido (1977, p. 117) ao tratar da habitação caipira.

Parte apreciável das atividades domésticas e do próprio conforto pessoal se processa no seu exterior (exterior da casa), de modo que cada casa é, na verdade, núcleo de um pequeno sistema de moradia. As excreções e a higiene corporal se fazem fora, requerendo a bica d'água, provida das tábuas que permitem lavar a roupa. O milho é armazenado em paiol externo [...] A este mínimo se anexa quase sempre o forno de barro com a sua coberta de sapé; e ao conjunto é que se pode realmente chamar de habitação rústica (CANDIDO, 1977, p. 117, parênteses nosso).

No início da colonização cafeeira as primeiras habitações eram construídas com lascas retiradas do tronco da palmeira juçara (*Eutherpe edulis*), utilizadas tanto para a formação das paredes quanto para cobertura do telhado e assoalhamento. Algumas casas não tinham assoalho; a ausência de piso caracterizava a construção como “chão batido”.

Como as primeiras casas foram construídas às margens dos rios, devido à provisão de água tanto para as atividades domésticas quanto para os animais, os proprietários, assim que assentados e passadas as primeiras dificuldades (limpeza do terreno e plantio das primeiras sementes de café) tratavam de transferir as residências um pouco mais acima da encosta, mas ainda dentro da parte mais acidentada do terreno.

As casas, referências na organização dos sítios, eram construídas em madeira (perobas, principalmente), de arquitetura simples, com duas ou quatro águas. Os telhados eram cobertos de telha francesa<sup>34</sup> adquiridas nas olarias próximas. Algumas casas eram construídas aproveitando o desnível do terreno, e, assim como as casas das colônias, eram sustentadas com troncos ou galhos mais densos de árvore, o que formava um porão utilizado para guardar diversos objetos.

A planta da casa, na maioria das vezes, era retangular, e as paredes internas tinham como acabamento as mata-juntas, tábuas utilizadas para vedar as frestas entre as tábuas maiores e que formavam as paredes. A casa não era pintada nem interna e nem externamente, o que deixava as paredes externas expostas às intempéries com uma coloração marrom acinzentada. Era habitual lavar as paredes para retirar os resíduos de limo e poeira.

A utilização de forro no teto era rara, mas se presente, esse seria também em madeira, material utilizado nas portas, janelas e taramelas. As fechaduras eram instaladas exclusivamente na porta da sala, que poderiam ou não conter maçaneta.

Nas casas mais simples um ferrolho na parte interna e um orifício por onde passava uma corrente com cadeado, garantia a segurança e a guarda dos pertences da família.

---

<sup>34</sup> A telha francesa é um dos vários tipos de telhas utilizadas no Brasil. O modelo exigia menos unidades para cobrir um metro quadrado (16 unidades). As telhas francesas necessitavam de uma inclinação maior no telhado e mesmo sendo mais cara ainda assim compensava em razão da quantidade abundante de madeira que deveria ser usada na estrutura do telhado.

Na maioria das casas o piso da cozinha se diferenciava do restante dos cômodos, ao invés da madeira o material utilizado era o “vermelhão” – cimento tingido por um pigmento vermelho, embora existisse também na cor amarela e verde, muito populares. Esse pigmento também estava presente no fogão a lenha, principal utensílio da cozinha, indispensável para o preparo dos alimentos, para aquecer a casa e a água do banho em dias frios e para fornecer brasa aos ferros de passar roupa (ferro a brasa). Era sempre disposto em um dos cantos do cômodo, por onde subia uma chaminé, cuja fumaça anunciava ao longe – mesmo onde não era possível visualizar o telhado – a presença da casa. Ambos os pisos eram encerados e polidos regularmente, tarefa destinada as mulheres.

No geral, a casa possuía uma sala, uma cozinha, os quartos, algumas vezes, uma pequena área ou varanda, e um banheiro, utilizado somente para o banho: a higiene diária era feita em bacias ou em um tipo de chuveiro que se chamava “Tiradentes” ou chuveiro de balde. As necessidades fisiológicas eram feitas no “mitório/casinha”, construído a poucos metros da casa.

Nas paredes eram fixados com algum prego, crucifixos, calendários ou “folhinhas” e alguns quadros (santos católicos, principalmente). Em algumas casas o objeto de maior destaque tanto pelo valor financeiro<sup>35</sup> quanto afetivo, era o retrato pintado, que consistia na reconstrução colorida de fotos existentes: casamento dos pais e retrato dos avós, por exemplo; o retrato era emoldurado.

A ornamentação ficava ainda por conta de prateleiras de madeira fixadas nas paredes onde poderiam ser dispostos diversos objetos, indo de imagens de santos até temperos e utensílios domésticos. Nos quartos eram acomodados baús, cômodas ou guarda-roupas entalhados em madeira. Os colchões eram costurados e preenchidos com palha de milho desfiada, mas existiam os de capim, de mola.

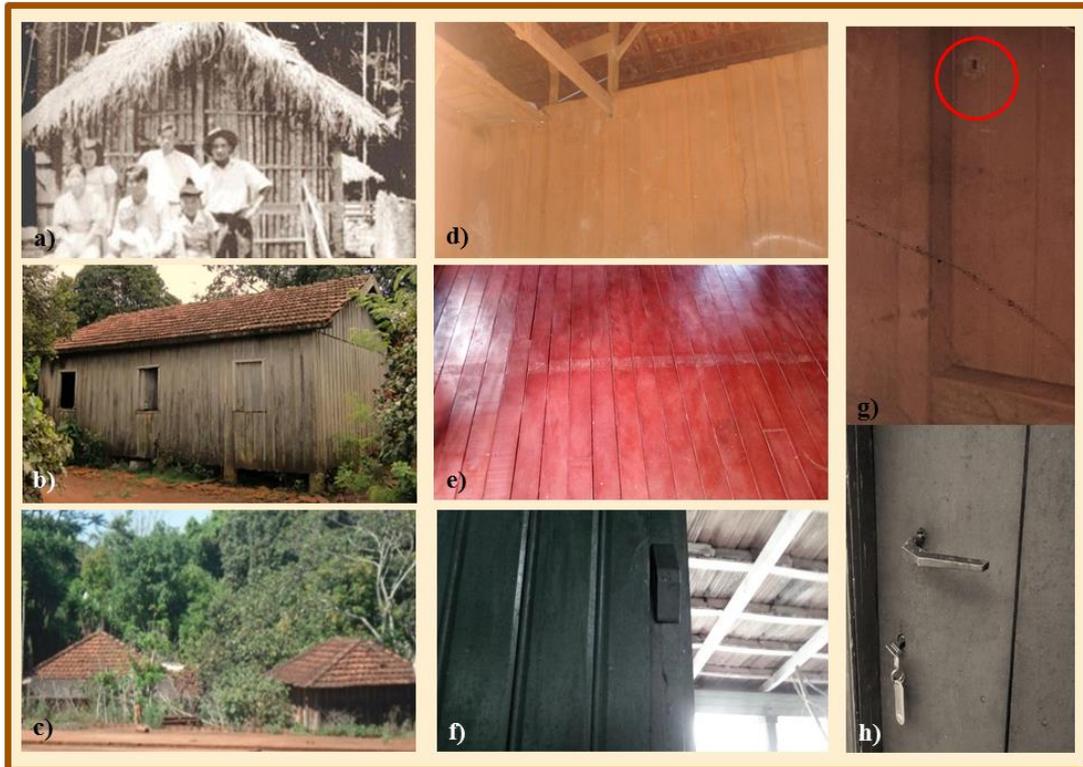
Na figura 20, a imagem **a** identifica uma típica residência construída provisoriamente nos primeiros anos de aquisição da propriedade; a imagem **b** identifica uma residência com telhado de duas águas, caracterizando a casa de um sítio; a imagem **c** identifica uma residência com telhado de quatro águas; a imagem **d** identifica a parede divisória entre os cômodos e a ausência de forro no telhado; a imagem **e** identifica o piso de assoalho de madeira utilizado nos quartos e salas, encerado; a imagem **f** identifica a janela em madeira

---

<sup>35</sup> Até a década de 1970 as câmeras fotográficas, devido ao alto custo, não eram acessíveis à maioria da população o que acabou popularizando a figura do retratista, profissional que se deslocava de casa em casa oferecendo seus serviços.

com taramela; a imagem **g** identifica a porta com fechadura e sem maçaneta; a imagem **h** identifica a porta com fechadura e com maçaneta.

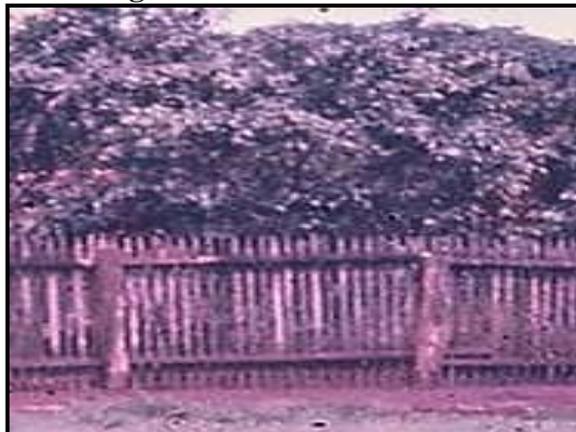
**Figura 20-** Aspectos das casas



**Fonte:** Acervo da família Kimura, Jussara (2017) e a autora (2016; 2017)

A **Cerca** de arame farpado demarcava as laterais da propriedade; a de balaústres (figura 21) ou bambus cercavam partes do galinheiro, horta, chiqueiro, jardim e separavam o pasto. Em propriedades onde as margens do rio não eram largas e o fluxo de água não era suficiente para evitar que o gado o transpusesse chegando até a propriedade vizinha, também se cercava com arame farpado.

**Figura 21-** Cerca de balaústre



**Fonte:** Acervo pessoal de W.K. (2016)

Junto a casa existiam muitos equipamentos e construções que funcionavam concomitantemente e eram organizadas no **terreiro** (quintal mantido ao redor da casa). Por não ter pavimentação o terreiro demandava constantes cuidados com a limpeza e retirada de ervas daninhas. Folhas, restos de vegetação e a fina poeira que se formava nos dias de sol careciam ser removidos, para isto, eram improvisadas vassouras feitas de guanxuma (*Sida rhombifolia* L.), planta perene, subarborescente; os cabos eram feitos com bambu (*Bambusa* sp.).

Os terreiros eram ornamentados com várias plantas que exibiam folhagens ou flores e formavam os **jardins**; normalmente localizavam-se na frente e dos lados da casa. Além de serem escolhidas pela beleza como as rosas (*Rosa x grandiflora*), dalias (*Dahlia pinnata*) e palma-de-santa-rita (*Gladiolus x hortulanus*), algumas tinham a função de proteção espiritual, destacando-se entre elas: alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), arruda (*Ruta graveolens*), comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia seguine*), espada-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*) e guiné (*Petiveria alliacea* L.). Outras plantas que podiam ser comumente encontradas eram: beijinho (*Impatiens walleriana*), beldroega (*Portulaca oleracea*), manacá-da-serra (*Tibouchina mutabilis*), quaresmeira roxa e rosa (*Tibouchina granulosa*), roseira miniatura (*Rosa chinensis*), onze-horas (*Portulaca grandiflora*) e sangue de Adão (*Salvia splendens*). Ainda apareciam no terreiro a mangueira (*Mangifera* spp.), a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*), entre outras; a primeira fornecia frutos e sombra, a segunda era utilizada para produção de melado reservado ao consumo direto ou utilizado para adocicar doces e sucos. A cana-de-açúcar ainda era consumida *in natura*: após ser descascada era mastigada para que soltasse um líquido doce, procedimento popularmente conhecido como “chupar cana”.

No terreiro e bem próximo da cozinha era construído uma **cobertura para lavagem de roupa**, onde era depositado um tanque ou uma bacia e uma tábua. Antes da construção dos poços as roupas eram lavadas nos rios ou em nascentes; a água necessária às atividades domésticas era trazida em baldes e armazenada na casa. Após a instalação dos poços as roupas passaram a ser lavadas em tábuas, conhecidas como batedores de roupa – pranchas de peroba, de mais ou menos dois metros, onde as peças deveriam ser esfregadas e seguidamente batidas até ficarem limpas (figura 22).

O sabão era feito nas propriedades, utilizando como principal matéria-prima o sebo dos animais abatidos, porcos, principalmente. Depois da lavagem, as roupas eram expostas ao sol para que ficassem brancas: processo denominado de clarear ou quorar<sup>36</sup>. Depois de

---

<sup>36</sup> O dicionário Caldas Aulete registra a palavra “quorar” como um brasileirismo, uma possível adaptação da palavra corar, cuja origem provável venha do Tupinambá *Kwara*, que significa Sol. Corar também é um

clareadas as peças eram estendidas em varais de arame farpado, o que tornava desnecessário o uso de prendedores de roupas. Para evitar que o varal cedesse com o peso das roupas um bambu era escorado no centro.

O trabalho demandava grande esforço físico, os poços podiam chegar a uma profundidade média de vinte metros e era necessário puxar os baldes cheios de água por todo esse percurso para lavar a roupa. O único conforto era uma cobertura improvisada de telhas ou palha que abrigava as lavadeiras do sol durante a lavagem das roupas; ou para as propriedades que não possuíam este tipo de construção, restava a sombra das árvores.

**Figura 22-** Utilização de batedores de roupa



**Fonte:** Acervo da família Kimura, Jussara (2017)

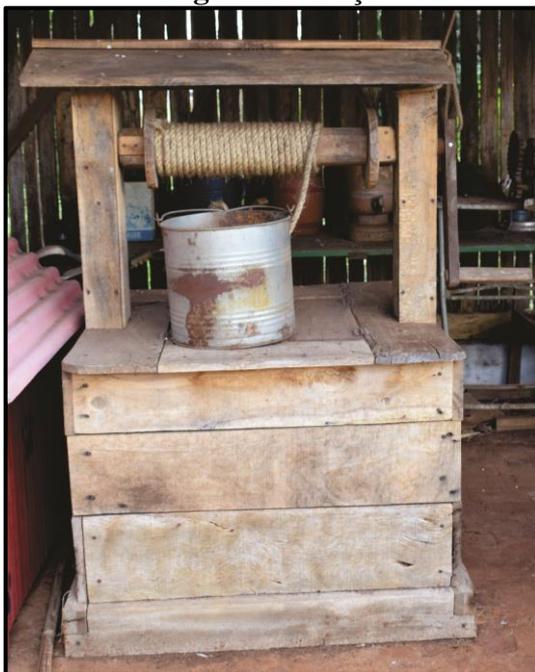
Bem próximo da porta da cozinha, ficava o **poço** (figura 23). Juntamente com a construção da casa o abastecimento de água, feito por meio da captação do lençol freático, era uma das principais preocupações. Para isso, era necessária a perfuração do poço, um processo manual, em que o diâmetro médio ficava em torno de 1 (um) metro e a profundidade variava; a perfuração cessava assim que água fosse encontrada.

Tomavam-se alguns cuidados como revestir o poço internamente; construir uma parede ao redor, acima da superfície do solo (com tijolos ou madeira); cobri-lo com uma tampa (de concreto ou madeira) e providenciar um sarilho (espécie de manivela por onde descia uma corda com um balde preso na ponta para que a água fosse captada).<sup>37</sup>

---

brasileirismo utilizado em referência ao ato de expor as roupas ao sol para serem clareadas. Portanto, “quarar” equivale a clarear.

<sup>37</sup> Para muitas propriedades as instalações hidráulicas estiveram disponíveis quase ao final do período cafeeiro.

**Figura 23- Poço**

Fonte: A autora (2016)

Utilizado principalmente aos sábados, e vésperas de feriados ou festas, no **forno** (figura 24) eram assados pães, bolos e biscoitos. Eram construídos próximos a saída da cozinha, sob alguma cobertura de proteção contra intempéries. Seu formato arredondado assemelhava-se a um iglu. Na abertura era queimada lenha, que mais tarde era retirada, só ficando as brasas. As formas com os alimentos eram então inseridas. Por muito tempo os pães foram assados sobre folhas de bananeira, inseridos no forno com uma espécie de pá feita de madeira.

**Figura 24- Forno**

Fonte: A autora (2017)

Tanto do lado de fora da porta da sala, quanto da cozinha, havia um objeto usado para limpar os pés, com a função de retirar o excesso de lama que se acumulava nos solados das botinas, sapatos, sandálias e chinelos em dias de chuva e que se chamava “**chora paulista**” (figura 25).

Um dos “chora paulista” mais popular era feito de uma enxada com a lâmina virada para cima e fixada na forquilha de duas madeiras, enterradas no chão. Limpava-se o solado do calçado no fio da enxada, necessário, pois a lama grudava no solado formando uma crosta escorregadia de uns três centímetros, característica da lama que se formava a partir do solo (Latosolos e Nitossolos) molhado.

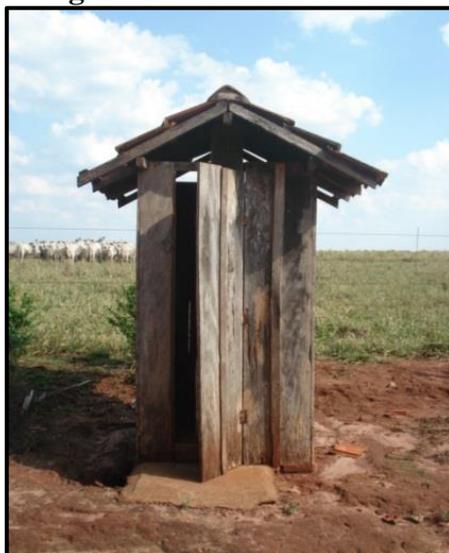
O nome é uma anedota às reclamações dos paulistas para se livrarem da lama a que não estavam habituados. O barro de tom avermelhado que se fixava nos calçados e nos pés deu origem a alcunha de “pés vermelhos” à população do Norte do Paraná, principalmente aos moradores da mesorregião Norte Pioneiro, primeira a ser oficialmente ocupada.

**Figura 25-** Chora paulista



**Fonte:** A autora (2016)

Frente à falta de saneamento básico e podendo contar com fossa negra, o banheiro com o sanitário ficava fora da casa, mais especificamente no fundo das casas. O “**mitório**” (figura 26) (corruptela de mictório) também denominado de “**casinha**” era uma pequena construção de tábuas, de aproximadamente 1,2 m<sup>2</sup>, coberta com telhas e com assoalho de madeira. O centro do assoalho possuía um orifício por onde deveriam ser realizadas as necessidades fisiológicas. Para facilitar, em algumas casinhas eram entalhados caixotes, que evitavam o desconforto da posição acocorada. Durante a noite, penicos eram utilizados para poupar o esforço e a insegurança de sair no terreiro escuro.

**Figura 26-** “Mitório”/casinha

**Fonte:** A autora (2017)

A **horta** era um espaço que ficava próximo da cozinha, cercado com bambu a fim de evitar que as aves domésticas, quando soltas, destruíssem os vegetais ao ciscarem. A proximidade da horta com a casa facilitava os cuidados como a retirada de ervas daninhas, rega e colheita. As hortaliças variavam conforme a origem étnica do proprietário<sup>38</sup> e as sazonalidades. As plantas mais apreciadas pela facilidade de cultivo e por serem também utilizadas na alimentação dos porcos eram a abóbora (*Cucurbita* spp.)<sup>39</sup> e o chuchu (*Sechium edule*). Eram também cultivadas a couve (*Brassica oleracea* L.), a alface (*Lactuca sativa*) e o almeirão (*Cichorium intybus* L.).<sup>40</sup> Os temperos mais comuns eram o colorau (*Bixa orellana*), o açafrão (*Curcuma longa*), a cebolinha-verde (*Allium fistulosum* e *Allium schoenoprasum*) e a salsinha (*Petroselinum crispum*).

A dificuldade de acesso à assistência médica levava muitas casas a ter na horta uma farmácia natural, com ervas e chás. A utilização destas plantas em forma de chás, tinturas e unguentos era habitual. Entre as plantas utilizadas para curar destacavam-se: a babosa (*Aloe*

<sup>38</sup> O artigo “A Geografia da Alimentação em frente pioneira (Londrina-Paraná)”, de Márcia Siqueira de Carvalho, publicado na revista Terra Livre em 2005, versa sobre os regimes alimentares nas décadas de 1930 a 1950, no Norte do Paraná. A pesquisadora aponta que a alimentação se transformava conforme as festas, casamentos, calendário agrícola e religioso. A preferência por determinado cultivo se dava muito em função da origem étnica dos pioneiros. A caça e a pesca satisfaziam o desejo pela carne, sendo considerada como complemento ou “mistura” ao prato principal.

<sup>39</sup> Abóboras também eram cultivadas nos espaços vazios entre os pés de café, conhecidos como “ruas”. Nesse local também era plantado milho, amendoim, batata inglesa, feijão e batata doce.

<sup>40</sup> Outra planta apreciada era a serralha (*Sonchus oleraceus* L.) ou “serraia” como é popularmente denominada. A serralha não era necessariamente cultivada em horta, era mais comum que nascesse e fosse mantida entre os pés de café. A planta, que não é nativa, tem suas sementes dispersadas com o vento, daí a facilidade de encontrá-la. Assim como a serralha, o tomatinho (*Lycopersicon pimpinellifolium*) um tipo de miniatura de tomate, mais ácido e com menos massa, não era cultivado, mas era bastante comum.

vera), a hortelã (*Mentha piperita*), o boldo-do-Chile (*Peumus boldus* Molina), o boldo (*Plectranthus barbatus* Andrews), o poejo (*Mentha spicata* L.), a erva-cidreira (*Melissa officinalis*), a erva-doce (*Pimpinella anisum*), a camomila (*Matricaria chamomilla*), o funcho (*Foeniculum vulgare*), a arnica (*Arnica montana*), o capim-limão (*Cymbopogon citratus*) e o guaco (*Mikania glomerata* Spreng.). Cada planta poderia ter mais de uma indicação de uso: a erva-cidreira, por exemplo, utilizada na forma de chá, era indicada como calmante e digestiva; o chá de capim-limão, assim como a erva-cidreira, era indicado como calmante, podendo ainda ser utilizado como diurético e analgésico. O Guaco, considerado um expectorante, era utilizado na forma de xarope; a arnica, na forma de tintura ou unguento, era indicada como antimicrobiano, cicatrizante e analgésico.

O **galinheiro** (figura 27) ficava entre a cozinha e o paiol, pois, além de facilitar o tratamento das aves, facilitava também à vigilância. Na maioria dos sítios, as aves ficavam soltas durante o dia, nas imediações do quintal, e ao final da tarde dirigiam-se para o galinheiro. Ninhos eram sempre feitos em balaios, instalados em árvores (goiabeiras, principalmente). Alguns proprietários preferiam manter as aves presas para protegê-las de predadores e para evitar que destruíssem as plantações.

**Figura 27-** Entrada de um galinheiro



Fonte: A autora (2017)

O espaço do sítio que acabamos de descrever fazia parte da infraestrutura referente à organização da casa. O espaço que descreveremos se circunscreve ao espaço imediato ao terreiro e também faz parte do sítio, mas está mais relacionado ao trabalho agrícola, a criação

de animais e a infraestrutura onde se reúnem os equipamentos utilizados no trabalho diário do sítio: trator, enxadas, carroças.

A **cobertura para diversos apetrechos** (figura 28), composta por apenas uma água e totalmente aberta na parte frontal, este tipo de construção guardava carrinhos<sup>41</sup>, charretes<sup>42</sup>, arreios, maquinários, defensivos agrícolas e outras ferramentas que não era possível armazenar nos porões da casa; alguns entrevistados denominavam esta construção como garagem, fazendo menção ao abrigo de carrinhos e charretes e, em alguns casos, para as famílias com melhores condições financeiras, do automóvel.

**Figura 28-** Cobertura para diversos apetrechos



**Fonte:** A autora (2017)

Construído próximo ao galinheiro, o **paiol** (figura 29) tinha a finalidade de armazenar sementes, milho principalmente. No mesmo estilo da casa, mas sem divisórias internas, alguns possuíam janelas que contribuía para a ventilação. A necessidade de claridade era resolvida com a instalação de uma ou mais telhas de vidro. No paiol eram guardados os balaios, o debulhador de milho e a palha utilizada para acender o fogão a lenha e para preencher os colchões; o sabugo também era armazenado e reservado para o acendimento do fogão.

---

<sup>41</sup> Também denominado de carroça este meio de transporte era utilizado para deslocar cargas variadas e pessoas, geralmente era puxado por cavalos e ocasionalmente por burros ou mulas. Seu uso era comum nas pequenas propriedades rurais.

<sup>42</sup> Diferentemente dos carrinhos, as charretes também eram movidas com tração animal, mas exclusivo para o transporte de pessoas.

**Figura 29- Paiol**

Fonte: A autora (2017)

Construída em madeira e coberta de telhas, a **tulha** (figura 30) localizava-se em uma das laterais do terreirão. Embora fossem construídas tulhas para secagem do café, cuja arquitetura diferenciava-se das tulhas de armazenagem, nas pequenas propriedades somente as últimas estavam presentes. Após estar totalmente seco, o café era recolhido do terreirão, posto em sacos e levados para a tulha. Os tipos de tulha de armazenagem pouco variavam no estilo, o tamanho da construção era diretamente proporcional ao tamanho da propriedade e capacidade de colheita. Assim como as casas, as tulhas eram construídas aproveitando a declividade do terreno – o fundo voltado para a encosta e a fachada voltada para a parte plana, conectando-se ao terreirão; todas possuíam uma rampa por onde os trabalhadores subiam com as sacas.

**Figura 30- Tulha**

Fonte: A autora (2017)

Para facilitar as constantes lidas com o café e outras atividades e para manter a vigilância, o **terreirão** (figura 31) era construído próximo a casa e, juntamente com ela e a tulha, destacava-se entre as outras edificações pelo tamanho e importância.

Os terreirões eram planos ao solo e feitos em tijolos e cimento, para facilitar a secagem do café. As dimensões variavam conforme o tamanho da propriedade. Disposto no terreirão assim que chegasse da colheita, o café deveria ser constantemente revolido para que a secagem fosse igual. Durante a noite ou em período de chuva, era juntado e coberto com lona para evitar a umidade. Dependendo das condições do tempo em 15 ou 20 dias estava pronto para ser ensacado e armazenado na tulha para posterior venda. Os terreirões eram espaços também aproveitados para o convívio social. Neles eram realizados os terços, as rodas de conversa e as brincadeiras das crianças.

**Figura 31-** Terreirão



Fonte: A autora (2017)

Espaço designado ao cultivo de plantas frutíferas, o **pomar**, assim como a horta localizava-se nas proximidades da casa, mas em espaço próprio e fora do terreiro. Os pomares eram caracterizados por uma profusão de plantas e pela ausência de ordenamento ou simetria no plantio. Assim, bananeiras (*Musa* spp.) misturavam-se a mexeriqueiras (*Citrus reticulata*), jabuticabeiras (*Plinia cauliflora*), goiabeiras (*Psidium guajava* L.), ameixeiras-amarela (*Eriobotrya japonica*), laranjeiras (*Citrus x sinensis*), mamoeiros (*Carica papaya* L.), jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*), tamarindos (*Tamarindus indica* L.), abacateiros (*Persea americana*), mangueiras (*Mangifera* spp.), parreiras de uva (*Vitis vinifera* L.) e outras plantas.

Construído a uma distância maior da casa, o **chiqueiro** (figura 32) consistia em um cercado utilizado para confinar porcos, cuja base alimentar era restos de alimentos e milho. O piso existia somente na parte coberta, na maior parte do cercado predominava a terra. Em algumas propriedades o chiqueiro destinado à ceva era anexado aos fundos dos mangueirões e o reservado a criação ficava mais próximos ao rio, facilitando o acesso à água. Os porcos proviam a carne e a banha, largamente utilizada no preparo dos alimentos.

**Figura 32- Chiqueiro**



**Fonte:** A autora (2017)

Para garantir a conservação, uma vez que a energia elétrica não estava disponível,<sup>43</sup> a carne era previamente salgada, frita em fogão a lenha e armazenada juntamente com a gordura em recipientes de aproximadamente 18 litros, conhecidos como latas; daí a origem do nome “carnes de lata”. O toucinho era salgado e frito produzindo o torresmo, que era consumido mais rapidamente. A banha também era armazenada no mesmo tipo de recipiente para o uso diário.

Curral ou cercado utilizado para recolher os animais para alimentação, para ordenha ou para tratamento, o **mangueirão ou mangueira** (figura 33) como eram conhecidos, localizava-se no espaço reservado para o pasto onde eram criados bovinos e equinos com a finalidade de se obter leite, carne<sup>44</sup> e auxílio no transporte e trabalho da lavoura (puxando

<sup>43</sup> Assim como as instalações hidráulicas a energia elétrica esteve disponível quase ao final do período cafeeiro.

<sup>44</sup> O consumo de carne bovina era menos comum, não que houvesse uma predileção pelas carnes suína, de aves ou de caça; abater uma cabeça significava perda de ganhos, uma vez que o tempo para um bezerro estar pronto para o abate é superior ao de um frango ou de um porco. Além disso, as gestações são únicas, diferentemente de outros animais. O abate só seria motivado por um casamento, onde seria necessária uma quantidade maior de carne para a festa, mesmo assim, a prática era bastante limitada.

arado). Construídas para atender a criação de gado, os animais de tração não tornavam obrigatória a sua construção.

Assim como a maioria das construções os mangueirões eram feitos em madeira, podendo ser cobertos ou não. Suas dimensões variavam conforme o tamanho dos lotes. A exiguidade de terras impedia que uma grande quantidade de animais fosse criada, devido a pouca pastagem.

**Figura 33-** Mangueirão/Mangueira



**Fonte:** A autora (2016)

As dimensões das construções dependiam da extensão da família e da capacidade produtiva. Caso um filho se casasse e viesse morar na propriedade, construía-se uma residência dentro da sede. O espaço destinado à sede deveria ser o menor possível, pois o foco era a lavoura de café, mas deveria atender as necessidades da família.

Dada a sua importância o espaço concedido ao cultivo do café evidenciava-se entre os demais; as edificações ficavam muito próximas umas das outras, uma característica bastante positiva, pois facilitava o deslocamento e a realização das atividades diárias, uma vez que as funções e importância das edificações, embora a atividade cafeeira se destacasse, estavam interligadas e contribuía para dinamizar trabalho e tempo.

A posição dos carregadores variava conforme o tamanho dos lotes, geralmente nas propriedades maiores eles eram dispostos ao centro e nas menores na lateral, fazendo divisa com outras propriedades e podendo ser compartilhados.

A habitação, que nos primeiros anos era posicionada nas margens dos rios (MONBEIG, 1945, p. 13), teve, conforme já mencionado, o seu posicionamento alterado.

Juntamente com as outras construções foi deslocada mais acima da vertente, contudo, ainda erigida na área de maior declividade, local popularmente denominado como baixada. A frequência com que estas áreas eram afetadas pelas geadas deu origem a expressão “ninho de geadas”<sup>45</sup>. Por serem mais suscetíveis a este fenômeno atmosférico nos “ninhos de geadas” eram evitados os plantios de café, sendo esta área destinada à sede e as pastagens.

A existência de mata ciliar não era uma constante, alguns entrevistados disseram que em certas propriedades as pastagens chegavam até os rios. Quando existentes, a faixa de vegetação ia de 10 a 30 metros, independentemente da largura das margens dos rios.

A leitura que fazemos das transformações realizadas pelo homem – suas construções e demais artefatos – segue a mesma perspectiva de Demangeon (1956), ou seja, as obras humanas são a expressão do meio geográfico. É necessário frisar que este meio é aqui entendido como o conjunto das influências naturais e humanas. Procuramos caracterizar o habitat, a habitação e demais construções e artefatos não apenas como uma manifestação das técnicas e materiais utilizados em uma dada época, afinal, as peculiaridades de cada um desses elementos revelam a originalidade das relações sociais vivenciadas.

Segundo George (1979, p. 25) “os elementos materiais que se inscrevem na paisagem geográfica [...] possuem maior longevidade do que os elementos econômicos, ideológicos e sociais de uma civilização sensível aos fatores históricos de variação e evolução” isso explica o fato de muitos dos objetos materiais existentes durante o período cafeeiro ainda estarem presentes; findado um ciclo econômico não é incomum que mesmo passadas décadas de seu declínio alguns elementos que o retratam ainda perdurem. Esses elementos são, portanto, representativos de uma determinada sociedade, capazes de auxiliar na reconstituição de um passado extinto, de uma paisagem modificada.

### 3.3.2 Utensílios domésticos

Os elementos materiais que ainda podem ser encontrados na paisagem revelam características técnicas, econômicas e as relações existentes em uma determinada cultura, estes resquícios mesmo com a deterioração causada pelo tempo e impostas pelas mudanças antrópicas permitem a reconstituição e o entendimento de suas funções.

Geralmente extensa e chefiada pelo pai, toda a família estava envolvida nas atividades de manutenção do lote – desde as crianças ainda muito pequenas até as mulheres.

---

<sup>45</sup> Os entrevistados relataram que a expressão já era utilizada em São Paulo sendo empregada com o mesmo significado. O regionalismo herdado daquele estado comprova a influencia paulista no Norte paranaense.

A presença e a intensidade do trabalho feminino na lavoura estavam ligadas as condições financeiras da família, para os proprietários em situação econômica menos favorável o trabalho feminino era fundamental, porém, ele não era regido somente pela situação econômica pela qual a família encontrava-se, a inexistência ou a menor quantidade de filhos homens impunha a necessidade desta atividade.

O trabalho familiar poupava gastos com mão de obra, como é de sua natureza, e só contratava em períodos de intenso trabalho, como a colheita, por exemplo. Assim, todos os membros da família deveriam participar de todas as fases do processo produtivo – a exceção da mãe ou uma das filhas que ficava responsável pelos serviços domésticos; dos convalescentes; dos idosos e das crianças menores de oito anos<sup>46</sup>.

Diversos utensílios eram utilizados nas atividades domésticas da família de sítiantes que moravam no Norte paranaense. Até a chegada da energia elétrica o **lâmpião** a querosene (figura 34) era largamente utilizado, estando presente em todos os cômodos da casa.

**Figura 34-** Lâmpiões



Fonte: A autora (2017)

Quase todas as mulheres sabiam costurar o que as levava a adquirir uma **máquina de costura** (figura 35) quando se casavam, pois dependia delas a confecção da roupa usada pela família; além da confecção das roupas pequenos consertos eram realizados nas peças. A preparação do enxoval de casamento era em parte feita com o auxílio das máquinas que funcionavam a manivela ou pedal; ao acionar esses dispositivos uma agulha movia-se sobre o tecido formando os pontos.

---

<sup>46</sup> Os entrevistados relataram que a partir desta idade, e em alguns casos, idades inferiores (6 a 7 anos), as crianças já poderiam trabalhar na lavoura, antes disso, contribuiriam com pequenos serviços na sede.

Os tecidos mais utilizados na confecção das roupas iam do linho (mais nobre e destinado a ocasiões especiais como cerimônias religiosas, festas e outras solenidades) até o brim, o algodão cru e a flanela (tecidos mais resistentes, baratos e utilizados no dia a dia). Entre esses tecidos, o algodão cru era o mais versátil, pois poderia ser empregado tanto na confecção de roupas, como na fabricação de sacos para armazenagem de alimentos, toalhas e panos de prato.

Bastante popular e tão multifuncional quanto ao algodão cru era a chita, tecido caracterizado pela presença de estampas florais, e aplicado na fabricação de roupas (vestidos para as mulheres), capas para colchão, lençóis e fronhas.

**Figura 35-** Máquina de costura



Fonte: A autora (2017)

Para a faxina da casa eram utilizadas vassouras de palha e de “pelo”, cera e **escovão** (figura 36). O escovão, uma enceradeira manual, era formado por um ferro ovalado, pesando aproximadamente cinco quilos; a essa estrutura era fixado um cabo articulado, responsável por dar movimento ao escovão que era deslizado para frente e para trás, seguindo a direção das tábuas do assoalho ou sobre o piso vermelhão.

Abaixo da estrutura ovalada eram presas às cerdas, ligadas a uma madeira com o mesmo formato do ferro. As cerdas poderiam ser substituídas assim que fossem desgastadas. Inicialmente o piso era encerado e para dar lustre, abaixo do escovão colocava-se um tecido, em geral uma flanela ou lã.

**Figura 36-** Escovão

Fonte: A autora (2016)

Para a higiene da família além da opção dos banhos em bacia era instalado num cômodo da casa o **chuveiro de balde** ou **Tiradentes** (figura 37). Em dias frios a água era esquentada no fogão a lenha e depositada no balde que era suspenso por uma corda ligada a uma carretilha. O chuveiro de balde possuía um registro onde era possível controlar a passagem de água. A duração do banho era regulada pela quantidade de água no balde: cerca de quinze litros.

**Figura 37-** Chuveiro de balde/Tiradentes

Fonte: A autora (2017)

Depois de serem lavadas e secas no varal, as roupas eram recolhidas e passadas sobre uma mesa, instalada na varanda ou na cozinha; para isso, utilizava-se um **ferro a brasa** (figura 38). O ferro a brasa pesava em torno de três quilos e possuía uma abertura onde as

brasas eram inseridas assim que retiradas do fogão a lenha; após as brasas serem depositadas a abertura era fechada. Para mantê-las acessas o ferro possuía pequenos orifícios que auxiliavam a passagem de ar. Conforme as brasas iam se apagando, o ferro era sacudido seguidas vezes para frente e para trás para que o ar entrasse mais rapidamente, processo que poderia gerar fumaça e fuligem. Antes que fossem totalmente queimadas e dependendo da quantidade de roupas passadas, mais brasas poderiam ser acrescentadas.

As alças do ferro eram sempre de madeira, o que evitava a transmissão de calor para as mãos. Depois de quente não havia como controlar a temperatura do ferro, o que exigia cuidados para não queimar as roupas; partículas de cinzas poderiam escapar pelos orifícios sujando as peças. Depois que toda a roupa fosse passada as brasas eram retiradas, para isso, aguardava-se até que elas estivessem totalmente apagadas e o ferro frio.

**Figura 38-** Ferro a brasa



**Fonte:** A autora (2017)

Em toda casa havia um **cilindro de madeira** (figura 39) utensílio onde se preparavam as massas, principalmente macarrão e pão. O cilindro era instalado em um suporte de madeira, sempre coberto com um pano para não empoeirar, estando disponível para ser usado a qualquer hora.

Em uma das laterais havia uma manivela que quando girada tornava a massa disposta entre os cilindros, mais lisa e fina. A espessura da massa poderia ser regulada acionando duas engrenagens, cada uma delas localizada nas laterais, na parte superior do utensílio. Existiam ainda outros cilindros que eram soltos e conhecidos como pau de macarrão.

**Figura 39-** Cilindro de madeira

Fonte: A autora (2017)

Para se proteger de pernilongos, baratas e outros insetos que entravam porta adentro, havia o **pulverizador de inseticida** ou “bombinha” (figura 40), alimentado com *Baygon* ou *Detefon*, marcas de inseticida populares na época. Até a década de 1970 o *Detefon* possuía entre os seus princípios ativos o DDT (diclorodifeniltricloroetano), que passou a ser proibido em vários países. Por ser altamente tóxica, no ano de 1998, a substância foi totalmente proibida pelo Ministério da Saúde brasileiro para qualquer tipo de uso.

**Figura 40-** Pulverizador de inseticida

Fonte: A autora (2017)

O **pilão** (figura 41) era um utensílio necessário para descascar o arroz e esmagar produtos como o milho, o trigo e o amendoim para obter o fubá e a farinha utilizada no preparo de alimentos. Era uma espécie de beneficiador de grãos que existia em todo sítio. O utensílio era entalhado em um tronco e suas dimensões variavam de 60 a 80 cm de altura e diâmetro de 40 a 50 cm.

Um bastão conhecido como “mão de pilão” também era entalhado, possuindo as extremidades arredondadas e comprimento que variava conforme o tamanho do pilão. Com

ele, após os grãos serem depositados dentro do pilão, movimentos de sobe e desce eram executados seguindo um ritmo constante, e com força suficiente para que os grãos fossem esmagados.

**Figura 41- Pilão**



Fonte: A autora (2017)

Na cozinha era necessário controlar as provisões de lenha e de alimentos. Junto a armários de guardar louças<sup>47</sup> e comidas, coexistia a **moringa** (figura 42) – uma vasilha feita de barro/cerâmica utilizada para armazenar água e transportá-la para a lavoura (os garrafões de vinho quando vazios eram limpos e também eram utilizados como garrafas d'água, podendo armazenar até 5 litros (figura 43)) – e o **filtro** ou **pote** de barro/cerâmica (figura 44) sempre abastecido com água para beber.

**Figura 42- Moringa**



Fonte: A autora (2017)

**Figura 43- Garrafão de vinho**



Fonte: A autora (2017)

<sup>47</sup> Embora em sentido estrito as louças se refiram aos utensílios fabricados com materiais como cerâmica, faiança e porcelana popularmente ela engloba os pratos, talheres, xícaras, tigelas, panelas e utensílios de um modo geral, fabricados em diversos tamanhos e com diferentes materiais.

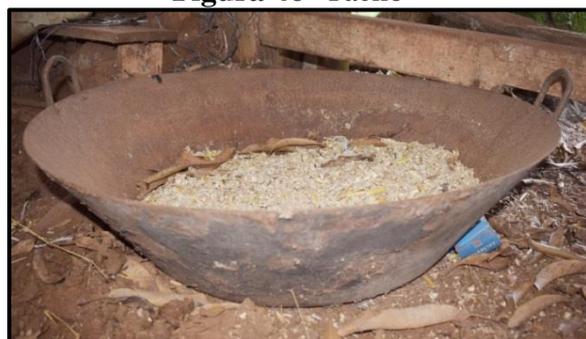
**Figura 44- Filtro/pote**

Fonte: A autora (2017)

Em razão da quantidade de alimentos que eram preparados, devido à extensão da família, **bacias** (figura 45) e **tachos** (figura 46) de diversos tamanhos faziam parte dos utensílios de cozinha. Em algumas casas havia uma despensa onde ficavam os recipientes (latas) com carne, gordura, arroz, feijão e outros produtos. Pães e bolachas eram armazenados em sacos confeccionados com tecido de algodão. Na despensa, ou na ausência dela, na cozinha, bacias e tachos eram pendurados em pregos fixos na parede ou dispostos em prateleiras de madeira (armários de guardar louças).

**Figura 45- Bacia**

Fonte: A autora (2017)

**Figura 46- Tacho**

Fonte: A autora (2017)

Por último, descreveremos os utensílios que faziam parte do principal ritual da casa: o preparo do café. Depois de fazer o percurso externo a casa, vindo do cafezal, secando-se no terreirão e sendo armazenado em saco na tulha, uma pequena parte do café era retirada para o uso da família.

Antes de entrar para a casa o café passava pelo **descascador** (figura 47) e depois pelo **torrador** (figura 48), um instrumento arredondado onde o café seria inserido para a

torrefação. Após fechado era girado constantemente sobre um fogo, processo que levava aproximadamente uma hora até estar completo.

Depois da torrefação o café era disposto em pequenas peneiras e coberto até que esfriasse, estando pronto para ser moído. Para transformar os grãos torrados em pó, o café era moído numa pequena máquina (**moedor de café**, figura 49) instalada na cozinha (fixa a uma mesa ou presa em uma parede). O pó era guardado em algum recipiente, normalmente em uma lata.

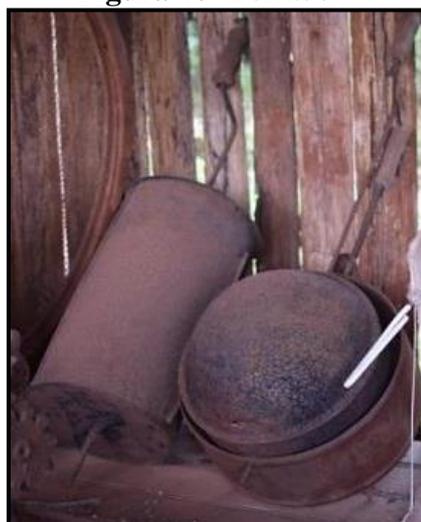
Para ser transformado em bebida o café era colocado no coador de “pano” (preferência para flanela) e encaixado em um suporte chamado de “**mariquinha**” (figura 50), a água fervida era derramada no coador, filtrando o café. Fazer pão em casa e comê-lo com manteiga tomando café, apareceu como uma memória sempre feliz para os entrevistados.

**Figura 47-** Descascador



Fonte: A autora (2017)

**Figura 48-** Torrador



Fonte: A autora (2017)

**Figura 49-** Moedor



Fonte: A autora (2017)

**Figura 50-** Mariquinha



Fonte: A autora (2017)

A presença de utensílios como descascadores, torradores e moedores de café comprova que o produto, ao menos o que era destinado ao consumo da família, era beneficiado na propriedade. Os utensílios revelavam a intensidade do trabalho nas pequenas propriedades e a necessidade de força física para realizar as atividades diárias.

Os utensílios domésticos, bastante rudimentares, exigiam o dispêndio de muito tempo na elaboração das refeições e era comum que as mulheres fossem dormir depois de finalizados todos os serviços domésticos.

### 3.3.3 A etnografia do café

O café possibilitava ocupação para os membros da família durante todos os meses do ano. As etapas do processo produtivo iniciavam-se com o plantio, feito com as sementes direto nas covas (quatro ou mais), geralmente no mês de setembro, o que gerava a necessidade do desbaste assim que as mudas crescessem. Após quatro anos tinha-se a primeira colheita que se repetiria anualmente dali para frente, se o cafezal não fosse afetado por intempéries ou pragas.

Poder-se-ia dizer que era possível fazer uma etnografia do café, tanto eram os processos envolvidos nas várias etapas de sua produção e comercialização. Para uma ideia geral do processo de produção do café, organizamos no quadro 2, em forma de um cronograma, como as atividades relacionadas ao produção do café aconteciam durante o ano.

**Quadro 2-** Atividades agrícolas relacionadas à produção do café

Atividade	Meses de trabalho											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>Plantio</b>												
<b>Desbaste</b>												
<b>Desbrota</b>												
<b>Poda</b>												
<b>Capina</b>												
<b>Arruação</b>												
<b>Varrição</b>												
<b>Colheita</b>												
<b>Esparramação</b>												

Fonte: Trabalhos de campo

Tudo começava com a derrubada da mata, em seguida dava-se início ao **plantio** do cafezal. Embora a primeira colheita só acontecesse quatro anos depois do plantio, durante os primeiros três anos havia muitas atividades para serem realizadas. Depois de brotar o café e com ele já um pouco crescido, fazia-se o **desbaste**, ou seja, a retirada dos brotos que estavam em excesso. Fazia-se a **desbrota** também; tiravam-se os galhos que iam nascendo e que acabavam impedindo o crescimento e a produtividade da planta.

Ainda considerando os cuidados com o pé de café, havia a **poda**: a eliminação por meio de corte dos ramos velhos, contaminados por pragas ou doenças, para que a planta recebesse mais luminosidade e voltasse a crescer; e **capina**: a retirada das ervas daninhas que cresciam entre os cafeeiros com uso de enxada. A capina era realizada ao longo do ano, sendo interrompida somente pelas atividades pré-colheita e colheita.

A **arruação** significava fazer a limpeza do solo, retirar os torrões de terra, galhos, folhas, pedregulhos e teias de aranha que se acumulavam ao redor dos pés de café e especialmente na parte inferior da planta – a “saia”. O trabalho era feito com o auxílio de um rastelo, necessário para que a menor quantidade possível de impurezas se misturasse com os frutos derriçados. A arruação era feita por crianças que tinham mais destreza para abaixar e alcançar os rejeitos que deveriam ser “enleirados” entre as ruas dos cafeeiros.

A **varrição** consistia na retirada dos cafés maduros caídos antes da derriça. Os cafés varridos seriam secos separadamente. A prática era necessária para evitar a mistura com os grãos derriçados, o que poderia causar fermentação e tornar os grãos “ardidos” e de má qualidade.

Realizada entre os meses de maio a agosto a **colheita** representava o ápice do processo produtivo do café. A técnica de colheita utilizada era a **derriça** no chão, que significava deslizar as mãos pelos galhos (com início próximo ao tronco central até as pontas) puxando os frutos que caíam diretamente no solo. Os frutos seriam juntados com o auxílio de um rastelo e em seguida dispostos em peneiras e abanados a fim descartar folhas, galhos e terra que vinham juntos com os cafés. Devido à altura dos cafeeiros os trabalhadores utilizavam escadas para alcançar os galhos superiores. Após ser abanado o café era armazenado em embalagens temporárias (saco coronel) e seguia em carroças até os terreirões, onde, com o auxílio de rodos e carrinhos, era distribuído e constantemente revolvido. Passado o tempo de secagem o café em coco<sup>48</sup> era posto em sacos de estopa e armazenados na

---

<sup>48</sup> Somente as grandes propriedades possuíam máquinas para beneficiar o café, processo que consistia em retirar as cascas para comercializá-lo limpo. Aos pequenos proprietários restava a venda de seu produto aos maquinistas.

tulha até ser comercializado. Depois da colheita era feita a **esparramação** que consistia em espalhar os rejeitos da abanação pelo solo. A esparramação iniciava-se assim que a colheita era finalizada.

A adubação não era uma prática largamente utilizada; quando presente era química. Não houve consenso entre os entrevistados sobre a época e quantidades aplicadas. Quanto ao uso de agrotóxico os entrevistados foram unânimes ao listarem o BHC (Hexaclorobenzeno) no combate de uma praga conhecida popularmente como “broca do café”. Sua aplicação ocorria sempre que a praga era identificada ou até mesmo de maneira preventiva, duas vezes ao ano, antes e após a colheita.

A tarefa mais trabalhosa era a capina que se estendia durante sete meses e era pausada somente no período da colheita. Apesar da execução dos serviços na lavoura respeitarem um calendário anual regido conforme o ciclo da planta, as atividades diárias poderiam sofrer alterações devido às condições do tempo (chuvas principalmente), luto e dias santos (para os católicos). Os cuidados pré e pós-colheita repetiam-se anualmente.

Conforme apontado, o trabalho com o café exigia ferramentas específicas que iam desde aquelas levadas à lavoura até aquelas que ficavam na sede, seguindo a sequência do processo produtivo. A utilização dessas ferramentas será pormenorizada.

### 3.3.4 Ferramentas utilizadas na atividade agrícola

Nos trabalhos que antecederiam o plantio, após a derrubada da mata, o uso de **arados** (figura 51) de tração animal era necessário para sulcar a terra, deixando-a mais tenra para o preparo das covas, onde as sementes seriam depositadas.

**Figura 51-** Arado de tração animal



Fonte: Cortez (2018)

Para abrir as covas eram utilizadas **enxadas** (figura 52) e **enxadões** (figura 53), já nos trabalhos que antecediam a colheita do café como a capina, por exemplo, as enxadas eram exclusivas. Durante a arruação, processo já descrito em outro momento, os **rastelos** (figura 54) se faziam presentes.

**Figura 52-** Enxada



Fonte: A autora (2017)

**Figura 53-** Enxadão



Fonte: A autora (2017)

**Figura 54-** Rastelo



Fonte: A autora (2017)

A colheita era o momento que exigia o maior número de ferramentas como as **escadas** (figura 55), **peneiras** (figura 56) e **saco coronel** (figura 57). As escadas davam acesso às partes mais altas da planta, uma vez que as variedades cultivadas eram bastante altas; nas peneiras o café, além de ser movimentado seguidas vezes, era lançado para cima e aparado com o objetivo de separar as impurezas como galhos, torrões e folhas; depois de abanado o café era acondicionado em sacos bastante resistentes (saco coronel), confeccionados em tecido de algodão cru. Ao chegarem ao terreirão os cafés eram esparramados.

**Figura 55-** Escada



Fonte: A autora (2017)

**Figura 56-** Peneira



Fonte: A autora (2017)

**Figura 57-** Saco coronel



Fonte: A autora (2017)

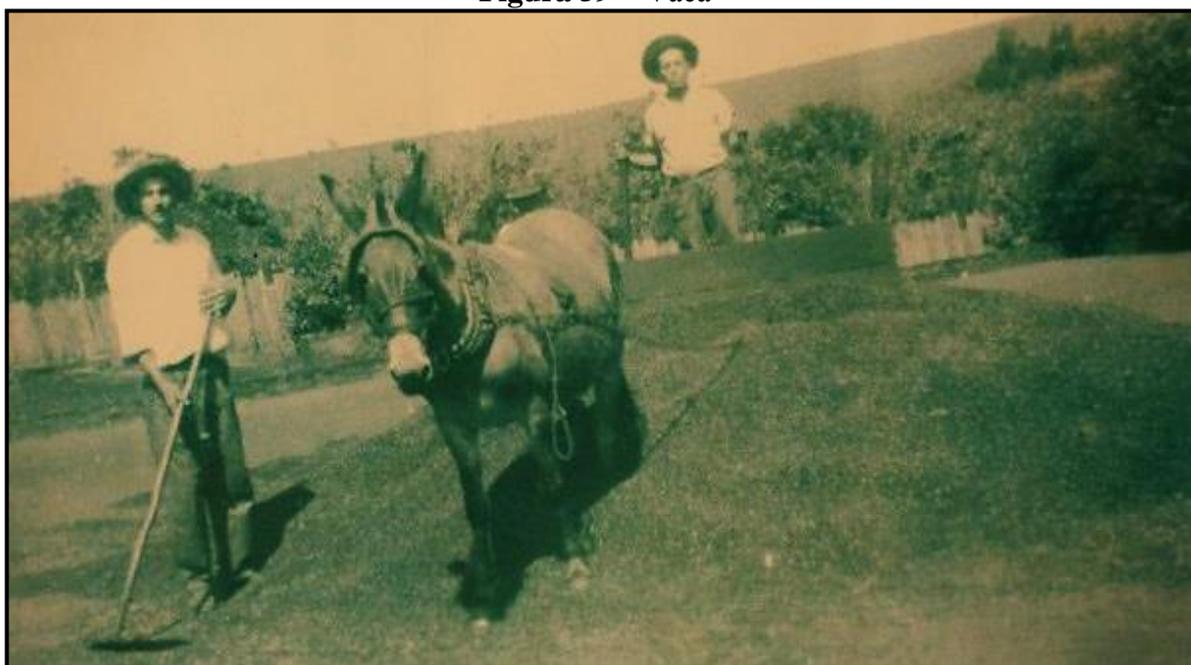
Para esparramar o café no terreirão eram utilizados **carrinhos** (figura 58) e para amontoá-lo quando fosse necessário cobri-lo para protegê-lo do sereno ou da chuva, ou ainda para ensacá-lo, utilizava-se um instrumento bastante peculiar denominado “**vaca**”. A “vaca” equivalia a um tipo de rodo ou pá, fabricado em madeira ou aço, com largura aproximada de 1,30 m e 70 cm de altura. Na parte que não entrava em contato com o solo havia dois cabos curtos que seriam manejados por uma pessoa; na frente era amarrada uma corda em cada lado, que deveria ser puxada por uma ou duas pessoas, ou ainda, como no exemplo constante na figura 59, por tração animal.

**Figura 58-** Carrinho para espalhar café



Fonte: A autora (2017)

**Figura 59-** “Vaca”



Fonte: Prefeitura municipal de São Jorge do Ivaí (2017)

Mesmo com a utilização da “vaca” alguns frutos ainda permaneciam no terreirão, o que tornava necessário o uso de uma vassoura para varrê-los, evitando o desperdício. Durante o processo de secagem, **rodos** menores (figura 60) eram utilizados para revolver o café, tornando a secagem mais rápida e homogênea. Depois de seco o café seria pesado em **balanças** próprias (figura 61), posto em **sacos de estopa** (figura 62), cujas fibras naturais permitem o controle da umidade e impedem que os grãos mofem e, por fim, armazenado na tulha.

**Figura 60-** Rodo



Fonte: A autora (2017)

**Figura 61-** Balança



Fonte: A autora (2017)

**Figura 62-** Sacos de estopa



Fonte: A autora (2017)

Além das ferramentas ligadas a produção do café a existência de outros instrumentos de trabalho comprovam a diversidade das atividades agrícolas praticadas nos sítios, como é o caso das **plantadeiras** ou “**matracas**” utilizadas para o plantio de milho e feijão (figura 63) e dos **balaio**s, utilizados para o transporte desses produtos (figura 64). O uso da plantadeira acelerava o plantio, pois com a terra já preparada pelo arado, a ferramenta dispensava a abertura de covas. Alguns modelos possuíam dois compartimentos: uma para a semente e outro para o adubo; a técnica de fabricação de balaiois não era dominada por todos os sítiantes, mas alguns fabricavam seus próprios balaiois com lascas retiradas de bambus encontrados nas propriedades.

**Figura 63-** Plantadeira/ “matraca”



Fonte: A autora (2017)

**Figura 64-** Balaio



Fonte: A autora (2017)

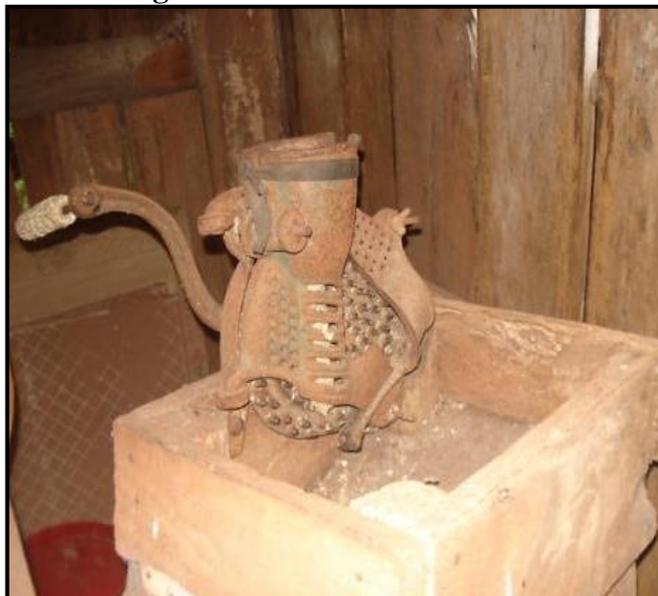
A existência de **debulhadores de milho** (figura 65) e **banca de bater arroz** (figura 66) aponta a necessidade do beneficiamento do que era produzido: o milho seco seria mais rapidamente debulhado quando processado nos debulhadores e o arroz maduro, quando batido na banca tinha as sementes separadas do caule da planta.

O debulhador funcionava manualmente; ao girar uma manivela engrenagens responsáveis por retirar as sementes da espiga eram acionadas. As espigas eram inseridas uma a uma e o produto final – sabugos e sementes – ia sendo despejado em um recipiente.

Parte das sementes era reservada para o próximo plantio, outra quantidade era reservada para a alimentação das aves, dos porcos e dos animais de tração. Reservava-se ainda uma porção das sementes para o preparo do fubá, principal ingrediente de pratos como a

polenta, broa de milho e bolo de fubá. O sabugo não era descartado, junto com a palha seca do milho auxiliava no acendimento do fogão a lenha.

**Figura 65-** Debulhador de milho



Fonte: A autora (2017)

A banca de bater arroz era uma ferramenta improvisada nos próprios sítios. Consistia em uma mesa baixa, cuja superfície era formada por um estrado, contra ele, os feixes de arroz, que haviam sido previamente cortados e amontoados, eram repetidamente batidos até que os grãos se soltassem. Após ser recolhido, o arroz em casca era esparramado no terreirão, aí permanecendo por alguns dias até que ficasse completamente seco. Ao final do processo estaria pronto para ser armazenado e posteriormente beneficiado.

**Figura 66-** Banca de bater arroz



Fonte: A autora (2017)

Mesmo com a utilização das ferramentas descritas, para transformar o milho em fubá e retirar a casca do arroz, era necessário recorrer às máquinas de beneficiamento (cerealistas); pequenas quantidades de grãos eram processadas manualmente no pilão.

A **foice**, lâmina de metal fixada a um cabo de madeira, possui o formato variável conforme a função assumida. Na figura 67 é possível verificar um tipo de foice utilizada para ceifar arroz; a figura 68 identifica uma foice utilizada para roçar pastagem e para abrir caminho em meio à mata, derrubando arbustos, cipós e galhos mais finos.

**Figura 67-** Foice para ceifar arroz



Fonte: A autora (2017)

**Figura 68-** Foice para roçar pastagem



Fonte: A autora (2017)

Embora o trabalho com o café fosse a principal atividade – a que demandava mais horas, maior esforço físico e maior quantidade de mão de obra – e que o sitiante ainda dedicasse parte do tempo de trabalho aos cuidados com outros cultivos e criações, era necessário o desenvolvimento de outras habilidades, pois a manutenção da casa, das cercas e demais edificações era realizada pela família, o que evitava gastos com contratação de trabalho externo. Isso explica a grande quantidade de ferramentas levantadas e registradas,

citando-se entre elas: o machado, a marreta, a cunha, o traçador, a machadinha, o facão, a cavadeira articulada, a cavadeira reta, o serrote, o arco de pua, o pé de cabra, o martelo, o formão, a pá, a lima, as dobradiças, os grampos e os pregos.

O **machado** (figura 69), a **marreta** (figura 70) e a **cunha** (figura 71) estavam relacionados ao corte da madeira para diversos usos, mas principalmente para abastecer o fogão a lenha que devido à quantidade de tempo que ficava aceso necessitava ser provisionado constantemente. As madeiras mais resistentes e de maior diâmetro eram partidas com o auxílio da cunha, ferramenta de aço pesando aproximadamente cinco quilos, que era fixada na madeira e batida com a marreta provocava a abertura de fendas tornando mais fácil o uso do machado. Cunhas de madeira, cuja largura variava entre três a cinco centímetros e comprimento de cinco a dez centímetros, eram entalhadas para fixar os cabos de enxadas, enxadões, machados, marretas e machadinhas.

**Figura 69- Machado**



Fonte: A autora (2017)

**Figura 70- Marreta**



Fonte: A autora (2017)

**Figura 71- Cunha**



Fonte: A autora (2017)

Nos primeiros anos, quando as propriedades estavam sendo formadas, o **traçador** (figura 72), espécie de serra com dois cabos, era utilizado para derrubar árvores de troncos mais grossos. A característica da ferramenta exigia que fosse manejada por duas pessoas, cada uma delas segurando uma ponta, executando movimentos de vaivém.

O traçador possuía tamanhos variados indo de 90 cm a 2 m de comprimento e largura de 10 a 20 cm no centro da lâmina. Como na grande maioria das ferramentas da época, o cabo do traçador era esculpido em madeira.

**Figura 72-** Traçador



Fonte: A autora (2017)

A **machadinha** (figura 73) por ser menor e mais leve podia ser manejada com apenas uma das mãos, por isso, era utilizada no corte de madeiras menores e mais tenras e no abate de porcos para retalhar as partes com ossos.

**Figura 73-** Machadinha



Fonte: A autora (2017)

O **facão** (figura 74), também uma ferramenta de corte, possuía múltiplos usos: corte de madeiras com espessuras mais finas e destinadas a lenha; corte de pequenos arbustos para limpeza de uma área; corte de vegetais utilizados na alimentação como a cana-de-açúcar e cachos de banana.

**Figura 74- Facão**

Fonte: A autora (2017)

Embora seja uma categoria de ferramenta que assuma diversos formatos para funções específicas o tipo de **lima** (figura 75) mais utilizado nos sítios eram as de afiar ferramentas de corte como as enxadas, enxadões, foices, machados, machadinhas e facões. De porte pequeno, e com preço bastante acessível as limas foram os objetos encontrados em maior quantidade nas propriedades visitadas.

**Figura 75- Lima**

Fonte: A autora (2017)

No grupo das ferramentas utilizadas na construção e/ou reparação de edificações destacava-se a cavadeira articulada, a cavadeira reta, o serrote, o arco de pua, o pé de cabra, o martelo e o formão.

Perfurar buracos para instalação de mourões ou fundação das casas e outras edificações necessitava do uso da **cavadeira articulada** (figura 76) ou **reta** (figura 77). A primeira era mais indicada para perfurações mais profundas, pois, ao mesmo tempo em que cavava retirava a terra. O **serrote** (figura 78) era destinado aos cortes que necessitavam de maior precisão, por isso, era utilizado em tábuas, mata-juntas, caibros, vigas, vigotas e ripas (os quatro últimos, elementos ligados a formação de telhados).

**Figura 76- Cavadeira articulada**

Fonte: A autora (2017)

**Figura 77- Cavadeira reta**

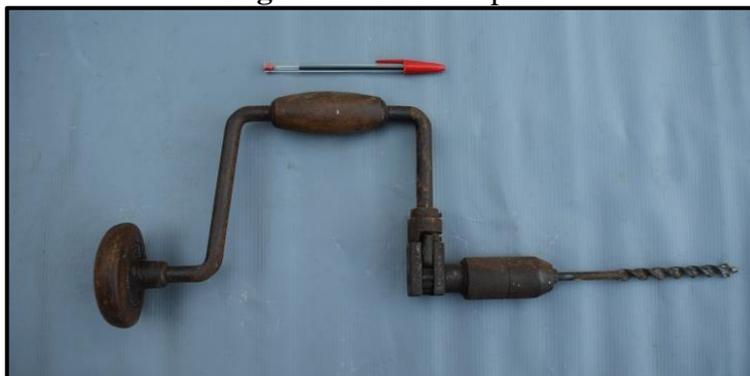
Fonte: A autora (2017)

**Figura 78- Serrote**

Fonte: A autora (2017)

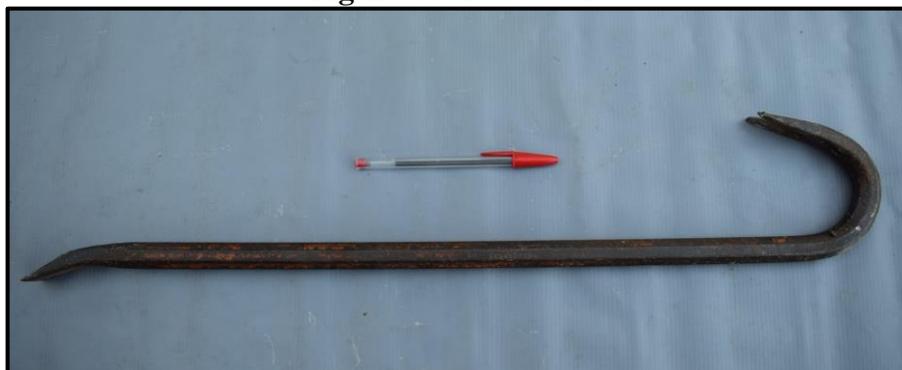
O **arco de pua**, um antecessor das furadeiras elétricas, era a ferramenta utilizada quando havia a necessidade de se fazer furos na madeira para facilitar a passagem de pregos, correntes ou arames (figura 79).

No arco de pua era acoplada uma broca/pua que seria trocada de acordo com o diâmetro que se desejava perfurar. Fixada na madeira era preciso pressionar a ferramenta e girar a parte móvel para que a broca fosse entrando na madeira.

**Figura 79-** Arco de pua

Fonte: A autora (2017)

O **pé de cabra**, uma espécie de alavanca, era utilizado para facilitar a retirada de materiais como pregos e grampos quando a “orelha do martelo” não proporcionava estabilidade suficiente (figura 80). **Martelo** (figura 81) e **formão** (figura 82), por sua vez, também eram ferramentas relacionadas à carpintaria. O martelo fixava pregos e grampos na madeira; o formão realizava os ajustes necessários para realizar encaixes, o que motivava os diferentes formatos e tamanhos.

**Figura 80-** Pé de cabra

Fonte: A autora (2017)

**Figura 81-** Martelo

Fonte: A autora (2017)

**Figura 82-** Formões

Fonte: A autora (2017)

O predomínio do arame farpado nas cercas divisórias tornava necessária a utilização de **grampos** (figura 83) cuja função era fixar o arame a mourões. As **dobradiças** (figura 84) e **pregos** (figura 85) eram amplamente utilizados em porteiros, portas, portinholas e janelas. O primeiro elemento funcionando como conector entre duas partes que precisavam ser articulados (abertos e fechados) e o segundo, para fixar o primeiro na madeira. A necessidade de constantes reparos nas construções justifica a presença de grampos, pregos e dobradiças.

**Figura 83- Grampos**



Fonte: A autora (2017)

**Figura 84- Dobradiças**



Fonte: A autora (2017)

**Figura 85- Pregos**



Fonte: A autora (2017)

A **pá** (figura 86) era utilizada nos mais variados serviços indo desde a escavação no solo até a limpeza de mangueiras, chiqueiros e galinheiros e junção do café em sacos.

**Figura 86- Pá**



Fonte: A autora (2017)

Para adquirir os utensílios domésticos e as ferramentas citadas além dos alimentos que não eram produzidos pela família, era necessário o deslocamento para a cidade o que se tornava difícil pelas condições das estradas, principalmente durante e logo após as chuvas. Diante disso, por iniciativas particulares, pequenas mercearias, mais conhecidas como “vendas”, eram instaladas ao longo das estradas rurais, principalmente onde as estradas principais se cruzavam.

Nesse tipo de estabelecimento comercial vários produtos eram comercializados indo desde os já referidos utensílios domésticos, ferramentas e alimentos, até bebidas alcoólicas, remédios (creolina e óleo de rícino para vermes), querosene (para abastecer lamparinas e lâmpões e para limpeza), tecidos, material escolar, e miudezas em geral.<sup>49</sup> Alguns donos de venda ainda ofereciam serviços de compra e beneficiamento de café, milho e arroz<sup>50</sup>, porém, a atividade era comumente realizada em estabelecimentos conhecidos como “máquinas”. Os maquinistas apareciam como intermediários, compravam o café ainda em coco, beneficiavam, ensacavam e vendiam ao IBC ou a exportadores.

Segundo relatos colhidos essas vendas possuíam uma peculiaridade que também se encontrava nos estabelecimentos comerciais encontrados nas cidades, aí denominados “secos e molhados”: os produtos ficavam em prateleiras atrás do balcão, os pedidos eram feitos a um dos vendedores, que seguia anotando e trazendo as mercadorias; a prática era facilitada devido a pouca variedade de marcas de um mesmo produto. O preço era memorizado<sup>51</sup> pelo vendedor que marcava os itens e o respectivo valor em uma caderneta<sup>52</sup>. Ao final, fazia-se a soma e anunciava-se o valor total, que poderia ser pago à vista ou em determinado período: o final do mês ou o término da colheita, sendo esta última modalidade de pagamento a mais utilizada. Estabelecia-se assim uma relação menos de confiança do que de dependência entre vendedor e comprador.

A maioria dos produtos era empacotada em papel de embrulho ou jornal e amarrados com barbante. A compra era levada em sacos ou em caixas. Não havia plásticos, este material também era inexistente nos utensílios domésticos e nas ferramentas de trabalho, entalhados

---

<sup>49</sup> A aquisição de produtos também era realizada – em menor escala – por intermédio dos mascates, vendedores ambulantes que traziam em malas todo o tipo de objetos até as propriedades, incluído tecidos, comprados por peça, o que fazia com que toda a família se vestisse com o mesmo tipo, alterando-se somente o modelo das roupas.

<sup>50</sup> O pagamento pelo serviço em geral dava-se por meio da entrega de parte do produto.

<sup>51</sup> Nas palavras de um ex-comerciante: “*A gente sabia os preços de cabeça, a gente tinha que saber porque não tinha isso de computador e etiqueta no produto, e era mais rápido do que ficar tirando dúvida na caderneta de preço. De tanto vender a gente ia decorando.*” Entrevista concedida por J.S.M. em 09/12/2017.

<sup>52</sup> Caderneta de contas ou caderneta de fiado.

em madeira ou moldados em ferro, folhas de flandres, cobre, argila, vidro, bambu, entre outros, de grande durabilidade.

Assim, as idas à cidade concentravam-se aos finais de semana, conforme será detalhado mais adiante. A comercialização de produtos que originalmente eram destinados “para o gasto”<sup>53</sup> como as culturas intercalares, frutas, verduras, suínos, aves e, em alguns casos, o gado, também motivava as idas para a cidade. A venda desses produtos garantia o sustento da família em períodos em que o café não gerasse renda suficiente, seja pela oscilação do mercado, por intempéries, ou pelo ciclo de produção da planta que é bianual: em um ano a produção é significativa e no outro decai.

A variedade das atividades produtivas aliada às diferentes edificações produziu, como apontam Monbeig (1984) e Müller (1956), uma paisagem colorida e diversificada. A reconstituição da organização espacial das pequenas propriedades rurais do Norte do Paraná no período onde a cultura cafeeira dominava nos auxiliou a chegar à fase seguinte da pesquisa: o registro dos elementos que aos poucos esmaecem e dão lugar a novos componentes que surgem na paisagem e as relações sociais que existiam.

---

<sup>53</sup> Expressão utilizada pelos entrevistados para definir as culturas ou criações destinadas ao consumo da família.

#### **4. O REGISTRO DOS REMANESCENTES DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS DO PERÍODO CAFEEIRO**

Reconhecemos que a importância da paisagem reside no fato de ser um dos conceitos que nos permite compreender o espaço geográfico, seja por meio dos elementos visíveis (disposição de estradas rurais, campos de cultivo, tipos de casas) ou invisíveis (as relações sociais, os sentimentos de pertencimento), que transmitem a diversidade de culturas pretéritas ou atuais.

As sociedades, por meio de suas ações, deixam marcas na paisagem. No intuito de suprir suas necessidades as sociedades têm despendido esforços para transformar o meio em que vivem, por meio de ferramentas e técnicas. Muitas culturas que já deixaram de existir podem ser estudadas por meio destas marcas, que se constituem em único instrumento de investigação, quando não há registros escritos ou quando não é mais possível o contato com membros do grupo, geralmente os mais velhos, que podem contribuir e enriquecer a investigação e o caminho de reconstrução por meio de seus relatos.

Assim, Claval (2014, p. 23) esclarece:

As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas sua interpretação nunca é fácil: falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre os de um passado muitas vezes difícil de determinar (CLAVAL, 2014, p. 23).

Sua compreensão não é fácil justamente por englobar o componente físico e humano.

A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana (SAUER, 2004, p. 29).

Vemos assim, que a paisagem não é simplesmente um espaço natural, mas o lugar onde os indivíduos estabelecem sua própria organização do espaço e do tempo, ela não surge ao acaso, mas é criada formal ou informalmente. Para ser estudada não necessita ser rara ou monumental: as paisagens atuais são carregadas de história e refletem costumes locais, a visão de mundo e as relações de produção de determinada sociedade, podem ser, portanto, alvos de estudo.

Cada período se caracteriza por um dado conjunto de técnicas. Em cada período histórico temos um conjunto próprio de técnicas e de objetos correspondentes. Num

momento B, muitos elementos do momento A permanecem; e surgem novos. É a inovação triunfante que permite sair de um período e entrar em um outro. A inovação traz a modificação da paisagem, que passa a ter objetos dos momentos A e B (SANTOS, 1988, p. 21).

Percebe-se por meio de Santos (1988) que a paisagem não é estática ao contrário, ela é extremamente dinâmica, sendo construída e reconstruída ao longo do tempo. Na imensa maioria as pequenas propriedades rurais dos tempos do café tiveram suas edificações e demais infraestruturas abandonadas, demolidas ou, em muitos casos, retiradas e comercializadas ao longo dos anos. Materiais como madeira, tijolos e telhas foram vendidos para madeireiras e/ou compradores particulares. Essas edificações compunham a paisagem das pequenas propriedades, que juntas compõem a paisagem geográfica.

Identificar uma antiga pequena propriedade rural onde seus limites anteriores não mais existem, seja devido à incorporação a lotes vizinhos, desmembramento e/ou onde outras atividades predominam atualmente, torna-se tarefa bastante difícil. Antigas sedes quase sempre estão ocultas em meio às plantações ou outros tipos de vegetação: foram absorvidas pela paisagem.

Conforme realizávamos os trabalhos de campo percebíamos que objetos materiais levantados (especificamente as edificações) que ainda estão presentes nas pequenas propriedades se encontram em diferentes estados de conservação. Se em um primeiro momento a preservação foi, de forma geral, apontada pelos entrevistados com um apego sentimental ao passado, na prática, ela apresenta-se relacionada à serventia que estas construções ainda podem oferecer.

Para as propriedades que não mais cultivam o café as edificações são mantidas quando podem se adaptar a novas funções: tulhas, paióis e casas transformam-se em barracões para armazenar maquinários, ferramentas, rações, sementes, adubos e agrotóxicos. Nestes casos, embora possam sofrer adaptações ainda encontram-se conservadas e possíveis de serem identificadas. A continuidade das edificações ainda fica por conta de poucas iniciativas individuais cujo foco é manter a história familiar no contexto da história paranaense.<sup>54</sup> Para

---

<sup>54</sup> Pode ser citado como exemplo o Memorial Kimura, localizado em uma propriedade rural no distrito de Florianópolis, pertencente ao município de Maringá e que tem o objetivo expor o acervo reunido ao longo de várias décadas pela família Kimura. Na antiga residência, em tulhas e em paióis são organizados materiais arqueológicos de ocupações pré-históricas da região e utensílios agrícolas e domésticos do período onde a economia cafeeira predominava. Por meio de material iconográfico e vestimentas características são retratados aspectos da presença dos imigrantes japoneses no Brasil, tendo como enredo principal a trajetória dos Kimura, cujo patriarca ao chegar ao Brasil, passou por São Paulo para trabalhar nas fazendas de café e, mais tarde, adquiriu a propriedade. Outro exemplo é a “Rota do Café” empreendimento turístico que também se encontra fora do recorte espacial da pesquisa e que entre outras atrações, promove visitas a propriedades rurais com características muito próximas das grandes fazendas de café paulista, também aproveitadas para o turismo. A

aqueles que ainda se dedicam ao cultivo do café a presença de antigas construções aparecem juntamente com alterações como terreirões suspensos e construções em alvenaria; popularmente essas edificações são designadas de construções de material, é bastante comum nominar as casas de alvenaria de casas de material.

Os elementos materiais que testemunharam o período do ciclo cafeeiro, que foi sendo encerrado à medida que outros cultivos iam sendo incorporados, muitas vezes passam despercebidos aos olhares mais desatentos, coube ao trabalho evidenciá-los e elencá-los, mas entendê-los no contexto de uma paisagem dinâmica, cujos elementos evoluem pela ação antrópica e natural. Os vestígios do período cafeeiro carregam valores etnográficos, históricos e geográficos e são aqui estudados com esta ênfase.

A infraestrutura destinada à produção cafeeira foi sendo substituída por uma mais adequada às novas atividades econômicas que passaram a dominar na paisagem rural do Norte Paranaense. Por meio dos trabalhos de campo foi possível registrar nos três municípios estudados os resquícios deste período, com as entrevistas foram levantados os destinos dados às antigas edificações, que se apresentaram bastante variados, sendo levantados os seguintes:

- Demolição e posterior venda dos materiais como madeira, telhas e tijolos;
- Demolição e aproveitamento dos materiais para construção da nova sede em outro espaço da propriedade (cabeceira do lote);
- Manutenção das antigas estruturas e aproveitamento das instalações para outras funções;
- Manutenção das antigas edificações com algumas modificações e permanência do uso no processo produtivo do café.

Na figura 87 a permanência do pomar (1), da horta (2), da mangueira (4), do chiqueiro (6) e do galinheiro (7) marca a diversidade produtiva das pequenas propriedades, a produção mesmo que não seja comercializada é destinada ao complemento da alimentação da família. A casa (3) passou por transformações, sendo a mais evidente a utilização da alvenaria na construção. Um elemento foi incorporado: os barracões para armazenamento de ração para o gado (5), edificação necessária uma vez que a propriedade se dedica a pecuária leiteira.

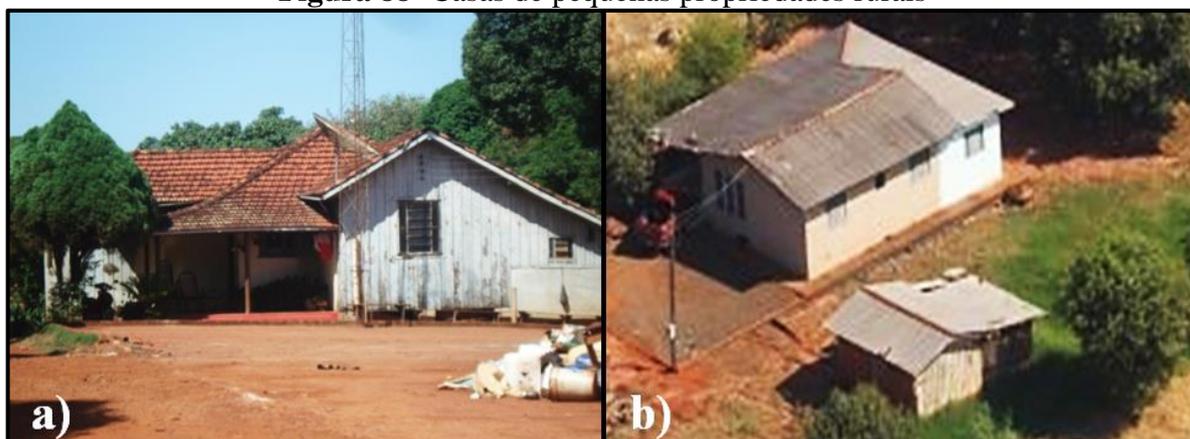
---

crítica que fazemos a Rota refere-se a uma imagem romanceada e parcial da história do café no Paraná. O sucesso do empreendimento ocorre por resgatar parte de uma história que ainda está muito presente na vida e no imaginário dos turistas.

**Figura 87-** Sede atual de sítio rural

Fonte: A autora (2016)

De forma geral, as principais alterações nas habitações foram à incorporação de construções como cobertura para lavagem de roupa, cobertura para diversos apetrechos e sanitário (“mitório”/casinha). Estas edificações, agora adicionadas como cômodos, ganharam novas denominações como lavanderia, garagem e banheiro, este último construído em alvenaria e revestido de azulejos; janelas de madeira e taramelas foram sendo substituídas por vitrôs e fechaduras; o assoalho foi substituído por piso cerâmico; instalações elétricas e hidráulicas foram acrescentadas; paredes internas e externas passaram a receber pintura; o fogão a lenha, mesmo que existente, cedeu lugar a fogão a gás, utilizado com mais frequência (figura 88 a).

**Figura 88-** Casas de pequenas propriedades rurais

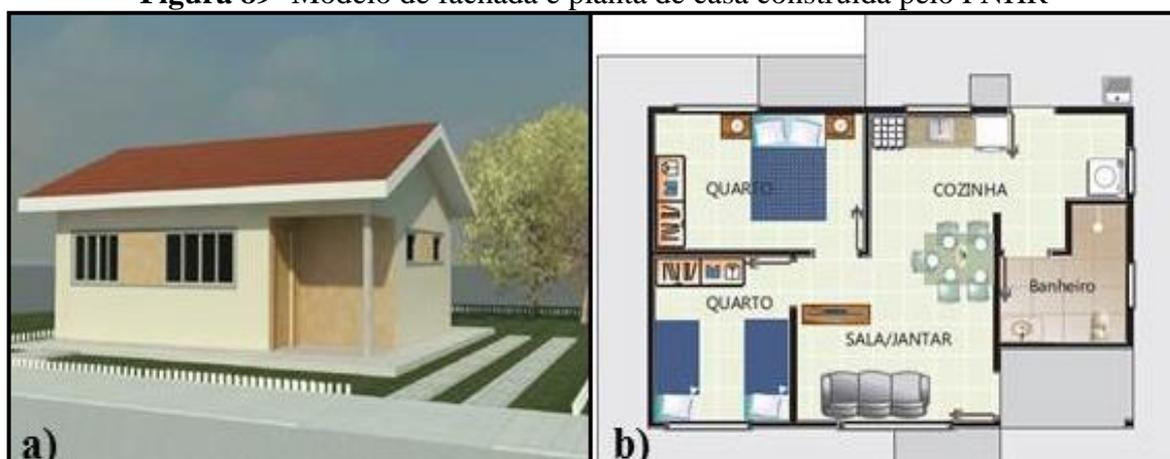
Fonte: A autora (2016) e LEITE, Anderson Felix/Aero Ingá (2017)

A principal alteração na habitação acontece quando ela passa a ser construída em alvenaria, seja no mesmo local da construção anterior, seja na nova sede, seguindo o estilo arquitetônico presente na cidade (figura 88 b).

A melhoria das residências já existentes ou a construção de novas moradias (figura 89) passou a ser estimulada com a criação do Programa Nacional de Habitacional Rural – PNHR. O PNHR integra o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. No Paraná, o PNHR é executado em parceria com o Ministério das Cidades; Companhia de Habitação do Paraná – Cohapar; Secretaria de Estado do Abastecimento – Seab; Emater; agentes financeiros (Banco do Brasil e Caixa e Econômica) e prefeituras municipais (EMATER, 2018).

Na figura 89 (a) é possível identificar a representação em perspectiva de um dos modelos de casas disponibilizados pelo PNHR e a figura 89 (b) apresenta uma das plantas com área total de 49,22 m<sup>2</sup>.

**Figura 89-** Modelo de fachada e planta de casa construída pelo PNHR



Fonte: Cohapar (2016)

Os critérios para recebimento do benefício, entre eles as faixas renda familiar anual bruta dividida em grupos, e a participação financeira do beneficiário, encontra-se definida na Portaria n<sup>o</sup> 366, de 07 de junho de 2018<sup>55</sup>:

- O grupo de renda 1 abrange os beneficiários com renda familiar anual bruta de até R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) e que terão subsídio limitado a R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais) para construção e R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais) para reforma, com participação financeira de 4% (quatro por cento) do valor da obra, paga em 4 (quatro) parcelas anuais;

<sup>55</sup> As contratações do PNHR estiveram paralisadas desde junho de 2016.

- O grupo de renda 2 abrange os beneficiários com renda familiar anual bruta superior a R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) e igual ou inferior a R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais);
- O grupo de renda 3 abrange os beneficiários com renda familiar anual bruta superior R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) e igual ou inferior a R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais);
- Aos integrantes dos grupos de renda 2 e 3 é concedido financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), as parcelas do financiamento poderão ser pagas semestralmente ou anualmente.

No município de São Jorge do Ivaí foram contratadas 4 (quatro) unidades habitacionais no ano de 2010 e 7 (sete) em 2012 totalizando 11 (onze) unidades entregues. No município de Terra Boa foram contratadas 12 (doze) unidades no ano de 2013 e 9 (nove) no ano de 2018<sup>56</sup>. Para o município de Jussara não houve contratações. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018).

Não apenas as edificações foram transformadas, mas a organização espacial das pequenas propriedades como um todo. O verde dos cafezais foi substituído pelo de outras culturas como soja, milho, cana-de-açúcar, eucaliptos e pastagens. Na figura 90 é possível visualizar uma antiga sede, reconhecida pela presença de mangueirais e restos de construção como fragmentos de madeira e tijolos.

Na parte superior da imagem, destacadas por elipses, encontram-se as sedes atuais, localizadas na cabeceira dos lotes e próximas a estrada, realçada em amarelo; ao fundo e a esquerda, foram salientados por elipse e setas, os vestígios de antiga sede.

O habitat permaneceu disperso e ordenado, porém, em algumas propriedades ascendeu a vertente: a sede antes instalada no fundo do lote foi removida para a cabeceira, ficando mais próxima das vias de acesso e da cidade.

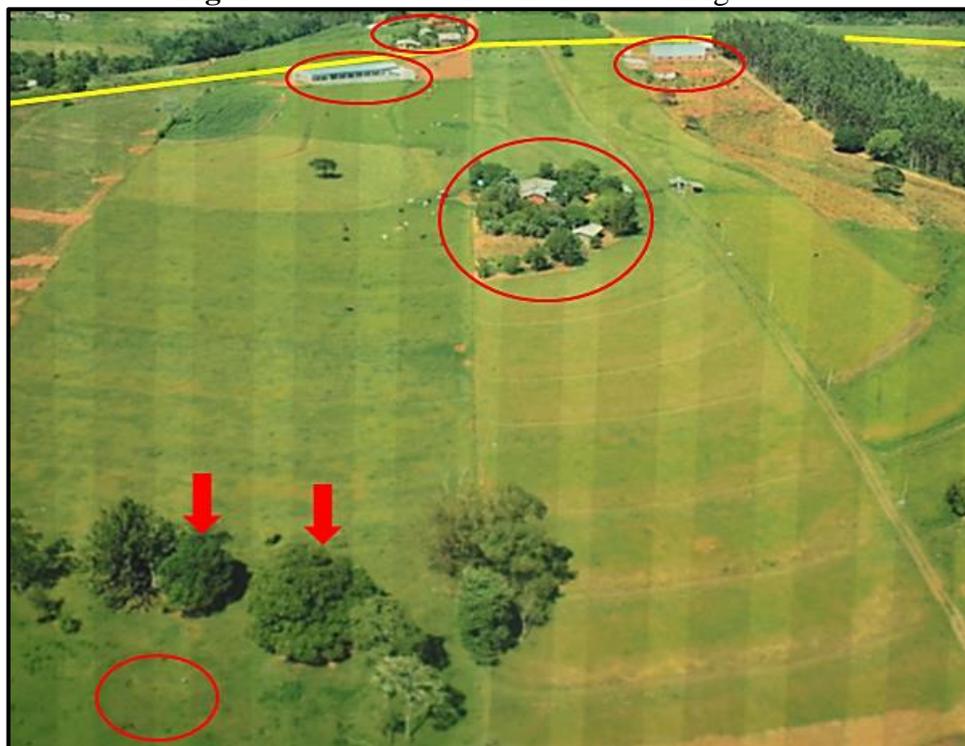
A alteração no posicionamento da sede foi também motivada pela implantação de outras culturas agrícolas, pois estas não sofrem grandes prejuízos se dispostas nos “ninhos de geadas”. Para os entrevistados a mudança da sede é explicada pela sensação de isolamento que a sede anterior transmitia, o novo posicionamento apresenta vantagens: “[...] a gente ficava muito lá pra baixo, sinal de internet era difícil, a gente queria construir outra casa e achou

---

<sup>56</sup> As unidades contratadas em 2013 foram entregues, mas até o fechamento da pesquisa as unidades contratadas em 2018 ainda estavam em andamento.

*melhor subir, aqui tem mais visão. Se alguém vem para fazer uma entrega<sup>57</sup> fica mais fácil de saber onde a gente está.”<sup>58</sup>*

**Figura 90-** Sedes atuais e indícios de antiga sede



Fonte: A autora (2016)

A figura 91 sintetiza os arranjos espaciais encontrados nas propriedades visitadas: há propriedades em que a sede, inicialmente instalada no fundo do lote, foi totalmente removida sendo deslocada para a cabeceira do lote, restando apenas resquícios da antiga ocupação; propriedades que mantêm a sede original; e por fim, propriedades que permanecem com as duas sedes. Entre as propriedades que conservam a sede ao fundo do lote, mantendo a configuração do início da ocupação, foram encontradas aquelas que ainda se dedicam ao cultivo do café e aquelas que apenas aproveitam as edificações para outras funções, conforme já foi apontado. O estímulo para a manutenção das duas sedes está baseado em duas circunstâncias: o café como uma das atividades praticadas ou o crescimento da família que motivou a construção de novas residências, reservando a antiga sede para um dos herdeiros ou

<sup>57</sup> A “entrega” a que o entrevistado se refere é realizada por lojas de móveis e materiais de construção. Serviços prestados pelos Correios geralmente não chegam até a zona rural. Os moradores têm a alternativa de manter uma caixa postal ou retirar suas correspondências e encomendas no próprio Correio. Restaurantes e lanchonetes realizam entregas apenas nas propriedades muito próximas a área urbana.

<sup>58</sup> Entrevista concedida por J.M.S. em 04/08/2017.

para moradia de empregados. Em ambos os motivos as edificações da antiga sede possuem uma utilidade que justifica a sua manutenção.

Na figura 91 (a) encontram-se três tipos de arranjos espaciais localizados em três propriedades adjacentes. À esquerda o item (1) identifica resquícios de uma sede e o item (2) aponta a nova sede; ao centro no item (3) tem-se uma sede mantida no fundo do lote e uma nova sede construída na cabeceira (item 4); a direita é apontada uma sede localizada no fundo do lote (item 5). A figura 91 (b), item (1) mostra uma sede localizada no fundo do lote em uma propriedade que ainda se dedica ao cultivo do café.

**Figura 91-** Síntese dos arranjos espaciais encontrados nas propriedades visitadas



Fonte: LEITE, Anderson Felix/Aero Ingá (2017)

Ao observar a paisagem rural, em um primeiro olhar ficava evidente o predomínio de culturas como soja, milho, trigo, cana-de-açúcar e pastagem e tornava-se difícil imaginar a mesma área tomada por cafezais décadas atrás. Antigos carregadores, nomenclatura que designava os caminhos que cortavam a propriedade e ligavam a estrada até sede, transpassando a lavoura de café, desapareceram em meio aos novos cultivos. A comprovação da agregação das pequenas propriedades por meio desse indicativo não foi possível, pois o preparo da terra para os novos cultivos foi um processo que fez desaparecer qualquer sinal dos antigos caminhos ou dos limites das propriedades existentes.

A retirada dos cafezais e o posterior preparo do solo para os novos plantios, com a utilização de técnica que tem por objetivo revolver a terra, sendo popularmente denominada de “tombamento” ou “tombar a terra” é um procedimento que para grandes áreas, dispensa o uso do arado convencional que utiliza tração animal. Cobrir uma grande área só se torna viável com a utilização de tratores que facilmente apagam os vestígios dos carregadores, pois

esses caminhos não possuíam nenhum tipo de revestimento (pavimento), somente o solo que ia se compactando com o trajeto de carroças, charretes e o constante tráfego dos moradores.

Mesmo com o auxílio de antigos moradores que nos guiavam ou indicavam os locais onde existiam pequenas propriedades, a inexistência dos carreadores como indicativo dificultou a identificação das antigas sedes, o que só foi possível por meio de outros indícios como a presença de plantas características da ocupação, principalmente as mangueiras, fáceis de identificar devido ao porte que se destaca em meio à soja, pastagens ou outros cultivos.

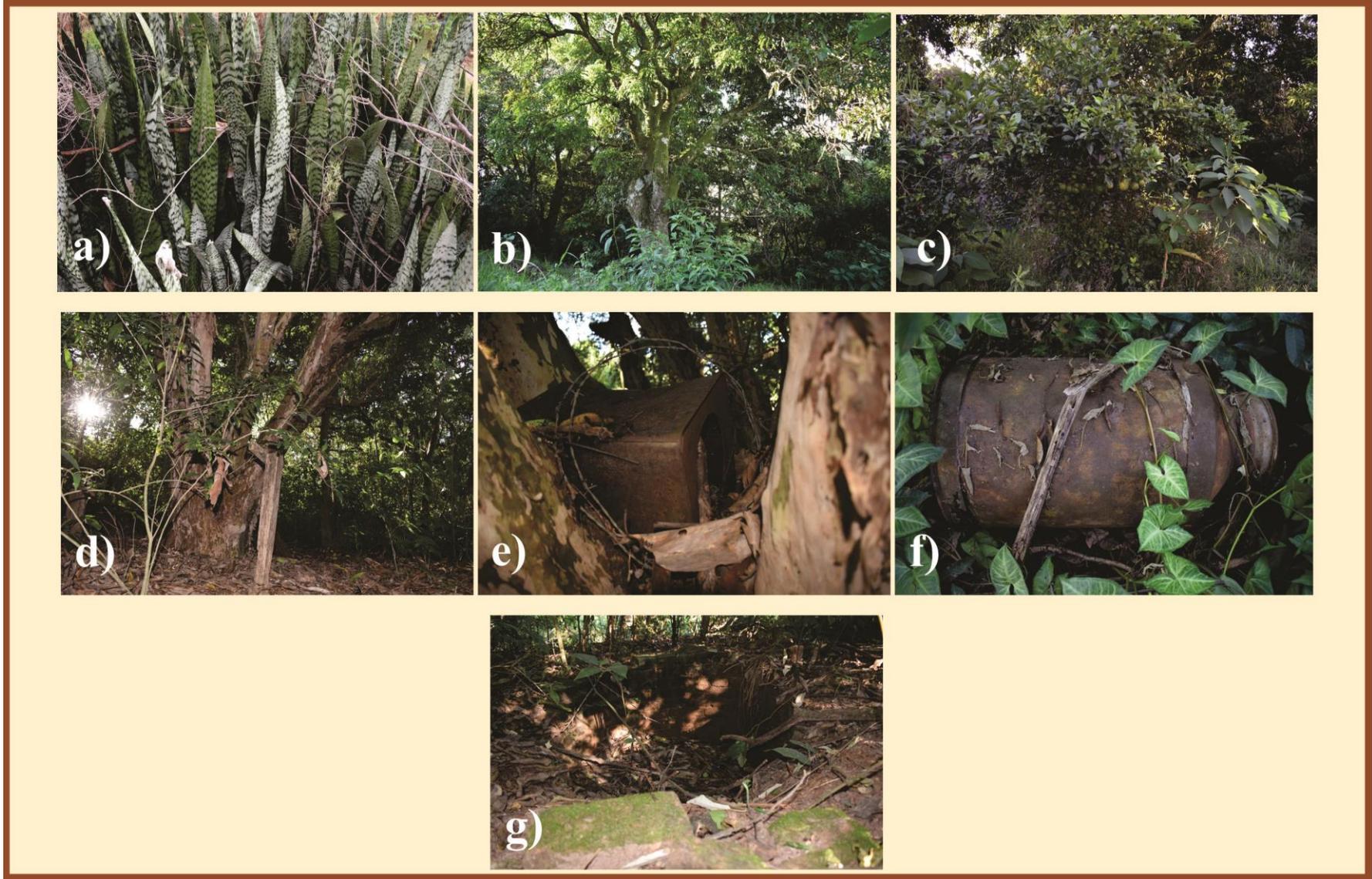
A partir da identificação das mangueiras, sabíamos que estávamos na sede, sendo possível identificar outras plantas de porte menor que compunham a vegetação característica dos quintais: folhagens, roseiras, entre outras. Além de restos de madeira, de tijolos, de utensílios domésticos, e outros vestígios.

A presença de restos madeira demonstra a importância deste elemento para implantação das construções. Enquanto a floresta era derrubada para dar lugar aos cafezais, as madeiras mais valorizadas (cedro (*Cedrela fissilis*), guatambu (*Aspidosperma australis*), imbuia (*Ocotea porosa*) e peroba (*Aspidosperma polyneuron*), principalmente) iam para as serrarias, onde eram transformadas em mourões, tábuas, vigas, vigotas, caibros, mata-juntas, assoalhos e ripas com as quais se faziam as casas, tulhas, paióis, cercas, entre outras edificações.

Nos primeiros anos, conforme já mencionado, as construções eram improvisadas utilizando a palmeira juçara (*Euterpe edulis*). Esta planta, assim como o cedro e a peroba, era abundante e bastante resistente à decomposição; graças à durabilidade estes materiais ainda puderam ser encontrados, mesmo que em fragmentos.

A figura 92 mostra alguns dos indícios de ocupação encontrados: espada-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*) (a); mangueira em meio à pastagem (b); limoeiro em meio à pastagem (c); jabuticabeira e resto de construção (d); recipiente utilizado para armazenar banha e carne de porco (lata) (e); recipiente utilizado para armazenar leite (galão) (f); poço desativado (g).

**Figura 92-** Indícios de ocupação



Fonte: A autora (2017)

Dentre as evidências citadas, a vegetação foi o mais proeminente indicador encontrado. A altura e as características da vegetação tornaram mais fáceis a sua identificação, tanto em campo no solo, quanto nas imagens aéreas.

Árvore frondosa, de tronco largo e atingindo cerca de 30 metros de altura as mangueiras destacam-se na vegetação. A longevidade explica o vigor da planta, mesmo em áreas hoje dominadas pelas pastagens ou outros cultivos. Havia grande variedade de mangas (*Mangifera* spp.) plantadas nas pequenas propriedades, sendo levantadas em campo as popularmente denominadas de coquinho, bourbon, rosa, espada e coração de boi.

Entre as plantas de quintal ainda foi registrada a presença do limão rosa (*Citrus × limonia*), roseira miniatura (*Rosa chinensis*) e jabuticaba (*Plinia cauliflora*), sendo esta última nativa.

A alteração no posicionamento das sedes ocorreu mesmo com o inconveniente da poeira – no caso das sedes voltadas para estradas rurais não pavimentadas – ou do barulho do trânsito – para as propriedades próximas a vias públicas asfaltadas – indicando a necessidade de uma relação mais estreita com as cidades. Se durante o período cafeeiro os centros urbanos eram procurados esporadicamente, na atualidade, os serviços encontrados nas cidades (escolas, hospitais, bancos, comércio, entre outros) possuem uma maior demanda, em parte devido à retirada da infraestrutura existente nas praças rurais.

À medida que a organização interna das pequenas propriedades ia sendo alterada, os espaços de convívio social também eram transformados. As capelas, as escolas e as vendas, construídas inicialmente em madeira, foram sendo ampliadas e substituídas por alvenaria, tendo em vista o aumento no número membros das famílias. Atualmente, na maior parte dessas praças as edificações encontram-se abandonadas.

No caso das escolas rurais, a municipalização, ou seja, a transferência da responsabilidade de manutenção destas instituições dos estados para os municípios, legitimada pela instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 5692/71<sup>59</sup> contribuiu de forma significativa para o fechamento das escolas rurais. Para diminuir o impacto no orçamento os municípios paranaenses passaram a desativar as escolas

---

<sup>59</sup> Art. 58. A legislação estadual supletiva, observado o disposto no artigo 15 da Constituição Federal, estabelecerá as responsabilidades do próprio Estado e dos seus Municípios no desenvolvimento dos diferentes graus de ensino e disporá sobre medidas que visem a tornar mais eficiente a aplicação dos recursos públicos destinados à educação.

Parágrafo único. As providências de que trata este artigo visarão à progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargo e serviços de educação, especialmente de 1º grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais (LDBEN 5692, de 11 de agosto de 1971).

menores e a remanejar os estudantes para escolas maiores, processo que recebeu denominações como nucleação, nuclearização ou consolidação.

Para além da simples redução de gastos as prefeituras justificavam o fechamento como uma forma de melhorar a qualidade do ensino, pois passariam a oferecer um ambiente mais amplo e com condições estruturais mais favoráveis; professores mais qualificados e ampliação da oferta de recursos didáticos.

Segundo Ramos (1991, p. 20) a partir de 1975, a ideia de consolidação das escolas rurais passou a se desenvolver com o suporte de dois projetos: O PROMUNICÍPIO (Projeto de Cooperação Técnica e Financeira Estado/Município) e o PRO-RURAL (Projeto Integrado de Apoio do Pequeno Produtor Rural), ambos foram responsáveis por dar suporte financeiro para a construção de novas escolas, antes edificadas em madeira e sem instalações elétricas e sanitárias adequadas. Embora objetivassem a fixação do homem no campo os projetos não promoveram a integração do setor educacional com as questões econômicas, culturais e sociais e por isso, não alcançaram êxito.

O reduzido número de estudantes – reflexo do “esvaziamento” do campo e consequência de uma modernização segregadora – acabou servindo de justificativa para que as prefeituras procedessem com a consolidação e a cessação das escolas rurais. A maioria acabou sendo fechada até finais da década de 1990, o que marca a tendência de um estado cada vez mais urbanizado e de políticas educacionais e agrícolas que dão pouca atenção às necessidades da população rural.

A redução da população rural também aparece como argumento para o fechamento das vendas e das capelas. Para os comerciantes a diminuição da clientela e a concorrência com os estabelecimentos da cidade desestimularam a continuidade de seu negócio. Os ex-comerciantes acabaram se mudando para as cidades continuando no mesmo ramo ou se dedicando a outras atividades. As capelas que ainda persistem são mantidas pela comunidade que reside nas proximidades. Missas e outras celebrações como casamentos, batizados e crisma são realizadas esporadicamente. As festas, quando ocorrem, são motivadas pela comemoração dos santos padroeiros, gerando um aumento na quantidade de fiéis, oriundos das adjacências ou da cidade.

A figura 93 exibe duas praças rurais localizadas respectivamente nos municípios de Terra Boa e Jussara. Na imagem é possível identificar as construções características destes locais (capela, escola e venda). Campos de futebol e de bocha por serem edificações mais frágeis acabaram desaparecendo, os indícios de sua existência e localização foram apontados pelos entrevistados. Em ambas as praças rurais (figura 93 (a) e 93 (b)) estas construções

localizavam-se a frente da capela. Na figura 93 (a) é possível identificar as seguintes construções: (1) capela; (2) escola e salão paroquial; (3) venda. Na figura 93 (b) estão presentes os seguintes itens: (1) capela (2) escola (3) venda. No detalhe, canto superior esquerdo, aparece a fachada da capela e no canto inferior direito a escola e a venda

**Figura 93-** Configuração de uma praça rural: municípios de Terra Boa e Jussara



Fonte: A autora (2016; 2018)

Toda a estrutura que representava a pequena propriedade existiu somente enquanto atendia a interesses econômicos; os resultados das transformações na paisagem rural ocorridas no Norte paranaense são similares ao que anteriormente havia ocorrido no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo – a expansão da economia cafeeira, à medida que progredia e atingia novos espaços, ia fazendo com que os espaços e as estruturas anteriormente aproveitadas assumissem outros significados.

Com avanço do capital no campo a partir do processo de modernização da agricultura a manutenção da pequena propriedade não foi garantida por políticas agrícolas que atendessem suas especificidades, desta vez, sua existência não foi mais conveniente, ao contrário, o agronegócio seguiu incorporando as terras dos proprietários deixados à margem do processo de modernização, conseguindo avançar e apagar em poucos anos a maior parte dos registros de um modo de vida e de uma paisagem formadas pela economia cafeeira.

Tanto a organização espacial quanto o arranjo econômico e social das pequenas propriedades rurais existentes no período em que a economia cafeeira se destacava, não respondiam as exigências do modelo econômico e tecnológico da última fase da Revolução Verde; as pequenas propriedades que de início foram moldadas seguindo os padrões da grande propriedade, tentaram em vão continuar o mesmo modelo, até porque a lógica era

outra. Mesmo situações ideais de facilidade de crédito e assistência técnica, não viabilizariam a continuidade da pequena propriedade e do agricultor familiar se este seguisse a mesma estratégia que se abria a grande propriedade e a agricultura patronal. Os contextos são diferentes, a produção do trinômio soja/milho/trigo foi planejada para a média e grande propriedade.

Nas propriedades visitadas atividades como a sericicultura, a avicultura, a olericultura, a pecuária leiteira e atividades não agrícolas (pesque-pague e áreas de lazer), sozinhas ou associadas, são capazes de gerar trabalho e renda para os agricultores familiares. O café aparece como uma atividade que foi revigorada e que busca atender os padrões de qualidade requeridos pelo mercado.

#### **4.1 A vida privada nas pequenas propriedades rurais nos tempos do café**

Para falar das atividades que ocorriam no cotidiano, não apenas as relacionadas à atividade produtiva, mas as referentes à organização da família, os valores, os costumes e o lazer que se estabeleciam no interior e entre as pequenas propriedades rurais, foi utilizada a história oral, instrumento que perpassa todo o trabalho como ponte conectando o que foi para o que ainda resta na paisagem e nas relações sociais. Buscou-se trabalhar na perspectiva da etnografia, na medida em que observávamos e registrávamos os relatos de forma a obtermos uma leitura do passado.

Recordar pareceu-nos uma atividade prazerosa as mulheres e homens que entrevistamos, pois a percepção que têm do passado remete a sua juventude, há um tempo que economia cafeeira estava no auge e a sociedade e a economia eram dinâmicas.

A preferência por trabalhar as entrevistas com grupos focais deu-se na tentativa de melhor cotejar os fatos lembrados. “Assim como a memória corrobora a identidade pessoal, a história perpetua a auto-consciência coletiva” [*sic*] (LOWENTHAL, 1998, p. 109). Os relatos deveriam esclarecer as relações sociais existentes no período estudado.

À medida que um entrevistado levantava determinado fato, outro o auxiliava nos relatos complementando a fala anterior e interagindo com o grupo, facilitando assim, o registro do maior número de informações possíveis.

##### **4.1.1 Características das famílias**

Apesar de certa diversidade étnica – uma população composta por descendentes de italianos, espanhóis e japoneses, além de brasileiros oriundos da região Sudeste e Nordeste –

o tipo familiar muito se assemelhava ao descrito por Camargo (1979) como modelo até então dominante nas áreas rurais do Brasil, tratava-se de uma família patriarcal, extensa e, na grande maioria, católica.

O grupo familiar inclui a família nuclear, ascendentes e descendentes colaterais. Juntam-se a família estruturada através de parentesco, os agregados; e ampliam-se as relações familiares através dos laços religiosos do batizado, forma de parentesco espiritual (CAMARGO, 1979, p. 178).

Além dos pais e filhos, avós, tias e tios solteiros integravam a família e auxiliavam nas atividades da propriedade. Homens e mulheres desempenhavam papéis socialmente preestabelecidos: o homem, chefe da família, era a principal autoridade em relação à educação dos filhos e o provedor financeiro. Não participava diretamente dos cuidados como a alimentação, higiene e saúde dos filhos, tarefa destinada às esposas. Todas as decisões que direcionassem o destino da família ou questões referentes ao gerenciamento da propriedade passariam previamente pela avaliação do pai. Os filhos, geralmente com a mediação da mãe, pediam ao pai autorização para se casarem; os pretendentes das filhas se dirigiam ao pai para receberem permissão para o namoro; as escalas de trabalho, a venda da produção, os pagamentos e/ou investimentos também seriam conduzidos pelo chefe da família.

Às esposas ou “mulheres” caberiam as ocupações relacionadas à atenção com os filhos, aos cuidados com pequenos animais e plantas, aos afazeres domésticos, a socialização da família e ao trabalho na lavoura. Ao chefe da família cabia o controle das finanças, as negociações referentes à lavoura e a venda da produção, a compra de víveres, ferramentas e outros gêneros necessários à atividade diária; seu trabalho centrava-se nos cuidados com a “roça”<sup>60</sup> e outras atividades agrícolas e comerciais.

Não recorrente em todas as famílias, a rigidez que a figura paterna impunha ficaram evidentes na entrevista dessa informante: *“O pai saía, eram só os homens, os chefes da casa que saíam para fazer compras, a gente ficava em casa, às vezes ela (a mãe) deixava a gente ir brincar com os vizinhos, ou tomar banho no rio, mas tinha que estar em casa antes do pai chegar”*.<sup>61</sup>

As meninas desde o fim da primeira infância eram estimuladas a prepararem o enxoval confeccionando elas mesmas, itens de cama, mesa e banho. A maior parte do trabalho (costuras e bordados) era feita manualmente e em momentos em que não estivessem envolvidas com as atividades domésticas ou com a lavoura. A precocidade no início dos

<sup>60</sup> Termo comumente utilizado para designar a área de cultivo ou lavoura.

<sup>61</sup> Entrevista realizada com E.G. em 19/03/2016, no município de Terra Boa.

preparativos para um futuro casamento explicava-se pela demora em concluir os trabalhos manuais e nas dificuldades financeiras pelas quais a maioria das famílias passava; o dinheiro só circulava depois da colheita.

A necessidade do casamento também foi justificada pelas mulheres com o seguinte argumento: *“Se a gente não casava tinha que cuidar dos filhos dos outros de qualquer jeito, melhor cuidar do que é nosso! E depois, tem que ter alguém para cuidar da gente na velhice.”*<sup>62</sup>

O relato mostra que a mulher que não se casasse faria as atividades para a família inteira; frente a esta condição que beirava o desamparo, ela preferia casar e cuidar dos próprios filhos. Segundo Rossini (1993, p. 3) diferentemente dos dias atuais onde o maior número de filhos é encarado pelas classes trabalhadoras como um aumento das despesas familiares, as crianças, na área rural, eram até então encaradas como um investimento.

Uma opção quando a família não aprovava o relacionamento ou quando o casal não tinha dinheiro para custear a cerimônia era “fugir”. Embora uma prática arriscada podendo causar o rompimento de relações familiares, na maioria das vezes, atingia-se o objetivo. Uma das entrevistadas expôs a seguinte situação:

*“Minha irmã fugiu, eu era mais nova só que eu me lembro: o pai não queria que ela casasse porque dizia que ele (o cunhado) não era de família boa; o pai dele bebia muito e todo mundo sabia. Então, eles resolveram fugir... ela arrumou as coisas e saiu; não me lembro se pulou a janela de madrugada ou que jeito ela sumiu. Ele devia estar tá esperando... fugiram de bicicleta até a cidade e a gente ficou sabendo no outro dia. Eles ficaram parece que... na casa de um tio dele em outra cidade, esperando a poeira abaixar. O pai ficou louco! Queria matar eles! A mãe só chorava, ficou ruim (passou mal). Mas depois eles voltaram e tudo ficou certo.”*<sup>63</sup>

O mais comum para os que decidiam continuar residindo na área rural era ficar junto aos pais ou sogros construindo uma casa na sede ou compartilhando a mesma moradia com a família. Ainda havia a possibilidade de buscar trabalho como parceiros, conseguindo maior independência em relação à família.

Os entrevistados relataram que quase sempre as mulheres quando se casavam partiam com o marido. Os filhos permaneciam na propriedade, ampliando a família e sucedendo o pai; se tivesse mais de um filho saía o mais novo.

A herança, uma forma de acesso a terra, pressupunha a divisão do sítio, o que era evitado porque poderia significar o fim da propriedade. Se o chefe da família morresse a

<sup>62</sup> Entrevista realizada com M.M. em 03/09/2017, no município de São Jorge do Ivaí.

<sup>63</sup> Relato exposto por T.B.S. em 11/03/2017, no município de Jussara. A entrevistada ainda relatou que não tem certeza se os sobrinhos sabem da história da mãe, pois o assunto é evitado na família.

propriedade era dividida, e cada um recebia sua herança. Se o chefe da família não morresse e as filhas se casassem elas apenas iam embora com o marido. Após a herança dividida os lotes eram comercializados entre os próprios irmãos ou para outras pessoas.

#### 4.1.2 Atividades do cotidiano

Durante as conversas os entrevistados foram relatando como eram realizadas as atividades diárias, as atividades semanais, e nos dias festivos – os feriados.

Embora o espaço da casa fosse o principal ambiente de trabalho das mulheres e a “roça” fosse o espaço destinado aos homens, o fato é que ambos trabalhavam juntos: lavar roupa manualmente e passá-las com ferro a brasa, cozinhar em fogão a lenha, tratar dos animais e cuidar da horta, pomar e jardim eram trabalhos realizados pelas mulheres, porém, em fases do trabalho agrícola como plantio ou colheita elas também iam para a “roça”, assim como os homens. A dinâmica de trabalhos no espaço do sítio era intensa. A mão de obra familiar significava que todos estavam envolvidos no serviço diário.

Às crianças que ficavam na sede, geralmente menores de oito anos, independentemente do sexo cabia dar comida e água aos animais, aguar as plantas, auxiliar no armazenamento de lenha que era partida pelos mais velhos, levar “marmitta” para os membros da família que estavam trabalhando e outras atividades menos pesadas. Quando as crianças cresciam uma das filhas (ou a mãe) ficaria responsável por levar a refeição. Quando a criança chegava com a comida todos paravam, sentavam-se sob a sombra de uma árvore e se punham a comer; como a criança já tinha comido e tinha que esperar para levar as vasilhas de volta, ela ficava conversando, perguntando, mexendo nos instrumentos e criava um momento de descontração naquela rotina dura de trabalho.

O preparo dos alimentos era atividade realizada todos os dias da semana, no mínimo quatro vezes ao dia, a comida permanecia quase o dia todo sobre “fogão a lenha” ou até que todos almoçassem. Levando em conta o tempo de preparo e a limpeza de vasilhas e outros utensílios, a atividade consumia cerca de três a quatro horas diárias. Preparar o alimento sempre a cada nova refeição era quase obrigatório, uma vez que não se podia contar com geladeira para sua manutenção.

O café da manhã, o almoço, o café da tarde e o jantar, eram as principais refeições realizadas ao longo do dia de trabalho. A rotina de trabalho e as alimentações dos que trabalhavam na “roça” eram assim organizadas (quadro 3):

**Quadro 3-** Rotina da família – horário e atividade

Horário	Segunda a sexta-feira			
	Atividade	Realizada pelas mulheres	Realizada pelos homens	Realizada por ambos
5h às 6h	Preparar a refeição (café da manhã)			
	Café da manhã			
6h às 9h	Armazenar água			
	Lavar louça			
	Alimentar os animais			
	Trabalho com o café			
	Preparar a refeição (almoço)			
9h às 10h	Almoço			
10h às 12h	Trabalho com o café			
	Lavar e passar roupa, organizar a casa, cuidar da horta e animais, costurar, cuidar das crianças pequenas, preparar a refeição (café do meio dia)			
12h	Café do meio dia			
12h30 às 15h	Trabalho com o café			
12h30 às 15h	Lavar e passar roupa, organizar a casa, cuidar da horta e animais, costurar, cuidar das crianças pequenas, preparar a refeição (café da tarde)			
15h às 15h30	Café da tarde			
15h30 às 17h	Trabalho com o café			
15h30 às 17h	Lavar e passar roupa, organizar a casa, cuidar da horta e animais, costurar, cuidar das crianças pequenas			
17h às 18h	Alimentar os animais			
	Recolher lenha			
	Armazenar água			
	Dar banho nas crianças			
	Preparar a refeição (jantar)			
18h às 19h	Tomar banho			
	Jantar			
19h às 21h30	Convívio familiar			

Fonte: Trabalhos de campo<sup>64</sup>

<sup>64</sup> Os entrevistados não souberam informar com exatidão os horários de cada atividade e houve pequena divergência nas respostas, porém, alguns horários se repetiram o que demonstra que as famílias organizavam a rotina de trabalho de forma parecida.

Embora houvesse certa distinção no regime alimentar, devido à composição étnica da população, a dieta era bastante calórica e composta basicamente por carboidratos (pães, massas, arroz e feijão). Aos domingos, feriados nacionais, feriados religiosos, dias de festas e conforme o calendário agrícola, a alimentação se alterava.

Na organização espacial das propriedades conforme já descrito, reservava-se um espaço específico para aos cultivos que complementariam a alimentação principal, seja na sede (em uma horta apropriada ou no pomar) ou entre os pés de café.

O entardecer era o momento em que a família se reunia depois de finalizadas as atividades diárias, neste momento as crianças brincavam ou ouviam histórias junto aos pais e avós. Além das informações obtidas durante as conversas nas vendas ou na cidade, o rádio<sup>65</sup> se destacava como fonte de informação, à noite os noticiários e as programações musicais eram apreciados pela família. A ausência de energia elétrica fazia com que todos se recolhessem no máximo até às 21h30min, após uma carga de trabalho média de 12 a 13 horas.

No quadro 3 não aparecem atividades que fossem exclusivas dos homens, porém, aos sábados e domingos a rotina sofria alterações: no sábado o trabalho na lavoura encerrava-se por volta das 12 horas. As mulheres realizavam faxinas nas casas (lavar e passar roupas; limpar a casa); os homens faziam pequenos trabalhos como consertos de cercas, partir lenha, entre outros. O período da tarde também era destinado ao lazer e a realização de compras nas vendas ou na cidade. Na noite de sábado e durante o domingo, as atividades religiosas e de lazer variavam conforme a organização da família e da comunidade.

Os dias chuvosos, que impossibilitavam a trabalho na lavoura, seriam gastos com outros afazeres como descascar ou debulhar o milho armazenado no paiol, fazer pequenos reparos em arreios ou pequenos instrumentos de trabalho.

Embora fosse um hábito da época os homens se encontrarem na venda para fazer compras, para conversar, tomar um aperitivo e aproveitar o campo de futebol ou de bocha, nem todos iam, afinal a atividade rural era muito pesada. Neste espaço era possível inteirar-se das novidades e relaxar do trabalho.

Para aqueles que não tinham relógio, um artigo que não estava presente em todas as casas<sup>66</sup>, o início e o fim da jornada de trabalho eram administrados por meio do movimento aparente do Sol. A expressão “acordar com o galo e dormir com as galinhas” foi mencionada pelos entrevistados por mais de uma vez, a expressão é uma figura de linguagem que explica

---

<sup>65</sup> Rádio a pilha.

<sup>66</sup> Os entrevistados não souberam estimar o valor do objeto, mas disseram que o preço possivelmente seria bem maior que os praticados hoje. Era comum nas praças das cidades homens “fazendo rolo”, ou seja, realizando trocas de relógios e com relógios.

uma relação próxima com a natureza: os galos costumam cantar de madrugada e as galinhas (e galos) recolhem-se assim que o Sol se põe; horários bastante similares com a rotina da família na conjuntura rural cafeeira.

Os entrevistados que atualmente residem na área urbana afirmaram sentir a falta do trabalho executado na zona rural (plantio, colheita, atividades domésticas); declararam que o preferiam mesmo recordando do grande esforço físico empenhado, porque, segundo eles, faziam o próprio horário de trabalho, sem a pressão do patrão.

Essa afirmação, juntamente com a percepção de que o tempo demorava mais para passar naquela época, é recorrente entre os entrevistados, o que nos remete aos conceitos de tempo natural e tempo de relógio trabalhados por Thompson (2005). No primeiro conceito o trabalho e as tarefas diárias estão ligados aos ritmos da natureza, no segundo, são regidos pelo relógio e pelo calendário, fruto de uma atividade controlada pelo capital. Ao falar sobre como o tempo era marcado, um dos entrevistados comenta:

*“[...] a gente ia (para as atividades na lavoura) pelo Sol, quando estava baixando é que o pai chamava para descer (voltar à sede). Para plantar, ou colher, a gente via a Lua. Sabíamos que um animal ia parir observando a Lua; até para cortar o cabelo a gente ia durante a minguante, assim, demorava mais para cortar de novo. E tudo tinha o seu tempo; tirar fruta do pé, só depois de madura, não podia tirar antes, quando estava de vez<sup>67</sup>.”* E continua: *“só o pai tinha relógio.”<sup>68</sup>*

O relato comprova que havia outra dimensão temporal organizada e aferida no interior das pequenas propriedades rurais Norte paranaenses, também presente no mundo rural brasileiro, sobretudo anteriormente ao avanço do processo de modernização da agricultura. O tempo da natureza regia o trabalho na lavoura e ordenava o momento correto para cada atividade cotidiana. Assim, a família dos pequenos proprietários desfrutava de certa autonomia no trabalho. Embora uma hierarquia nas decisões existisse e estivesse baseada na figura do chefe da família, a rigidez imposta pelo tempo cronometrado pelo relógio não estava presente. No inverno, por exemplo, quando a duração da claridade é menor, os trabalhos poderiam ser iniciados mais tarde e finalizados mais cedo. No verão, ao contrário, o tempo gasto com as atividades diárias seria estendido.

Mesmo com a longa jornada de trabalho o tempo era gerenciado para que houvesse espaço para o descanso, para o convívio com a família e para as relações de vizinhança, o que aliviava a carga de trabalho exaustiva.

<sup>67</sup> A fruta que está “de vez” é aquela que se apresenta quase madura, quase no ponto de colheita.

<sup>68</sup> Depoimento fornecido por A.G. em 16/09/2017, no município de Terra Boa.

#### 4.1.3 As relações de vizinhança

Tendo em vista o fato de os primeiros moradores serem migrantes que haviam deixado parte da família em outros estados, as relações sociais que se estabeleciam eram fruto do temor do isolamento e da necessidade de ajuda mútua. Todos participavam das atividades, dos lazeres e das festas, pela necessidade de solidariedade em momentos de doença e cuidados pós-parto.

A reciprocidade pode ser exemplificada pelo costume de repartir com os vizinhos, amigos e familiares a carne suína. Logo após o animal ser abatido para a obtenção de carne, gordura e sangue para o chouriço, uma parte era reservada para ser compartilhada. Ao ser morto o animal emite um grunhido possível de ser ouvido a longas distâncias, logo, este som característico era um aviso. De acordo com um entrevistado o som significava que “*vamos ter carne boa*”,<sup>69</sup> ou seja, haveria uma variação na dieta alimentar, baseada na pesca, caça, no consumo de ovos, aves domésticas e vegetais.

A carne de porco era muito apreciada devido ao sabor e alto valor nutricional. A repartição era norma: “*se a gente não fazia se “queimava”, ficava mal com os vizinhos, a gente sempre procurava dar um bom pedaço*”.<sup>70</sup> Dar um bom pedaço era escolher as partes nobres, a quantidade era pequena, porque no mínimo dois vizinhos receberiam uma parte, sendo estes os que se encontravam nas laterais do lote. Geralmente as crianças ficavam encarregadas de levar a carne, acondicionada em embornais.

Os laços de partilha e solidariedade também eram consolidados quando do acometimento por enfermidades, mesmo com as intensas atividades no interior das propriedades os vizinhos sempre destinavam parte do tempo para fazerem uma visita ou auxiliar nos trabalhos quando um vizinho encontrava-se doente.

Nos fins de tarde, principalmente aos finais de semana, as visitas também aconteciam. Os vizinhos chegavam até o terreiro e se sentavam em bancos de madeira debaixo das sombras de árvores para conversar amenidades ou, conforme o termo usado pelos entrevistados, “jogar conversa fora”.

---

<sup>69</sup> Depoimento concedido por N.B.S. em 11/03/2017, no município de Jussara.

<sup>70</sup> Entrevista realizada com T.B. em 08/07/2017, no município de São Jorge do Ivaí.

#### 4.1.4 Benzedeadas

Receitas de chás, banhos e unguentos eram partilhadas e a indicação de uma boa benzedead<sup>71</sup> era de praxe, a prática era estimulada graças às dificuldades com o deslocamento do enfermo e um sistema de saúde ainda precário – havia poucos hospitais e quase não existiam postos de saúde, a procura de um médico ainda representava um custo que poderia ser dispensado caso se recorresse às benzedeadas que nada cobravam.

*“Era assim: os pais sempre levavam as crianças pequenas para curar de lombriga e mau olhado; os adultos também iam por causa de uma dor de cabeça ou outras dores... outros problemas que apareciam. E dava certo; era o raminho que a benzedead usava, as rezas, ou as coisas que ela fazia (descreve as benzeduras e simpatias) que fazia dar certo. Mas era a fé... é... na verdade, era a fé mesmo que sarava. Minha vó benzia, era espanhola e sempre dizia: –“Chiquito”! Vem “benzê”! E a gente ia. Os vizinhos também pediam “benzimento”, minha vó nunca cobrou; se falava naquele tempo que se cobrasse a reza não valia. Uma vez, ela ganhou um vestido de uma senhora que recebeu o “benzimento”, minha vó disse, meio sem jeito: – Olha se você está dando de coração eu aceito. Mas minha vó era católica, não tinha nada desses negócios de vela preta e bater tambor não! (referência as religiões afro-brasileiras).”<sup>72</sup>*

Além da dificuldade de obter consultas médicas devido à distância da cidade e do alto valor cobrado, o que poderia comprometer o orçamento familiar, a presença das benzedeadas também aparece como uma solução para a ausência de padres. Nas capelas rurais os sacerdotes vinham apenas para as missas dominicais ou outras celebrações religiosas importantes; a permanência não era fixa e o número de padres nunca foi suficiente para atender simultaneamente a todas as capelas rurais e a igreja matriz.

No relato, a ênfase dada ao caráter cristão católico das benzedeadas surge como forma de legitimar a prática, que sempre foi aceita pelos padres e pelo alto comando da Igreja, pois havia o respeito pela posição do sacerdote considerada hierarquicamente superior.

---

<sup>71</sup> As benzeduras ou “benzimentos”, como são popularmente chamados, ainda são recursos utilizados, principalmente para as crianças. Os pais procuram as benzedeadas nos casos em que a criança se assusta com facilidade, tem comportamento arreado, atraso na fala, ou quando há a suspeita de “mau olhado”. O pressentimento de quebranto ou “quebrante” também motiva os adultos a recorrerem às benzedeadas. Entre as doenças, a espinhela caída, descrita como as dores causadas por mau jeito e adquirida durante alguma atividade física mais intensa, como carregar peso, por exemplo, ainda estimula a procura por benzeduras. Todas as benzedeadas que foram citadas pelos informantes residem na atualidade na zona urbana. Importante ressaltar que, conforme nos foi relatado, as benzeduras não era uma prática restrita ao mundo feminino, embora as mulheres predominassem os homens também benziam. Dois benzedeados, já falecidos, foram citados no município de Terra Boa e um, no município de São Jorge do Ivaí. Eram moradores da área rural, descendentes de mineiros que se mudaram para a cidade com o declínio do café.

<sup>72</sup> Idem nota de rodapé 68.

#### 4.1.5 Parteiras

Figura também presente eram as parteiras, geralmente mulheres mais velhas ou de idade próxima das parturientes e que as auxiliavam no trabalho de parto e nos cuidados iniciais com a criança. Tal como as benzedadeiras, não cobravam pelo serviço, algumas recebiam contribuições em espécie ou na forma de agrados que lhe recompensasse o esforço empregado, sendo comum a entrega de algum animal de pequeno ou médio porte.

Do mesmo modo, as vizinhas sempre faziam visitas e se dispunham a realizar os trabalhos domésticos durante os primeiros dias de resguardo. *“Quando a gente ganhava neném tinha que fazer dieta (repouso), então, sempre vinha alguém ajudar: ou eram as vizinhas, ou alguém da família que morava perto. A gente já deixava um frango capão para fazer a canja, que fortalecia e ajudava recuperar a força.”*<sup>73</sup> Nos momentos de enfermidade de algum membro da família as vizinhas também compareciam para prestarem auxílio.

#### 4.2 A vida social

A sala, a área ou varanda e o quintal abriam-se para as pessoas de fora no caso das visitas recebidas durante os finais de semana e dias santos (Natal e Páscoa, principalmente), dos funerais e reza de terços. Os bailes “tocados” em alguns sítios, normalmente naqueles em que a família tinha muitas moças e moços, por concentrarem muitas pessoas de convívio nem sempre direto com a família, eram realizados no interior das tulhas, nos quintais (terreiros) ou nos terreirões, espaço de muito contato social. Quando estava vazio, sem o café para secagem, era no terreirão que todos se encontravam para uma conversa, sentar-se no chão, rezar um terço, observar a Lua, contar histórias de assombração.

Para as mulheres e crianças a interação social começava na propriedade rural, estendia-se até a vizinhança imediata e mais próxima, e se ampliava para os espaços exteriores (casa de parentes e amigos, praça rural e a cidade).

As cidades eram procuradas somente aos finais de semana ou quando as necessidades de lazer, comércio e serviços não eram suficientes na praça rural. Nestes momentos as cidades recebiam considerável fluxo de pessoas que se encaminhavam aos cinemas, igrejas, praças e comércios. O interesse pela cidade era ainda aguçado quando se

---

<sup>73</sup> Entrevista realizada com N.R.M. em 25/09/2016, no município de Terra Boa.

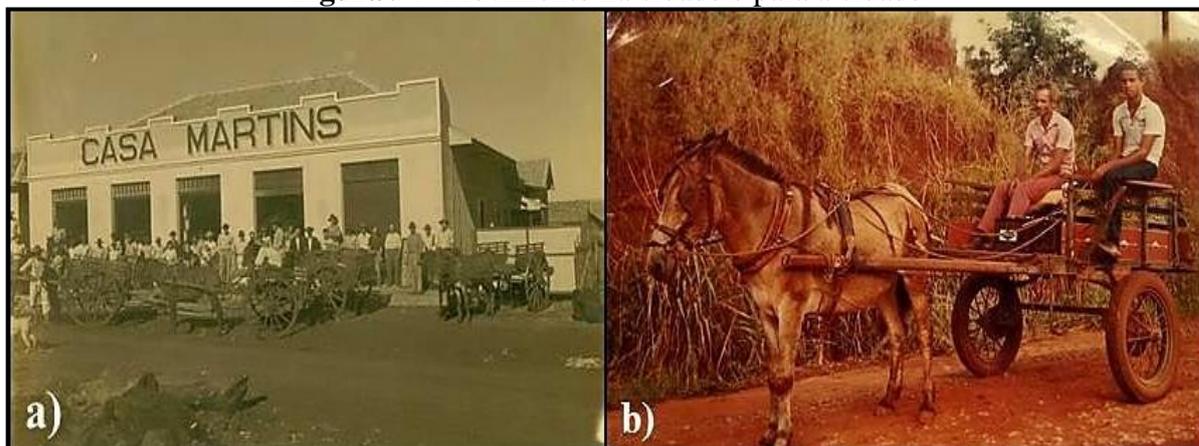
noticiava a possibilidade de atividades culturais com a presença de circos e parques itinerantes.

Aos sábados as avenidas principais das cidades ficavam cheias de carroças, camionetes, jipes e tratores estacionados. Em pontos de entrada e saída das cidades eram deixados os cavalos amarrados, utilizados no deslocamento de algum morador dos sítios, chácaras ou fazendas.

Os serviços de alto-falante, precursores das rádios locais, destacavam-se enquanto meio de comunicação e entretenimento, neles eram divulgadas informações da administração municipal, comunicados de interesse da comunidade em geral, anúncios de filmes que seriam transmitidos pelo cinema da cidade e programações musicais. Os ouvintes ainda poderiam pedir e dedicar canções, o que se dava geralmente de rapazes para moças.

Dirigir-se a cidade com suas ruas sem pavimento – lamacentas no período das chuvas e empoeiradas no período da seca – era um evento para toda a família. A figura 94 (a) e 94 (b) exemplifica esse deslocamento: para as famílias de pequenos proprietários o principal meio de transporte eram as carroças e charretes, pois não havia transportes públicos e os veículos motorizados estavam concentrados em sua maioria, nas famílias mais abastadas (fazendeiros, médicos, comerciantes e políticos).

**Figura 94-** Movimento na cidade e para a cidade



**Fonte:** Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí e acervo pessoal de J.R.R., Terra Boa (2016)

Na primeira imagem (figura 94 a) é possível verificar as carroças de roda dura, confeccionadas em madeira e ferro; a imagem representa o fluxo de pessoas em São Jorge do Ivaí durante um final de semana. Já na segunda imagem (figura 94 b) aparece o mesmo meio de transporte, com algumas melhorias, no lugar das estruturas mais rígidas e maiores tem-se o

aro em aço e pneus; a imagem representa o deslocamento para a cidade no município de Terra Boa.

Casamentos, batizados, primeira eucaristia, crismas, festas de santos padroeiros e quermesses, além do caráter religioso, se configuravam como eventos sociais e oportunidades de interação social. Dentre esses se destacava o casamento, que reunia grande número de pessoas não só do círculo familiar. Amigos e vizinhos eram convidados para a cerimônia religiosa e para a festa. O cerimonial preferencialmente acontecia nas capelas rurais, que ofereciam espaços para a festa: o salão paroquial e um gramado no entorno que podia ampliar o espaço de recepção. A festa ainda poderia ser organizada em barracas de lona improvisadas sobre o chão batido dos terreiros, nos terreirões ou nas tulhas, nas propriedades da família da noiva ou do noivo.

Sanfoneiros e violeiros “tocavam” o baile, cujo repertório se restringia às canções que falavam do modo de vida e da paisagem rural, de histórias reais ou fantasiosas, de amores e de morte. O cardápio era preparado pelas famílias com dias de antecedência e diferenciava-se muito dos dias comuns. Eram servidos assados variados (carne de porco, frango e pato), macarronada, arroz, vinho, refrigerante e suco natural. De sobremesa servia-se paçoca doce, doce de leite em pedaços, e o tradicional bolo da noiva. As bebidas eram servidas à temperatura ambiente, pois, conforme já mencionado, a eletricidade só chegou aos municípios a partir de meados da década de 1970, entretanto, devido aos custos com a instalação, somente alguns proprietários dispuseram inicialmente deste conforto.

Segundo Willems (1947, p. 136) “a conservação do equilíbrio interno de uma cultura requer que os encargos atribuídos a indivíduos ou grupos sejam contrabalançados por compensações, necessárias para manter um mínimo de euforia social”. As festas, portanto, seriam momentos de entusiasmo e, principalmente as de cunho religioso, envolviam a comunidade na sua organização, que ia desde os preparativos iniciais (arrecadação de dinheiro ou alimentos, coordenação do cerimonial, divulgação, entre outros) até a finalização (limpeza do local e prestação de contas).

Ainda segundo Willems, por envolverem e dependerem da comunidade para sua realização, as festas religiosas não poderiam ser consideradas exclusivamente como recreação, algo distante e diferente do trabalho cotidiano. As festas religiosas estavam estreitamente ligadas ao trabalho da comunidade, não sendo um lazer comprado como nos entretenimentos urbanos.

Prova de que a vida social e as atividades cotidianas giravam em torno da economia cafeeira, era o fato de que casamentos e outras comemorações – que diferentemente das festas

religiosas não necessitavam seguir o calendário litúrgico – eram programados para o final da colheita, período onde o dinheiro estaria disponível para a aquisição de vestuário, alimentos e outros materiais necessários.

#### 4.2.1 Os funerais

As pessoas que morriam, seja qual fosse o motivo da morte, eram veladas na própria casa. O corpo, após ser lavado e vestido com os melhores trajes, geralmente ficava na sala por ser o maior cômodo. O caixão ficava disposto no centro em cima de uma mesa e rodeado por flores e velas. Cadeiras e bancos eram dispostos no entorno para acomodar os visitantes. O fluxo de pessoas era intenso mesmo durante a noite, os entrevistados relataram que *“era obrigação da gente ir, tinha que ir, não era como hoje, morre alguém, até conhecido e a gente nem vai”*.<sup>74</sup>

As mulheres entoavam canções<sup>75</sup> entremeadas pelo terço; fora da casa ao fundo do quintal, passava-se o tempo contando causos<sup>76</sup> sobre passagens da vida do defunto ou sobre outros mortos e vivos. Para aplacar o cansaço a família disponibilizava bebida (café e cachaça), um hábito conhecido em algumas regiões do país como “beber o defunto”.

Para os católicos, após o velório o corpo era transportado até a igreja para a missa de corpo presente, trajeto realizado em carroça ou caminhão, dependendo das condições do tempo. Após a missa o cortejo seguia para o cemitério, onde o corpo era enterrado em cova simples, direto no chão. O que demarcava a localização era uma pequena cruz de madeira com o nome do falecido disposta em um amontoado de terra. Os túmulos eram construídos depois, dependendo das condições econômicas da família. Os familiares do falecido cobriam-se de luto: era norma vestir-se de preto por algum tempo, nestes dias, risos, músicas e brincadeiras eram proibidas.

#### 4.2.2 A reza do terço e os bailes

A reza do terço<sup>77</sup>, evento que acontecia de forma revezada: cada propriedade rural tinha a sua vez de sediar, era um momento importante da religiosidade, pois envolvia agradecer ao santo protetor as graças recebidas nas colheitas.

---

<sup>74</sup> Entrevista realizada com M.L.P. em 20/05/2017, no município de Jussara.

<sup>75</sup> Em algumas regiões do país esses cantos são conhecidos como benditos ou excelências.

<sup>76</sup> História que narra fatos verídicos ou não, contada de forma lúdica.

<sup>77</sup> Prática católica que consiste na recitação de pais-nossos, ave-marias e jaculatórias, por meio do auxílio de um colar composto por cinquenta contas, representando as ave-marias e cinco, representando os pais-nossos.

*“Sempre acontecia; em maio ainda mais, por causa de Nossa Senhora. A gente ia ao início da noite para outros sítios. Às vezes era na casa da gente mesmo. A gente tinha que se comportar... a mãe arrumava tudo, deixava o lugar para santa (o altar), arrumava umas comidas e bebidas para servir: café, bolo... a gente rezava já esperando as brincadeiras. A gente brincava bastante de passar anel, esconde-esconde, queima; brincadeiras de criança, mas os moços também brincavam. Só se via a meninada correndo pelo terreirão. Os pais vigiavam, mas dava até pra arrumar namorado”.*<sup>78</sup>

Os terços eram rezados também nas festas juninas, nos dias de Santo Antônio, São João e São Pedro e era comum depois dançar um baile. O baile era organizado assim como nos casamentos: sempre com a presença de um sanfoneiro e dois violeiros. Aconteciam nas tulhas quando estavam vazias, mas na maioria das vezes eram montadas barracas de lona nos terreiros ou nos terreirões.

Do mesmo modo que o terço, os bailes eram eventos bastante apreciados pelos mais jovens, pois consistiam em uma oportunidade de lazer e de namoro. O baile atraía pessoas da vizinhança, pessoas de comunidades rurais mais próximas e até da cidade.<sup>79</sup> Além de estarem presentes nos casamentos, os bailes aconteciam com o intuito de comemorar o fim da colheita, ou esporadicamente, mas sempre aos finais de semana e preferencialmente aos sábados, como forma de simples encontro e interação social.

*“Nos bailes ia todo mundo: os novos e os mais velhos também. Todos iam para se divertir, mas os mais velhos também iam para ficar de olho nos mais novos. Mas as moças só dançavam se o pai deixasse; se dançasse com um, não podia recusar outro (outro par). Os pais já avisavam, porque dava até briga a moça fazer desfeita para os moços. E não se dançava muito junto não, tinha que respeitar. Dava a hora de ir embora o pai só olhava, tinha que acompanhar. Mais o baile ia longe, tinha gente que ficava até mais tarde, virava a noite.”*<sup>80</sup>

Mas os relacionamentos mesmo que descompromissados aconteciam às escondidas: *“Ah! Eu aproveitava a festa, tinha gente que ficava num canto, mas eu aproveitava e dava para gente dar um jeito; disfarçava e quando pensava que não, estava lá atrás da barraca ou em algum canto escuro, e aí... (risos)”*<sup>81</sup>. Essas repressões variavam de família para família. Por ter uma grande influência religiosa a área rural sempre sofreu maior repressão em seus costumes.

<sup>78</sup> Idem nota de rodapé 73.

<sup>79</sup> Da mesma forma, os moradores das áreas rurais, ao menos aqueles com condições financeiras mais favoráveis, também se dirigiam à cidade para os bailes promovidos pela comunidade nos clubes sociais durante o carnaval ou outras festas temáticas como festa do sorvete e festa do *chopp*, bastante comuns durante as décadas de 1960 até 1980.

<sup>80</sup> Entrevista realizada com J.R.R. em 30/01/2016, no município de Terra Boa.

<sup>81</sup> Depoimento fornecido por J.G. em 16/09/2017, no município de São Jorge do Ivaí.

### 4.2.3 Folia de Reis

A Folia de Reis destacava-se entre as festas religiosas dos municípios estudados, influência da migração que chegou ao início da colonização. Essa festividade acabou definindo no início da década de 1990 e encontra-se atualmente em desuso, embora haja em alguns municípios grupos que ainda fazem a Folia de Reis. Essa manifestação cultural e religiosa de cunho cristão católico chegou ao Norte do Paraná devido à influência dos migrantes paulistas, mineiros e baianos. O festejo tem como objetivo relembrar a passagem bíblica que trata da viagem dos Três Reis Magos à procura do menino Jesus, a fim de homenageá-lo e presentear-lo.

Essa festividade “de Reis”, comemorada no dia 6 de janeiro, assume características diferentes de acordo com a região do Brasil em que é praticada, aparecendo diferenças nos instrumentos musicais e na indumentária. Os entrevistados disseram que os festejos tinham início com as comemorações de Natal no dia 24 (vinte e quatro) de dezembro e se estendiam até o dia 6 (seis) de janeiro, dia dedicado pela Igreja Católica para homenagear os Santos Reis e ponto alto da festa, onde eram preparados e servidos os alimentos e bebidas que eram doados. Durante a festividade os foliões visitavam as casas tanto na cidade quanto na zona rural e cantavam e tocavam canções que exaltavam os Reis Magos e o nascimento de Cristo. Havia ainda canções específicas para pedir permissão para entrada na residência, para pedir donativos para a festa, agradecer aos donos da casa e fazer a despedida.

Os entrevistados creditaram o fim da Folia de Reis na região à falta de tempo para organização dos preparativos, das visitas e da festa. Muitos dos antigos participantes possuem idade avançada e os mais jovens, que passaram a trabalhar na cidade, têm uma rotina de trabalho não compatível com a responsabilidade que a festa demanda e não deram continuidade a essa manifestação cultural.

As Foliás eram geralmente organizadas devido a promessas feitas com o objetivo de alcançar alguma graça, assim, os foliões ficariam presos a obrigação de continuar a festa por 7 (sete) anos, tempo mínimo necessário para pagar a promessa. Diante da impossibilidade de cumprirem o prometido preferiram “guardar a bandeira”<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Entre os objetos materiais que compõe a Folia de Reis a bandeira é o que se destaca como símbolo da fé e da organização dos foliões. Não há uma regra quanto às dimensões, as cores e as imagens de santos que poderá conter. Os donos das residências ao receberem a Folia, sempre se dirigem à bandeira com respeito, beijando-a e fazendo o sinal da cruz, como sinal de devoção. Em seguida, ela é levada para todos os cômodos da casa para trazer bênçãos e proteção à família. Segundo os entrevistados a bandeira não é destruída com o fim da folia, ficando um dos foliões responsável por sua guarda.

Brandão (1977) afirma que a Folia de Reis é uma manifestação cultural ligada ao mundo rural, que, quando transposta para o meio urbano devido à migração, passa a representar uma lembrança do modo de vida rural. Difícil é conciliar dois mundos, dois modos de viver, duas formas diferentes de sociabilidade, possivelmente daí reside o motivo para a decadência ou da dificuldade de manutenção das Folias, muito embora ainda existam grupos que atuam no espaço urbano.

#### 4.2.4 Festas religiosas e quermesses

As festas religiosas aconteciam como uma homenagem aos santos padroeiros (ou santos protetores) das capelas localizadas nas áreas rurais e na igreja matriz da cidade. Durante a semana de comemoração do santo, ocorriam programações religiosas como missas e novenas, realizadas todos os dias. No dia do santo, feriado religioso, os membros das diversas comunidades rurais se deslocavam para prestigiar o festejo da comunidade vizinha ou da igreja matriz. Após a missa, dava-se início ao almoço e brincadeiras como futebol, bocha e truco. A entrada era permitida a todos, o único custo era o almoço, que apesar das doações, era cobrado para cobrir os gastos extras e para manter as despesas de manutenção das capelas.

As festas da igreja matriz, localizada na cidade, também recebiam grande número de pessoas da área rural e ocorriam de acordo com o calendário litúrgico. O ponto alto das comemorações religiosas eram as “quermesses”, organizadas com brincadeiras, barraquinhas de comidas e brinquedos, rifa de prendas e bingo.

As prendas eram as mais variadas, indo desde bibelôs a produtos artesanais como toalhas e panos de prato bordados. No bingo era comum concorrer a um frango assado. A comunidade participava fazendo doações e organizando a festa sob a supervisão da igreja.

A festa tinha início logo pela manhã com a missa, em seguida vinha o almoço e no período da tarde e da noite as rifas, o bingo, as brincadeiras, o passeio pelas barracas; o serviço de alto-falante tocava músicas, dava recados, fazia propaganda. O burburinho e a quantidade de pessoas tornava o cenário efervescente. Ao descrever estas festas um entrevistado relata:

*“Era muito bom, era um divertimento! O povo gastava na festa, mesmo os mais fracos (mais pobres). Tinham as barracas feitas de lona e escoradas de bambu. Na cidade tinha energia, no sítio o povo colocava lampião a querosene, era bom! As brincadeiras, se a gente acertasse, ganhava um mimo. Tinha a brincadeira da toca do coelho, que era assim: a gente pagava para tentar adivinhar em que toca o*

*coelho entraria, daí eles (os responsáveis pela brincadeira) soltavam o coelho e a gente ficava torcendo.*<sup>83</sup>

O relato demonstra que as festas religiosas iam além da simples expressão da fé e devoção; eram também fontes de lazer e meios para que as interações sociais ocorressem. Festejar ao final da colheita o resultado de um trabalho árduo, e os laços de amizade entre a comunidade, moviam as pessoas da área rural. Por causa dos finais das colheitas as festas sempre fizeram parte do mundo rural.

#### 4.2.5 As “zonas de meretrício”

A existência de prostíbulos, chamados de zona de meretrício ou apenas “zona”, foi um aspecto comum encontrado durante o início de formação dos municípios estudados e que fez parte da colonização realizada no Norte do Paraná. Uma das entrevistadas mencionou sobre uma antiga zona de meretrício existente em um dos municípios estudados<sup>84</sup>, localizada em uma área mais afastada da cidade e próxima a um ribeirão, popularmente conhecida como “Zona da Véia D.”<sup>85</sup>

Segundo a entrevistada o primeiro prostíbulo surgiu nos primeiros anos de formação do município. O estabelecimento funcionava em um antigo bairro da cidade, conhecido como “As toras”; nome que fazia alusão aos troncos de árvores armazenados em serrarias instaladas no local. “As toras” passou também a designar o prostíbulo que nesta época era gerenciado pela senhora “M”. Mais tarde, conforme o município foi crescendo, o estabelecimento acabou sendo transferido para a administração de “Véia D”.

Outra entrevistada<sup>86</sup> disse que “Véia D” – a cafetina – tinha sido uma senhora “de família”: fora casada e tinha filhos; sua opção possivelmente teria acontecido pelos abusos do marido alcoolista e pela prostituição ser encarada na época, como um caminho natural para as mulheres divorciadas e mães solteiras que não recebiam acolhimento familiar.

Se o sexo com as moças da comunidade era proibido, restavam os prostíbulos. Muitas histórias aconteceram envolvendo os rapazes dos sítios e as mulheres da “zona”: “... o

<sup>83</sup> Relato fornecido por C.T. em 26/11/2017, no município de São Jorge do Ivaí.

<sup>84</sup> As “zonas” foram sendo fechadas gradativamente, ao final da década de 1990, foram totalmente fechadas.

<sup>85</sup> Optamos por omitir o nome do município e preservar a identidade da dona do estabelecimento. Depoimento concedido por M.O.P. em 25/11/2017.

<sup>86</sup> Depoimento fornecido por M.A.P. em 25/11/2017.

*P. (irmão das entrevistadas<sup>87</sup>) gostava de uma moça da zona... ficou quase louco, gastava todo o dinheiro lá. Ele e os amigos estavam lá toda semana”.*<sup>88</sup>

### 4.3 Os costumes – relações perdidas

Na percepção dos entrevistados muitos dos costumes foram abandonados. Os relatos que aparentemente parecem lamentar a perda de autoridade, na verdade revelam um pesar pelo fim de um evidente autoritarismo e ratificam uma mudança no padrão de composição das famílias brasileiras, apontada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>89</sup> e pelo Censo Demográfico (2010).

A crise econômica que se instalou no Paraná durante e após a década de 1970, resultado da erradicação do café, modificou todas as relações sociais presentes no espaço. Embora a estrutura familiar tenha se mantido e a população rural ainda abrigue maior número de membros em relação às famílias urbanas – conforme pode ser verificado na tabela 4 –, as famílias compostas por até quatro pessoas compreendem em termos absolutos o maior estrato, ou seja, houve diminuição no número de membros das famílias; com o desaparecimento dos sítios desapareceram também as grandes famílias, adequadas agora a outra realidade econômica.

**Tabela 4-** Número de famílias, em domicílios particulares permanentes, segundo a composição e situação de domicílio – Paraná/2010

Composição das famílias	Situação de domicílio				Total
	Urbana	%	Rural	%	
Com até 2 pessoas	870.250	86,96	130.468	13,04	1.000.718
Com 3 pessoas	855.020	86,61	132.157	13,39	987.177
Com 4 pessoas	615.043	85,53	104.038	14,47	719.081
Com 5 pessoas	225.105	82,92	46.340	17,08	271.445
Com 6 pessoas ou mais	91.794	79,48	23.693	20,52	115.486
<b>Total</b>	<b>2.657.212</b>	<b>85,88</b>	<b>436.696</b>	<b>14,12</b>	<b>3.093.907</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

A crescente urbanização, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a diminuição das taxas de fecundidade, a autonomia financeira e o aumento da escolaridade, modificaram a

<sup>87</sup> Entrevistadas identificadas nas notas de rodapé 85 e 86.

<sup>88</sup> Ver nota de rodapé 86.

<sup>89</sup> Segundo o IBGE a PNAD foi encerrada em 2016 com a divulgação dos dados coletados em 2015. A PNAD, de periodicidade anual, foi substituída pela PNAD Contínua, com uma cobertura territorial mais abrangente, disponibilizando informações conjunturais trimestrais.

organização doméstica. O homem deixou de ser o provedor exclusivo da família, e as mulheres, inseridas no mercado de trabalho, passaram a contribuir com sua renda na manutenção da casa. Porém, continuarem com a dupla jornada de trabalho, como era nos sítios.

Conforme levantado no capítulo 2, a agricultura sustentada pelo setor cafeeiro foi decisiva para a colonização do Norte do estado e para a formação de pequenas propriedades rurais. Até a década de 1970, esse fator foi responsável por atrair a população que se concentrava na área rural. Porém, quando estratégias de racionalização/substituição da cultura cafeeira e a modernização da agricultura puseram em lados opostos a pequena e a grande propriedade, as consequências negativas para a segunda foram expressivas.

O crédito foi o principal fator que favoreceu a desigualdade entre a grande e a pequena propriedade. O cultivo de soja/milho/trigo e a aquisição de insumos que viabilizassem esses cultivos foram incentivados por meio do crédito a grande propriedade. Destinados mercado externo, esses produtos garantiriam uma balança comercial superavitária (MARTINE, 1991 p. 4).

O término da conjuntura cafeeira resultou em muitas situações diferentes, pois as condições dos sítiantes também eram distintas. Àqueles pouco capitalizados restaram as seguintes alternativas:

Sem terras suficientes que pudessem ser comercializadas para cobrir o empréstimo solicitado ao banco para o plantio, resignavam-se a perda total da propriedade indo engrossar o rol de trabalhadores liberados da zona rural como os boias-frias e os parceiros.

Magalhães e Cintra (2012, p. 4) pormenorizam os destinos dos migrantes expulsos do campo pela modernização: parte migrou para as cidades permanecendo no próprio estado, dirigindo-se principalmente para a Região Metropolitana de Curitiba, em crescente industrialização. Uma parcela encaminhou-se para áreas industriais de São Paulo (região metropolitana da capital e para Campinas e adjacências). Os que possuíam alguma escolaridade se inseriram no mercado de trabalho; já aqueles com pouca ou nenhuma escolaridade ficaram a margem do mercado de trabalho levando uma vida mais difícil. Parte dessa população foi atendida por políticas destinadas a área rural como assentamentos, vilas rurais (no caso específico dos que permaneceram no Paraná) e outras organizações.

Houve os que seguiram para as áreas de fronteira agrícola do Centro-Oeste e Norte, até então em franca expansão. O estado ainda perdeu população para Santa Catarina e Paraguai, mas em volume menor. A saída da população do campo permaneceu nas décadas

seguintes, mas de forma reduzida, predominando os deslocamentos de curta distância, dentro do próprio estado e entre as mesorregiões.

O esvaziamento do campo provocou o fim de uma rede relações conquistada ao longo dos anos. Os que conseguiram permanecer na área rural, reduzindo o tamanho da propriedade para quitar os empréstimos bancários, viram partir vizinhos, parentes e amigos que perderam a propriedade para o banco ou recorreram à venda antes de perdê-la.

Já em finais da década de 1980 e início dos anos de 1990, além da dificuldade com o crédito, a perda do círculo de relações motivou a venda da propriedade e o deslocamento para a cidade. As cidades em crescimento ofereciam oportunidade de trabalho e de estudo para os filhos, uma vez que o café, que absorvia toda a mão de obra familiar, perdia espaço e que as escolas rurais iam sendo fechadas.

As entrevistas foram evidenciando queixas que expressavam a ausência das relações de confiança que se estabeleciam na conjuntura das pequenas propriedades e que se desintegraram com o fim da economia cafeeira; a proximidade das relações sociais se manifestava na confiança que um depositava no outro, as relações impostas pelo capital são diferentes: imperam os contratos necessários para tomada de empréstimos em bancos e uma série de outras burocracias, até que o dinheiro chegue às mãos do sitiante; o “fio do bigode” foi substituído pela firma reconhecida em cartório. Querelas entre vizinhos, anteriormente apaziguadas pela mediação de algum membro da comunidade, passaram a exigir conforme a gravidade, a intervenção judicial; as relações de vizinhança são enfraquecidas.

Os entrevistados, tanto os que permanecem na área rural quanto os que se dirigiram para a cidade, deixaram claro que sentem falta das relações sociais, da relação de confiança e de amizade que tinham. Acreditam que viviam de forma mais igualitária, não havendo tantas diferenças sociais entre os pequenos proprietários, embora essa “igualdade” fosse nivelada por baixo. Todos tinham as mesmas dificuldades, os mesmos costumes, a mesma forma de se portar. A desestruturação da economia cafeeira exigiu novas condutas sociais para aqueles que se deslocaram para as cidades: o indivíduo que no dia a dia do trabalho antes se vestia de qualquer forma, agora tinha que seguir padrões, os padrões urbanos de comportamento.

O avanço da industrialização e de uma obsolescência programada contrasta com os utensílios domésticos e demais ferramentas anteriormente utilizadas, embora os equipamentos tenham se tornado ergonômicos e movidos por eletricidade ou outras fontes, a constante necessidade de substituição aparece como um empecilho para os entrevistados “[...] hoje tudo

*quebra fácil, estraga fácil, não dura. A gente compra e logo tem que comprar de novo*”<sup>90</sup>. O poder econômico traduzido no consumo de produtos industrializados surgiu como sinônimo de *status* social apenas no final do ciclo, com a presença de variados eletrodomésticos; a partir daí surgem às diferenças entre as residências.

A integração com a cidade tornou-se indispensável para os que permaneceram, embora a comercialização da produção já fosse realizada na área urbana, os serviços educacionais e de lazer foram concentrados nesse espaço, como é o caso das escolas rurais, assunto já tratado em outro momento, e das festas religiosas. As festas que mobilizavam a comunidade por dias caminham para o desaparecimento, sua realização demanda o envolvimento de um número grande de pessoas o que, segundo os entrevistados, tem-se tornado cada vez mais difícil, seja pelo desinteresse dos que permaneceram, seja pela diminuição da população rural ou ainda pelo envolvimento com o trabalho urbano. Sobreviveram as festas promovidas pela igreja na cidade, sempre motivadas pela geração de renda necessária para manutenção ou ampliação das igrejas, perdeu-se assim, o principal fator que movia as festas na área rural: a união e a convivência da comunidade; a festa mudou seu significado.

A área rural nunca esteve excluída das mudanças econômicas, tecnológicas e culturais que se processavam na área urbana, porém, na atualidade, essas transformações se propagam com uma velocidade maior do que há décadas, devido à incorporação de bens duráveis presentes no cotidiano dos sítiantes como televisão, telefone fixo, telefone celular, microcomputador e internet.

Entre 1950 e 1980 as pequenas propriedades rurais Norte paranaenses passaram por muitas transformações (formação; instalação de toda uma infraestrutura destinada à lavoura cafeeira; substituição de culturas e instalação de um arcabouço que daria sustentação as novas atividades), neste interim, foram palco para que uma cultura se desenvolvesse e se arraigasse nos indivíduos que nelas viveram e nos que ainda vivem.

A economia transformou a paisagem e os homens, pois como afirma Thompson (2005, p. 304), “[...] não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura.” Porém, esta claro que as mudanças culturais levam um tempo maior para serem incorporadas. Enquanto as inovações tecnológicas no campo foram amplamente difundidas – embora não tomadas por todos igualmente – a

---

<sup>90</sup> Entrevista realizada com N.Z. em 16/07/2016, no município de Terra Boa.

propagação de novos hábitos e costumes atingiu a sociedade, mas, a assimilação destas mudanças por parte dos mais velhos ocorreu de forma mais lenta.

A modernização agrícola provocou grandes mudanças e expôs algumas realidades, dentre elas, a de que a organização da pequena propriedade se assemelhava muito à grande propriedade. Além da organização espacial e econômica da pequena propriedade seguir o modelo da grande, parte dos valores culturais vivenciados pelos pequenos proprietários, também foram herdados da grande propriedade.

Por meio dos relatos dos entrevistados foram encontrados elementos que sinalizavam a existência das relações de compadrio, prática disseminada nas áreas rurais do país e estudada por Candido (1977), Queiroz (1973; 1974) e Martins (1996). O compadrio praticado por grandes proprietários de terras pelo interior do Brasil tinha o objetivo de demarcar as fronteiras das propriedades; os fazendeiros tinham compadres no interior de suas terras. O compadrio estabelecido entre os sitiantes era de menor interesse, mas significava quase um grau de parentesco; sofreu alterações conforme a modernização do campo avançava e as relações com a cidade tornavam-se mais próximas.

Segundo os entrevistados, no início da ocupação dos municípios e formação das pequenas propriedades rurais, o compadrio ainda que limitado – por não atingir todas as esferas de ajuda mútua e obrigações recíprocas –, sobrevivia. Já nos anos de 1980 as relações entre padrinhos, afilhados e compadres restringiam-se as formalidades religiosas.

Conforme diferenciado por Candido (1977, p 245) o compadrio diz respeito às obrigações de convivência, de prestação de serviços e de assistência mútua que os compadres recebiam com a realização do rito religioso do batismo, crisma ou casamento. Já o compadresco limitava-se as obrigações de ordem espiritual e religiosa; o mais praticado.

Nas pequenas propriedades rurais a permanência do compadresco está relacionada à influência do catolicismo, que exige nos sacramentos do batismo, crisma e casamento a presença de padrinhos. Entre os três sacramentos, o batismo<sup>91</sup> é o que guarda maior relevância, por meio dele, os padrinhos recebem a incumbência de arcar com certas despesas como comprar a roupa que a criança usará na cerimônia e oferecer um almoço para a família no dia do batizado.

Ainda nesta concepção da conjuntura cafeeira, cabia aos padrinhos transmitir os valores da fé cristã ao afilhado e, pelo costume, assumir os cuidados com a criança no caso do falecimento dos pais e da ausência de parentes próximos, aptos ou dispostos a assumir a

---

<sup>91</sup> Temendo que a criança viesse a falecer sem a salvação conquistada com este sacramento, o rito referencialmente ocorria logo nos primeiros meses de nascimento.

responsabilidade. Estabelecia-se assim, uma forma de maternidade e paternidade compartilhada no âmbito espiritual e religioso.

O compadresco, portanto, resistiu somente como uma formalidade exigida pelo costume religioso e o compadrio, embora nunca tenha sido tão ativo, pois não chegava a estimular a obrigatoriedade da prestação de serviços, um dos requisitos para que a relação se efetivasse, acabou se enfraquecendo até desaparecer.

A ajuda mútua, relação estabelecida na área rural e também estudada por Candido (1977) e Queiroz (1973; 1974), era praticada nas lavouras em momentos que demandavam maior quantidade de mão de obra, contudo, não era consolidada nos sítios do Norte paranaense como era nos bairros rurais paulistas. A prática do mutirão nunca foi uma regra no espaço dos sítios, a exceção dos momentos de enfermidade de algum vizinho, sem filhos suficientes para concluir os trabalhos ou que pudesse contratar mão de obra externa.

Os pequenos proprietários estavam mais voltados para a manutenção da sua lavoura, principalmente durante os primeiros anos de aquisição do lote, momento em que a dívida deveria ser quitada. Ademais, a compra de uma propriedade era sempre motivada pelo desejo do enriquecimento e da posse de mais terras.

Assim, as relações de vizinhança e os laços de solidariedade eram mantidos como moeda de troca, o não cumprimento desse acordo tácito incorria no isolamento da família e, embora a própria CTNP/CMNP presumisse que o tipo de divisão dos lotes facilitaria a colaboração vicinal por meio de mutirões, como pode ser verificado na seguinte passagem: “[...] as casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d’água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café [...]” (CMNP, 2013, p. 72), esse tipo de ajuda mútua não era praticado.

As pequenas propriedades rurais do Norte Paraná não passaram por um processo de transição de uma agricultura tradicional – aqui entendida como aquela que produz para o consumo e que, por meio da venda ou da troca, utiliza o excedente para adquirir aquilo que não produz – para uma agricultura comercial; e nem de uma comercial sustentada em um único produto para uma comercial sustentada na diversificação.

A agricultura comercial e a possibilidade do lucro com o café desde o início foi o que impulsionou a formação da pequena propriedade, ainda assim, o processo de modernização da agricultura trouxe consequências que impactaram na sua organização interna e econômica e que tiveram reflexo nos costumes praticados. Mesmo que os proprietários não tivessem

ligações tão intensas de parentesco e compadrio e que a solidariedade aparecesse somente enquanto forma de reciprocidade, as mudanças nas relações sociais foram sentidas.

Como todo ciclo econômico a passagem do café no Norte do Paraná foi regida por fases: surgiu, teve seu ápice e seu declínio. A formação das pequenas propriedades rurais foi parte do processo de ocupação do estado e garantia de dividendos com a exportação do café; mesmo nos momentos de crise do mercado sua expansão foi assegurada. Entretanto, a defesa dos interesses dos pequenos cafeicultores e da manutenção da pequena propriedade foi suplantada pela expansão da modernização no campo. Sem representação política, sem escolarização suficiente que os tornassem capazes de se articular diante das mudanças impostas pela modernização, parte dos pequenos cafeicultores foram deixados à margem do processo.

Conforme observado por Thompson (2001, p. 208) antropólogos e sociólogos ao estudarem determinadas sociedades comprovaram que as relações econômicas e não econômicas estão profundamente imbricadas, o autor enfatiza que os fenômenos sociais e culturais não seguem os fenômenos econômicos à distância, mas surgem e se desenvolvem juntos na mesma rede de relações. A afirmação pode ser comprovada com as transformações ocorridas no Norte do Paraná, desde o advento da pequena propriedade rural, até o declínio da economia cafeeira e a assimilação de um pacote tecnológico. Os acontecimentos de ordem econômica desenrolaram-se *pari passu* com as mudanças socioculturais, a relações sociais anteriormente existentes ainda estão presentes na memória daqueles que vivenciaram o período cafeeiro e é justamente a ausência dessas relações que tornam os indivíduos ainda tão ligados a essa fase.

#### **4.4 A cafeicultura no contexto atual**

Embora a cafeicultura no Paraná tenha diminuído muito sua área de produção é um fato que ela não desapareceu por completo estando presente e conseguindo bons resultados de produtividade nas áreas onde as condições do relevo limitaram a mecanização agrícola, a exemplo do que ocorre na mesorregião Norte Pioneiro, onde a maior parte da área (85%) possui uma declividade incompatível com a mecanização (IPARDES, 2004).

Apesar de remeterem a uma relação de afetividade, a continuidade na produção do café é muito mais complexa do que uma ligação sentimental com a cafeicultura ou a inexistência de um conhecimento prático ou aptidão em outras áreas. Notadamente os impulsos de ordem econômica sobrepõem os riscos enfrentados com a atividade, segundo

Pozzobon (2006, p. 152), o período pós 1975 é marcado pela formação de uma cadeia agroindustrial preocupada em agregar valor ao café.

O plantio convencional passou a ser substituído por um modelo que buscou aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção. Com o apoio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, criado em 1972, e EMATER, criado em 1977, em substituição a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA, novas técnicas de cultivo e novas variedades de café passaram a ser desenvolvidas.

As propriedades do Norte paranaense que plantam café procuram atender nichos de mercado como cafeterias, restaurantes, bares, dentre outros, produzindo os chamados cafés especiais ou cafés finos, produtos que se distinguem pelo sabor, pela qualidade e pelo valor.

A evidência na produção do café levou o município de Ribeirão Claro, localizado na mesorregião Norte Pioneiro, e o distrito de Pirapó, pertencente ao município de Apucarana, localizado na mesorregião Norte Central, a criação de feiras agropecuárias, respectivamente denominadas de Fescafé (figura 95) e Feicafé. A primeira feira acontece no mês de julho e a segunda no mês de setembro, períodos que marcam a fase de colheita do café.

**Figura 95-** Adesivo da 22ª Fescafé



Fonte: Arquivo pessoal

Realizado com o objetivo de divulgar a qualidade do café paranaense, o “Concurso Café Qualidade Paraná” teve a primeira edição no ano 2000 e desde 2004, quando foi retomado, passou a ser anual. O evento é promovido por instituições como Governo do Estado, IAPAR e a EMATER e tem entre seus parceiros o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, e a Sociedade Rural

do Paraná – SRP. Dentre os municípios premiados até o ano de 2017, todos estavam localizados nas mesorregiões Norte Central e Norte Pioneiro, destacando-se como os mais premiados os produtores dos municípios da mesorregião Norte Pioneiro, especialmente os municípios de Curiúva, Joaquim Távora, Tomazina, Ribeirão Claro e São Jerônimo da Serra.

No que se refere à facilitação de negócios e a divulgação do café produzido no Norte Pioneiro, foi criada em 2008, e a partir de então, sendo realizada anualmente no município de Jacarezinho, a Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná – FICAFÉ. A FICAFÉ na edição de 2018 recebeu apoio de empresas ligadas a produção e comercialização de máquinas e ferramentas agrícolas, sementes e fertilizantes, máquinas de beneficiamento e preparo do café, além de importadoras e exportadoras do grão. Entre essas empresas estavam: Yara, Syngenta, Condesa Col. Lab, Vonder, Bunn, entre outras. Como apoiadores ainda destacam-se o SENAR e a Capricórnio Coffees.

O SENAR é uma Instituição privada, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, com o objetivo de dar formação profissional a jovens e adultos ligados à área rural. A Capricórnio Coffees é uma exportadora de cafés especiais que também está envolvida com o turismo e educação, recebendo estudantes do Programa Jovem Aprendiz, conduzido em parceria com o SENAR. A participação de grandes empresas e instituições em ambos os eventos (FICAFÉ e “Concurso Café Qualidade Paraná”) demonstram a conexão indústria/agricultura em detrimento de uma agricultura anteriormente praticada no estado. Já a presença do SENAR, FIEP e Capricórnio Coffees apontam para uma educação no campo que é conduzida pelo agronegócio, voltada à formação profissional.

O município de Londrina promove anualmente a “Semana do Café”, evento que teve início em 2012 e que é marcado por atividades culturais e gastronômicas relacionadas ao café (figura 96). Além do caráter turístico a comemoração busca divulgar a qualidade do café produzido no estado para compradores nacionais e internacionais, ampliando as oportunidades de negócios.

**Figura 96-** Logomarca do evento – Semana do café



**Fonte:** Agência UEL de notícias

De acordo com a revista “A Lavoura” (edição 711 de 2015), publicada pela Sociedade Nacional de Agricultura – SNA<sup>92</sup>, as condições climáticas (temperaturas médias anuais entre 19 e 22°C); a altitude (entre 500 e 900 m); a qualidade do solo (“terra roxa”) e a boa precipitação pluviométrica, que são características da mesorregião Norte Pioneiro, formaram no conjunto fatores ideais para a produção de cafés finos, o que possibilitou a certificação de Indicação Geográfica (IG). A revista esclarece a importância da certificação:

[...] atribui identidade própria ao produto ao garantir a origem, os processos de produção e algumas características sensoriais do café produzido na região, de acordo com as normas estabelecidas para a concessão do selo de qualidade pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). Também representa o reconhecimento das qualidades particulares do produto, agregando valor no mercado nacional e internacional, e visibilidade e projeção da região no mundo. Além disso, permite proteção do produto (reduzindo as falsificações) e de sua variedade e imagem, da renda do produtor, dos direitos do consumidor, da riqueza e do desenvolvimento, do território, da cultura e da tradição da região (A LAVOURA, p. 52-53, edição 711 de 2015).

O manifesto interesse de determinadas empresas nos produtores de café da mesorregião Norte Pioneiro, além das particularidades do café produzido, deve-se a expectativa de concretização de negócios que levem a transações comerciais, uma vez que a mesorregião possui 7,5 mil cafeicultores<sup>93</sup>, que produziram em 2016, 41.980 toneladas de café em grãos. Na tabela 5, é possível notar que a mesorregião Norte Pioneiro se destaca como a maior produtora da rubiácea no Paraná.

**Tabela 5-** Quantidade de café em grão produzido em 2016 no Paraná

<b>Mesorregião</b>	<b>Quantidade produzida (Toneladas)</b>
Norte Pioneiro	41.980
Norte Central	16.420
Noroeste	2.056
Centro Ocidental	890
Oeste	749
Centro Oriental	204
Sudoeste	-
Centro-Sul	-
Sudeste	-
Metropolitana de Curitiba	-
<b>Total</b>	<b>62.299</b>

Fonte: SIDRA, 2018

<sup>92</sup> A SNA foi fundada em 1897 e possui sede no município do Rio de Janeiro, publica desde então a revista “A Lavoura”. Segundo a própria SNA a instituição tem por finalidade “promover o agronegócio brasileiro por meio de ações educacionais e difusão de conhecimentos técnicos específicos nas áreas de agricultura, criação de animais, meio ambiente, economia, direito e capacitação gerencial”. A SNA ainda objetiva “o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas de interesse dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais das indústrias extrativas e correlatas, à exceção dos outorgados por lei às entidades sindicais no que se refere à defesa e representação classistas”. Conforme as posições assumidas pela instituição nas questões referentes à distribuição de terras e dos trabalhadores rurais menos capitalizados, a SNA claramente põe-se como defensora dos interesses do empresariado rural.

<sup>93</sup> Revista *A Lavoura*, 2015.

As transações comerciais estabelecidas entre os pequenos produtores/agricultores familiares e a indústria processadora, estão longe de se caracterizarem como equânimes. Pela natureza da relação com a terra, a melhor forma de obtenção de lucro é por meio da produção agrícola e da exploração da mão de obra; dentro dessa lógica o capital explora a mão de obra disponível na pequena propriedade, tirando proveito principalmente na fase da comercialização, na relação com o mercado. Para se proteger dessa dependência, os produtores de café se organizam em cooperativa e associação<sup>94</sup> e, por meio delas, obtêm melhor preço para seu produto, pois não mais recorrem a atravessadores, reduzem custos com a aquisição de insumos por meio da compra coletiva, e abrem espaço para certificação de comércio justo, tornando-se capazes de resistir mais facilmente à inconstância do mercado.

A cafeicultura no Paraná, embora não tenha a mesma extensão de outrora, ainda figura como uma importante atividade, capaz de gerar emprego e renda e possibilitar a permanência no campo.

---

<sup>94</sup> É o caso da Cooperativa de Produtores de Cafés Certificados e Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Cocenpp) e da Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (ACENPP).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo realizado com Geografia Cultural e com outras áreas do conhecimento foi fundamental para que a pesquisa alcançasse seus objetivos. O trabalho de campo, ponto convergente entre a Geografia e a Antropologia nos auxiliou na busca por uma pesquisa que não privilegiasse somente aspectos econômicos, o que seria bastante limitador; as análises que a Geografia promove sobre determinada realidade podem ser enriquecidas com outras metodologias, agregando conhecimento, mas sem negar ou esquecer o fazer geográfico.

Com a pesquisa foi possível verificar como a política econômica e agrícola que sustentou o cultivo do café no Paraná e mais tarde subsidiou o processo de modernização da agricultura, se materializou na organização interna e nas relações sociais existentes nas pequenas propriedades rurais e, por extensão, na paisagem rural do Norte do estado. Os resultados alcançados durante o trabalho encontram-se sintetizados abaixo.

Escolhido como o sustentáculo para a colonização e o grande chamariz para possíveis compradores das terras parceladas pela CTNP/CMNP, o café havia sido alvo de medidas de proteção que lhe deram suporte para resistir às baixas de preços, mesmo antes de o cultivo passar a ser incentivado no Paraná. Para gerir a produção e a comercialização instituições foram criadas desde 1924 até 1961. Dentre essas instituições o IBC e o GERCA foram emblemáticos no controle da produção.

A criação do GERCA que, além de racionalizar os plantios do café, tinha como função estimular novas culturas como soja, milho e trigo, indica que o desestímulo ao cultivo do café já acontecia antes da geada negra ocorrida em 1975. O fato de a intensidade da geada negra permanecer no imaginário popular como o fator decisivo para o declínio da economia cafeeira demonstra um desconhecimento da população em relação às políticas econômicas e agrícolas que se desenvolviam no país. A estratégia da racionalização tinha como objetivo frear a produção, o que geraria uma diminuição nos estoques do governo e a consequente criação de receita, além disso, o Estado pretendia diminuir a dependência das exportações do café como geradora de divisas.

O plano de racionalização da produção do café e o estímulo a novas culturas desenvolveram-se em conjunto com a modernização da agricultura. Guiada pelo modelo da Revolução Verde e influenciada pela CEPAL, a modernização estimulou o consumo de um pacote tecnológico que, apesar de ter possibilitado o aumento e a diversificação da produção agrícola, trouxe consequências negativas no setor social.

O SNCR criado para instrumentalizar a modernização concentrou a destinação de recursos para os médios e grandes produtores, situação que passou a ser revertida com o surgimento e ampliação do PRONAF. Se amparada, a pequena propriedade não teria absorvido com tanta intensidade os impactos negativos da modernização, o que se comprova com o aumento da concentração fundiária no estado.

A partir da imposição de um modelo de modernização para o campo a infraestrutura destinada à produção cafeeira foi substituída por uma mais adequada às novas atividades que passaram a dominar na paisagem rural do Norte Paranaense. Mas, apesar do declínio do café como principal cultura agrícola, seu desaparecimento não ocorreu por completo. O cultivo ainda está presente, sendo mais representativo nas áreas não alcançadas pela mecanização agrícola devido a limitações do solo e do relevo. Revigorado e adaptado às exigências do mercado o cultivo do café promove geração de emprego e renda podendo arrefecer o movimento em direção às cidades. No caso específico dos municípios estudados, a persistência no cultivo deve-se aos ganhos que proporciona e a possibilidade de manter o café aliado a outras atividades.

Quanto ao levantamento dos elementos materiais representativos do período em que essa cultura agrícola foi dominante, especificamente as edificações, percebeu-se que a permanência é mais frequente em propriedades que ainda cultivam o café – podendo sofrer inovações como terreirões suspensos e construções em alvenaria – e naquelas que, embora se dediquem a outras atividades, aproveitam a infraestrutura utilizando-a para outras funções.

Além das edificações o posicionamento da sede também aparece como indicativo da modernização agrícola. Culturas agrícolas como soja, milho e trigo se plantadas nas partes mais baixas da propriedade sofrem menos impactos com a geada se comparadas ao café, este espaço, antes destinado à sede, pode ser utilizado para o cultivo e, portanto, a sede pode ser transferida para a cabeceira do lote.

A sede posicionada na cabeceira do lote e mais próxima a estrada de acesso à cidade, comprova uma relação mais estreita com a área urbana, espaço que no auge do período cafeeiro era procurado somente ocasionalmente. A manutenção de duas sedes é motivada por dois fatores: propriedades que ainda cultivam o café aliado à outra atividade ou o crescimento da família, que motivou a construção de novas residências reservando a antiga sede para um dos herdeiros ou para moradia de empregados. Nas propriedades em que a sede é mantida na posição original há aquelas que cultivam o café e as que somente se aproveitam das estruturas do período cafeeiro para outras funções.

Os objetos materiais registrados neste trabalho, especialmente os utensílios domésticos e as ferramentas de trabalho, foram encontrados em sua maioria nas pequenas propriedades rurais visitadas durante os trabalhos de campo, sua presença é justificada pelo valor sentimental e pela utilidade que ainda possuem; os objetos que estão atualmente em desuso e que não se tornaram objetos de decoração se encontram desorganizados, acumulados em barracões ou expostos ao tempo.

Da mesma forma que a política econômica e agrícola foi responsável pela transformação na organização interna das pequenas propriedades, as relações sociais também foram afetadas pelo novo modelo que se desenvolvia. Perderam espaço as relações de vizinhança e os laços de solidariedade que mantinham a coesão do grupo e evitavam o isolamento, passível de ocorrer em áreas recentemente colonizadas.

Os relatos dos entrevistados enfatizam a falta que sentem das relações sociais que existiam entre os pequenos proprietários. A dificuldade de assimilação de novos costumes relaciona-se a idade dos entrevistados, pessoas que passaram boa parte de sua infância, adolescência e/ou vida adulta inseridos em um tipo de atividade agrícola que não se refletia apenas na paisagem, mas no modo de vida da população. Mudanças culturais, se comparadas à adoção de inovações tecnológicas, são mais profundas e por isso, demandam um tempo maior para serem incorporadas, soma-se a isso às dificuldades de acesso a veículos de informação, o que inibiu por certo tempo a propagação novos costumes.

As transformações passadas pela pequena propriedade rural, longe de sustentar conjecturas a respeito de sua extinção, demonstram que ela é capaz de se adaptar mesmo com a existência de políticas que privilegiam a produção em larga escala voltada para a exportação. Diferentemente do modelo que seguia durante o ciclo cafeeiro a pequena propriedade deve seguir a contrapelo da grande, isso não significa abster-se dos recursos tecnológicos, mas buscar nichos de mercado que a monocultura não atinge.

Unidas, as pequenas propriedades formam uma paisagem que, como a própria acepção do conceito exprime, é extremamente dinâmica e manifesta as ações humanas processadas ao longo tempo sobre o meio, por isso, estão imersas de elementos de origem econômica, política, social e cultural. Compreendemos que o conceito de paisagem é polissêmico e não ambicionamos tratá-lo aqui em sua totalidade, mas registramos a contribuição deste conceito geográfico para o entendimento de como as ações passadas modelaram a paisagem rural do Norte do Paraná.

Concluimos que os dados levantados, referentes à cultura material, foram mais significativos que a informações colhidas relativas à cultura imaterial; expressões culturais

como as festas, danças, músicas, costumes, tradições, entre outras, que nas demais regiões do país se revelam mais notáveis, como a cultura gaúcha, por exemplo, se apresentaram mais restritas na área estudada.

Pode-se dizer que a influência do encontro de diferentes etnias (italianos, espanhóis, japoneses e seus descendentes; além de brasileiros: paulistas, mineiros e nordestinos), com suas diversas características culturais, acabou por se diluir. Esse fato pode ser atribuído a alguns fatores: o curto espaço de tempo em que a economia cafeeira foi dominante não foi suficiente para criar uma tradição cultural; mesmo com a intensidade do trabalho havia espaço para os momentos de descanso e interação social, mas isso não o foi insuficiente para que uma tradição cultural se solidificasse e se perpetuasse; o próprio modo como os lotes eram comercializados não tornava possível à formação de uma vizinhança com as mesmas características étnicas: assim, descendentes de italianos conviviam com filhos de espanhóis, japoneses, nordestinos, entre outros. As interações entre vizinhos e até os casamentos entre as diferentes etnias promoveram, durante a conjuntura cafeeira, a incorporação de hábitos, costumes e até a culinária dos diferentes grupos.

Verificamos que dentre os trinta e cinco municípios criados sob a influência da CTNP/CMNP, onze possui museus, o que representa um percentual de 31,4%. Já entre os três municípios estudados apenas São Jorge do Ivaí possui um museu constituído, cujo acervo é composto, entre outros elementos, por fotografias, mobiliários, utensílios domésticos e ferramentas utilizadas no período de colonização; todos os objetos expostos foram recebidos por meio de doações da comunidade local. No município de Jussara, por iniciativa particular, foi improvisado em uma propriedade rural, um museu com objetos que contam a história de uma família de japoneses cujos ancestrais migraram para o Brasil como o objetivo de divulgar os ensinamentos da religião Tenrikyo. No museu são expostos desde objetos da família (quimonos, relógios, medalhas, moedas) até artefatos utilizados no período cafeeiro e peças mais recentes. Em Terra Boa não há museus ou casas da memória.

Gradualmente esmaecendo na paisagem e no modo de vida da população, os poucos registros que caracterizam a pequena propriedade cafeeira Norte paranaense, se catalogados e organizados em museus, casas da memória ou memoriais, localizados nos próprios sítios ou na cidade, podem contribuir para contar a história da pequena propriedade rural erigida em uma conjuntura econômica onde o café era o principal produto. Podem ainda contribuir para o resgate e preservação da memória dos municípios no contexto da história do Paraná e do Brasil, podendo ser utilizados como fontes de pesquisa e de trabalho de campo com estudantes de diferentes níveis de ensino.

## REFERÊNCIAS

ACERVO ARMÍNIO KAISER (1957-1970). Disponível em: <<http://www.camaraclara.org.br>> Acesso em 16 de junho de 2017.

AGÊNCIA UEL DE NOTÍCIAS. Museu Histórico de Londrina abre Semana do Café. Disponível em: <[http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ\\_not&id=26316](http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=26316)> Acesso em 20 de maio de 2018.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural. **GEONORDESTE**, São Cristóvão-SE, Ano XIX, n. 1. Julho de 2008. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste>> Acesso em 03 de outubro de 2015.

AMATO NETO, João. A indústria de máquinas agrícolas no Brasil – origens e evolução. **Revista de Administração de Empresas**. V. 25, n. 3. São Paulo: Jul./Set. de 1985. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/node/43381/artigos/1>> Acesso em 25 de janeiro de 2017.

AULETE, Caldas. **Aulete Digital – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Dicionário Caldas Aulete, versão *online*. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>> Acesso em 15 de abril de 2017.

BALHANA, A. P.; MACHADO, P. B.; WESTPHALEN, C. M. Nota prévia ao estudo e ocupação de terras no Estado do Paraná. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, 1968.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, out./dez., 1952.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Folia de Reis de Mossâmedes. **Cadernos de Folclore nº 20**. Rio de Janeiro: Arte-FUNARTE, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

BRASIL. **Decreto-lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967**. Altera dispositivos da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0276.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0276.htm)> Acesso em 20 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.443, de 5 de janeiro de 2007**. Dá nova redação aos arts. 95 e 96 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111443.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111443.htm)> Acesso em 20 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm)> Acesso em 20 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963**. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm#art183](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm#art183)> Acesso em 20 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível

em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)> Acesso em 23 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.** Institucionaliza o crédito rural. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm)> Acesso em 20 de maio de 2017.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Família e religião na sociedade rural em mudança. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social:** leituras básicas de sociologia rural. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

CAMBIAGHI, Salette Magdalena. O Povoamento do Norte do Paraná. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.** São Paulo: AGB. Vol. VI. Tomo 1. 1951. Pp. 81-90.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense:** 1900/1970. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito.** 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CARVALHO, M. S. A Geografia da Alimentação em frente pioneira (Londrina-Paraná). **Terra Livre,** Goiânia, ano 21, v. 2, n. 25, jul./dez., 2005.

CAVALCANTI, Lísia Maria. Centésima décima quarta tertúlia: Londrina e a zona pioneira do norte do Paraná. **Boletim Geográfico,** Rio de Janeiro: IBGE, ano II, n. 28, jun. 1945.

CEPAL. **Sobre a CEPAL.** Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/about>> Acesso em 17 de agosto de 2017.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Tradução de Luís Fugazzola Pimenta e de Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 2014.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COHAPAR. **Guia de Programas Habitacionais:** 2016/2018. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br>> Acesso em 15 de setembro de 2016.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** 3. ed. 2013. Disponível em: <<http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/>> Acesso em 05 de abril de 2015.

CONAB. **Série histórica das safras.** Disponível em <<https://www.conab.gov.br>> Acesso em 30 de maio de 2017.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais.** 23. ed. São Paulo: Global, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e cultura,** Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, n. 1, out., 1995.

CORTEZ, Jorge W. **Preparo do solo**. Jaboticabal/SP: LAMMA. Laboratório de Máquinas e Mecanização Agrícola/UNESP. Disponível em: <<http://lamma.com.br>> Acesso em 13 de dezembro de 2018.

CPDOC/FGV. DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. **Verbetes Instituto Brasileiro do Café**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc>> Acesso em 21 de agosto de 2017.

CRANG, M. A.; COOK, I. **Doing Ethnographies**. London: Sage Publications Ltd, 2008.

DEAN, Warren, A Ferro e Fogo. **A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMANGEON, Albert. **Problemas de Geografia Humana**. Tradução de Rocío de Terán. Barcelona: Omega, 1956.

DUNCAN, James, S. O supra-orgânico na geografia cultural Americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

EMATER. **Habitação Rural**: o programa. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>> Acesso em 15 de setembro de 2018.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaio Fundação de Economia e Estatística (FEE)**, Porto Alegre, 8(1): 139-154, 1987. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1075/1416>> Acesso em 11 de janeiro de 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

GEORGE, Pierre. As bases geográficas da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os métodos da Geografia**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES E SOUZA, J. Estado, movimentos sociais e reforma agrária: as duas fases do pensamento de Celso Furtado no pré-1964. **Lutas Sociais** (PUCSP), v. 17/18, p. 156-169, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERRAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. Barcelona: Ariel (Colección Ariel Patrimonio), 2014.

IAPAR. **Métodos de proteção contra geadas em cafezais em formação**. Londrina, 2007. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/metprotcafezaisformacao.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/metprotcafezaisformacao.pdf)> Acesso em 14 de maio de 2017.

IBGE. **Brasil em Síntese**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censos Agropecuários**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> Acesso em 14 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censos Demográficos**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> Acesso em 04 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. v. 1, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>> Acesso em 04 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9127>> Acesso em 30 de agosto de 2018.

INCRA. **Classificação dos imóveis rurais**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>> Acesso em 05 de junho de 2018.

IPARDES. **Estabelecimentos rurais no Paraná crescem, concentração de terras permanece**. Curitiba, 2009. Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_noticia=186](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=186)> Acesso em 20 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>> Acesso em 12 de setembro de 2015.

KAGEYAMA, Angela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, UNICAMP, 1987.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Maringá: Eduem, 2014.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Anhembi Limitada, 1957.

LEXICAR BRASIL. **Ford Tratores**. Disponível em <<http://www.lexicarbrasil.com.br>> Acesso em 23 de setembro de 2017.

LIMA, Maria das Graças de. Tendências da Geografia brasileira hoje: gênero, patrimônio, saúde, religião e outras temáticas. In: ROCHA, M. M.; GARBIN, E. (Orgs.). **Multidisciplinaridade na pesquisa geográfica contemporânea**. Maringá: UEM-PGE, 2015.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 17, nov. 1998, p. 28-46.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa Zona Pioneira**: Maringá. Maringá: Gráfica municipal de Maringá, 1997.

MAGALHÃES, Marisa Valle; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. As trocas migratórias entre Paraná e suas regiões metropolitanas com as regiões brasileiras nas décadas recentes. **Caderno IPARDES**, Curitiba, PR, v. 2, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/538>> Acesso em 05 de setembro de 2018.

MAGNANINI, R. L. C. Condições climáticas das regiões cafeeiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, jul./set., 1956.

MARGOLIS, Maxine L. **The moving frontier**: social and economic change in a Southern Brazilian community. University of Florida Press: Gainesville, 1973.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, n° 23, São Paulo, Mar. 1991.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão agrária no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, USP, São Paulo, v. 8, n° 1, maio de 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/6599>> Acesso em 15 de dezembro de 2018.

MARTINS, Romário. **Cafelândia ou terra das glebas de ouro**: impressões de viagens. Londrina, Eduel, 2013.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O objeto material como documento**. Reprodução de uma aula ministrada no curso "Patrimônio cultural: políticas e perspectivas". Organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, em 1980.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Relatório do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHHR - Posição em 31/12/2014**. Disponível em: <<https://www.cidades.gov.br>> Acesso em 15 de setembro de 2018.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. **Boletim Geográfico**. São Paulo: ano III n° 25, 1945.

\_\_\_\_\_. A paisagem, espelho de uma civilização. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 11, p. 109-117, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/828>> Acesso em: 10 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. **Boletim Geográfico**. São Paulo: n° 116, set./out., 1953.

\_\_\_\_\_. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MÜLLER, Geraldo. Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. **Estud. av.** v. 3, n. 7, São Paulo, Set./Dez. 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/669>> Acesso em 02 de maio de 2017.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: n° 22, março de 1956.

OCEPAR. **Consultar cooperativas do Paraná**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br>> Acesso em 13 de abril de 2018.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

POZZOBON, Irineu. **A epopeia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 46. reimpressão.

\_\_\_\_\_. O estatuto do trabalhador rural. In: SANTOS, Raimundo. **Agraristas políticos brasileiros [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 87-97. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/59grm>> Acesso em 13 de maio de 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

\_\_\_\_\_. O Sítio Tradicional e a Percepção do Espaço. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 15, p. 79-96, 31 dez. 1974. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69851>> Acesso em 16 de julho de 2018.

RAGGIO, Nádia Zaiczuk. **Norte Novo do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Curitiba, Janeiro de 1985.

RAMOS, Augusto. **O café no Brasil e no estrangeiro**. Rio de Janeiro. Pap. Santa Helena, 1923.

RAMOS, Lilian M. P. de Carvalho. **Escolas rurais consolidadas: a experiência paranaense**. Cad. Pesq., São Paulo (77): 19-23, maio 1991. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a02.pdf>> Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

RANGEL, Carlos. Norte do Paraná: “não sobrou um pé de café”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de julho de 1975. 3º caderno, p. 19. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>> Acesso em 10 e novembro de 2016.

REVISTA CAFEICULTURA. **Geada negra fez surgir um novo cenário agrícola no Norte do PR**. Rio Paranaíba: 2010. Disponível em: <<http://revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=34028>> Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RODRIGUES, Nelson Brito. **O Povo Sutil: um povo que caiu no ostracismo da história paranaense**. São Paulo: Editora Gregory, 2012.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas do café: história, morfologia e paisagem urbana**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2013.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, SP, v. 23 (Supl.1), 1-58, 1993.

SALLUM JÚNIOR, Basílio. **Capitalismo e cafeicultura**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológicos da Geografia**. São Paulo, Hucitec, 1988.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato. & ROSENDAHL, Z. (Org.) **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

\_\_\_\_\_. Foreword to History Geography. In: LEIGHLY, J. **Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer**. Berkeley: University of California Press, 1983.

SIDRA. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

SILVA, Laercio. “Um golpe de misericórdia” para os cafezais. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de julho de 1975. Nacional, p. 7. Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/>> Acesso em 10 e novembro de 2016.

SNA. Indicação Geográfica – Norte Pioneiro do Paraná: café com identidade própria. **A Lavoura**, Rio de Janeiro, edição nº 711/2015, ano 118, p. 52 a 54.

STERNBERG, Hildgard O'Reilly. **Contribuição ao estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

THOMPSON, Edward Palmer. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **E. P. Thompson, as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”**: histórias e fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 1997. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br>> Acesso em: 20 de julho de 2015.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. As frentes pioneiras. In: **História do Paraná (Série Ideias em Debate)**. Curitiba: SECE/Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WILLEMS, Emilio. **Cunha**: tradição e transição em uma cultura rural no Brasil. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo/Publicidade Agrícola, 1947.

### **Leitura complementar**

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados**. Goiânia: Editora Vieira, 2005.

ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine da Costa (Orgs.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J.P. (Orgs.). **Geografia**: leituras culturais Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

BALHANA, A. P.; MACHADO, P. B.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. v. 1, Curitiba: Grafipar, 1969.

BARISON, M. B. Primeiras Praças e Capelas do Norte do Estado do Paraná: “Algumas Considerações”. **Semina**. Ciências Sociais e Humanas (Impresso), Londrina, v. 12, p. 155-166, 1991.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas**: arquitetura rural no ciclo do café. São Carlos: v. 1, 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Fazendas paulistas**: arquitetura rural no ciclo do café. São Carlos: v. 2, 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras”, no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, jul./set., 1953.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “**No rancho fundo**”: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011**. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7499.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7499.htm)> Acesso em 20 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **LDBEN 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>> Acesso em 22 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm)> Acesso em 20 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 3.924 de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm)> Acesso em 14 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 366, de 7 de junho de 2018**. Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, para os fins que especifica. Disponível em: <[http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21057745/do1-2018-06-08-portaria-n-366-de-7-de-junho-de-2018-21057536](http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21057745/do1-2018-06-08-portaria-n-366-de-7-de-junho-de-2018-21057536)> Acesso em 20 de maio de 2017.

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la Geografía**. Barcelona (ES): Barcanova, 1981.

CHILDE, Vere Gordon. **Introdução à Arqueologia**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

CNCFlora. **Lista Vermelha da flora brasileira versão 2012.2 Centro Nacional de Conservação da Flora**. Disponível em <<http://cncflora.jbrj.gov.br/portal/pt-br/listavermelha>>. Acesso em 2 fevereiro 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. (Série Geografia Cultural).

\_\_\_\_\_. **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

DENEVAN, W.; MATHEWSON, K. (Orgs.). **Carl Sauer, culture and landscape: readings and commentaries**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2009.

DINIZ, J. A. F. Cálculo da eficiência da agricultura na Depressão Periférica Paulista. **Boletim Geográfico**, ano 29, n. 218, p. 66-75, 1970.

DINIZ, J. A. F.; OLIVEIRA, L. H. B. O emprego de modelos na análise da distribuição da terra e das categorias dimensionais de estabelecimentos agrícolas no leste do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 33, n. 1, p. 123-140, 1971.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

**Flora do Brasil**. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://floradobrasil.jbrj.gov.br>> Acesso em: 23 de dezembro de 2016.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HATSCHBACH, G. G.; ZILLER, S. R. (Colaboradores). **Lista vermelha de Plantas ameaçadas de extinção no Estado do Paraná**. Curitiba: SEMA / GTZ, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE. **Séries Estatísticas**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>> Acesso em 15 de janeiro de 2016.

KOZEL, Salete; COSTA, Josué da; GIL FILHO, Sylvio F. (Orgs.). **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEIGHLHY, J. (Ed.) **Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer**. Berkeley: University of California Press, 1983.

LIMA, Maria das Graças de. Um estudo geográfico sobre as casas de madeira em Maringá-PR. *Boletim de Geografia*. Maringá, v. 25, n. 1, p. 81-93, 2007.

LORENZI, H.; SOUZA, H. M. de. **Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. 3. ed. Nova Odessa: Editora Plantarum, 2001.

LOWENTHAL, David. Past time, present place: landscape and memory. **The Geographical Review**, Nova York, v. 65, n. 1, p. 1-36, jan. 1975.

\_\_\_\_\_. **The past is a foreign country**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2003.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da História Ambiental. **Varia história** [online]. 2008, v. 24, n. 39. Disponível em: <<http://www.variahistoria.org>> Acesso em 04 de setembro de 2015.

MONBEIG, P. **Ensaio da geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

\_\_\_\_\_. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

MONTEIRO, D. T. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 12, p. 47-63, 1961.

MOREIRA-FILHO, H. **Plantas medicinais - I**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1972.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; GONDIM, Lucas Bezerra; SILVA, Luiz Raphael Teixeira; MACHADO, Ivna Caroline Bezerra; CAVALCANTE, Tiago Vieira (Orgs.). **Os outros somos nós: NEER (2006-2016)**. Timburi SP: Editora Cia do Ebook, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. 3. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

PARANÁ. **Lei 2.427 de 05 de agosto de 1955**. Altera as divisas dos municípios que especifica. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=14055&indice>> Acesso em: 24 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 2.411 de 13 de julho de 1955.** Cria os Municípios de Terra Boa e Jussara, desmembrados do Município de Engenheiro Beltrão. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=13889&indice>> Acesso em: 24 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.228 de 21 de outubro de 1971.** Denomina São Jorge do Ivaí, o atual município de São Jorge. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=9955&indice>> Acesso em: 24 de agosto de 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PENN, Mischa; LUKERMANN, Fred. Corologia e paisagem: uma leitura internalista de “A morfologia da paisagem”. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Sobre Carl Sauer.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PRICE, Marie; LEWIS, Martin. The Reinvention of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 1, p. 1-17 (Mar., 1993).

RATZEL, Friedrich. **Culturgeographie der Vereinigten Staaten von Nord-Amerika unter besonderer Berücksichtigung der wirtschaftlichen Verhältnisse.** Munich: Oldenbourg, 1880.

**Reflora - Herbário Virtual.** Disponível em: <<http://www.herbariovirtualreflora.jbrj.gov.br>> Acesso em 23 de dezembro de 2016.

RESENDE, Sidivan. Interações entre rural e urbano: discussões e tendências de análises. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa.** Uberlândia: ROMA, 2007.

SAUERESSIG, Daniel. **Plantas do Brasil - árvores nativas vol.1.** Plantas do Brasil: Irati, 2015.

SERPA Angelo (Org.). **Espaços culturais vivências, imaginações e representações.** EDUFBA Salvador, 2008.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná:** do século XVI à década de 1950. Londrina: Ed UEL, 2002.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (Re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B.; ROLLO, J. H. (Orgs.). **Maringá e o norte do Paraná** (Estudos de história regional). Maringá: EDUEM, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná.** 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

## GLOSSÁRIO

**Alqueires paulistas** – alqueire é uma unidade de medida de área variável conforme a região. O alqueire paulista equivale a 24.200 m<sup>2</sup> ou 2,42 hectares; o alqueire mineiro e goiano equivale a 48.400 m<sup>2</sup> ou 4,84 hectares; o alqueire baiano equivale a 96.800 m<sup>2</sup> ou 9,68 hectares (<http://www.aulete.com.br>; ORMOND, 2006).

**Frango capão** – capão é a denominação dada aos machos castrados de suínos, caprinos, ovinos e aves; frango capão é o galo jovem castrado e superalimentado para engorda rápida (<http://www.aulete.com.br>; ORMOND, 2006).

**Hectares** – no singular, hectare. Medida de superfície equivalente a 10.000 m<sup>2</sup> (ORMOND, 2006).

**Talhões** – no singular, talhão. Área bem delimitada de terra; divisão de uma cultura agrícola (ORMOND, 2006).

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### ROTEIRO PARA ENTREVISTA N° \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Início da entrevista: \_\_\_\_:\_\_\_\_ Término da entrevista: \_\_\_\_:\_\_\_\_

### IDENTIFICAÇÃO

#### **Informante A:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Gênero: Masculino ( ) Feminino ( )

Cor/raça: amarela ( ) branca ( ) indígena ( ) parda ( ) preta ( )

Estado Civil: Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) ( ) União Estável ( )

Escolaridade: Sem escolaridade ( ) E.F. incompleto ( ) E.M. incompleto ( ) E. Sup. incompleto ( ) E.F. completo ( ) E.M. completo ( ) E. Sup. completo ( )

Nasceu no Paraná? Sim ( ) Não ( )

Se sim, em qual município? \_\_\_\_\_

Se não, em qual estado (UF) e município? \_\_\_\_\_

Em qual estado e município residia imediatamente antes de vir para o Paraná: \_\_\_\_\_

Por que veio para o município? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo reside no município? \_\_\_\_\_

Local de residência no tempo da economia cafeeira: zona urbana ( ) zona rural ( )

Local de residência atual: zona urbana ( ) zona rural ( )

Se houve alteração no local de residência por que isso ocorreu? \_\_\_\_\_

Tipo de ocupação no tempo da economia cafeeira: \_\_\_\_\_

Tipo de ocupação atual: \_\_\_\_\_

Relação de parentesco ou de proximidade com os demais informantes:

Informante B: \_\_\_\_\_

Informante C: \_\_\_\_\_

Informante D: \_\_\_\_\_

**Informante B:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Gênero: Masculino ( ) Feminino ( )

Cor/raça: amarela ( ) branca ( ) indígena ( ) parda ( ) preta ( )

Estado Civil: Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) ( ) União Estável ( )

Escolaridade: Sem escolaridade ( ) E.F. incompleto ( ) E.M. incompleto ( ) E. Sup. incompleto ( ) E.F. completo ( ) E.M. completo ( ) E. Sup. completo ( )

Nasceu no Paraná? Sim ( ) Não ( )

Se sim, em qual município? \_\_\_\_\_

Se não, em qual estado (UF) e município? \_\_\_\_\_

Em qual estado e município residia imediatamente antes de vir para o Paraná: \_\_\_\_\_

Por que veio para o município? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo reside no município? \_\_\_\_\_

Local de residência no tempo da economia cafeeira: zona urbana ( ) zona rural ( )

Local de residência atual: zona urbana ( ) zona rural ( )

Se houve alteração no local de residência por que isso ocorreu? \_\_\_\_\_

Tipo de ocupação no tempo da economia cafeeira: \_\_\_\_\_

Tipo de ocupação atual: \_\_\_\_\_

Relação de parentesco ou de proximidade com os demais informantes:

Informante A: \_\_\_\_\_

Informante C: \_\_\_\_\_

Informante D: \_\_\_\_\_

**Informante C:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Gênero: Masculino ( ) Feminino ( )

Cor/raça: amarela ( ) branca ( ) indígena ( ) parda ( ) preta ( )

Estado Civil: Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) ( ) União Estável ( )

Escolaridade: Sem escolaridade ( ) E.F. incompleto ( ) E.M. incompleto ( ) E. Sup. incompleto ( ) E.F. completo ( ) E.M. completo ( ) E. Sup. completo ( )

Nasceu no Paraná? Sim ( ) Não ( )

Se sim, em qual município? \_\_\_\_\_

Se não, em qual estado (UF) e município? \_\_\_\_\_

Em qual estado e município residia imediatamente antes de vir para o Paraná: \_\_\_\_\_

Por que veio para o município? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo reside no município? \_\_\_\_\_

Local de residência no tempo da economia cafeeira: zona urbana ( ) zona rural ( )

Local de residência atual: zona urbana ( ) zona rural ( )

Se houve alteração no local de residência por que isso ocorreu? \_\_\_\_\_

Tipo de ocupação no tempo da economia cafeeira: \_\_\_\_\_

Tipo de ocupação atual: \_\_\_\_\_

Relação de parentesco ou de proximidade com os demais informantes:

Informante A: \_\_\_\_\_

Informante B: \_\_\_\_\_

Informante D: \_\_\_\_\_

#### **Informante D:**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Gênero: Masculino ( ) Feminino ( )

Cor/raça: amarela ( ) branca ( ) indígena ( ) parda ( ) preta ( )

Estado Civil: Casado(a) ( ) Solteiro(a) ( ) Viúvo(a) ( ) União Estável ( )

Escolaridade: Sem escolaridade ( ) E.F. incompleto ( ) E.M. incompleto ( ) E. Sup.

incompleto ( ) E.F. completo ( ) E.M. completo ( ) E. Sup. completo ( )

Nasceu no Paraná? Sim ( ) Não ( )

Se sim, em qual município? \_\_\_\_\_

Se não, em qual estado (UF) e município? \_\_\_\_\_

Em qual estado e município residia imediatamente antes de vir para o Paraná: \_\_\_\_\_

Por que veio para o município? \_\_\_\_\_

Há quanto tempo reside no município? \_\_\_\_\_

Local de residência no tempo da economia cafeeira: zona urbana ( ) zona rural ( )

Local de residência atual: zona urbana ( ) zona rural ( )

Se houve alteração no local de residência por que isso ocorreu? \_\_\_\_\_

Tipo de ocupação no tempo da economia cafeeira: \_\_\_\_\_

Tipo de ocupação atual: \_\_\_\_\_

Relação de parentesco ou de proximidade com os demais informantes:

Informante A: \_\_\_\_\_

Informante B: \_\_\_\_\_

Informante C: \_\_\_\_\_

## **TRABALHO, ORGANIZAÇÃO ESPACIAL, OBJETOS MATERIAIS E RELAÇÕES SOCIAIS**

Poderia contar um pouco sobre sua história de vida no tempo do café? O sr.(a) cultivava café?

A propriedade era de quem?

Qual era o tamanho da propriedade?

Como a propriedade era chamada? ( ) chácara ( ) sítio ( ) fazenda

Como o trabalho na lavoura de café acontecia? Quais as atividades realizadas e como elas se alteravam durante o ano?

A que horas o trabalho com o café começava e a que horas terminava?

Quais membros da família trabalhavam na lavoura?

Como era a rotina de trabalho na lavoura durante a semana? E durante os finais de semana e feriados?

A que horas a família iniciava os trabalhos e a que horas encerrava (serviços além da atividade com o café)?

Assim que os trabalhos eram encerrados o que faziam?

Além do café o que cultivavam ou criavam? Qual o local reservado para este(s) cultivo(s) e criação(ões)?

Quem trabalhava na sede? Quais as atividades realizadas durante o dia e em quais horários?

O trabalho na sede sofria alteração ao longo da semana?

O trabalho na sede era o mesmo durante os finais de semana e feriados?

A renda era suficiente para manter a família?

Como faziam compras? Em que local?

O que compravam?

A família ia sempre para a cidade?

Como se deslocavam para a cidade?

As crianças iam para escola? Em que local? Como se deslocavam?

Em caso de doença, o atendimento médico era fácil?

O que havia na propriedade, quais eram as construções? Qual a função das construções?

Como eram as casas?

Qual era o tamanho da sede?

Como eram os quintais?

Quantas pessoas moravam na propriedade? Quem eram essas pessoas?

Quais ferramentas utilizavam no cultivo do café? E em outras lavouras?

Quais utensílios domésticos eram utilizados?

O sr.(a) ainda guarda estas ferramentas e utensílios?

Como eram as festas? Havia muitas? Com que frequência?

Quais atividades aconteciam nas festas? Quais brincadeiras, que alimentos ou bebidas eram servidos?

Além das festas como se divertiam?

O lazer (divertimento) era o mesmo para as mulheres e homens?

A família tinha boas relações com a vizinhança?

Os vizinhos se ajudavam? Se sim, em quais momentos ou atividades?

Qual é o tamanho da propriedade atualmente? Ainda é o mesmo de antes?

Como a propriedade é chamada? ( ) chácara ( ) sítio ( ) fazenda

Qual(is) atividade(s) é(são) realizada(s) na propriedade atualmente?

O que mudou na propriedade nos últimos anos?

Houve mudança nas relações familiares nos últimos anos?

Houve mudança nas relações de vizinhança nos últimos anos?

Sente falta do tempo do café? Por quê?

Gostaria de fazer alguma observação, deixar registrado algum fato que tenha lembrança?

**APÊNDICE B**

**FORMULÁRIO Nº:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Localização: \_\_\_\_\_

Nome do objeto: \_\_\_\_\_

Tipo: Edificação ( )    Utensílios domésticos ( )    Ferramentas de trabalho ( )

Materiais utilizados na fabricação: Madeira ( )    Aço ( )    Alumínio ( )

Cobre ( )    Outros ( ) \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_



Formas de utilização: \_\_\_\_\_

Descrição geral: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C

SÍNTESE DOS DADOS						
<b>1- Propriedades que cultivam café aliado a outras atividades agrícolas e pecuária:</b>						
São Jorge do Ivaí	2	Café e granja de frangos/avicultura	2			
Jussara	3	Café e granja de frangos/avicultura	1	Café e pastagem/gado leiteiro	2	
Terra Boa	16	Café e granja de frangos/avicultura	4	Café e pastagem/gado leiteiro	2	Café e sericultura 6 Café e olerícolas 4
<b>1.1- Propriedades que cultivam café aliado a outras atividades agrícolas e pecuária e que mantêm duas sedes (no fundo e na cabeceira do lote):</b>						
São Jorge do Ivaí	1	· Manutenção das antigas edificações com algumas modificações e permanência do uso no processo produtivo do café.				
Jussara	1					
Terra Boa	4					
<b>1.2- Propriedades que cultivam café aliado a outras atividades agrícolas e pecuária e que mantêm a sede no fundo do lote:</b>						
São Jorge do Ivaí	1	· Manutenção das antigas edificações com algumas modificações e permanência do uso no processo produtivo do café.				
Jussara	2					
Terra Boa	12					
Fundo	<b>F</b>					
Fundo e Cabeceira	<b>FC</b>					
<b>São Jorge do Ivaí</b>						
Café e granja de frangos/avicultura	<b>F</b>	<b>FC</b>				
<b>Jussara</b>						
Café e granja de frangos/avicultura	-	-	<b>FC</b>			
Café e pastagem/gado leiteiro	<b>F</b>	<b>F</b>	-			
<b>Terra Boa</b>						
Café e granja de frangos/avicultura	<b>FC</b>	<b>FC</b>	<b>F</b>	<b>F</b>	-	-
Café e pastagem/gado leiteiro	<b>F</b>	<b>F</b>	-	-	-	-
Café e sericultura	<b>FC</b>	<b>FC</b>	<b>F</b>	<b>F</b>	<b>F</b>	<b>F</b>
Café e olerícolas	<b>F</b>	<b>F</b>	<b>F</b>	<b>F</b>	-	-

## SÍNTESE DOS DADOS

2- Propriedades que se dedicam a atividades agrícolas (exceto o cultivo do café), pecuária e atividades não-agrícolas (pesque-pague e áreas de lazer):

São Jorge do Ivaí	8	Pesque-pague 1	Culturas temporárias (soja/milho trigo) 4	Pastagem/gado leiteiro 3	
Jussara	7	Culturas temporárias (soja/milho trigo) 4	Pastagens/gado leiteiro 3		
Terra Boa	14	Pesque-pague 1	Culturas temporárias (soja/milho trigo) 5	Pastagem/gado leiteiro 6	Área de lazer 2

2.1- Propriedades que se dedicam a atividades agrícolas (exceto o cultivo do café) e pecuária que mantêm duas sedes (no fundo e na cabeceira do lote):

São Jorge do Ivaí	3	Manutenção das antigas estruturas e aproveitamento das instalações para outras funções.
Jussara	1	
Terra Boa	4	

2.2- Propriedades que se dedicam a atividades agrícolas (exceto o cultivo do café) e pecuária que mantêm a sede no fundo do lote:

São Jorge do Ivaí	2	Manutenção das antigas estruturas e aproveitamento das instalações para outras funções.
Jussara	2	
Terra Boa	4	

2.3- Propriedades que se dedicam a atividades agrícolas (exceto o cultivo do café), pecuária e atividades não-agrícolas (pesque-pague e áreas de lazer) e que possuem a sede na cabeceira do lote:

São Jorge do Ivaí	3	Destas 3, 1 demoliu e vendeu materiais como madeira, telhas e tijolos oriundos da antiga sede.
Jussara	4	Demolição e aproveitamento dos materiais para construção da nova sede em outro espaço da propriedade (cabeceira do lote).
Terra Boa	6	Destas 6, 3 demoliram e venderam materiais como madeira, telhas e tijolos oriundos da antiga sede.

Fundo	F
Cabeceira	C
Fundo e Cabeceira	FC

São Jorge do Ivaí				
Pesque-pague	C	-	-	-
Culturas temporárias (soja/milho/trigo)	C	C	FC	FC
Pastagem/gado leiteiro	F	F	FC	-

Jussara				
Culturas temporárias (soja/milho/trigo)	C	C	F	FC
Pastagem/gado leiteiro	C	C	F	-

Terra Boa						
Pesque-pague	C	-	-	-	-	-
Culturas temporárias (soja/milho/trigo)	C	C	FC	FC	FC	-
Pastagem/gado leiteiro	C	FC	F	F	F	F
Área de lazer	C	C	-	-	-	-